

LUIZ ANTONIO DA SILVA

**TRABALHO E PROCESSOS EDUCATIVOS NO
ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO PO-
PULAR SOLIDÁRIO DA REGIÃO DO VALE DO
AÇO / MG**

**BELO HORIZONTE - MG
2009**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação “Conhecimento e Inclusão Social” da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Educação.

Área de Concentração: Ciências Humanas.

Orientador: Dr. Rogério Cunha Campos - FA-E/UFMG.

Prof. Dr. Rogério Cunha Campos – FAE/UFMG -Orientador.

Profa. Dra. Leila de Menezes Stein – FCL/UNESP

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira – PUC/MG

Prof. Dr. Oder José dos Santos – FAE/UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – FAE/UFMG

Prof. Dr. Bernardo Jefferson de Oliveira.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação:
“Conhecimento e Inclusão Social” – FAE/UFMG.

Belo Horizonte, 27 de Fevereiro de 2009.

À Lourdinha, eterno amor e fonte inspiradora de fé, ternura, solidariedade e a todos aqueles comprometidos com “outra economia” pautada por princípios da justiça, gratuidade e fraternidade.

Agradecimentos

- ✓ Ao professor Rogério Cunha Campos, que aceitou orientar minha pesquisa, acolhendo-me no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Toda gratidão pela paciência, compreensão e irrestrita solidariedade no processo de apropriação e produção de conhecimentos referentes a esta pesquisa.
- ✓ Aos professores Oder, Leila Stein, Maria Auxiliadora, José Miguel, Hormindo por aceitarem participar do processo de apreciação e avaliação deste trabalho e a minha gratidão e apreço ao professor Ladislav Dowbor pela contribuição importante no processo de qualificação desse trabalho acadêmico.
- ✓ Às muitas contribuições de meus professores Luiz Alberto, Antonia Vitória, Fernando Fidalgo, Daisy Cunha, Leila Blass, Ana Gomes, João Valdir, Maria Alice, extremamente importantes na definição dos rumos da pesquisa e no melhor entendimento de temas e questões atinentes aos processos educativos e trabalho na atualidade.
- ✓ À professora Inês Teixeira, como mestra e companheira de todos os momentos, pelo zelo, atenção e apoio irrestrito nessa difícil travessia do doutorado. Não encontro palavras apropriadas para externar toda a minha gratidão.
- ✓ À Maria Ribeiro dos Santos pela paciência e dedicação em ler, corrigir, opinar e sugerir modificações no texto. As críticas abertas, o senso estético e literário e ampla cultura serviram de balizamento para a construção da narrativa.
- ✓ À Rose como secretária do Programa de Pós-Graduação e ao Élcio como secretário do Departamento – DAE, por toda a presteza, incentivo e apoio no trato das questões burocráticas relativas ao encaminhamento do projeto de pesquisa.
- ✓ Ao UNILESTEMG que, através da Fundação Geraldo Perlingerio Abreu, me apoiou financeiramente com a concessão de bolsa de doutorado. Não poderia deixar de destacar o papel importante exercido pelo professor Mauro Velasco, diretor da área de Ciências Sociais Aplicadas

desta instituição por ter criado condições propícias para a realização do trabalho que ora apresento.

- ✓ Aos meus colegas docentes do UNILESTEMG e FADIPA, importantes interlocutores e incentivadores da pesquisa e realização do doutorado, externo toda a minha gratidão. De modo especial, à professora Luciana Brandão pela amizade, apoio, carinho e solidariedade em todos esses anos de convivência, trabalho e estudos.
- ✓ Aos colegas discentes do Programa de Pós-Graduação, pelo apoio, respeito e interlocução nas questões teóricas e metodológicas do projeto. Foram tantos e tão importantes para minha trajetória.
- ✓ À minha família, especialmente Lourdinha, Mayra e Mainara que sempre me apoiaram de forma incondicional para que pudesse realizar este trabalho. Aos demais, externo minha gratidão pela “torcida organizada”, especialmente para o Dito, meu irmão mais velho, a quem devo toda obrigação do mundo. Não há palavras que possa expressar minha gratidão a todos.

“Considerai como crescem os lírios do campo; eles não trabalham, não tecem; e, no entanto vos declaro que Salomão, mesmo em toda a sua glória, jamais esteve vestido como um deles. Se Deus, portanto tem o cuidado de vestir desta maneira uma erva dos campos que é hoje e que amanhã será lançada ao forno, com quanto mais cuidado ele não irá vos vestir, homens de pouca fé”.

(Novo Testamento)

“O trabalho não produz apenas mercadorias: produz a si mesmo e produz o operário enquanto mercadoria, e isso à medida que produz mercadorias em geral”.

(Karl Marx, Manuscritos de 1844)

RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo o trabalho e os processos educativos ocorridos no interior do associativismo e cooperativismo popular na Região do Vale do Aço, Minas Gerais, no decorrer da última década. É seu propósito mais amplo, explicitar as premissas teóricas e empíricas para o alargamento da noção de trabalho e de processos educativos nas Ciências Sociais e os aspectos da luta por hegemonia entre classes subalternas e dominantes, tendo como referência as experiências de trabalho dos cooperados e associados, incluindo-se os momentos de formação sistemática. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida numa cooperativa de trabalhadores artesãos em aço inoxidável da referida região, nos mutirões habitacionais do município de Ipatinga nos anos noventa do século passado e no Fórum Regional de Cooperativismo Popular, com sua dinâmica e desafios, no período entre 2000 e 2005. Na pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, sob inspiração do paradigma indiciário, compreendendo a coleta de depoimentos obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e levantamento bibliográfico.

Quanto à referência bibliográfica, baseou-se em autores que estudam a temática dos processos educativos no mundo do trabalho, o cooperativismo popular e a economia solidária, bem como questões atinentes aos desafios do aprimoramento da democracia e conquista da cidadania ativa. Nesse sentido, a presente pesquisa revelou a sutil disputa por hegemonia entre os protagonistas da economia solidária ante a lógica e dinâmica mais ampla da acumulação flexível do capital. Indicou ainda, que as experiências dos trabalhadores nos grupos, associações e cooperativas propiciam oportunidades de geração de trabalho e renda e contribuem para forjar novas sociabilidades no mundo do trabalho, pois são espaços privilegiados para o aprendizado do trabalho coletivo de autogestão, bem como para o crescimento pessoal, a descoberta e o desenvolvimento de potencialidades e ampliação da visão de mundo. A pesquisa mostrou ainda, que há muitos desafios a enfrentar, tanto no sentido da consolidação do associativismo e cooperativismo popular solidário e de uma efetiva geração de renda quanto na perspectiva da autogestão e da construção de uma cultura solidária e participativa que assegure o efetivo exercício da cidadania ativa das classes subalternas.

PALAVRAS-CHAVE: processos educativos, trabalho, economia solidária, cidadania ativa, movimentos sociais.

ABSTRACT

This thesis has as object of study the work and educational processes occurring within the cooperative associations and popular in the region “Vale do Aço”, Minas Gerais, in the last decade. Its broader purpose is explain the theoretical and empirical basis for the enlargement of the concept of work and educational processes in the social sciences and aspects of the struggle for hegemony between dominant and subaltern classes, with reference to the experiences of working cooperated / associates, including the moments of systematic training. This is a research developed in a cooperative of stainless steel workers artisans of the region, volunteer housing in the municipality of Ipatinga in the nineties and the Regional Forum of People's Cooperative, with its dynamics and challenges in the period between 2000 and 2005. In the survey, we used the qualitative method, under the inspiration sign paradigm, including the collection of evidence obtained through semi-structured interviews, participant observation and literature review.

The theoretical framework is based on authors who study the topic of educational processes in the world of work, the popular cooperativism, the economy, and issues pertaining to the challenges of improving the achievement of democracy and active citizenship. The findings revealed the subtle competition for hegemony between the protagonists of the social economy in the face of logic and dynamics of the broader flexible accumulation of capital and indicated that the experiences of workers in groups, associations and cooperatives provide opportunities for generation of employment and income, and contributes to forging new sociability in the world of work, because they are privileged space for learning the collective work Self, the personal growth, discovery and development of capabilities and expanding the vision of the world. The research also indicates that there are many challenges ahead, both the consolidation of solidarity and popular cooperativism effective generation of income as in the perspective of self and building a culture of solidarity and participation to ensure the effective exercise of active citizenship the subaltern classes.

KEY WORDS: educational processes, work, economic solidarity, active citizenship, social movements.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------------|---|
| ADS | Agência de Desenvolvimento Solidário |
| ADT | Agência de Desenvolvimento de Timóteo |
| ACIATI | Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Timóteo |
| AHI | Associação Habitacional de Ipatinga |
| ANTEAG | Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Auto-gestão e Participação Acionária |
| APAE | Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais |
| APIVALE | Associação dos Apicultores de Ipatinga |
| ASCAT | Associação dos Catadores de Material Reciclado de Timóteo |
| ASMARE | Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Belo Horizonte |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BNH | Banco Nacional da Habitação |
| CEBS | Comunidades Eclesiais de Base |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| COOPERMASSAS | Cooperativa dos Trabalhadores em Massas Ágape de Timóteo |
| COOPEMAMBRINI | Cooperativa Autogestionária dos Trabalhadores da MAMBRINI |
| COOPERINOX | Cooperativa dos Trabalhadores Artesãos em Aço Inox de Timóteo |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos |
| FASE | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional |
| FIEMG | Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais |
| FEAM | Fundação Estadual do Meio Ambiente |

| | |
|------------|---|
| FBES | Fórum Brasileiro de Economia Solidária |
| FAT | Fundo de Amparo ao Trabalhador |
| IBASE | Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas |
| ICM | Imposto sobre Circulação de Mercadorias |
| ISS | Imposto sobre Serviços |
| INSS | Instituto Nacional de Seguridade Social |
| ITCPS | Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares |
| MARIMASSAS | Cooperativa de Massas do Bairro Ideal de Ipatinga |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| ONGs | Organizações não Governamentais |
| OCB | Organização das Cooperativas Brasileiras |
| OCES | Organização das Cooperativas Estaduais |
| PACS | Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. |
| PEA | População Econômica Ativa |
| PIA | População em Idade Ativa |
| PROFILURB | Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados |
| RBSES | Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária |
| RMBH | Região Metropolitana de Belo Horizonte |
| RMVA | Região Metropolitana do Vale do Aço |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio a Microempresas |
| SENAES | Secretaria Nacional de Economia Solidária |
| SCA | Sistema Cooperativista dos Assentados |
| UNILESTEMG | Centro Universitário do Leste de Minas Gerais |
| UNIMED | União dos Médicos |

| | |
|-------------|---|
| UNISOL | União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo |
| UNITRABALHO | Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho |
| USP | Universidade de São Paulo |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFSCar | Universidade Federal de São Carlos |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| 1. | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | MOVIMENTOS SOCIAIS, MERCADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: INDÍCIOS DE CIDADANIA ATIVA E QUESTÕES METODOLÓGICAS..... | 22 |
| 2.1 | Cotidiano, conhecimento, emancipação e economia solidária..... | 28 |
| 2.2 | Processos educativos e pressupostos metodológicos | 34 |
| 2.3 | Aspectos metodológicos e premissas teóricas | 40 |
| 3 | ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO POPULAR - TRAJETÓRIAS, ENIGMAS E DESAFIOS | 49 |
| 3.1 | Origens do cooperativismo popular e atualidade da autogestão social. | 49 |
| 3.2 | Surgimento e quadro atual do Cooperativismo no Brasil: alguns elementos | 55 |
| 3.3 | Reestruturação econômica e cooperativismo de trabalho e produção | 60 |
| 3.4 | Enigmas e desafios do associativismo e cooperativismo popular | 66 |
| 3.5 | Associativismo e cooperativismo popular solidário: questões e controvérsias | 73 |
| 4 | COOPERATIVISMO POPULAR SOLIDÁRIO: EXPERIÊNCIAS DO FÓRUM REGIONAL DO VALE DO AÇO E DOS MUTIRÕES HABITACIONAIS..... | 90 |
| 4.1 | Origens, estrutura e dinâmica do Fórum Regional de Cooperativismo Popular Solidário..... | 92 |
| 4.2 | Marco histórico do cooperativismo popular solidário na região..... | 95 |
| 4.3 | Constituição das redes de economia solidária na região: 2º seminário | 100 |
| 4.4 | Principais desafios para a consolidação do cooperativismo popular solidário na visão de suas lideranças regionais. | 108 |
| 4.5 | História, dinâmica e potencialidades do cooperativismo popular solidário regional | 111 |
| 4.6 | Mutirões habitacionais: lições de autogestão na relação, Estado e movimentos sociais | 123 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 5 | COOPERINOX: VITRINA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL E/OU INDÍCIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA? | 131 |
| 5.1 | Considerações gerais sobre o projeto “Timóteo, capital do inox” | 132 |
| 5.2 | Aço inoxidável: desenvolvimento, características, usos e exigências | 136 |
| 5.3 | A COOPERINOX e a estratégia empresarial de acumulação flexível | 140 |
| 5.4 | COOPERINOX e as questões da estratégia classista de contra-hegemonia | 147 |
| 6. | FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA | 167 |
| 6.1 | Reestruturação produtiva e as premissas teóricas e empíricas ao alargamento da noção de trabalho e de processos educativos..... | 167 |
| 6.2 | Crítica à noção moderna de trabalho e de processos educativos | 180 |
| 6.3 | Novos saberes oriundo da experiência de organização do trabalho | 187 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 192 |
| | REFERÊNCIAS..... | 200 |

1. INTRODUÇÃO

Esta tese resulta do trabalho investigativo sobre os fundamentos sociais, culturais e educativos dos experimentos de economia solidária na Região do Vale do Aço em Minas Gerais, no início desta década. Teve como objetivo mais amplo, explicitar as premissas teóricas e empíricas relativas ao alargamento da noção de trabalho e de processos educativos. Nela explicitam-se, também, aspectos da luta por hegemonia entre classes subalternas e dominantes na região.

O desemprego, a precarização das condições de trabalho e a *desproteção* social consequentes das políticas neoliberais que representantes do capital programaram nas últimas décadas para atender à crise de acumulação provocaram graves danos sociais aos trabalhadores. Em decorrência, surge a iniciativa das classes dominantes de constituir práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados. Na perspectiva das classes subalternas, trata-se de forjar respostas à referida crise com a proposta de *outra economia*, aliçada na solidariedade. Tais iniciativas nomeadas economia solidária constituem ações econômicas realizadas em sistema de autogestão por meio de cooperativas ou associações.

O presente estudo, focalizado nas classes subalternas da região, contribui para o entendimento mais amplo não só das potencialidades para novas sociabilidades como também dos sentidos atribuídos pelos atores em questão aos referidos processos. Para tal, em termos metodológicos, utilizou-se dos postulados da sociologia da vida cotidiana como fio condutor da análise, articulado com as referências mais gerais da hermenêutica das emergências. Tal referencial propicia a devida valorização do conhecimento do senso comum, pois permite, metodologicamente, o seu reencontro com os discursos científicos.

Ainda sobre os aspectos metodológicos, cumpre destacar a influência exercida pelo paradigma indiciário. Tal paradigma se caracteriza pela capacidade de, a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa, que não seria cientificamente experimentável. Quanto ao trabalho investigativo trata-se

de uma pesquisa qualitativa, preocupada com um nível de realidade que não pode somente ser quantificado, por se encontrar inserido num universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Portanto, a presente pesquisa que não pode ser reduzida à operacionalização de variáveis, dado seu caráter construtivo-interpretativo, dialógico, e sua atenção ao estudo de casos singulares. Neste trabalho, o caso é a Cooperativa dos Trabalhadores Artesãos em Aço Inox e o Fórum Regional de Cooperativismo Popular Solidário da Região do Vale do Aço.

A região metropolitana do Vale do Aço constitui a segunda maior concentração urbana industrial do estado de Minas Gerais ao reunir duas siderúrgicas de grande porte (USIMINAS E ARCELLOR MITTAL – antiga ACESITA), além de uma fábrica de celulose, a CENIBRA, em meio a um conjunto urbano de mais de 400.000 habitantes. Nos idos dos anos 2000, encontra-se em processo de acelerada expansão envolvendo os municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo e Santana do Paraíso.

As características de produção do espaço dessa região, em permanente transformação, em grande parte comandada pela indústria, fazem-na um exemplo marcante em termos de aglomeração urbana. Concorrem para isso, as fortes relações de interdependência e complementaridade entre municípios por revelarem enorme diversidade no que se refere à capacidade de se inserir num processo coletivo de gestão do conjunto urbano.

As diferenças internas dizem respeito tanto à capacidade financeira e administrativa dos poderes locais, de certa forma fruto das atividades econômicas de cada município, quanto à pressão exercida por um quadro demográfico altamente diferenciado, potencializado por processos de urbanização distintos.

Outro aspecto que imprime atualidade à região se refere à retirada do Estado do processo de industrialização na área, já que ambas as siderúrgicas foram privatizadas. Isso gerou importantes consequências em termos da reestruturação do emprego industrial e da participação da gestão urbana e regional.

Na década de noventa do século passado, a globalização da economia e a reestruturação produtiva provocada pela privatização das empresas públicas representaram, para os trabalhadores da região, principalmente aqueles inseridos no mercado formal de trabalho, uma dramática ruptura. Assistiram ao crescente desemprego e à precarização das condições e relações de trabalho.

Os impactos sociais provocados por essa ruptura se expressam hoje, pelo elevado número de trabalhadores que sofrem problemas de saúde mental. Há, até, indícios de uma *epidemia da depressão* na região, além dos casos de estresse, frequentes notícias de suicídio e crescimento dos casos de violência que têm assustado os profissionais da área. Expressam-se, ainda, no forte movimento migratório. A Região do Vale do Aço expulsa seus trabalhadores para outras regiões, com destaque para aqueles que migram para os EUA. Tal fenômeno foi muito acentuado na década de noventa do século passado e primeiros anos da década de 2000. Por fim, expressam-se na multiplicação de grupos, associações, cooperativas populares de trabalhadores desempregados e/ou com dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho. Suas vitórias e derrotas, fracassos e sucessos marcam, definitivamente, o mundo do trabalho na região, vitimada pelo processo de extinção dos postos de trabalho nas grandes indústrias.

Nesse contexto, este estudo focaliza o trabalho e os processos educativos ocorridos no interior das experiências de associativismo e cooperativismo popular constituídos por esses trabalhadores e interpreta os limites e o alcance da experiência de gestação da contra-hegemonia por parte das classes subalternas em direção à *outra economia* nessa região.

Tais foram as questões norteadoras da pesquisa: verificação da natureza dos processos educativos ocorridos no interior das experiências de associativismo e cooperativismo popular; busca de elementos para a contestação e superação da estrutura e dinâmica do modo de produção capitalista em suas novas manifestações; descrição do perfil social, econômico e político dos participantes de referidas experiências; investigação dos fundamentos do associativismo e cooperativismo popular solidário praticado nessa região que apontam para o paradigma da emancipação social; investigação das relações estabelecidas entre esse movimento e as outras

formas tradicionais de organização dos trabalhadores, tais como sindicatos e partidos políticos.

O primeiro capítulo analisa a relação entre movimentos sociais, mercado e economia solidária à luz do conceito de cidadania ativa no contexto mais amplo de disputa contra-hegemônica pela formulação de alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo, emancipatórias, viáveis e deem conteúdo específico às propostas de *outra economia* ante as propostas neoliberais. Mostra como os experimentos de associativismo e cooperativismo popular solidário se inscreve na onda de outros movimentos sociais contemporâneos que almejam a radicalização das experiências democráticas nas esferas da produção e reprodução social.

O segundo capítulo recupera, historicamente, as origens do cooperativismo no contexto dos impactos sociais e econômicos da I Revolução Industrial na Inglaterra. Analisa a atualidade da proposta de autogestão social que se expressa nos subterrâneos da economia capitalista permitindo identificar novas formas de sociabilidade expressas nos grupos de ajuda mútua, comunidades de moradia, iniciativas civis, grupos de bairro, sociedades e meios culturais etc. Prognostica-se que, se nessas formas já existentes a individualidade for respeitada e não surgir nenhum terror psicológico, elas poderão tornar-se alternativa tanto à tutela burocrática do Estado quanto à solidão lupina do dinheiro. Para tanto, é necessário mobilizar essas formas e infundi-las de crítica social para organizá-las como verdadeiras esferas reprodutivas, fora da lógica do dinheiro.

Neste capítulo são também analisados aspectos históricos do cooperativismo no Brasil, pois, há indícios de sua manifestação já no início do século XVII, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas e início da construção de um estado cooperativo em bases integrais. Entretanto será no início do século XX que se consolidará o cooperativismo, com a chegada dos imigrantes europeus. Somente a partir da década de noventa do século passado é que se assiste à emergência da economia solidária como movimento social que expressa nova onda de cooperativas populares. Este ultrapassa a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento territoriais, orientando-se cada vez mais, rumo à articulação nacional e latino-americana.

O cooperativismo popular solidário favorece a emergência de uma nova cultura política, com ênfase na implantação da democracia nos espaços de produção e reprodução social. A partir dessas experiências é possível estabelecer novos valores sociais, novas relações e, principalmente, novos horizontes para o desafio de emancipação social das classes subalternas no mundo contemporâneo.

Na região metropolitana do Vale do Aço, a economia solidária encontrou seu momento de maior expressão no início da primeira década do século XXI, ocasião em que se constituiu o Fórum Regional de Cooperativismo Popular Solidário. Sua constituição se inspirou na experiência da rede de economia solidária, que se baseia na convicção de que cada pessoa, comunidade e empreendimento podem tornar-se sujeito ativo e consciente do seu próprio desenvolvimento. A rede concretiza o compromisso entre os grupos e organizações que nela se unem para buscar sempre mais comprar, vender e trocar solidariamente, no interior da própria rede. Além disso, buscam ampliá-la sempre mais, inclusive atraindo para ela igrejas, sindicatos, movimentos populares e todo ator social que possa sintonizar com a proposta de uma economia solidária e cooperativa.

O fórum regional de cooperativismo na região tinha como objetivo geral não só promover a integração de suas cooperativas populares e grupos organizados, capacitando e fortalecendo o movimento cooperativista popular e solidário, como também incentivar e apoiar o surgimento de novas cooperativas e grupos, dando início ao processo de constituição da rede de solidariedade na região. Adotava como estratégia prioritária abordar a importância de desenvolver o espírito solidário e cooperativo, como forma de enfrentar e superar problemas de ordem econômica e de relacionamento do grupo. Iniciaram-se, com essa experiência, as discussões sobre as condições objetivas e subjetivas que propiciaram o conhecimento das várias possibilidades de comercialização cooperativa e solidária, através da venda, clubes de troca, moedas, feiras, etc.

Nesse contexto, a partir da pesquisa realizada, foi possível analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nas diferentes associações e cooperativas da região. Destacam-se: a falta de acesso ao crédito; a legislação cooperativista que inibe as iniciativas; a ausência de espaço adequado para o desenvolvimento das atividades produtivas; as dificuldades com o *marketing* e a comercializa-

ção dos seus produtos; as relações interpessoais e o desconhecimento sobre a dinâmica e funcionamento das cooperativas; a precariedade do maquinário utilizado e a falta de apoio contábil e jurídico para o trabalho burocrático do empreendimento; a necessidade de ampliação do mercado para os seus produtos; a predominância do individualismo.

De forma paradoxal, enquanto o movimento de economia solidária crescia e se consolidava no âmbito nacional, na região em estudo ocorria o inverso. Não houve condições de dar continuidade às articulações do fórum, pois os diferentes grupos não foram capazes de sustentar, no cotidiano, o discurso de vanguarda da economia solidária, pautado pelos princípios de emancipação e autogestão. Esse espaço se caracterizou como articulação dos empreendimentos voltados para a esfera da reprodução social, de pouco interesse para os representantes do capital. Os principais protagonistas do fórum regional acreditavam na boa vontade do Estado. Criam que, através das secretarias municipais de ação social, o Estado apoiaria e incentivaria a consolidação daquela articulação e não apostaram, de forma satisfatória, na aprendizagem, exercício da autonomia e capacidade dos trabalhadores em sustentar, de forma livre, suas iniciativas e empreendimentos.

Um contraponto ao aparente fracasso do fórum se encontra nas experiências dos mutirões habitacionais de Ipatinga durante a década de noventa do século passado das quais se podem extrair lições sobre os desafios da autogestão na relação entre Estado e os movimentos sociais. Durante todo o processo, as relações entre o movimento e a prefeitura foram estreitas. Com o tempo, porém, surgiram dificuldades com assessoria técnica devido ao relacionamento entre a prefeitura e a associação. A AHI (Associação Habitacional de Ipatinga) atuava mais como um braço da administração municipal do que como uma associação independente, representante do movimento habitacional. Devido a mudanças nos agentes e no contexto sócio político e econômico, a associação tornou-se dependente da prefeitura. Com o tempo, a associação havia perdido todo o seu poder e esquecido suas próprias bases. Encontrava-se numa situação de total dependência de decisões e de recursos da prefeitura.

O penúltimo capítulo analisa a experiência da cooperativa dos trabalhadores artesãos em aço inoxidável, modelo de cooperativismo pragmático que constitui, por

um lado, vitrina da acumulação flexível do capital e, por outro, encontra uma série de indícios de cooperativismo popular solidário. Foi concebido no contexto do projeto mais amplo de transformação de Timóteo em capital do inox, onde a empresa, tendo em vista ampliar o mercado interno de aço inoxidável no país, apoiava várias entidades e projetos relacionados à produção e comercialização de produtos de aço inox existentes no município, inclusive com aporte de recursos financeiros. Esse apoio reverteria numa maior visibilidade da empresa, bem como asseguraria, para si, a imagem de empresa ética e responsável sócio e ambientalmente. A análise desse caso permite verificar, no entanto, a presença da solidariedade, da preocupação com a inclusão social e com a afirmação de valores pautados por *outra economia*.

Um dos problemas que mais afetam a dinâmica da cooperativa dos trabalhadores artesãos em aço inox é a ocorrência de alta rotatividade dos trabalhadores. Poucos são aqueles que perseveram na cooperativa.

Essa cooperativa representa, no imaginário dos cooperados e da comunidade da qual está inserida, uma organização da sociedade civil preparadora de mão-de-obra para o manuseio do aço inoxidável. O trabalhador ali aprende e é convidado por outras empresas para ir trabalhar nelas, o que acaba aceitando, pois a promessa de retorno financeiro é maior, além da garantia dos direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, FGTS, aposentadoria e outros. Questionam-se os conteúdos desse processo de ensino e aprendizagem, muito vinculado à lógica da acumulação flexível segundo a qual a cooperativa se torna mais uma extensão da Arcelor Mittal na sua estratégia mais ampla de acumulação.

O último capítulo recupera e discute a hipótese trabalhada ao longo da pesquisa. Trata-se das premissas teóricas e empíricas para o aprofundamento das noções de trabalho e de processos educativos. Tais premissas são justificadas pelas consequências sentidas pelos trabalhadores em relação às metamorfoses do trabalho nas sociedades contemporâneas, expressas nas mudanças no mercado de trabalho, nos paradigmas produtivos, no lugar e sentido atribuídos ao trabalho. Tornou-se definitivamente necessário desvincular a noção de trabalho da experiência histórica de assalariamento, capaz de restringir o entendimento sobre o alcance das novas sociabilidades que estão sendo forjadas no mundo contemporâneo.

O conceito de ação tal qual desenvolvido por Arendt (1991) contribuiu para esse aprofundamento teórico. No campo da ação e do discurso é que se revela a essência da condição humana, possibilidade efetiva de exercer a cidadania ativa e viver, plenamente, os processos democráticos. A ação (espaço da afirmação da condição humana e do exercício da cidadania) se difere de labor, noção segundo a qual os homens trabalham para garantir a sobrevivência e aponta para a adoção da radicalização democrática como princípio gerador para as sociedades contemporâneas.

O associativismo e cooperativismo popular solidário são instâncias de produção, sobretudo, do discurso e ação contra-hegemônica no interior de uma economia pautada por princípios da acumulação flexível e aprisionada nas orientações gerais do neoliberalismo.

Por fim, verificou-se que as relações estabelecidas entre os trabalhadores na organização de cooperativas, associações e outros grupos de produção estão impregnadas de novos saberes. Esses saberes fazem parte dos processos educativos, entendidos no sentido de aprender e ensinar como trocas solidárias nas relações humanas e nas experiências cotidianas. Esses trabalhadores participam da construção de uma alternativa ao sistema de fábrica e terão, pois, a autogestão como um aprendizado cotidiano.

Essa construção da autogestão é um grande desafio, pois os princípios capitalistas estão arraigados nas relações em qualquer âmbito de nossa sociedade. Sendo assim, assumir e manter os princípios de cooperação e solidariedade, para a construção e manutenção de uma experiência de autogestão, implica um processo de permanente democratização nas relações de trabalho, ou seja, é necessário que haja a distribuição equitativa de poder o que não foi possível verificar empiricamente neste estudo de caso.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS, MERCADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: INDÍCIOS DE CIDADANIA ATIVA E QUESTÕES METODOLÓGICAS

Cumprе assinalar, ao iniciar esta discussão que:

[...] um movimento social se articula por força de interesses, carecimentos e necessidades que permitem a emergência de sujeitos sociais coletivos. Isto se liga a uma idéia de fazer a história através dos movimentos da sociedade e, modernamente, ao problema da construção de formas de organização social e de poder, que se traduzem sempre por alguma perspectiva ideal de utopia racional nos termos marxistas. (HELLER, 1993, p. 94)

Nesse sentido, formas inovadoras de colocar em prática o cooperativismo entre trabalhadores atingidos pelo processo de reestruturação produtiva¹ têm sido constantes. Tais iniciativas expressam um aprendizado genuíno dos princípios democráticos e o resgate da cidadania entre as classes subalternas, pois ajudam a desnudar aspectos perversos do autoritarismo predominante na estrutura social brasileira, entre outras questões.

Desse modo a multiplicação dos grupos de geração de trabalho-renda, cooperativa e outras formas associativas, particularmente as experiências de associativismo e cooperativismo popular ganham ênfase na agenda dos movimentos sociais. Esses movimentos proporcionam, criativamente, aos trabalhadores a oportunidade de defenderem a instauração de uma economia solidária em contraposição à economia competitiva, característica do sistema capitalista de produção, particularmente nos tempos de ajuste estrutural, promovido pelos ideólogos do neoliberalismo.

A eclosão de tais experiências na sociedade brasileira durante os anos noventa do século XX tem provocado uma série de mudanças na cultura política dos movimentos sociais. Estes, para aperfeiçoarem seus métodos de ação perante a crise do mundo do trabalho têm desenvolvido todo um esforço coletivo de resignificar as ações sociais desencadeadas pelos atores emergentes da referida crise.

1 Aceleração das inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo ocorrido durante os anos 90, com a finalidade melhorar a eficácia e eficiência das empresas nacionais, que redundaram em privatizações, desemprego, flexibilização dos direitos trabalhistas e, sobretudo, na precariedade das condições de trabalho.

Conforme expressão de Singer (1998, p. 38), a economia solidária tem hoje um forte apelo: é uma forma prática de enfrentar a crise do trabalho. De modo geral, prefeituras, políticos e sindicalistas têm demonstrado interesse crescente por empresas regidas pela lógica da autogestão ou por organizações coletivas e comunitárias. Coletivamente, os trabalhadores têm muito mais força e recursos para construir formas mais dignas de trabalho. É, sem dúvida, um processo superior de organização da produção em relação às empresas capitalistas.

Com efeito, o cooperativismo popular solidário é um novo movimento social e tem se mostrado uma das formas mais mobilizadoras e solidárias para o trabalho. A conjugação de esforços nessa direção propicia o melhor aproveitamento da mão-de-obra e a democratização do aprendizado e das oportunidades. É, sem dúvida, um horizonte dos mais promissores no momento em que se buscam opções no combate ao desemprego e suas conseqüências. Significa oportunidades de crescimento em termos de cidadania e transformação das pessoas.

Segundo o entendimento de Santos (2000) vivemos um tempo de transição paradigmática, (conhecimento-regulação x conhecimento-emancipação). A partir desse entendimento, explicita-se, a seguir, a presença dos valores e estratégias democráticos e afirmativos da cidadania nos processos educativos realizados no interior dos movimentos sociais em geral e no cooperativismo popular solidário em particular. São também analisados o alcance e limites das ações educativas para a consolidação dos princípios da economia solidária, contrapostos aos princípios da economia competitiva, sob hegemonia dos princípios neoliberais.

Sendo assim, para a compreensão da dinâmica dos movimentos sociais no Brasil, pós década de oitenta do século XX, torna-se importante questionar o objeto de disputa hegemônica por parte das classes subalternas, que nada mais são do que os parâmetros da democracia (os participantes, as instituições, os processos, a agenda e o campo de ação).

Os neoliberais, com suas políticas de ajuste econômico e social, participam dessa disputa ao introduzir um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil. Além disso, apresentam uma definição distintiva da esfera pública em que predomina a concepção minimalista do Estado e da democracia.

Afinal, para os movimentos sociais, quais teriam sido as repercussões mais importantes dessa estratégia? Uma delas foi assumir a responsabilidade social evitada, agora, pelo Estado neoliberal; e outra, ter dado pouca ênfase na sua capacidade como esfera política, crucial para o exercício da cidadania ativa. Por conseguinte, cidadania passou a ser concebida como capacidade de integração individual na lógica e dinâmica do mercado capitalista.

A propósito, uma concepção alternativa de cidadania passa pela compreensão das lutas democráticas vistas como portadoras de uma redefinição não só do sistema político como também das práticas econômicas, sociais e culturais que possam engendrar uma ordem democrática para a sociedade como um todo (sistema político, futuro do desenvolvimento, erradicação das desigualdades sociais).

Mas, qual a natureza desse processo democrático? Não é homogêneo e, em alguns casos, os movimentos sociais não somente conseguiram traduzir suas agendas em políticas públicas e expandir as fronteiras das políticas institucionais como também lutaram, de maneira significativa, para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de cidadania, representação política, participação e democracia.

Cumprir lembrar, aqui, que os movimentos sociais tentam desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes à medida que seus objetivos transcendem ganhos materiais e institucionais, afetam as fronteiras da representação política, cultural e a prática social. Desse modo, põem em questão as noções de política, cidadania e democracia, além de realizarem contestações culturais.

Por outro lado, não exigem necessariamente a inclusão social. O que está em questão para os movimentos sociais, de modo profundo, é a transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas.

Nesse contexto mais amplo, percebe-se, nas décadas recentes, o surgimento e propagação de grande diversidade de práticas de colaboração solidária no campo da economia, como: a autogestão de empresas pelos trabalhadores, o comércio ético e solidário, as organizações de marca, a agricultura ecológica, o consumo crítico, o consumo solidário, os sistemas locais de emprego e comércio, os sistemas

locais de trocas, os sistemas comunitários de intercâmbio, a rede global de trocas, a economia de comunhão, os sistemas de microcrédito e de crédito recíproco, os bancos do povo, os sistemas locais de moedas sociais, a difusão de *softwares* livres, entre muitas outras práticas de economia solidária. O trecho a seguir esclarece bem essa questão:

O rápido crescimento internacional das redes solidárias e de seu poder de atuação nos campos da economia, política e cultura é um dos fenômenos marcantes da última década. Este crescimento se firma qualitativamente no projeto de construção de uma globalização solidária, com valores contrapostos aos da globalização capitalista em curso. Mais do que uma eficiente estratégia organizativa de empresas, de entidades civis ou de movimentos sociais, essas redes emergem como atores coletivos que estão construindo um novo contrato social, que exige a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e à diversidade de culturas que promovam simultaneamente as liberdades públicas e pessoais, a convivência pacífica entre os povos e um tratamento adequado às diversas questões levantadas pelos movimentos social-populares, em prol do bem-viver de todas as pessoas. (MANCE, 2002, p. 24)

De fato, os processos educativos vivenciados pelos trabalhadores que participam de experiências de economia solidária proporcionam mudanças nas concepções de vida e trabalho dos participantes, pois rompem com o ideário hegemônico de nossa época segundo o qual não há alternativa nenhuma ao capitalismo neoliberal. Possibilitam aos movimentos sociais a formulação de alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias, viáveis e por isso, dão conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica. Sobre isso, explicita Santos:

Dizem respeito à globalização da resistência aos localismos globalizados e aos globalismos localizados. Designo o primeiro por cosmopolitismo. Trata-se da organização transnacional da resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizados e os globalismos localizados, usando em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo as que decorrem da revolução nas tecnologias de informação e de comunicação.

[...] o segundo, designo-o por patrimônio comum da humanidade. Trata-se de lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária. (SANTOS, 2002, p. 67; 70)

A reinvenção de formas econômicas propiciadas pela economia solidária significa, ainda, alternativa sistêmica ao capitalismo. Suas propostas e processos edu-

cativos apontam como perspectivas, formas de organização econômica baseada na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente.

Vale lembrar que as experiências de economia solidária, observadas em diferentes países nas últimas décadas do século XX se baseiam em formas de associativismo e cooperativismo que têm por fundamentos o processo social da cooperação e do auxílio mútuo. Assim, aqueles que se encontram na mesma situação desvantajosa de competição conseguem, pela soma de esforços, garantir a sobrevivência.

A análise dessas experiências implica a busca dos fundamentos sociais, culturais e educativos implícitos no bojo da economia solidária. Portanto, esses fundamentos trazem em si uma espécie de renascimento de valores históricos que fazem parte da cultura do movimento operário tais como, autogestão, autonomia, solidariedade e outros.

Em resumo, o cooperativismo popular solidário emergente significa uma das formas criativas, mobilizadoras e solidárias para o trabalho. A conjugação de esforços entre os cooperados propicia, então, o melhor aproveitamento da mão-de-obra e a democratização do aprendizado e das oportunidades. É, sem dúvida, um horizonte dos mais promissores no momento em que se buscam opções no combate ao desemprego e suas conseqüências. Significa oportunidades de crescimento em termos de cidadania ativa e transformação social e cultural.

A esse respeito, durante a década de oitenta e noventa do século passado, vários autores se debruçaram no estudo da experiência histórica de construção de uma nova concepção de cidadania que extrapolasse os limites da visão liberal e fosse capaz de penetrar na esfera da produção e reprodução social. Tais autores procuram enfatizar a necessidade de uma cidadania plena, que se construa mediante um processo permanente de criação e de recriação de novos direitos. Destacam o importante papel que vêm cumprindo os movimentos sociais na construção dessa nova cidadania e a necessidade da incorporação dos elementos da subjetividade como indispensáveis à transformação dos valores necessários a essa nova prática de cidadania.

O conceito de *cidadania ativa* se distingue do conceito de cidadania passiva - aquela que é outorgada pelo Estado com a idéia moral do favor e da tutela - e institui o cidadão não só como portador de direitos e deveres, mas também essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política. Para Benevides (1991, p. 20), “essa cidadania ativa supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes”.

Por sua vez e nas trilhas da reflexão acima esboçada, Dowbor assim se refere à importância desta prática de cidadania na construção de uma nova modernidade:

A modernidade não se conquista com passes de mágica. Implica uma visão política, de que participar na construção do seu espaço de vida, mais do que receber presentes das *autoridades*, constitui uma condição essencial da cidadania. Implica uma visão institucional, menos centrada nas “pirâmides” de autoridade, e mais aberta para a colaboração, as redes, os espaços para elaboração de consensos e os processos horizontais de interação. Implica finalmente numa visão centrada no homem, na qualidade de vida, na felicidade do cotidiano, e um pouco menos nas taxas imediatas de retorno. (DOWBOR, 1999, p. 367)

Indissociável desse processo de constituição de uma *cidadania ativa*, as práticas de trabalho de autogestão têm procurado contribuir para o processo de radicalização da democracia.

Contudo, o aprofundamento da noção de trabalho e de processos educativos instiga o pesquisador a refletir sobre a capacidade e potencialidade de referidas experiências em termos de serem ou não capazes de estimular a contestação e superação do sistema capitalista. Em outras palavras, o desafio, aqui, é analisar as principais lições extraídas do emergente cooperativismo popular e sua importância para a consolidação dos princípios de economia solidária.

Discutidas essas questões, as classes trabalhadoras da Região do Vale do Aço deixam transparecer um sentimento de inquietação e indignação ao *status* dominante. Surpreendentemente, deixa transparecer o desejo de construção de algo novo, de uma postura alternativa de autogestão, diferente da compreensão de um indivíduo assalariado estrito senso, vendedor pura e simplesmente de sua força de trabalho e, portanto, *coisificado* no processo de produção. Trata-se da entrada, na esfera pública, de trabalhadores que, pela ação e pelo discurso, afirmam os princí-

pios básicos da cidadania ativa, ou seja, a luta ferrenha pelo direito a ter direitos, entre outras de suas dimensões.

A economia solidária, incipiente nesse quadro de reestruturação produtiva, favorece a emergência de uma nova cultura política, com ênfase, sobretudo, no processo de radicalização da democracia, pois penetra a esfera econômica e social, pouco ou quase nada atingida pelo processo de transição democrática ocorrida no Brasil a partir dos anos setenta e oitenta do século XX². Impulsionada, sobretudo a partir de meados da década de noventa, propiciaria, em tese, a criação de novos valores, novas relações e, sobretudo, de novos horizontes para o desafio de emancipação e/ou inclusão social das classes subalternas no mundo contemporâneo. Mas, em que medida as experiências dos trabalhadores dos grupos de economia solidária exigem a compreensão dos novos desafios para emancipação social deles? Esta questão será tratada no próximo item.

2.1 Cotidiano, conhecimento, emancipação e economia solidária

A reflexão sobre as relações entre as experiências do conhecimento na vida cotidiana, muitas vezes denominada senso comum e a construção sociológica do conhecimento diante do movimento não linear e descontínuo da sociedade é desafiador quando se procura compreender as possibilidades históricas de emancipação social tendo, como referência mais ampla, as experiências de economia solidária, através do associativismo e cooperativismo popular solidário.

No contexto das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, provocadas pelas inovações tecnológicas e organizacionais nos processos de produção capitalista, tem-se o acirramento dos conflitos e sentimento de indiferença social por parte de consideráveis parcelas da sociedade. Daí serem oportunas questões e preocupações sobre os fundamentos da era contemporânea.

2 Há uma vasta literatura das ciências sociais sobre a transição democrática brasileira. Destacam-se a nosso ver as análises realizadas por SANTOS (2005); OLIVEIRA (1995); O'DONNELL (1987).

Vale lembrar, aqui, que tais transformações têm sido abordadas tendo, como referência temas emergentes no cenário histórico contemporâneo, principalmente aqueles que tratam das experiências, lugares e significados do trabalho na vida cotidiana.

No exercício da imaginação sociológica³, refletir sobre tais abordagens estimula o aperfeiçoamento da curiosidade epistemológica. A questão central reside na problematização das grandes narrativas da ciência moderna, pautada pela relação de causa e efeito, numa perspectiva linear. Na linha teórica dos historiadores ingleses, questiona-se a preocupação quase que exclusiva de certas narrativas da ciência moderna, por estarem muito preocupadas com o porquê dos fenômenos sociais, não dando a devida atenção ao seu funcionamento interno. Ou seja, a descoberta do porquê de determinado fenômeno, não se esclarece exatamente o como o evento ocorreu nem como a situação é vivida pelos respectivos personagens. Do ponto de vista metodológico, trata-se de enfrentar o desafio maior de transformar temas e questões da atualidade em análises das ciências sociais. Cabe, portanto, pensar o cotidiano na lógica da descoberta e não na lógica da demonstração. Por exemplo: como as relações de exploração e dominação aparecem no cotidiano de quem as vive? Como os atores sociais sentem, pensam e vivem tais relações? Tal perspectiva metodológica privilegia a abertura para o inesperado e se revela capaz de refletir, de forma articulada, as experiências individuais e coletivas.

Nessa perspectiva analítica, o estudo das iniciativas e ações dos trabalhadores na Região do Vale do Aço, sob o ponto de vista da vida cotidiana, trouxe como consequência, a superação daquela postura metodológica que minimiza a importância do conhecimento do senso comum. Nesse enfoque, conforme lembra Martins (2000, p. 57), “o senso comum é desqualificado, destituído de verdade, fonte de equívocos e distorções”. E tanto positivistas como marxistas caem nessa armadilha

3 Trata-se da habilidade que os sociólogos desenvolvem para ver a conexão entre a vida cotidiana dos indivíduos e os problemas sociais. Essa habilidade pode ser caracterizada como um tipo incomum de pensamento criativo, que consegue estabelecer relações entre um indivíduo e a sociedade mais ampla. Um elemento fundamental para se obter a imaginação sociológica é desenvolver a habilidade para ver a sua própria sociedade (ou o seu grupo social) como um estranho o faria, assim procurando diminuir a sua própria influência (carregada de valores culturais obtidos ao longo de sua vida) na análise. (MILLS, 1982, p. 17)

preconceituosa. Para uns, só o fato desprovido de vida é social; para outros, só a conversão consciente ao projeto de revolução pode revolucionar a vida.

Situando-se no âmbito intermediário de investigação e superação do que o senso comum tem sido para a interpretação acadêmica, o autor acima citado diferencia as orientações teóricas e metodológicas de marxistas e fenomenologistas. Acredita na possibilidade de um encontro justamente naquilo que é, na verdade, o lugar do conhecimento do senso comum na vida cotidiana e, também, na história, conforme retrata este trecho:

O senso comum é comum, porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. [...] não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos. (MARTINS, 2000, p. 59)

Nessa medida, torna-se oportuno pensar o cotidiano como o fio condutor do conhecimento nas ciências sociais, o que traz como implicações metodológicas, repensar a delimitação do objeto de estudos dessas ciências. Muitas vezes, um objeto é aquilo que os métodos de abordagem permitem ou determinam. Ambos, objeto e métodos, se condicionam e eventualmente, ambos se determinam mutuamente. As ciências humanas em geral não nos oferecem um programa coerente que guie a investigação, ao contrário do que acontece com as ciências exatas. Enquanto os conceitos nas ciências exatas têm um significado preciso, nas teorias sociais, em contrapartida, eles são relativamente vagos e ambíguos.

Contrário às posições que reduzem o cotidiano ao rotineiro, repetitivo e a histórico, Pais (2003, p. 56) considera que o cotidiano é o

[...] cruzamento de múltiplas dialéticas entre o rotineiro e o acontecimento. Para que se torne efetivamente em fio condutor do conhecimento da sociedade, torna-se importante que haja o entrelaçamento dos planos micros com a macro-análise sociológica, que significa entender o comportamento dos indivíduos com os planos que resultam da conjugação de variáveis macro-sociológicas, como por exemplo, o poder, a autoridade.

O que importa é vincular a historicidade absoluta de um ato à generalidade de uma estrutura social, fazendo ressaltar a imbricação de atos ou acontecimentos individuais ou interacionistas com estruturas sociais globais.

Nessa linha interpretativa, cabe destacar que, do ponto de vista de uma teorização social da vida cotidiana, não é apenas importante aquilo que fixa as regularidades da vida social, mas também aquilo que a perturba. O cotidiano é espaço por excelência não só de ações repetitivas, mas também o espaço de inovação. Um dos desafios dessa perspectiva teórica está em estabelecer uma ligação entre os grandes dispositivos sociais e os dispositivos microssociais que regulam ou informam a vida social. “Da mesma forma que a sociologia da vida cotidiana não deve fazer abstração da individualidade, também não deve desconsiderar as proposições concernentes à estrutura social envolvente das interações”, conforme assinala Pais (2003, p.113). Em síntese, trata-se de mover-se em dois campos paradigmáticos: o interesse em olhar a sociedade no âmbito dos indivíduos e também o interesse em ver como a sociedade se traduz na vida de tais indivíduos.

Neste estudo coube um indagar constante: como coletar dados e informações no interior de uma realidade tão carregada de contradições? Como a experiência de organização dos grupos e outras formas associativas de produção têm sido interpretadas pelos teóricos dos movimentos sociais bem como por aqueles que vivem essas experiências no cotidiano? Qual o significado mais exato dos silêncios, dos não ditos de diferentes participantes? Trata-se, portanto, de outro tipo de inserção na realidade. Não se trata de ir aos grupos para explicar a realidade, mas sim de adotar uma postura metodológica que privilegie o entendimento da dinâmica da vida social. Daí, a importância dos sinais produzidos e compartilhados pelos participantes de referidas experiências por serem indícios de novas sociabilidades forjadas nas novas relações de trabalho emergentes. Como a condição de classe é vivida e experimentada nessa situação?

Assim sendo, privilegiou-se, neste estudo, a aquisição e/ou produção de saberes por parte dos trabalhadores da Região do Vale do Aço. Partiu-se do pressuposto fundamental de que o conhecimento, no sentido mais geral do termo, é construído pela espécie humana ao longo de sua história. Ele é transmitido de uma geração para a outra e, portanto, é cumulativo.

Exemplificando, sabe-se que o animal nasce em um meio e pouco transforma este meio. Além do mais, ele aprende poucas coisas dos adultos. A condição da espécie humana é completamente diferente. O homem (no significado de ser huma-

no, incluindo os dois gêneros, masculino e feminino) transforma o seu meio, mediante sua atividade, seu trabalho. Portanto, um ser humano vive em um mundo que foi criado (a partir de condições naturais) pelas gerações precedentes. Até tal ponto que hoje em dia, o homem pode destruir esse mundo, inclusive sem querer. Isso significa que as demais espécies vegetais e animais também vivem (ou se extinguem) num mundo criado pelo homem.

Sendo assim, a criação do homem nasce em um mundo humano. Para sobreviver, há de adaptar-se a esse mundo. Essa adaptação só é possível porque outros seres humanos (os seus pais, os adultos) cuidam dela e mostram-lhe ou ensinam a ela o que possibilita sobreviver neste mundo. Em outras palavras, o pai dá ao filho uma educação. Tal educação possibilita que ele se torne um ser humano de tal lugar e tal época. No decorrer da sua vida esse filho, com base nesse ensinamento também vai participar da transformação do mundo. Assim, cada geração contribui para a construção do mundo humano.

Portanto, na história desenvolve-se um duplo processo cumulativo: um que constrói o mundo e outro que constrói a espécie humana. O ser humano transforma o mundo pelo seu trabalho e, tendo essa atividade, transforma a si mesmo. Esse duplo processo é que Marx chama de práxis⁴.

Ao transformar o mundo e para transformá-lo, o homem produz conhecimentos sobre o mundo, sobre o próprio homem e sobre a maneira como transforma o mundo (como construir instrumentos, criar animais, atuar coletivamente com outros homens, etc.). Esses conhecimentos são transmitidos de uma geração para a seguinte, graças à educação. Portanto, são eles também essencialmente culturais. A história é este triplo processo de construção do mundo, de conhecimentos e de uma espécie com características específicas. Só há uma história por esse processo ser cumulativo e só poder ser cumulativo graças à educação.

A combinação entre o sistema de relações de produção e forças produtivas e as manifestações de socialização interativa de linguagem e papéis sociais destaca a

4 Na primeira das teses sobre Feuerbach, Marx define a práxis como atividade prático-crítica, isto é, como atividade humana perceptível em que o real é concebido subjetivamente.

necessidade de uma sociologia da cultura. Tal sociologia trataria das interações entre a práxis humana do trabalho e as expressões e possibilidade próprias da consciência.

A definição de cultura como articulada com o mundo do trabalho e das idéias traz uma combinação entre a percepção humana e percepção socialista. A primeira considera que o homem faz a sua própria história e a outra de que o homem faz a si mesmo e fabrica seus meios de vida, bem como seus diferentes papéis e representações sociais.

A recuperação de um conceito mais abrangente da história engloba as características próprias de uma história das várias expressões culturais. Para isso, é preciso que reconheça a diversidade das expressões e das forças culturais que desenvolvem papéis e assumem formas de produção e instituição, com diferente poder de alcance de caráter universal, nacional e de classe.

Assim, diante da questão *o que é conhecimento*, a resposta é: tudo quanto a espécie humana criou no decorrer da transformação do mundo e dela mesma. Quando se leva em consideração a dimensão social da questão deve-se acrescentar a idéia de que, apesar de serem todos produzidos pela atividade do homem ao longo da história da espécie, os vários tipos de conhecimentos não são valorizados igualmente pela sociedade. Os conhecimentos são construídos pela atividade coletiva dos homens, portanto em sociedades. Consequentemente, eles trazem as marcas das relações de dominação e desigualdade que permeiam essas sociedades.

Ao estudar a noção de relação com o saber entre as classes populares Charlot (2005, p. 36) enfatiza como a *relação com o saber* é vista como “uma relação de sentido, e, portanto de valor, entre um indivíduo (ou um grupo) e os processos ou produtos do saber”. A esse respeito, pode ser útil distinguir e articular as relações de identidade e epistêmicas com o saber. A *relação com o saber* se enraíza na própria identidade do indivíduo: questionam-se seus modelos, suas expectativas em face da vida, do futuro, do ofício futuro, da imagem de si mesmo e das suas relações com as figuras parentais. Neste caso, há então, relação de identidade com o saber. Mas o que está em jogo na *relação com o saber* é também a própria natureza do ato de aprender; aprender é se apropriar do saber, construir um sentido, saber como se

conduzir em qualquer circunstância, cumprir suas obrigações profissionais. Aí, então, existe uma relação epistêmica com o saber, conforme esclarece este trecho:

A questão é sempre compreender como se opera a conexão entre um sujeito e um saber ou, mais genericamente, como se desencadeia um processo de aprendizagem, uma entrada no aprender. Se o sujeito já está em atividade, a questão é compreender o que sustenta sua mobilização. De certa forma, pode-se dizer que toda problemática da relação com o saber, assim como todo estudo empírico inserido no quadro desta problemática, tem como objetivo elucidar as condições e as formas dessa mobilização. (CHARLOT, 2005, p. 36).

Uma metodologia de pesquisa sobre processos educativos, coerente com a problemática da *relação com o saber* deve centrar no problema da mobilização do sujeito no campo do saber e do aprender ou no confronto com este ou com aquele saber. Mais precisamente, deve centrar nas fontes dessa mobilização e nas formas que ela assume. A questão é captar um processo que se pode designar, conforme a dimensão privilegiada pela análise, por diversos nomes: o processo aprender (considerando o sujeito em confronto com o patrimônio humano), a mobilização (considerando a entrada e a manutenção do sujeito na atividade).

Tais questões são importantes para o entendimento mais amplo sobre o caráter e a natureza dos processos educativos vivenciados no interior das experiências de associativismo e cooperativismo popular solidário na Região do Vale do Aço. Elas instigam o aprofundamento da democracia na esfera econômica e o pleno exercício da cidadania ativa como construção histórica de inclusão e emancipação social.

2.2 Processos educativos e pressupostos metodológicos

Há muitos significados que podem ser extraídos dos processos educativos desencadeados nas experiências de associativismo e cooperativismo popular solidário na Região do Vale do Aço. Ao abordar especialmente o associativismo e cooperativismo, buscou-se enfatizar os aspectos metodológicos que desafiam aqueles que se propõem interpretá-los na luta pelo aprofundamento da democracia e afirmação da cidadania ativa, através dos princípios norteadores da economia solidária no interior das classes subalternas.

Adotou-se, aqui, o conceito de classes subalternas dada a sua importância para a compreensão do cooperativismo popular solidário. Afinal, à medida que tal conceito, ao prefigurar a diversidade de situações de subalternidade, propicia, também, segundo Martins (1989, p. 46), "a apreensão da riqueza histórica, cultural e política de uma determinada sociedade, favorecendo, assim, uma interpretação mais abrangente das relações de exploração, dominação e exclusão social e política".

A realidade de excluídos, melhor dizendo, daqueles que vivem na subalternidade é parte integrante da lógica do modo de produção capitalista. Trata-se, na verdade, de uma exclusão integrativa, pois permite a convivência de padrões elevados de desenvolvimento tecnológico, acumulação de riquezas, ao lado da fome, analfabetismo e outras mazelas sociais para a grande maioria.

Por sua vez, o movimento crescente de economia solidária no Brasil da última década do século anterior é portador de um caldo de cultura democrática, propiciado pela sua eclosão, em meados da década de noventa. Tal fato se deve à ação e reflexão participativa dos seus agentes, por meio das redes, feiras, intercâmbios, fóruns e outras formas de se praticar a solidariedade.

Os discursos e as ações educativas dos integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, realizados ao longo desses anos são referências teóricas e políticas para a compreensão dos impasses do modelo de desenvolvimento econômico adotado em nosso país. Também são importantes para se compreender a luta que as classes subalternas desencadeiam para a sua devida superação.

Nas últimas décadas, o associativismo e cooperativismo popular solidário constituíram-se e consolidaram-se como movimento social vigoroso e dinâmico. Percebe-se a força dos referidos discursos e ações educativas na análise do seu significado. Merecem especial destaque aqueles que foram capazes de recolocar em cena os setores que sofreram as consequências da experiência de subalternidade e buscaram de múltiplas formas, expressarem o sentimento de rebelião. Desse modo, ocuparam, de forma lenta, gradual e determinada, cada vez mais, seu lugar no *coro*. José Nun interpreta a ação social e seu respectivo significado no interior desses movimentos da seguinte maneira:

Na tragédia grega, o centro do cenário era ocupado quase sempre pelos heróis, únicos que se colocavam em contato direto com os deuses. A vida cotidiana tinha se tornado ao contrário, um espaço subalterno e sem rosto: o do coro. Formava-o a mulher, as crianças, os escravos, os velhos, os mendigos, os inválidos, numa palavra, todos os que ficavam na cidade quando os demais partiam em busca de aventura, de poder e da glória. (NUN, 1989, p. 11)

A explosão dos movimentos sociais já na década de oitenta do século passado representou, sobretudo, a rebelião que a subalternidade desencadeou no interior da sociedade brasileira. Tal rebelião ocorreu, fundamentalmente, na cotidianidade vivida pelos excluídos do sistema. Esse movimento não se deu por gestos épicos, mas tem grande importância para quem se propõe compreender a realidade social. Como assinala Ernesto Laclau,

[...] as novas expressões do conflito social, décadas de 70 e 80, seriam opacas, portanto, a partir da interpretação dada pelos velhos paradigmas. Os agentes sociais construiriam suas pendências e desejos na construção de suas práticas coletivas, num espectro de possibilidades não mais transparentes e racionais. Leia-se: não é mais possível atribuir sentido às ações dos trabalhadores enquanto "ações de classe". (LACLAU, 1986, p. 18)

O desafio consiste em repensar as perspectivas de interpretação daqueles movimentos, pois

[...] os movimentos, para o bem ou para o mal, afirmam-se em suas éticas específicas. Chega-se, assim, a que o sentido dos movimentos sociais não seria construído por eles mesmos, nas suas tentativas de alcançar seus objetivos, mas seriam sentidos atribuídos via modos como eles se articulam, ou são articulados, seja por forças sociais, seja pelas agências do poder, ou pelos múltiplos posicionamentos dos demais movimentos sociais. (LACLAU, 1986, p. 22)

Esse referencial conceitual permite compreender que a rebelião dos subalternos foi ganhando corpo de forma fragmentária ao romper o silêncio imposto pelos setores dominantes. Compreender o significado mais amplo dos movimentos sociais na suas múltiplas relações com o Estado e com o mercado implica um processo de reinvenção permanente da democracia nas diferentes esferas da vida social. Não se fica esperando a grande transformação para se romper com o silêncio, mas esse vai se rompendo, por meio das contestações permanentes da subalternidade através dos movimentos sociais.

Claude Lefort contribui para a compreensão dos fundamentos filosóficos desta experiência vivenciada na atualidade:

O ato da troca na cotidianidade representa o ato por excelência, pelo qual o homem conquista a sua subjetividade. Por trás da luta dos homens pela conquista da subjetividade, esboça-se um movimento pela construção de um "eu coletivo". (LEFORT, 1979, p. 77)

Ao refletir sobre a condição humana na modernidade, Hannah Arendt propõe a radicalização democrática fundada na ação, como princípio estruturante da sociabilidade moderna, conforme mostra este trecho:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. (ARENDR, 1991, p. 188)

Ademais, a condição humana, negada historicamente às classes subalternas, pode ser resgatada a partir da conquista e da afirmação da cidadania e do aprofundamento da democracia nos mais variados espaços de sociabilidade humana.

Ainda acerca dos movimentos sociais em geral é preciso lembrar que sofreram, ao longo dos anos, contínuos processos de desestruturação / reestruturação em suas configurações específicas, sob a influência de um conjunto diversificado de discursos e ações pronunciados por diferentes sujeitos. Tais processos trazem implícitas as dinâmicas educativas.

Merece ressaltar, então, que os processos educativos constituem um dos mais eficientes instrumentos do processo de socialização. Têm como função comunicar às novas gerações aqueles elementos culturais que lhe possibilitem conviver com os demais no grupo e na sociedade. Comunicam-lhes as noções sobre a importância das instituições, das idéias, das crenças e dos valores professados pelo grupo ou pela sociedade como básicos para a convivência e a sobrevivência. Transmitem-lhes, igualmente, os padrões de comportamento (leis, mores, *folkways*, usos, tradições), bem como os elementos adquiridos pela sociedade no decorrer de sua história. Tais processos educativos têm igualmente a incumbência de criar as condições que permitem às pessoas serem criativas, inovadoras, com a capacidade de modificar e/ou adaptar idéias, valores e padrões e os próprios elementos tecnológicos às novas circunstâncias, caso elas assim o exijam.

Esses processos podem ser usados para a conservação da ordem social vigente ou para sua mudança⁵. São educativos para o *status quo*, quando empregados para reforçar a manutenção e a persistência de todos os elementos culturais e estruturais de um sistema, rejeitando toda e qualquer tentativa de modificação, com exceção, talvez, dos elementos tecnológicos. São educativos, ainda, quando encarados como um instrumento apto para a criação e a comunicação de valores, idéias, padrões de comportamento e formas de organização que instaurem uma nova sociedade. Por isso, os conteúdos e as atitudes que tal educação desperta e transmite opõe-se às atitudes da ordem social e econômica vigentes.

Os processos educativos adotados nas experiências de associativismo e cooperativismo situam-se na segunda concepção educacional. Visam a modificar, substituindo a médio e em longo prazo, a atual configuração socioeconômica, baseada numa intensa competição individualista. Desse modo, ao invés de promoverem o bem-estar de todos, promovem apenas algumas minorias privilegiadas que, no país, ao longo dos séculos, detêm os privilégios e não abrem mão deles em favor da maioria. E para assegurarem melhor suas posições privilegiadas, não receiam em associar-se aos poderosos grupos econômicos internacionais, implantando uma economia de dependência tecnológica, comercial e financeira radicalizando ainda mais, a nossa situação de bipolaridade socioeconômica.

A educação cooperativista pretende superar essa situação, no plano dos valores, das idéias, das atitudes e das estruturas criando novos valores, novos padrões de comportamento que privilegiem o processo social de cooperação e canalizem tal processo através de estruturas ou organizações racionais e eficazes. Essa educação visa a substituir valores e padrões de comportamento, tendo em vista promover a crescente participação de todos nas decisões político-econômicas e nos bens e serviços produzidos pelo sistema. O objetivo é que as pessoas não apenas tenham mais, ao contrário, acumulando mais recursos, todos poderão saber mais e sabendo mais, poderão ser mais úteis para mais e mais pessoas humanas.

Mas, abordar os processos educativos implica, ainda, fazer a devida distinção conceitual entre cultura, endoculturação e educação. De acordo com Brandão

⁵ As idéias sobre educação aqui desenvolvidas se baseiam no pensamento de Paulo Freire, particularmente no livro *Educação como Prática da Liberdade e Pedagogia da Autonomia*.

(1982), tudo o que existe transformado na natureza pelo trabalho do homem e significado pela sua consciência é parte integrante de sua cultura. A endoculturação é tudo aquilo que existe e é criado numa cultura como conhecimento que se adquire pela experiência pessoal com o mundo e com o outro. Por fim, o autor refere-se à escola, mais especificamente, quando surgem formas sociais de encaminhamento e controle da aventura de ensinar e aprender.

A reflexão sobre os processos educativos no interior das experiências de associativismo e cooperativismo popular na região em análise exige, ainda: reflexão sobre o caráter e a natureza da intervenção político-educativa desenvolvida por diferentes agentes do fórum brasileiro de economia solidária; entendimento das atividades educativas como um processo sistemático, planejado, cumulativo guardando relação com o processo de organização e luta das classes subalternas; na sua execução, incorporação de determinada concepção metodológica do ponto de vista da apropriação e produção do conhecimento por parte dos atores.

Compreender essa intervenção e a reflexão sobre ela como uma discussão de natureza metodológica implica assumir, do ponto de vista teórico mais geral, algumas premissas básicas, quais sejam: a não-neutralidade axiológica do discurso e da prática científica; a relatividade das proposições objetivas existentes no campo científico para a investigação dos fenômenos sociais, culturais, econômicos; o entrelaçamento político, social e existencial entre *pesquisadores* e *pesquisados*.

Com certeza, as rupturas epistemológicas e a construção do objeto estimulam o pesquisador a adentrar no labirinto do tortuoso caminho de produção de conhecimentos. Que compreensão sobre o ato de conhecer nas ciências sociais norteou a elaboração do presente estudo?

Ora, o ato do conhecimento implica: interpretar contra ou a favor do conhecimento já acumulado; construir o objeto do conhecimento, fazendo a distinção entre o objeto real e o objeto do conhecimento; entender que nunca se alcança o conhecimento total e absoluto, pois os resultados são inúmeros e cada um pode conduzir a outras buscas; saber que o conhecimento é sempre histórico, não parte do nada e é determinado no tempo, espaço, classe, etnia.

Complementando essa idéia, pode-se afirmar que os dados, quando citados, não pretendem ser, de maneira alguma, a expressão da verdade última e absoluta da realidade. Eles estão sempre articulados com uma interpretação anterior e/ou posterior à sua exposição e são relativos. Não é possível uma explicação dos fenômenos sociais, políticos e educativos de forma totalmente objetiva, neutra e livre de valores/vontades. A propósito, a experiência de pesquisador-militante como também de militante-pesquisador está impregnada de condicionamentos históricos e sociais, e, portadora de vontades, crenças, desejos, angústias.

Mergulhando, então, nas trilhas teóricas deixadas por Santos (2001, p. 107-116), trata-se de abrir pistas para o reencontro da ciência com o senso comum, ao revistar, de forma crítica, algumas práticas políticas e educativas do cooperativismo popular presente na Região do Vale do Aço, objeto desta tese. E ao percorrer essas trilhas, deve-se atenuar o desnivelamento dos discursos do militante - investigador com o investigador – militante – investigado. Assim será possível ao mostrar que, ao mesmo tempo em que primeiro era objeto de interpretação, não também a identidade de sujeito da transformação e da interpretação. Finalmente e como consequência desses enunciados, o presente trabalho representa a superação da dicotomia entre a contemplação e a ação.

2.3 Aspectos metodológicos e premissas teóricas

Diferentes questionamentos, indagações, críticas e apostas em torno da pesquisa qualitativa surgem no campo da pesquisa em ciências humanas quando ela se desprende dos ideais positivistas. Isso ocorre precisamente, quando se evidencia, no seu interior, a necessidade de tomar, para si, a responsabilidade de pensar e compreender múltiplos fenômenos educativos na trama das relações entre o pesquisador e o outro, ambos inscritos num espaço sociocultural.

Inquieto então, com indagações acerca da validade e confiabilidade da pesquisa qualitativa, seguiu-se a trilha deixada por autores que são vozes discordantes daqueles que se sustentam no paradigma positivista. Além disso, optou-se, aqui,

pela pesquisa qualitativa por ser ela considerada, por aqueles autores um importante instrumento de produção de conhecimento, sem, contudo desconsiderarem os imensos desafios tanto teóricos quanto éticos dessa metodologia. Neste universo, a validade e confiabilidade, esteiras da produção do conhecimento científico, inseridas no paradigma indiciário, tornam-se, pois, o principal foco deste estudo.

O paradigma indiciário se traduz em um *saber de tipo venatório*, caracterizado pela capacidade de, a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador [um caçador, p.ex.] de modo tal que possa se traduzir numa sequência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser *alguém passou por aqui*, Ginzburg (1989, p. 152). Acredita-se que a própria idéia de narração (contar uma história, descrever situações e comportamentos), distinta de outras formas de expressão, como o sortilégio, o esconjuro ou a invocação, tenha nascido numa sociedade de caçadores, a partir da experiência da decifração das pistas. Argumenta esse autor:

O caçador teria sido o primeiro a *narrar uma história* porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos. Decifrar ou ler as pistas dos animais são metáforas. Sentimo-nos tentados a tomá-las ao pé da letra, como a condensação verbal de um processo histórico que levou, num espaço de tempo talvez longuíssimo, à invenção da escrita. (GINZBURG, 1989, p. 152)

Ginzburg compara os fios que compõem uma pesquisa desenvolvida sob o paradigma indiciário aos fios de um tapete. Colocados os conceitos básicos e definido o campo onde se realiza a investigação, enfim, reunidos os indícios ou pistas do objeto de estudo, o observador verá tomar forma uma *trama densa e homogênea* que será tecida no tear do quadro de referência teórico. A coerência do padrão desenhado pela visão do observador é verificável "percorrendo-se o tapete com os olhos em várias direções". (GINSBURG, 1989, p. 170) O tapete é o paradigma que, a cada vez que é usado e conforme o contexto se denomina venatório, divinatório, indiciário ou semiótico.

A questão colocada por Ginzburg nesse ponto de sua argumentação, é se um paradigma indiciário pode ser rigoroso. Para ele, o tipo de rigor das ciências da natureza é não apenas inatingível, mas certamente também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência do cotidiano. Mais precisamente para

[...] todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos. Em situações como essas, o rigor flexível do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. [...] Nesse tipo de conhecimento entram em jogo elementos imponderáveis: furo, golpe de vista, intuição. (GINSBURG, 1989, p. 177).

Ele ressalva que, com o uso do termo *intuição*, como sinônimo de processo racional será possível resgatar antigos conceitos que fazem parte das origens da ciência, no Ocidente como o da *firasa*, em que se baseava a fisiognomonia árabe. Trata-se de uma

[...] noção complexa, que designava em geral a capacidade de passar imediatamente do conhecido para o desconhecido, na base de indícios. O termo, extraído do vocabulário dos *sufi*, era usado para designar tantos as intuições místicas quanto às formas de discernimento e sagacidade. Nessa segunda acepção, a *firasa* não é senão o órgão do saber indiciário. (GINSBURG, 1989, 179)

Essa *intuição* está arraigada nos sentidos (mesmo superando os atributos biológicos) e é difundida no mundo todo, sem limites geográficos, históricos, étnicos, sexuais ou de classe. É parte integrante do gênero humano e, nesse sentido, está muito distante de qualquer forma de privilégio social. Talvez por sua origem enraizada na fronteira indefinível entre natureza e cultura, o paradigma indiciário

[...] pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo [contemporâneo]. [Pois] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la. (GINSBURG, 1989, 179).

Nas trilhas da pesquisa realizada, procurou-se indagar como coletar dados e informações no interior de uma realidade tão carregada de contradições: não se tratava, pois, de ir aos grupos em busca de explicação da realidade, mas sim de adotar uma postura metodológica que privilegiasse o entendimento da origem e da dinâmica dos grupos que pulsavam no interior daquele associativismo e cooperativismo popular. Daí, a importância dos sinais produzidos e compartilhados pelos participantes das referidas experiências que seriam indícios de novas sociabilidades forjadas nas novas relações de trabalho emergente. Procurou averiguar como a condição de classe era vivida e experimentada nessa situação pelos grupos.

Outra tarefa foi decifrar os enigmas presentes naquela realidade que apareceram cifradas nas representações coletivas e individuais. Os preconceitos mais de-

formam que informam a realidade social, mas ao deformarem eles também informam o real. Perceber como as mensagens eram transmitidas nos diferentes discursos, eis a lógica da descoberta e não da demonstração. A descoberta dos códigos verbais e o entendimento das imagens produzidas no, pelo e para o cotidiano requereu outros olhares e outra postura metodológica na concepção e realização da pesquisa.

Além do mais, a reflexão sobre os postulados metodológicos que norteiam os estudos sobre movimentos sociais em geral mostra a complexidade existente na relação entre teoria, metodologia, pesquisa e práxis. No interior dos diversos movimentos sociais, há certo entendimento comum de que o processo de conhecimento implica a adoção da práxis como procedimento geral de análise e intervenção social, no sentido atribuído por Karl Marx e pelos marxistas. Considerando isso, quais são, na verdade, as referências metodológicas que norteiam essa práxis?

Do ponto de vista metodológico, a postura necessária é aquela que busca a superação da relação mecânica entre o sujeito e objeto, investigador e investigado. Tal relação é uma das características essenciais do pensamento positivista nas Ciências Sociais.

Conforme nos ensina Bourdieu, um dos princípios fundamentais da sociologia é o de assumir a *vigilância epistemológica* como princípio da pesquisa social. Esse método exige do pesquisador, portanto, uma interrogação constante sobre o objeto de pesquisa e mais que isso, sobre o próprio ato de interrogação efetuado ao longo do trabalho científico.

Assim, o processo reflexivo nesta pesquisa teve como pressuposto principal o fato de que o trabalho científico, de forma geral, nunca está pronto e acabado. Não se trata de negar o conhecimento já acumulado, mas sistematizar e analisar as experiências educativas ocorridas no interior do associativismo e cooperativismo popular na região em estudo. E a crítica deve ser feita com muita serenidade de espírito, pois se aprende, ao longo da vida, que o erro é a fonte onde se brota e jorra o conhecimento. O objeto acadêmico não é o produto pronto e acabado, mas o processo de produção de conhecimentos. Nessa perspectiva, procurou-se, neste trabalho, verificar como foi ocorrendo e até que ponto seria possível construir novos objetos de pesquisa.

Uma das armadilhas desta pesquisa sobre o trabalho e os processos educativos no associativismo e cooperativismo popular solidário na Região do Vale do Aço dizia respeito aos princípios pedagógicos e metodológicos de natureza empirista. Conforme a concepção empirista de educação, a relação entre o educador e os sujeitos socioculturais deve ser entendida como uma relação ativa, de vínculos recíprocos, cuja tendência é superdimensionar a consciência espontânea do senso comum. Seriam as próprias classes subalternas que criariam e sistematizariam os conhecimentos. O problema é que não há espaço para a expressão desses conhecimentos nem para serem socializados, conforme explicitado abaixo:

O fundamental é que as camadas populares expressem, critiquem e desenvolvam coletivamente as suas próprias teorias, as suas próprias formas de aprender e explicar as coisas da vida social e de se posicionar frente a elas. Na medida em que as camadas populares - que tem a prática de lutas - elaboram também a sua teoria, é que se torna possível um processo de transformação social onde teoria e prática estão intimamente unidas e realizadas pelos próprios sujeitos desse processo. (COSTA, 1982, p.19).

Outra perspectiva metodológica adotada no presente estudo foi a dialética. Assim, Nessa perspectiva foi constante a preocupação com os processos de apropriação, domínio e crítica dos conteúdos temáticos inscritos nos processos de luta e de organização dos trabalhadores pesquisados.

Com relação à pesquisa qualitativa, percebeu-se, ao longo das análises que não é capaz de, por si só, garantir o seu próprio estatuto. Mas, acima de tudo, é a utilização que dela faz o pesquisador, perante seu objeto de pesquisa que lhe fornece esse estatuto. É óbvio que a metodologia não é neutra, pois ela traz consigo historicidade e a constituição do campo pesquisado. No entanto, o que de fato a consolida é o uso dela pelo pesquisador.

Por outro lado, não é raro encontrar críticas contundentes acerca da qualidade de pesquisas dessa natureza e, ao mesmo tempo, uma fecunda produção sobre as dificuldades e impasses que este campo reserva. André e Lucke (2002) ressaltam que as pesquisas qualitativas, aquelas que não têm parâmetros teóricos, que apresentam apenas a descrição do óbvio com análises de resultados sem clareza metodológica, falta de representatividade e de possibilidades de generalização resultam, em grande parte, da proximidade entre pesquisador e pesquisado.

Para além das críticas, sem deixar, no entanto, de acolhê-las, entende-se que não são todas as pesquisas qualitativas que devem ser vistas sob essa mesma perspectiva. O que interessa são as questões que atravessam a relação de um pesquisador com seu instrumento de pesquisa.

De acordo com Minayo (1998), esse método de pesquisa se preocupa com um nível de realidade que não somente não pode ser quantificado, pois trata-se de um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Tudo isso se relaciona com um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos não podendo ser reduzido à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa se caracteriza pelo seu caráter construtivo-interpretativo, dialógico, e pela sua atenção ao estudo de casos singulares.

Também Martins (2004) estudou os aspectos teóricos e históricos da pesquisa qualitativa. Essa autora parte do pressuposto de metodologia como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico. Nesse processo, questionam-se os limites e possibilidades, além do reconhecimento de que todo conhecimento sociológico tem, como fundamento, um compromisso com valores. Para essa autora, a pesquisa qualitativa privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais, individuais e grupais. Realiza um exame intensivo dos dados caracterizados pela heterodoxia no momento da análise. Esse método de pesquisa enfatiza a necessidade do exercício de intuição e imaginação por parte do sociólogo. Na verdade, um tipo de trabalho artesanal visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também — o que é muito importante — para a liberdade do intelectual.

Por sua vez, Matta (1991, p. 23) apresenta uma análise, na perspectiva da hermenêutica, da relação sujeito/objeto, interessante para justificar os fundamentos que se utilizam no estudo do associativismo e cooperativismo popular da região do Vale do Aço. Segundo esse antropólogo, temos que considerar a interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado que compartilham, mesmo que muitas vezes não se comuniquem, “de um mesmo universo de experiências humanas”. O que permite superar nossos preconceitos em relação ao *outro*, ao diferente, é a possibilidade de dialogar com o nativo. É nessa possibilidade de diálogo que reside a principal diferença em relação às ciências naturais e seu objeto: o objeto das ciên-

cias sociais “é transparente e opaco” (p. 27), tem o seu ponto de vista, as suas interpretações que, muitas vezes, colocam as nossas em xeque.

Mas, o pressuposto metodológico que definiu a estratégia de investigação sobre o trabalho e os processos educativos nas cooperativas e associações de produção, foco deste estudo, foi o seguinte: conhecimento e inserção na problemática econômica, social e política de tais organizações estão dialeticamente ligados entre si. Nesse sentido, quanto mais se conhecia a realidade, mais se aproximava de questões vivenciadas na problemática vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras. A observação e inserção política naquela realidade foram aspectos considerados fundamentais, acompanhados pela reflexão teórica e busca de informações que a realidade *bruta* não apresenta de forma trabalhada.

Dessa forma, o desafio foi aperfeiçoar o olhar sociológico e pedagógico sobre a realidade em questão. Tratou-se, portanto, de repensar os limites e alcances das experiências socioculturais dos trabalhadores envolvidos no associativismo e cooperativismo popular.

Uma das possibilidades consideradas para realizar a investigação foi adotar a observação militante. Trata-se de um método de pesquisa que se aplica, antes de tudo, junto aos setores subalternos da sociedade, pois somente com eles é possível o seu desenvolvimento. Seu objetivo principal é estimular a criatividade e a organização autônoma dos grupos populares.

Tal metodologia compreende quatro etapas fundamentais: aproximação do investigador/pesquisador com o grupo a ser investigado/pesquisado e o seu processo de inserção no referido grupo; observação e coleta dos dados; trabalho de sistematização e organização dos dados colhidos e por fim, devolução desse material ao grupo para que seja discutido e reformulado. Essa metodologia não foi possível ser aplicada dadas as dificuldades operacionais enfrentadas no decorrer da pesquisa, pois tal metodologia exigia disponibilidade de tempo muito além do que este pesquisador possuía.

Em face de tais impasses, utilizaram-se distintos métodos e técnicas de coleta de dados, destacando: a observação participante, entrevistas semidiretivas e intervenção político-educativa.

No primeiro caso, utilizando-se da observação participante, os dados foram obtidos por intermédio do contato direto com os diferentes grupos, associações e cooperativas formadas e/ou que estão sendo constituídas na região do Vale do Aço. Nesse sentido, coube ao pesquisador deste estudo participar de distintos eventos educativos realizados com os cooperados e suas respectivas lideranças, tais como: cursos de capacitação, oficinas, treinamentos, seminários, intercâmbios, reuniões de planejamento e avaliação. Nesses encontros, pode-se observar, de forma crítica: a capacidade política e cultural de tais experiências educativas em sugerir a efetivação de uma rede de cooperação popular, a exemplo daquelas experiências de incubadoras de cooperativas lideradas por diferentes universidades (USP, UFRJ, UFSCar); as experiências do movimento sindical (CUT, CNM); as iniciativas das ONGs, como o PACS, FASE, IBASE e etc. Para garantir a necessária consistência metodológica no processo de coleta de dados, foram feitos registros de observação de campo descrevendo de forma densa, as formas de participação do pesquisado (intensidade, frequência, etc.), as circunstâncias da participação (tensões, mudanças e decisões) e os diversos instrumentos (fotografia, filmagem, anotações de campo) que foram utilizados para o registro das observações.

As entrevistas semidiretivas ou semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa em questão focalizaram lideranças com participação destacada no processo de constituição e consolidação das cooperativas populares na região. Outros agentes estiveram direta ou indiretamente envolvidos na implementação dos programas de educação no interior de referidas experiências e/ou na sua articulação na esfera regional, estadual, nacional e internacional.

A escolha de tal método de abordagem se justifica por tratar de uma forma de obter informação baseada no discurso livre do entrevistado. Pressupõe-se que essa abordagem seja capaz de contribuir para que o entrevistado possa exprimir as questões de suas respectivas experiências e comunicar representações e análises próprias.

Por fim, outra forma de abordagem, foi adotar estratégias específicas de intervenção educativa em algumas associações e cooperativas, através do acompanhamento e assessoria em reuniões. Também foram oferecidos subsídios educativos para a devida reflexão sobre a natureza, história e dinâmica do cooperativismo. Tal intervenção consistiu em ação deliberada visando a mudança no mundo real, no caso, alguns grupos, associações e cooperativas da região. O objetivo era interpretá-los e, ao mesmo tempo oferecer contribuição para o aperfeiçoamento de sua esfera de ação e articulação.

A operacionalização da pesquisa exigiu, ainda, a adoção dos seguintes procedimentos: revisão teórica das principais questões atinentes à economia solidária e cooperativismo popular, à centralidade do trabalho e aos problemas específicos da relação trabalho e educação; levantamento, sistematização e análise de alguns recursos didático-pedagógicos utilizados nas diferentes experiências de economia solidária no Brasil nos últimos anos; realização de entrevistas com educadores dos movimentos sociais que têm desenvolvido, de forma sistemática, experiências educativas junto aos trabalhadores e trabalhadoras inseridos nas experiências de economia solidária.

3 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO POPULAR - TRAJETÓRIAS, ENIGMAS E DESAFIOS

3.1 Origens do cooperativismo popular e atualidade da autogestão social.

O cooperativismo nasceu na Inglaterra, no final do século XVII, quando teve início a Revolução Industrial. Os trabalhadores das manufaturas, na época, eram qualificados e possuíam associações de ofício que controlavam o exercício profissional. Com a introdução das máquinas, esses trabalhadores começaram a sofrer a competição de fábricas que empregavam pessoas não-qualificadas, geralmente egressas do campo. Os produtos industriais eram mais baratos do que os artesanais de modo que, em pouco tempo, os trabalhadores manufatureiros ficariam sem trabalho⁶.

Em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), vinte e sete tecelões e uma tecelã fundaram a *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale* com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano.

Tendo o homem como principal finalidade, e não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam, naquele momento, alternativa econômica para atuar no mercado, ante o capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças (que trabalhavam até dezesseis horas) além do desemprego crescente advindo da Revolução Industrial.

Naquele momento, a constituição de uma pequena cooperativa de consumo no então chamado *Beco do Sapo* (Toad Lane) estaria mudando os padrões econômicos da época e dando origem ao movimento cooperativista.

Tal iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes. Mas logo no primeiro ano de funcionamento, o capital da sociedade aumentou para 180 libras, e

⁶ Há vasta literatura sobre as origens do cooperativismo no contexto da 1ª Revolução Industrial. Destacam-se, entre outros, os estudos de Thompson (1994), Tiriba (2001), Singer (2002), Arruda (2006).

cerca de dez anos mais tarde o *Armazém de Rochdale* já contava com 1.400 cooperantes. O sucesso dessa iniciativa passou a ser exemplo para outros grupos. O cooperativismo evoluiu e conquistou espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social.

Thompson (1994) narra, de forma detalhada, como as associações fizeram de tudo para impedir que as máquinas tirassem o ganha-pão de seus membros. Inútil, pois as ações clandestinas violentas - como a queima das fábricas - foram reprimidas com vigor. Ao mesmo tempo, Robert Owen, um dos pais do socialismo, começou a pregar que a indústria em si era benéfica, ao baratear os bens de consumo, mas ela deveria ser colocada sob o controle dos trabalhadores e os resultados do trabalho em comum deveriam ser repartidos de forma igualitária entre os seus membros. Ele propunha que, ao redor das fábricas, se formassem aldeias cooperativas e os meios de produção fossem possuídos e geridos coletivamente. Durante sua longa vida, Owen criou várias aldeias com este caráter, uma nos Estados Unidos e as demais na Inglaterra.

Na terceira década do século XIX, o *owenismo*⁷ tornou-se um movimento de massas na Inglaterra e passou a inspirar o nascente movimento das *trade-unions*. Owen assumiu a liderança das lutas operárias e orientou os sindicatos a formarem cooperativas de produção, tendo em vista tomar o mercado dos capitalistas. Nessa época, centenas de cooperativas foram formadas e em diversas ocasiões, os sindicatos tentaram levar a cabo a estratégia de Owen. A classe capitalista reagiu desencadeando violenta ofensiva contra as organizações dos trabalhadores: fizeram *lock-outs* para expulsar os trabalhadores owenistas das empresas, organizaram listas *negras* contra o emprego de ativistas sindicais e obrigaram os empregados a comprometerem-se a jamais se filiar a um sindicato.

Com isso, uma parcela significativa de sindicatos teve suas portas fechadas e outros passaram à clandestinidade. Com o declínio do movimento operário, era provável que muitas cooperativas encerrassem suas atividades. Mas, em 1844, um pequeno número de trabalhadores industriais fundou em Rochdale, um importante centro têxtil, uma cooperativa de consumo que eles chamaram *A Sociedade dos Pionei-*

⁷ O termo *owenismo* designa o movimento de defensores das idéias de Robert Owen, que se desenvolveu a partir de reflexão e re-elaboração de seus ideais de autogestão.

ros Eqüitativos. Eram todos militantes operários *owenistas* ou *cartistas* (partidários dum grande movimento de massa na época, que lutava pelo sufrágio universal masculino). Eles adotaram oito princípios, que, provavelmente, decorriam da experiência das duas ou três décadas anteriores de cooperativismo.

Em resumo, esses princípios eram os seguintes: a sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondendo de um voto; a sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos; qualquer dinheiro a mais, investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão; tudo o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa; todas as vendas seriam à vista; os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade; a sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; e, a sociedade seria neutra política e religiosamente. (THOMPSON, 1994)

Em síntese, de acordo com Derli e Perius (2003, p. 63) os princípios cooperativos segundo os quais as cooperativas colocam seus valores em prática são:

Adesão livre e voluntária: cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas para usarem seus serviços e dispostas a aceitarem suas responsabilidades de sócio, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa. Controle democrático pelos sócios: são organizações democráticas, controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Participação econômica do sócio que contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Autonomia e independência, pois são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários para que possam contribuir efetivamente para seu desenvolvimento. As cooperativas atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando junto através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais. As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros.

Aplicando esses princípios, a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale cresceu imensamente, alcançando dezenas de milhares de sócios. Representando um importante mercado consumidor, os Pioneiros fundaram diversas cooperativas de produção: fábrica de sapatos e tamancos, fiação e tecelagem, uma cooperativa de habitação e uma sociedade de beneficência, que prestava assistência à saúde. O exem-

plo de Rochdale se irradiou pela Inglaterra e mais tarde por outros países. Numerosas cooperativas foram fundadas à base daqueles princípios. Hoje, a cooperativa de Rochdale é considerada a mãe de todas as cooperativas.

De fato, o cooperativismo surgiu em outros países, notadamente na França, na mesma época, sempre ligada às lutas operárias. Na Alemanha, foram desenvolvidas cooperativas de crédito rurais e urbanas, seguindo modelos diferentes, mas aplicando os mesmos princípios. Finalmente, em 1895, fundou-se a Aliança Cooperativa Internacional, que desde então congrega as entidades cooperativas de todos os países do mundo.

Para o movimento operário-sindical, as condições e organização do trabalho são objeto de reivindicações a curto e médio prazo: contratos coletivos, convenções, etc. Contudo, em longo prazo são objetos de sonhos e utopias dos trabalhadores: a autogestão, a propriedade social dos meios de produção. Pode-se assinalar a epopéia da classe operária: da trajetória do *luddismo*, quando os operários quebravam as máquinas que provocavam desemprego, (refletindo consciência de antagonismo em relação às máquinas), até a autogestão (refletindo a consciência de que o trabalho é riqueza acumulada pela humanidade), gerando os meios de produção são socializados através da gestão pelos próprios produtores.

Com o processo de reestruturação produtiva em curso, provocadora do desemprego estrutural e de situações de exclusão social, gerando milhões de trabalhadores que são jogados fora das fábricas, o que poderia ser um *novo luddismo* neste início de século? O que poderia ser uma *nova autogestão*? Se nos primórdios da Revolução Industrial, os trabalhadores quebravam máquinas que provocavam o desemprego, hoje o que lhes resta para quebrar?

Certo é que desempregados encontram-se nas ruas e praças das grandes cidades. Então, a eles resta quebrar as cidades, ruas, praças. O que tem ocorrido em cidades como Los Angeles, e na periferia de Paris, para não citar São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro. Entretanto, na perspectiva que caracterizou a consciência da autogestão, não lhes ficaria o entendimento de que as ruas, praças, cidades são produtos do seu trabalho? O espaço é uma das dimensões materiais fundamentais

da sociedade e as cidades são produzidas pela ação humana e neste sentido, a cidade deve ser uma entidade política de autogestão pelos cidadãos.

Essa abordagem dos movimentos sociais conduz à reflexão proposta por Castells (1980) sobre o *espaço técnico informacional*, típico do capitalismo globalizado em relação às cidades. Apontam-se três objetivos dos movimentos sociais urbanos: conquistar, para os cidadãos, uma cidade organizada em torno a seu valor de uso⁸; buscar a identidade cultural desse movimento denominado *comunidade*; buscar poder crescente para o governo local através da descentralização dos bairros e da autogestão urbana. Portanto, em contraposição à *cidade selvagem* do capitalismo informacional, ter-se-ia a cidade como valor de uso, como redes de comunicação e como entidade política livre e de autogestão. Castells (1980, p. 54) afirma:

À tendência para o centralismo estatal e a dominação do Estado sobre a cidade opõe-se em todo o mundo um chamado popular e massivo em prol da autonomia local e da autogestão urbana. A revitalização da democracia depende da capacidade de estabelecer uma ponte entre as novas reivindicações, os novos valores e projetos, e as instituições que dirigem a sociedade isto é, o Estado, baseando-se na crescente penetração destes por parte da sociedade civil, e começando ali onde o povo pode participar de uma maneira mais ativa na tomada de decisões: nas instituições comunitárias do governo local, que estejam descentralizadas como é possível nos conselhos de bairro. Entre o Estado e seu indiferenciado *hinterland*, por uma parte, e a reivindicação de uma reserva urbana, por outra, parece surgir um novo projeto de autogestão capaz de reconstruir as relações entre Estado e a cidade com relação a sua própria base popular mútua.

Ao analisar as possibilidades de superação da economia capitalista Kurz (1997, p. 56) assinala aspectos atuais relacionados à questão da cooperação e autogestão e questiona:

8 Para MARX (1985), o valor de uso não é concebido como uma categoria natural, mas como uma categoria específica da economia política. No âmbito da produção capitalista o valor de uso assume determinações sociais específicas, que configuram sua função no interior da produção e da circulação do próprio valor de troca. A relação entre o valor de uso e valor de troca é uma relação de subordinação. O valor de uso constitui o suporte material do valor de troca. O valor criado no processo produtivo deve transformar-se em valor de troca mediante sua realização no mercado. Isso, no entanto, só é possível se o valor produzido estiver incorporado num conjunto de valores de uso que correspondam à necessidade social. No caso da produção capitalista, necessidade social quer dizer necessidade do capital, que é o conjunto dos valores de uso que servem para reconstituir os elementos materiais do capital constante e do capital variável que foram consumidos na produção. Além disso, deve permitir o alargamento da própria produção, mediante a transformação de uma parte da mais-valia em capital constante acrescentado e capital variável acrescentado. Isso demonstra que, no modo de produção capitalista, o produto social não se destina às necessidades do homem, mas corresponde às necessidades do capital.

Quais reproduções poderiam, em princípio, ser organizadas como autônomas não mais mediadas pelo dinheiro? Duas idéias básicas talvez sirvam de ponto de partida. Primeiro: se o mercado apoderou-se apenas progressivamente, num processo histórico, de todas as mediações sociais, então algumas destas articulações lhe podem ser atualmente retiradas, sem que as pessoas simplesmente se furtem à sociabilidade. Segundo, a mudança tem de iniciar na esfera individual e ser tangível praticamente no dia-a-dia. Um exemplo aleatório: uma comunidade de compras que elimina as etapas do comércio intermediário (e pode respeitar melhor que o indivíduo a qualidade sensível e ecológica) é um pequeno passo de desvinculação em face da lógica ubíqua do dinheiro.

A observação mais atenta sobre os subterrâneos da economia capitalista permite identificar novas formas de sociabilidade expressas nos grupos de ajuda mútua, comunidades de moradia, iniciativas civis, grupos de bairro, sociedades e meios culturais etc. Se nessas formas já existentes a individualidade for respeitada e não surgir nenhum terror psicológico, elas poderão tornar-se alternativa tanto à tutela burocrática do Estado quanto à solidão lupina do dinheiro. É necessário mobilizar essas formas e infundi-las na crítica social, talvez forçando-as a abandonar seu caráter de *hobby* ou passatempo e então, organizá-las como verdadeiras esferas reprodutivas, fora da lógica do dinheiro.

A tese de Kurz (1997, p. 59) aponta a possibilidade de um novo modo de regulação social, sem base na forma-mercadoria. Aborda um ponto crucial:

As atividades autônomas, não pautadas pela forma-mercadoria, não podem ter lugar no vácuo. São precisos recursos: terra, edifícios, escritórios, oficinas, jardins, meios de produção e comunicação etc. Estes precisam ser exigidos do Estado e do mercado. Tais exigências tornam-se tanto mais plausíveis quanto menos o sistema produtor de mercadorias é capaz de administrar sensatamente os recursos e quanto mais intactos e improdutivos se acham os meios essenciais à vida, só porque não satisfazem ao fetiche da rentabilidade. Para dar início ao fim da lógica monetária caberia ainda, ao lado dos recursos materiais, exigirem até mesmo dinheiro do Estado — para investimentos que servirão de impulso às atividades autônomas (o que seria algo fundamentalmente diverso do modelo subvencionista).

Tais considerações nos mostram que o deserto da sociedade de mercado total ainda não está inteiramente morto. Formas de vida alternativa, iniciativas de desempregados e subsistência dissidente estão em alta em todo o mundo. Nelas, somam-se experiências de que a teoria pode lançar mão. Basta vincular tais esforços à análise da crise, ao debate sobre a redução da jornada de trabalho e à crítica básica da produção mercantil, para assim chegar a um novo programa integrado de crítica social radical.

3.2 Surgimento e quadro atual do Cooperativismo no Brasil: alguns elementos

No caso do Brasil, há vestígios do cooperativismo já no início do século XVII, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas e início da construção de um Estado cooperativo em bases integrais. A esse respeito, Schmidt e Perius (2003, p. 64) comentam:

Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade.

Apesar desses vestígios, o movimento cooperativista no Brasil tem o seu início propriamente dito, em meados do século XIX, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier⁹, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro.

Somente no começo do século XX é que se deu o processo de consolidação do cooperativismo no Brasil, com a chegada dos imigrantes europeus. Tomou principalmente a forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas de consumo eram, em geral, organizadas por empresa e serviam para proteger os trabalhadores dos rigores da carestia. Nas décadas mais recentes, as grandes redes de hipermercados conquistaram os mercados e provocaram o fechamento da maioria das cooperativas de consumo. As coo-

⁹ Fourier é um dos representantes mais importantes do socialismo utópico e provavelmente o autor do projeto de reforma social mais ambicioso e sistemático. Defende a existência de uma ordem social natural, paralela à ordem física do universo. Ambas evoluiriam em oito ciclos ascendentes até chegar ao estágio mais elevado, em que as emoções humanas se expressariam livremente. O estágio da harmonia seria atingido pela divisão da sociedade em unidades produtivas comunitárias que ele denominou falanges. A harmonia social se realizaria nos falanstérios, constituídos de 810 pessoas de cada sexo, nos quais todas as formas de amor seriam exercidas livremente, as crianças se educariam de acordo com suas inclinações e a oposição entre trabalho e prazer desapareceria. (SANDRONI, 2002, p. 129).

perativas agrícolas se expandiram e algumas se transformaram em grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais. Mas nenhuma dessas cooperativas adotou a autogestão. Sua direção e as pessoas que as operam são assalariadas, tanto nas cooperativas de consumo como nas de compras e vendas agrícolas. Por isso, não se pode considerá-las parte da economia solidária.

No Brasil anterior à década de 1980, existiram várias experiências de cooperativas de crédito, habitacionais e agrícolas. Entretanto, será a partir dessa década que as cooperativas de trabalho e de produção começam a ser organizadas e ter visibilidade. A sucessão de crises econômicas do final do período militar, as primeiras manifestações internas das mudanças econômicas através da reestruturação produtiva de fábricas e empresas, a adoção de políticas neoliberais no final da década constituem o cenário desse processo.

Com a crise social das *décadas perdidas* de 1980 e de 1990, quando se estagnou o desenvolvimento industrial e milhões de postos de trabalho foram perdidos, ocorreu a emergência da economia solidária no Brasil. Ela assumiu, em geral, a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre tendo a autogestão como princípio norteador.

Ainda na década de oitenta, a CÁRITAS, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou centenas de pequenos projetos denominados projetos alternativos comunitários - PACS. Uma boa parte dos PACS destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país. Boa parte desses projetos acabou se transformando em unidades de economia solidária, alguns dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades de fiéis, outros conseguindo se consolidar economicamente, mediante a venda de sua produção no mercado. Há projetos em assentamentos de reforma agrária, liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), confluindo com o cooperativismo agrícola criado pelos trabalhadores sem-terra, entre outros.

Outra modalidade de cooperativismo foi a tomada de empresas falidas ou em vias de falir pelos seus trabalhadores, que as ressuscitaram como cooperativas autogestionárias. Foi uma forma encontrada pelos trabalhadores de se defenderem da

hecatombe industrial, preservando os seus postos de trabalho e transformando-se em seus próprios patrões. Após casos isolados na década de oitenta, o movimento começou em 1991 com a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), que deu lugar à criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), à qual estão hoje filiadas mais de uma centena de cooperativas. A mesma atividade de fomento e apoio à transformação daquelas empresas em crise em cooperativas de seus trabalhadores é desenvolvida pela União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL).

O movimento dos sem-terra (MST), por sua vez, conseguiu assentar centenas de milhares de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos. O movimento decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativas de autogestão, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil. Ferreira, (2000) afirma que o desenvolvimento de formas de cooperação foi um processo gradual, tendo como princípio a multiplicação de associações, em duas direções principais: os pequenos grupos e associações coletivas, que estavam mais vinculados à produção; e as grandes associações, que estavam voltadas para a prestação de serviços:

O MST criou em 1989 e 1990 o sistema cooperativista dos assentados (SCA). Passados dez anos de sua organização, o SCA conta com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros, divididas em três formas principais em primeiro nível: cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços e cooperativas de crédito. (FERREIRA, 2000, p. 82).

Outro componente da economia solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). As ITCPS são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos de autogestão.

Desde 1999, as ITCPS constituíram uma rede, que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. No mesmo ano, a rede se filiou à Fundação UNITRABALHO, que reúne mais de oitenta universidades e prestam serviços nas mais diferentes áreas, ao movimento operário. A UNITRABALHO desenvolve, desde 1997, um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Um crescente número de núcleos da UNITRABALHO em universidades acompanha o trabalho e assiste às cooperativas, numa atividade que, sob muitos aspectos, se assemelha às das ITCPS.

Diversas prefeituras e alguns governos de estados têm contratado ITCPS, a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão, (ANTEAG), a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil, UNISOL Brasil, e outras entidades de fomento da economia solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas congêneres. A finalidade é usar a assistência social como via de acesso para combater, efetivamente, a pobreza, mediante a organização dos que o desejarem em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior central sindical brasileira, criou em 1999, em parceria com a UNITRABALHO e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS vem difundindo conhecimentos sobre a economia solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da economia solidária, por meio de cursos pós-graduados em várias universidades, em parceria com a UNITRABALHO.

Atualmente, a Economia Solidária vem crescendo de maneira muito rápida, não apenas no Brasil mas também em diversos outros países. O mapeamento realizado em 2005 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária ligada ao Ministério do Trabalho através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES - apontou que 70% dos empreendimentos existentes no Brasil foram criados entre 1990 e 2005 e deles participam 1 milhão e duzentos e cinquenta mil trabalhadores, por meio de múltiplas formas de organização. Predominam as associações, com 54%, em

seguida os grupos informais (33%) e as cooperativas com 11%, dos empreendimentos econômicos solidários. Das atividades desenvolvidas pela Economia Solidária, resulta extensa variedade de produtos e serviços em todo o território nacional.

A Economia Solidária avançou recentemente em termos de articulação política e de organização econômica com a constituição de fóruns, em especial, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, de redes de produção e comercialização, de organizações de representação de seus participantes etc. Isso tem permitido fortalecer as ações de elaboração coletiva e expressão conjunta de concepções e propostas, bem como de reorganização de fluxos econômicos, com vistas a fortalecer os processos de consumo, comercialização, intercâmbio, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico solidários.

Cresceu, também, o número de entidades que oferecem assessoria e fomento à economia solidária. Nesse sentido, citam-se: em geral, associações sem fins lucrativos (ONGs) ou universidades (incubadoras tecnológicas e grupos de extensão) que prestam serviços de apoio e fomento aos empreendimentos solidários, seja na forma de ações de formação (tanto técnica quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos.

A Economia Solidária está ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento territoriais. E, assim, têm-se orientado cada vez mais, rumo à articulação nacional e latino-americana.

Igualmente, são elementos que confirmam o avanço da Economia Solidária a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003 e o conjunto de iniciativas governamentais que desenvolveram um vasto conjunto de políticas de apoio e fomento à Economia Solidária. Outro avanço diz respeito às conquistas obtidas em municípios e estados com a proposição e aprovação de legislações específicas e de interesse da Economia Solidária.

No âmbito Federal, além da importante contribuição das ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária, registra-se participação significativa e necessária

de outros Ministérios e Órgãos Governamentais em ações de apoio e fortalecimento da Economia Solidária. Em especial, esse apoio faz-se notar na sua articulação com as políticas de enfrentamento à pobreza, segurança alimentar, agricultura familiar e reforma agrária, educação de jovens e adultos, ciência e tecnologia, desenvolvimento urbano, desenvolvimento territorial, saúde mental, meio ambiente etc.

A criação do Conselho Nacional de Economia Solidária foi outro importante passo para o progresso da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal. Isso, por se tratar de uma instância governamental com representações de diversos ministérios e de vários setores da sociedade civil, dentro da estratégia de democratização do Estado e de criação de instrumentos que permitam tanto a participação mais direta da sociedade civil na formulação de políticas públicas como a integração de ações interministeriais.

No âmbito internacional, essa economia se consolidou como questão central no Fórum Social Mundial, na articulação com as experiências de outros países, em especial, dos países da América do Sul.

No caso específico da região do Vale do Aço, objeto deste estudo, cumpre destacar que o movimento de economia solidária teve expressão no início da década de 2000, ocasião em que os diferentes grupos, associações e cooperativas populares se articularam em prol da criação do fórum de associativismo e cooperativismo popular solidário. Essa iniciativa, que será analisada de forma mais detida no próximo capítulo, paradoxalmente sofreu alguns reveses e não acompanhou os passos do movimento nacional de economia solidária.

3.3 Reestruturação econômica e cooperativismo de trabalho e produção

A nova onda de cooperativas populares é percebida como resultante de duas situações convergentes. A primeira delas refere-se à reestruturação econômica, à

crise do fordismo e ao surgimento do que os economistas da escola da regulação¹⁰ chamam de acumulação flexível. Ela implicou reestruturação organizacional das empresas, ao lado de profundas inovações tecnológicas decorrentes da chamada revolução informacional cujos resultados foram: eliminação de barreiras geográficas à produção, formação de empresas em rede, terceirização de atividades, desregulamentação dos mercados e das relações de trabalho com a eliminação de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores a partir da segunda metade do século XX. O fechamento de fábricas e empresas, a desregulamentação dos mercados de trabalho, o enfraquecimento do sindicalismo e o desemprego foram algumas das consequências para os trabalhadores.

A segunda situação responsável pelo ressurgimento das cooperativas diz respeito ao caráter de contracultura dos movimentos sociais do final da década de 1960, ao desencanto com o capitalismo e o socialismo de Estado, ao surgimento de movimentos ecológicos, feministas e de minorias e à busca de alternativas perante os modelos existentes.

Nos países em desenvolvimento, as cooperativas foram propostas por órgãos internacionais como forma de engajar a sociedade nos projetos de desenvolvimento e, dessa forma, aliviar as pressões junto ao Estado, também a partir dos anos 70 do século passado. O caráter conservador dessa proposta se manifestava na América Latina, em sua utilização, por governos militares, como forma de resolução de problemas agrários, sem mexer nas estruturas dominantes. Em países do subcontinente indiano e da África, é forte a presença de cooperativas dentro de programas estatais de desenvolvimento, mas poucos observam os princípios do cooperativismo. Desse modo, constituem-se mais como forma de geração de renda e organização de produtores rurais.

10 A Escola da Regulação foi, ao longo dos anos 80, uma das mais férteis abordagens, cujo objetivo precípuo foi reinterpretar, à luz de uma reutilização do marxismo e com forte influência dos pensamentos keynesiano e kaleckiano, as nuances de expansão e crise das economias capitalistas. [...] A pergunta central que os regulacionistas fazem não é por que o sistema entra em crise [...], mas por que ele funciona? E mais: o que assegura seu funcionamento de maneira harmônica, reprodutiva e por longos períodos de tempo? A resposta para essa questão deriva dos conceitos de regime de acumulação e modo de regulação que, ao se incompatibilizarem mutuamente, produzem a crise, a qual só será resolvida quando surgir nova compatibilidade entre ambos. (CONCEIÇÃO, 1997, p. 76)

Como alternativa de ocupação, manutenção de empregos ou de geração de renda, o modelo associativo vem se multiplicando. Cornforth (1983) utiliza uma tipologia para classificar as cooperativas de trabalho e produção, surgidas no pós-1970. As designações propostas por ele refletem as mudanças econômicas, políticas e culturais do período, conforme descritas a seguir.

A primeira delas, chamada *Endowed Co-operatives*, são propostas advindas dos proprietários de empresas. Nessas situações, as motivações empresariais variam desde ideias socialistas cristãs ao pragmatismo decorrente do interesse em se manter na empresa, da falta de herdeiros, ou mesmo do risco de perda da empresa por questões gerenciais, prejuízos econômicos, etc. No geral, problemas financeiros levam a essa situação. Constituem-se, então, como empresas de autogestão cujos proprietários mantêm o controle e os funcionários participam do controle acionário. A organização do trabalho pouco muda, assim como a democracia no trabalho, que raramente existe, mantendo-se a hierarquia anterior.

O segundo tipo são as cooperativas *defensivas* ou cooperativas *fênix*. Elas são formadas pelos operários como forma de manter os empregos tendo em vista o fechamento ou falência de fábricas e empresas. Geralmente a formação da cooperativa é o último recurso, quando outras ações de recuperação falharam. Como resultado, essas cooperativas surgem com numerosos problemas, além de situação comercial difícil. As fábricas geralmente estão tecnologicamente defasadas, perdendo mercado, apresentam baixa produtividade e a nova estrutura depende do investimento de trabalho dos operários, boa vontade de clientes e fornecedores, além da ajuda efetiva de sindicatos e órgãos governamentais. Grande parte dos operários e *staff* administrativo abandona a cooperativa e a formação de uma cultura de autogestão é um processo lento e complexo. O estudo de caso sobre o aprendizado da autogestão na Cooperativa Autogestionária dos Trabalhadores da MAMBRINI realizado por Brito (2003) contribui para o entendimento desses problemas.

O terceiro tipo são as cooperativas *alternativas*. Resultam de movimentos contra-culturais dos anos 1960 e 1970 e seus membros são oriundos de classe média, bem instruída, com ideais democráticos, voltados mais às necessidades sociais do que a lucros. São mais comuns nos países capitalistas avançados e são, na maioria das vezes, editoras, livrarias, lojas de comida e/ou produtos naturais, de infor-

mática, escolas de línguas e similares. Geralmente são pequenos negócios com dificuldades de sobrevivência inerentes a esses empreendimentos.

Por último, existem as cooperativas de *geração de renda*, que surgem com o crescimento do desemprego e visam a criar empregos. Anterior às décadas de setenta e oitenta do século passado, constituíam programas governamentais de obras emergenciais em períodos de recessão econômica, na Europa principalmente. Em países em desenvolvimento, incluem programas de agências de desenvolvimento visando à organização de cooperativas em comunidades carentes. Essas cooperativas geralmente têm problemas de comercialização de seus produtos. Uma variação desse esquema são cooperativas voltadas à terceirização industrial e criadas através de políticas públicas de governos estaduais ou municipais, sindicatos, Igreja Católica e outras instituições. São também, denominadas de cooperativas *populares* e estão voltadas a desempregados e população de baixa renda.

Além desses quatro tipos de cooperativas classificadas acima, Lima (2005) considera que existem as cooperativas *pragmáticas*, organizadas com o objetivo de terceirização de atividades de empresas e redução de custos. Nelas, não existe a preocupação com democracia no trabalho ou autonomia do trabalhador. O objetivo é o trabalhador se organizar autonomamente e responsabilizar-se pelo empreendimento, livrando a empresa das obrigações sociais. No geral, as empresas garantem, por um tempo, contratos de compra de produtos ou serviços. São chamadas também de falsas ou pseudocooperativas por sua desvinculação absoluta aos princípios cooperativistas. Entretanto, funcionam também, como mantenedoras de empregos ou geração de renda em situações de privatizações, terceirização e mesmo políticas públicas de apoio a investimentos industriais.

Para uma interpretação mais abrangente do desenvolvimento histórico do cooperativismo no Brasil, pode-se, também, classificá-lo por ramos, ou seja, por tipos de cooperativas, já que cada um teve a sua própria história, suas dificuldades e sucessos distintos, dependendo, quase sempre, das facilidades ou obstáculos oferecidos pelo Governo.

As cooperativas de consumo, por exemplo, se subdividem em fechadas e abertas. As fechadas são as que admitem como cooperados somente as pessoas

ligadas a uma mesma empresa, sindicato ou profissão. A entidade por sua vez, geralmente oferece as dependências, instalações e recursos humanos necessários para o funcionamento da cooperativa. Isso pode resultar em menor autonomia da cooperativa, pois, muitas vezes, essas entidades interferem na sua administração.

As abertas ou populares são as que admitem qualquer pessoa que queira a elas se associar. Segundo Benato (1997) como no cooperativismo internacional, também no Brasil as primeiras cooperativas foram as de consumo.

Através do histórico do cooperativismo no Brasil feito pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB – online ¹¹, sabe-se que a partir de 1960 houve, no país, um abalo profundo no cooperativismo de consumo, devido, principalmente, a três fatores básicos: repentina supressão das isenções tributárias, principalmente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM; falta de dinheiro para compra de novas mercadorias, por causa da inflação; e surgimento dos grandes supermercados, com tecnologia bem mais desenvolvida. Esses fatores foram tão drásticos que, em 1984, o número de cooperativas no Brasil estava reduzido a doze por cento das que havia em 1960, ou seja, de 2.420, caiu para 292.

Ultimamente, as cooperativas de produtores rurais estão abrindo seções de consumo, com lojas e supermercados, para atender às necessidades dos cooperados e mesmo da sociedade em geral. O maior desafio desse segmento se encontra nos centros urbanos, no atendimento às camadas populares. As cooperativas de consumo precisam repassar aos cooperados mercadorias em quantidade, qualidade e preços favoráveis, o que só é possível se elas fizerem compras em comum, a exemplo da Europa, onde vários países se reuniram em uma central única de compras.

No que diz respeito às cooperativas agropecuárias, elas se dividem conforme os tipos dos produtos com os quais trabalham. Muitas são mistas, ou seja, têm mais de uma seção: a de compras em comum (para compra de insumos, adubos, sementes, instrumentos, etc.) e a de vendas em comum (venda dos produtos dos cooperados).

11 Disponível em http://www.sescoop.org.br/site/ramos/consumo_historia.asp. Acesso em 05/12/2008.

O cooperativismo agropecuário já se estendeu a todo território nacional. É o mais conhecido pela sociedade brasileira participando, significativamente, nas exportações, o que engorda a balança comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Ele presta um enorme leque de serviços - desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.

Um dos ramos mais dinâmicos do cooperativismo no passado, brutalmente esfacelado desde meados dos anos 60 e durante toda a década de 70, foi o cooperativismo de crédito. Ele tem buscado novamente ocupar seu espaço, apesar de todas as dificuldades que lhe são impostas. No Rio Grande do Sul conseguiu grande desenvolvimento desde sua implantação, chegando, inclusive, a dispor de uma cooperativa central com mais cinquenta cooperativas singulares a ela filiadas. (OCB, 2008).

Quanto às cooperativas de trabalho, elas são constituídas por pessoas ligadas à determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma. Esse segmento é extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho. No Brasil, vem se expandindo com notável rapidez ao longo dos últimos anos. A grande maioria dessas cooperativas (72,5%) foi criada a partir de 1992.

O grande desafio dos responsáveis desse ramo é a clara identificação de suas bases legais, tanto no que se refere à legislação cooperativista propriamente dita, quanto, principalmente, ao atendimento às exigências da legislação trabalhista, particularmente a CLT, por abranger pessoas de diversas profissões. A construção de corretos limites jurídicos para a ação cooperativista na área do trabalho certamente reforçará o seu crescimento.

Surgidas há quase 30 anos, essas cooperativas atuam, hoje, em quatro áreas distintas: médica, odontológica, psicológica e de usuários. O exemplo mais pujante desse segmento é o cooperativismo dos médicos, organizados pelo sistema UNI-

MED, com cooperativas singulares nos municípios, federações nos Estados e uma confederação em âmbito nacional. 40% dos profissionais de saúde do país optaram por esse caminho.

3.4 Enigmas e desafios do associativismo e cooperativismo popular

Há muitas maneiras de se vivenciar o cooperativismo popular na atualidade, inserido na lógica mais ampla dos processos de globalização¹². Algumas delas têm sido constantes e revelado autêntico aprendizado sobre os princípios democráticos, pois ajudam a desnudar aspectos perversos do autoritarismo cultural, político, econômico e social que predomina nesta sociedade regida pela ótica da globalização neoliberal.

Perguntar-se-ia, então, como se dão essas novas relações de trabalho e qual tem sido o sentido educativo delas? Na verdade, trata-se de um aprendizado adquirido na experiência cotidiana vivida por seus respectivos partícipes que aderem aos desafios da produção, distribuição e consumo, pautados pela solidariedade em suas múltiplas relações. E assim, diversos atores sociais têm dado importantes lições de resistência e afirmação da cidadania e consolidação da democracia em suas experiências de re-significar noções de trabalho e de processos educativos.

O cooperativismo popular, interpretado à luz dos seus fundamentos filosóficos e educativos, requer uma perspectiva que se pode chamar de *hermenêutica das emergências*, conforme exposto por Santos (2002, p. 26):

Uma perspectiva que interpreta, de maneira abrangente, a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não-capitalistas.

A hermenêutica das emergências não renuncia à análise rigorosa e à crítica das alternativas analisadas, embora essa perspectiva procure ampliar e desenvolver

¹² Santos (2002, p. 49-71) identifica quatro processos de globalização em curso: o localismo globalizado, o globalismo localizado, o cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade. Chama os dois primeiros de globalização hegemônica e os dois últimos de globalização contra-hegemônica, conforme explicado na seção anterior.

a característica emancipatória dessas alternativas para que se tornem mais visíveis e credíveis, fortalecendo-as.

Nesse sentido, o cooperativismo popular favorece a emergência de uma nova cultura política, com ênfase, principalmente, no processo de radicalização da democracia. Assim, a experiência de cooperativismo popular propicia, em tese, a criação de novos valores, novas relações e, sobretudo, novos horizontes para o desafio de emancipação e/ ou inclusão social das classes subalternas no mundo contemporâneo.

Vale lembrar que, no presente estudo, o conceito de solidário que se observa remete à discussão da construção de alternativa não-capitalista de um modo de produção “movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies contratualmente ligadas por laços de solidariedade”. (SINGER, 1998, p. 15).

Isto posto, nos últimos anos, intensificou-se a busca teórica e prática (tanto no que diz respeito ao pensamento criativo quanto à experimentação social concreta) de novas formas econômicas alternativas orientadas para encontrar e aperfeiçoar outras maneiras de fazer economia. Tais experiências representaram a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral, chamadas de *economia solidária*. A tendência geral é situar o trabalho acima do capital. Nessa situação há a predominância da solidariedade sobre o individualismo e o ser humano sobre os produtos e seus fatores materiais, opondo-se, substancialmente, à dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Nessas circunstâncias, como conseqüência do desemprego estrutural¹³, percebe-se que, cada vez mais, trabalhadores passam a se reunir em cooperativas, associações de produção e/ou redes de colaboração solidária na busca sistemática

¹³ Uma das principais tentativas de formulação de uma teoria econômica para explicar o desemprego surgiu com o conceito de exército industrial de reserva, também denominado por Marx população excedente relativa: uma massa de trabalhadores seria constantemente desempregada pelo progresso técnico e, na concorrência para a obtenção de empregos, pressionaria para baixo o nível de salários, evitando-se assim, sua elevação. O desemprego seria desse modo, conseqüência do próprio processo de acumulação de capital, e os desempregados funcionaria como reguladores das taxas de salários dos trabalhadores e, em certa medida, das taxas de lucros dos capitalistas. O desemprego estrutural origina-se em mudanças na tecnologia de redução ou nos padrões de demanda dos consumidores (tornando obsoletas certas indústrias e profissões e fazendo surgir outras novas): em ambos os casos, grande número de trabalhadores fica desempregado em curto prazo, enquanto uma minoria especializada é beneficiada pela valorização de sua mão-de-obra.

de alternativas às velhas formas de sociabilidade no mundo do trabalho que lhes permitam sobreviver aos processos excludentes do modo de produção vigente. Nesses espaços *alternativos*, os trabalhadores tentam produzir saídas coletivas e solidárias com a intenção de se esquivar do desemprego e da desigualdade existente entre diferentes grupos da sociedade. E, nesse caso, são atingidos mais diretamente os mais pobres no que diz respeito ao direito de inserção no mercado de trabalho, acesso ao atendimento médico-hospitalar, escola com qualidade e aos programas de habitação. A propósito, adverte Singer:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. (SINGER, 2002, p.09)

Encontra-se, aqui, um desafio novo: dentro da visão capitalista do mundo apenas se pode atuar junto a uma base que tenha um local muito determinado de trabalho, ou seja, a fábrica, e uma relação muito clara: a de patrão e empregado. Enfim, personagens diversos trazem à tona uma realidade muito complexa – unir pessoas em relações econômicas solidárias – e todos aqueles que buscam encontrar saídas de combate ao desemprego, à desigualdade e à exclusão não podem ignorar essa nova maneira de construir e de conhecer o mundo.

Nessas diversas tentativas de construir *alternativa* produzem-se e vivem-se experiências voltadas para a geração de trabalho e renda, enfatizando ações coletivas e solidárias, pois, acredita-se na possibilidade de organizar a produção em grande escala, sem as práticas do grande capital. Tem-se, então, que a economia solidária está sendo desenvolvida no interior da formação social capitalista. Daí torna-se importante, aos agentes desse processo, aderir à negação de tudo o que se opõe à construção desta utopia.

Por outro lado, afirma Razeto:

A economia atual não é solidária nem se manifesta nela o papel central do trabalho. Ao contrário, analisando-a, deparamo-nos com o predomínio e a centralidade do capital e do Estado. O trabalho encontra-se em situação subordinada e periférica; encontra-se diante de uma organização social na qual predominam os interesses privados individuais e os interesses das burocracias do Estado, dentro de um esquema de relações baseadas na força e na luta, relegando para um plano totalmente secundário tanto os sujeitos quanto às relações de cooperação e de solidariedade. (RAZETO, 1998, p. 25)

Observa-se, pois, que é junto aos mais explorados e marginalizados de nossa sociedade que se inicia um processo surpreendente:

O lento redescobrimto do homem e da mulher que existe em cada um, mesmo empobrecido e excluído da sociedade, e com ele, a valorização das forças e das próprias capacidades para ser e para fazer, de trabalhar e de empreender. (RAZETO, 1998, p. 27)

Esse processo não é espontâneo em um ser humano isolado e sim na união de forças: é a solidariedade que liberta, criando vínculos de organização e de comunidade.

Teoricamente, pode-se definir que os elementos inerentes à economia solidária dizem respeito ao caráter coletivo dessas experiências; logo, não são formas de produção e consumo individuais, típicas da economia informal em seu sentido estrito; à generalização de relações de trabalho não-assalariadas, e, finalmente, ao exercício do controle coletivo do empreendimento, de suas informações, fluxos, rendimentos.

Singer (2002, p. 10) afirma que “se toda economia fosse solidária, a sociedade seria menos desigual”. O que se sustenta, então, por estes movimentos populares, é que a solidariedade seja introduzida na própria economia e que opere nas diversas fases do processo econômico, ou seja, na produção, distribuição, consumo e acumulação. Assim, pode-se afirmar que é possível organizar a produção em grande escala sem utilizar o molde do grande capital.

Ademais, o cooperativismo é uma doutrina que visa solucionar problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que se encarregariam de gestão da produção e participariam, igualmente, dos bens produzidos em comum, introduzindo a idéia de autogestão¹⁴.

Assim, a rigor, uma cooperativa é uma sociedade ou empresa formada e dirigida por uma associação de usuários que se reúnem em igualdade de direitos, com

14 Um sistema de autogestão possibilita o exercício cotidiano do trabalho próprio, a produção coletiva, a distribuição comunal do fruto do trabalho, a abolição da propriedade privada, a gestão democrática e a responsabilidade mútua dos participantes.

o intuito de desenvolver atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários. O movimento cooperativista contrapõe-se, então, às grandes corporações capitalistas de caráter monopolista.

Conforme a natureza de seu corpo de associados, as cooperativas podem ser de produção, consumo, crédito, troca e comercialização, segurança mútua, venda por atacado ou assistência médica. As mais comuns são as cooperativas de produção, consumo e crédito; há ainda as cooperativas mistas, que unem numa só empresa essas três atividades. Na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, as cooperativas de crédito são as principais fontes do crédito rural e na União Soviética formam a base de economia dos *Kolkhozes*. No Brasil, a formação de cooperativas é regulamentada por lei desde 1907. Internacionalmente, a atividade é incentivada pela Aliança Cooperativa Internacional.

Abrindo um parêntesis, o caso do *kibutz*, em Israel, merece ser destacado, pois se constitui como “sociedades voluntárias, baseadas na comunhão integral, que abrange produção, consumo e educação”. (BULGARELLI, 1966, p. 21) O caráter democrático e igualitário do *kibutz*, tipo de comunidade criada por judeus na Palestina nas primeiras décadas do século XX, teve forte influência na formação da sociedade israelense. Trata-se de uma sociedade voluntária baseada na propriedade, trabalho, produção e consumo comum e numa forma de vida comunal. Essas comunidades são chamadas de *cooperativas integrais*, pois, trata-se de um agrupamento coletivo baseado nos princípios do trabalho próprio, produção coletiva, repartição comunal dos frutos do trabalho, abolição da propriedade privada e governada por decisões democráticas.

Kibutz é uma comunidade israelense, em geral agrícola e, às vezes, também industrial, na qual todo o setor de produção e serviços é socializado. A assembleia geral e os membros do *kibutz* dirigem a propriedade coletiva e, em troca do trabalho, recebem moradia, alimentos, roupa, serviços sociais e de saúde. Adultos têm alojamentos individuais e as crianças, em geral, são criadas em grupo. A cozinha e as refeições são comuns a todos. As primeiras formas de *kibutz* na Palestina eram, na verdade, relativamente pequenos assentamentos coletivos que visavam a preparar as bases econômicas do futuro estado de Israel. O primeiro *kibutz* surgiu em 1909 em Decania. Outros foram criados nos anos seguintes e, no fim do século XX, mais

de cem mil pessoas viviam em mais de duzentos *kibutzim* em Israel. Com o clima de tensão estabelecido entre israelenses e árabes, os *kibutzim*, situados de preferência perto das fronteiras de Israel, passaram a ter também função militar.

Outro caso emblemático de cooperativismo é o complexo cooperativo de Mondragón (Espanha). Diante das numerosas tentativas cooperativas fracassadas, a pergunta central dos estudos sobre esse tipo de organização econômica refere-se às condições segundo as quais uma cooperativa pode se consolidar e se manter. Para responder a essa pergunta, é útil considerar as lições derivadas da experiência que é reconhecida mundialmente como modelo de economia cooperativa. Teve início em 1965 e pertence aos 30.000 trabalhadores das suas 109 fábricas, da sua cadeia de supermercados, do seu banco e da sua universidade. Santos (2003, p. 37-41) realiza uma análise pormenorizada dessa experiência de cooperativismo bem sucedido:

As razões fundamentais do êxito das cooperativas do grupo Mondragón estão relacionadas à inserção das cooperativas em redes de apoio e ao esforço constante para tornar as cooperativas competitivas no mercado global. Mondragón é uma verdadeira economia regional cooperativa porque as cooperativas de produção, consumo, crédito e educação que integram o complexo estão intimamente ligados através de laços múltiplos de mútua dependência.

[...] Por outro lado, sobretudo durante os últimos vinte anos, o complexo cooperativo Mondragón empreendeu estratégias empresariais que, sem desvirtuar a sua estrutura cooperativa, permitiu-lhe prosperar sob as condições de volatilidade e concorrência intensa do mercado global. Nestas condições, Mondragón demonstrou que as limitações impostas pelos princípios cooperativos [...] podem agir como restrições virtuosas que obrigam as empresas cooperativas a serem flexíveis e inovadoras.

Do ponto de vista político, o cooperativismo popular teve como intuito maior representar uma alternativa entre o capitalismo e o socialismo. Sua origem, como descrito na seção anterior, encontra-se nas propostas dos chamados socialistas utópicos. O iniciador deste movimento foi o inglês Robert Owen, que patrocinou a criação da primeira cooperativa na Europa, a sociedade dos *Pioneiros Equitativos de Rochdale*, em 1844, integrada por tecelões. Para que houvesse a igualdade entre os membros de uma sociedade, em primeiro lugar seria preciso que a economia fosse solidária, cuja característica principal seria a cooperação entre os participantes e não a competição.

Tem-se, então, que a economia solidária nasceu logo após o capitalismo industrial, como reação ao grande empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Como precursor do movimento, Robert Owen, empresário britânico, propôs ao governo um plano inovador para reinserir os trabalhadores ociosos na produção e na economia.

Owen, em 1817, queria que o governo, em lugar de simplesmente distribuir o fundo de sustento dos pobres (que se multiplicavam), investisse em compra de terras e construção de *aldeias cooperativas*, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim sua própria subsistência. As idéias de Owen se espalharam e várias sociedades cooperativas foram criadas por toda parte. Owen rejeitava o comércio visando o lucro essencialmente parasitário. Isso levou à criação de bazares ou bolsas e, depois, clube de trocas. Mas ocorre que a idéia de que todos deveriam viver em comunidades de autogestão torna o Estado dispensável, mostrando o cooperativismo como um modo de produção alternativo ao capitalismo, o que desagradou os governantes. Eis, então, uma das maiores dificuldades encontradas para a sobrevivência desse movimento.

Vale ressaltar que, em meio à ascensão do cooperativismo, o *owenismo*¹⁵ foi incorporado pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora, o que conferiu maior radicalização à luta. Os trabalhadores em conflito com os empregadores passavam a não fazer reivindicações de condições de trabalho e melhores salários, mas a tentar substituí-los no mercado. Assim, a greve passava a não querer simplesmente a melhora na situação do assalariado, mas sim eliminar as relações de trabalho assalariadas e substituí-las pela autogestão. Foram os patrões que venceram essa guerra, pois resolveram demitir todos os trabalhadores que tivessem ligação com sindicatos. Alguns pensadores costumam nomear a fase histórica inicial da economia solidária *cooperativismo revolucionário*, pois se percebe uma evidente ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

Na França, o movimento cooperativista representou negação do capitalismo e foi incentivado por Charles Fourier, Saint-Simon e Louis Blanc. Esses autores pro-

15 O termo owenismo designa o movimento de defensores das idéias de Robert Owen, que se desenvolveu a partir de reflexão e reelaboração de seus ideais de autogestão.

curaram organizar cooperativas de produção, principalmente com os artesãos arruinados pela Revolução Industrial. Mais tarde, em lugar do conteúdo socialista, o cooperativismo adquiriu características mais atenuadas de reforma social, nas formulações de Beatrice Potter Webb, Luigi Luzzatti e Charles Gide.

3.5 Associativismo e cooperativismo popular solidário: questões e controvérsias

A reflexão sobre a densa e tensa relação entre solidariedade e competição na economia evidencia as características essenciais do sistema capitalista: ser competitivo e gerador de sociedades profundamente desiguais. Para que houvesse igualdade entre os membros de uma sociedade seria preciso que a economia fosse solidária e sua característica principal seria a cooperação entre os participantes e não a competição. E assim, tomaria a economia solidária como um modo de produção em substituição ao capitalismo, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Esse entendimento é que sustenta as ações dos militantes da chamada economia solidária. Arruda (2004) nas trilhas dessa idéia afirma:

A economia solidária não nasce de pensadores nem de idéias, mas da luta histórica concreta do ser humano para viver e para desenvolver-se individual e coletivamente. Nasce também como resultante das crises de viabilidade civilizacional do próprio sistema centrado no capital, no mercado e na competição. (ARRUDA, 2004, p. 3)

É possível diferenciar dois momentos e duas vertentes das propostas de alternativas ao capitalismo que emergiram com a crise mundial a partir do final dos anos 1960. A primeira vertente consiste na investigação latino-americana acerca da questão da marginalização, que foi a primeira a assinalar que as relações entre o capital e o trabalho dentro do capitalismo tendiam à exclusão crescente de trabalhadores do emprego assalariado estável. Uma segunda vertente surge a partir da grande *marginalização* dos trabalhadores na crise de 1973, quando se universalizou o conceito de *estratégias de sobrevivência* da imensa massa de trabalhadores que estava excluída do emprego assalariado. (QUIJANO, 2003, p. 481)

Em face dessas tendências do capitalismo, inicia-se um período de resistência dos trabalhadores. Num primeiro momento desse período, durante as décadas de setenta e oitenta do século passado, fundamentalmente, a resistência consistiu em assegurar a sobrevivência, quando surge um considerável aumento da *informalidade* ou a “universalização dos mecanismos do pólo marginal da economia” (QUIJANO, 2003, P. 482). As tendências perversas do capitalismo da *globalização* crescem e forçam a difusão da *economia informal*. Os trabalhadores foram empurrados para diversos comportamentos:

Serem submetidos a formas pré-salariais de exploração, mais perversas à medida que se apresentam como resultado das tendências e necessidade atuais do capitalismo; recorrem a ‘estratégias de sobrevivência’ usando a lógica e mecanismos próprios do capitalismo e continuam a reivindicar emprego assalariado e a lutarem por consegui-lo; e finalmente, recorrem de novo à prática da reciprocidade nas novas condições e com os instrumentos produzidos no capitalismo. (QUIJANO, 2003, p. 485)

Os setores de trabalhadores *sem salários* tiveram que, cada vez mais, recorrer à reciprocidade, não só com a finalidade de trocar força de trabalho entre si mas também para enfrentar, com menor desvantagem, as inevitáveis relações com o mercado globalizado neoliberal. A reciprocidade é redescoberta pelos trabalhadores como resistência ao capitalismo, implicando a entrada em um novo período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo, como esclarece este trecho:

Na verdade, são as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e o conseqüente comportamento da realidade o que leva os trabalhadores a enfrentarem o fato de que, apenas na medida em que saiam e se libertem das regras do jogo do capitalismo e se exercitem em práticas sociais que os conduzem a re-apropriação do controle do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos, bem como de outras instâncias da sua existência social, poderão defender-se melhor do capital e, inclusive, poderão aproveitar as regras capitalistas do mercado. (QUIJANO, 2003, 486)

De fato, é a própria prática social que promove a reciprocidade na produção ou em outras instâncias da vida social. Inicialmente, os agentes e protagonistas sociais não precisam estar conscientes das implicações teóricas e políticas do processo e de suas próprias ações. Tem-se, então, que neste momento se dá a transição da resistência para a busca de *alternativa*, pois a resistência ao capitalismo e à sua *globalização* tem se tornado um movimento mundial que, agora, busca opções alternativas de sociedade. Cada dia fica mais clara a necessidade de o aspecto alternativo não ser apenas uma estratégia, mas o próprio desenvolvimento que se busca.

Há uma vasta literatura sobre as organizações sociais de base que, frequentemente, consideram essas como uma economia alternativa, mas a quase totalidade dessas organizações não pode transpor as meras *estratégias de sobrevivência*. Parte da literatura sobre economia informal apresenta-a como um modo de produção ou uma economia alternativa, por entender que esse setor da economia trata do que os trabalhadores fazem para produzir e distribuir entre si seus produtos e não o que fazem os capitalistas ou o mundo da empresa. A diferença básica entre o setor informal e o setor moderno é que a unidade de produção é força de trabalho e não a empresa que poderia caracterizar desta forma. A propósito, ressalta Quijano:

Não basta a presença da solidariedade como código ético do comportamento das pessoas de uma determinada entidade para que esta possa ter a vitalidade e a viabilidade necessárias para se tornar um modo alternativo de produção tão poderoso, flexível e de comprovada capacidade de adaptação como é o do capital e o do capitalismo. (QUIJANO, 2003, p. 489).

Como se vê, a ausência da solidariedade debilitaria o esforço de manter a vitalidade de um exercício alternativo. Podem-se considerar como principais vertentes do atual debate latino-americano em torno da questão das formas alternativas de produção, basicamente, a economia solidária e a economia popular. A primeira, a cooperativa, na qual a cooperativa é a instituição central alternativa ao capital, seria um sistema de autogestão dos trabalhadores, da sua força de trabalho, dos instrumentos de produção, dos recursos ou objetos de produção e dos produtos. A segunda caracteriza-se pelas “relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social, das práticas sociais cotidianas”. (QUIJANO, 2003, p. 491) Não significa que não esteja articulada com o mercado de múltiplas formas e medidas. Tais são os elementos fundamentais que caracterizam, basicamente, a diferenciação entre o cooperativismo e redes de colaboração solidária que a seguir serão interpretadas.

Com efeito, o modo de produção capitalista, encarado como sistema econômico, não conseguiu diminuir a indignação e a resistência efetivas aos valores e práticas que o constituem na sua essência. Uma vez que o capitalismo sempre produz desigualdade crescente, nota-se que numerosos movimentos e organizações em todo o mundo se consolidam na proclamação da luta contra-hegemônica, mantendo viva a promessa moderna de emancipação social, pois querem sociedades na qual a exploração seja eliminada ou, ao menos, reduzida.

Vários pensadores concordam que há muito já se anseia por uma existência social em que não haja exploração. A idéia de que para isso, necessita-se, porém, de um modo ou de um sistema alternativo de produção surgiu há apenas dois séculos, assim como o próprio conceito de modo de produção. (QUIJANO, 2003, p. 491). Tais conceitos são produtos específicos do padrão moderno do poder capitalista, visto que é dentro do capitalismo que se confere sentido à idéia de alternativo para qualquer modo ou sistema de produção que, além de querer substituir o capitalismo, tenha a finalidade de eliminá-lo das raízes sociais e transformar as condições históricas de exploração e dominação social.

Afinal, a economia solidária é vista por alguns como outro modo de produção, baseado na propriedade coletiva ou associada ao capital e ao direito à liberdade individual. Pode-se situar, assim, o desenvolvimento do campo da economia solidária como uma resposta formulada por amplos setores da sociedade, ao se depararem com restrições impostas por um modelo de desenvolvimento incapaz de assegurar a inserção produtiva e a permanência, no mercado de trabalho, de segmentos mais vulneráveis à dinâmica do capital.

Nesse contexto pode-se dizer que, paralelamente ao sistema globalizado neoliberal vigente, emergem movimentos alternativos que visam a construir um mundo justo e pacífico, que vislumbram direitos para uma cidadania planetária. Os múltiplos tipos de iniciativa que criticam e procuram superar o capitalismo criam espaços econômicos em que haja predominância dos princípios de igualdade, de solidariedade ou respeito à natureza.

Corroborando com essa idéia, Santos (2002) afirma que a globalização tão comentada nos últimos anos, refere-se acima de tudo, a um processo de localização. São as manifestações localizadas que contribuem para a formatação do processo de globalização. Para além das questões econômicas e financeiras implicadas no processo de globalização, torna-se, de extrema importância, a consideração sobre as questões de ordem cultural, social e política vividas pelos atores sociais no plano local.

Considerado por seus críticos como um anarquista utópico esperançoso, Santos (2002, p. 28), considera que “[...] é nesta globalização alternativa e no seu emba-

te com a globalização neoliberal que estão sendo tecidos os novos caminhos da emancipação social”. Ao enfatizar que o paradigma emergente está sempre aberto e é uma produção coletiva, diferente, portanto, do paradigma dominante, o sociólogo português propõe um conjunto de teses sobre as alternativas de produção, como descrito a seguir:

As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos; o êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo; as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado; as alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala; a radicalização da democracia participativa e da democracia econômica é face da mesma moeda; existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal; as formas alternativas de conhecimento são fontes alternativas de produção; os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser graduais e inclusivos; as alternativas de produção devem entrar em relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade. (SANTOS, 2003, p. 64-74)

Posto isto, há uma variada escala de iniciativas em direção à globalização contra-hegemônica, e, portanto, alternativa ao atual modo de produção, que vão desde pequenas unidades de produção locais (cooperativas) – compatíveis com determinado sistema de mercado e com o predomínio das empresas capitalistas – até propostas de coordenação macroeconômica e jurídica global que garantem os princípios mencionados. Citam-se, por exemplo, as propostas ecológicas desenvolvimentistas que implicam transformação radical ou até mesmo o abandono da produção capitalista.

Cabe, aqui, descrever as características principais das vertentes explicativas que fundamentam propostas alternativas ao modo de produção capitalista emergente com a crise estabelecida e aprofundada nas relações entre trabalho e capital a partir da globalização neoliberal.

Começando pelas cooperativas, pode ser encarada como uma sociedade ou empresa que visa a desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica – como já foi explicitado anteriormente. Pode-se dizer que o cooperativismo é uma doutrina que atribui às cooperativas o papel primordial.

Em nossa sociedade, as cooperativas são muito freqüentes. Constituem-se de empresas que enfrentaram problemas em sua gestão e passaram a ser assumidas pelos trabalhadores como forma de dar quitação a débitos trabalhistas. Trata-se de uma maneira de inserção dos trabalhadores no sistema de mercado. Existem, também, experiências cooperativistas que não nasceram por iniciativa própria e de esforços dos trabalhadores, mas, ao contrário, surgiram da iniciativa e com o apoio financeiro de outros agentes, inclusive do setor patronal. No penúltimo capítulo desta tese, será abordado o caso da cooperativa dos trabalhadores artesãos em aço inoxidável, na região do Vale do Aço, Minas Gerais, uma cooperativa constituída e gerida pelos interesses da principal empresa do município com o respaldo logístico e político da administração municipal naquele período.

As experiências de cooperativismo desenvolvidas no mundo contemporâneo, particularmente as que serão analisadas nos próximos dois capítulos não se configuram em modo de produção alternativo, mas sim organizações não-capitalistas aptas a pertencerem a um mercado globalizado, numa postura contra-hegemônica. Em outras palavras, dir-se-ia que se trata de organizações que se situam mais como alternativas ao desemprego e à pobreza do que como alternativas ao próprio capitalismo.

Neste ponto, cabe, aqui, uma diferenciação básica entre a empresa capitalista e a empresa solidária, apontada por Singer. Na primeira há predominância da heterogestão¹⁶ e na segunda da autogestão. A empresa capitalista segue uma hierarquia de diferenças de salários e competição entre os próprios funcionários. Nela, o que determina a remuneração de cada trabalho é “o incessante ajuste entre oferta e demanda desta força de trabalho” (SINGER, 2002, p. 12). Desse modo, os salários são escalonados visando a maximizar o lucro, o qual beneficia apenas os detentores dos meios de produção (empregadores/ dirigentes), desvalorizando a mão-de-obra operária (empregados). Já na empresa solidária não existe salário, mas retirada, que é decidida coletivamente pelos sócios podendo, as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Nesse tipo de empresa, tudo deve ser decidido em assembleia, nas quais apenas é aceita certa hierarquia profissional no âmbito de representação e organi-

16 Heterogestão: ocorre quando a empresa é gerida por outra pessoa que não o trabalhador, podendo ser um gerente (diretor, administrador, engenheiro) e/ou pelo(s) dono(s) da empresa. A heterogestão é o modelo de gestão mais comum encontrada nas empresas. É o oposto da autogestão.

zação. Pode-se existir, então, desigualdade tolerável, apenas visando à maximização da empresa, mas é preciso observar as expectativas dos membros que almejam alto índice de colaboração dos cooperados.

A respeito da forma administrativa de efetuar a repartição do excedente anual, Singer explica:

O lucro na empresa capitalista e a sobra na empresa solidária obedecem a mecanismos diferentes. Na firma capitalista, um pequeno grupo controlador (acionistas) toma a decisão, enquanto que na firma cooperativa, as sobras têm sua destinação decidida pela assembleia. [...] Na empresa capitalista, prevalecem sempre o poder e o interesse dos acionistas, representados pelo grupo controlador. Na empresa solidária, prevalecem o poder e o interesse dos sócios, cuja maioria em geral ganha menos por constituir a base da pirâmide de retiradas. O interesse dos sócios é manter e reforçar a solidariedade entre eles. É do seu interesse também maximizar o valor da retirada e da parcela das sobras apropriadas por cada sócio, mas como objetivo subalterno. O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades. (SINGER, 2002, p. 14)

A competição é uma característica da heterogestão e ocorre com frequência nas empresas capitalistas; a administração democrática é a característica da autogestão, ocorrente nas empresas solidárias. É importante salientar que na empresa solidária existe a autonomia¹⁷ dos integrantes, uma das principais características da empresa de autogestão, por haver a democratização administrativa no interior da empresa.

Outro aspecto relevante desses dois tipos de empresas é que ambos necessitam da cooperação entre os empregados. Entretanto, na heterogestão é mais difícil de promover a cooperação, pois “competição e cooperação são, a rigor, incompatíveis entre si” (SINGER, 2002, p.18), não deixando de levar em conta que ambas apresentam suas próprias dificuldades para manter em funcionamento. Ocorre que qualquer empresa, para seu bom funcionamento, deve contar com a colaboração de todos os seus funcionários, visando ao sucesso da empresa. No caso da empresa capitalista, existe a competição entre os funcionários que aspiram cargos mais altos e salários maiores, comprometendo, assim, o bom funcionamento da empresa, que deve ser observado pela administração. Já a empresa solidária depende também de

17 Entender autonomia como faculdade de se governar por si mesmo: todos os associados da cooperativa em tese têm voz nas tomadas de decisões desde que tomadas coletivamente.

colaboração para seu funcionamento, pois sem colaboração não há reciprocidade nas relações. Mas como as empresas solidárias não incentivam a competição, torna-se mais fácil.

Feito esse recorte, voltando às experiências cooperativistas, os processos sociais e econômicos excludentes, gerados pela lógica de concentração capitalista, têm levado parcelas da sociedade a buscar alternativa que atenda às necessidades dos marginalizados, promovendo a germinação de inúmeras unidades produtivas comunitárias de pequeno porte. Nessas pequenas comunidades, além da solução do problema do desemprego e da renda satisfazendo as demandas de consumo das vítimas dos processos excludentes, desenvolve-se uma nova sociedade baseada na colaboração solidária.

O objetivo da proposta dessas comunidades é gerar trabalho e renda para as pessoas desempregadas ou marginalizadas e para aqueles que não desejam mais se submeter à exploração capitalista. Dessa forma, procura-se melhorar o padrão de consumo de todos os seus participantes, combater toda forma de preconceito e discriminação, preservar o equilíbrio ecológico e construir uma sociedade em que não haja exploração das pessoas ou a destruição da natureza. (MANCE, 2003)

De acordo com Mance, (2000), quando uma rede de colaboração solidária é organizada, ela passa a atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem-viver. Ao mesmo tempo, combate as estruturas capitalistas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão. Dessa forma, inicia-se a implantação de um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida. Nesse processo, as redes de colaboração solidária, portanto, permitem ações como: aglutinar diversos atores sociais em um movimento social orgânico, com forte potencial transformador; atender demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho e satisfação de suas demandas por consumo, entre outras; negar estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural; passar a programar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva; fazer valer o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente, as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Do ponto de vista econômico, o funcionamento de uma rede de colaboração solidária depende apenas do consumo e do trabalho solidários. Quando consumimos bens e serviços em cujo processo de produção, pessoas foram exploradas e o meio ambiente degradado, somos responsáveis por esses danos à humanidade. É assim que se contribui para a manutenção dessa produção econômica. Atribui-se, então, ao ato de consumo, não só valores econômicos, mas também políticos e éticos, conforme explicitado a seguir:

Consumo solidário: é quando o consumo, além de garantir o bem-viver do consumidor, também garante o bem-viver do produtor. Por exemplo, se eu compro um produto de uma empresa que explora o trabalhador, destrói o meio-ambiente, eu também estou colaborando para a destruição do meio-ambiente e exploração daqueles trabalhadores. Porém, se eu compro um produto de uma empresa da economia solidária, estou colaborando para que aquele produtor possa viver do seu trabalho, sem exploração. (MANCE, 2000, p. 13)

Assim sendo, a rede de colaboração solidária é constituída por grupos de consumidores, produtores e prestadores de serviço de uma mesma organização cuja proposta é que todos pratiquem o consumo solidário. Melhor dizendo, o objetivo dessas redes é que todos comprem serviços da própria rede não só para garantir, com isso, trabalho e renda aos seus membros como também para proteger o meio ambiente. Sempre que se compra um produto de uma empresa de economia solidária, pode-se ter uma certeza: o excedente que está sendo produzido vai ser reinvestido de maneira coletiva, gerando, assim, novos postos de trabalho, diversificação da produção e melhora do padrão de consumo de todos os que participam da rede. Desse modo, quanto mais essas redes crescem distribuindo renda com a justa remuneração do trabalho solidário, maior é o conjunto de pessoas que a elas se integram e a demanda de consumo por elas atendida. Assim, geram-se oportunidades de trabalho e amplia-se, ainda mais, a distribuição de renda. Sobre isso, veja-se o trecho a seguir:

O que propomos nas redes de economia solidária é justamente a prática deste consumo solidário. Quando as pessoas, praticando o consumo solidário, compram em conjunto, elas podem comprar grandes quantidades e pagam mais barato. Por outro lado, os pequenos produtores, como vão vender em grandes quantidades, têm condições de manter o seu empreendimento funcionando, porque montamos uma rede entre consumo e produção. Com isso, a rede, articula consumo e produção e tem condições de gerar novas cooperativas, novas empresas, gerarem novos postos de trabalho, pessoas que estavam excluídas poderão produzir dentro dessas redes e desse modo poderão receber pelo seu trabalho. Não se trata de consumir mais e mais.

Trata-se de consumir para garantir o bem-viver. Esse é o sentido maior dessas redes de economia solidária. (MANCE, 2000, p. 8)

Nessa proposta, surge algo que parece transcender o modo de produção capitalista. Trata-se de conceber e experimentar, no cotidiano, a reinvenção de uma sociedade pós-capitalista que se organiza mediante a colaboração solidária, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo. Esse movimento recíproco de realimentação permite a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como a transformação cultural, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônica não apenas ao neoliberalismo, mas também ao próprio capitalismo. A agregação de diversas redes em outras redes maiores e várias delas espalhadas por todo o mundo, e ainda, se conectando, expressam possibilidades reais de uma nova revolução planetária.

Nesse contexto, torna-se de fundamental importância a existência no interior dessas inúmeras redes, de uma democracia total, nos termos propostos por Arendt (1991) que serão abordados no último capítulo deste estudo. A noção de democracia que se deseja é aquela que visa a assegurar, realmente, as liberdades públicas e privadas, eticamente exercidas, ao conjunto das pessoas e sociedades. Do ponto de vista ético, é necessário colocar o ser humano em primeiro lugar, nunca as mercadorias, e, então, pensar no produtor, no consumidor, no bem-viver das pessoas. Quanto ao aspecto político, este é um processo de construção de uma nova sociedade, de outra economia, outra cultura de solidariedade, outra forma de gestão de poder, ou seja, uma autogestão em que as pessoas participam, em condições de igualdade, com informação e conhecimentos necessários.

Ainda sobre essas redes de colaboração, merece analisar as redes da chamada socioeconomia solidária. Essas redes pressupõem segundo Arruda (2006), a inevitável prática de um socialismo perante a concentração de renda compulsiva ocasionada pela globalização capitalista. Isso demanda que a sociedade inteira se torne protagonista, sujeito ativo e consciente do seu próprio desenvolvimento socioeconômico, político, cultural, mental, psíquico, ético, estético e espiritual. Para tanto, seria necessário democratizar os ganhos da produtividade e os benefícios da economia do tempo de trabalho, de modo que cada um por sua vez e todos os cidadãos da sociedade nacional e global se tornassem capazes de obter o suficiente para garantir sustentavelmente um nível digno de sobrevivência próprio e de suas famílias.

Nesse sentido, canalizariam suas energias para o trabalho de desenvolver as dimensões superiores de si próprias e dos indivíduos de modo geral, comunidades, nações, humanidade. Eis a essência de uma nova política do trabalho, de um projeto de economia e cultura política e social de solidariedade e da corresponsabilidade¹⁸.

A proposta é um salto para um novo patamar e dimensão de consciência:

Em vez de conceber a nós mesmos como seres isolados, absolutamente individuais, vinculados apenas ao nosso próprio ego e aos nossos interesses e desejos, perceber-nos como seres indissolúvelmente interconectados, entre nós, com a Natureza e com o Cosmos, pela nossa origem e destino evolutivo. Decorre desta percepção o reconhecimento de que somos seres amorosos, seres chamados a edificar conscientemente relações de partilha, solidariedade e comunhão com o outro, com a terra e com o universo. É justamente a consciência reflexiva que nos permite superar a 'lei da selva' que domina nossa dimensão animal e instintiva – sobrevive o mais forte e o melhor equipado para a competição – e introduzir a 'lei do amor' em todas as relações que constituem nossos 'ir sendo' e existência". (ARRUDA, 1998, p. 7).

Arruda (1998) dá a essa economia o nome de economia do *feminino criador*, pois é uma economia amorosa, que se baseia nos atos de dar, de acolher, de receber, de compartilhar, ou seja, em atributos socialmente construídos como pertencentes ao mundo feminino. "Uma economia da reciprocidade, do acolhimento, da gratuidade, da partilha e do afeto já não é mais apenas economia, mas socioeconomia, ou humana economia". Essa economia visa a promover transações integralmente humanas, inclusive o comércio, a comunicação e a comunhão de projetos, interesses e sentimento entre as pessoas. Busca assim, a valorização da diversidade e da singularidade de todos para construir unanimidades partindo da própria diversidade, sem sacrificá-la.

De acordo com tal perspectiva, iniciativas de cooperativas isoladas no nível microcooperativas não têm poder transformador efetivo ou potencial. Para atingir tal objetivo é preciso tecer redes de cooperação, conforme esclarece Arruda:

É necessário tecer redes cooperativas e solidárias de intercâmbio comercial, técnico, financeiro, cultural e afetivo (nível meso) nos espaços local, nacional, regional e global, guiado por um projeto nacional e global que seja

18 Arruda (2006) articula uma reflexão criativa e propositiva sobre economia, com temas como globalização, desenvolvimento, futuro do trabalho – a práxis já em marcha de outra economia fundada na cooperação e na solidariedade – e a antevisão de outra globalização que valoriza cada pessoa, cada cultura e cada povo. Busca assim, um projeto comum de humanidade considerando a valorização da complementaridade das diferenças.

ao mesmo tempo socioeconômico, político e cultural (nível macro). (ARRUDA, 1998, p. 6).

Tais seriam as condições fundamentais para a promoção do crescimento econômico, do bem-estar e da felicidade individual e coletiva como objetivos maiores da atividade socioeconômica.

Implícito nessa reflexão percebe-se que vivemos numa época em que se costumou aceitar o enraizamento da idéia de que não há alternativa nenhuma ao capitalismo neoliberal. Para conceber alternativa, segundo Santos (2002, p. 67) é fundamental que os movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil popular questionem o caráter fundador da globalização neoliberal e passem a “formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica”¹⁹. Essa reinvenção de formas econômicas alternativas também é urgente uma vez que a alternativa sistêmica ao capitalismo, que tem as economias socialistas como fim, não se tornou viável e não é desejável. Portanto, a atenção deve ser centrada na viabilidade e no potencial emancipatório das diversas alternativas que são formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo, ou seja, nas formas de organização econômica baseadas na igualdade, solidariedade e proteção do meio ambiente.

Nesses termos, na economia solidária, deve-se incorporar a noção alargada e complexa da vida social, em que a realidade não se reduz ao que existe. Assim, ampliam-se as possibilidades de experimentação e reflexão acerca de alternativas que se mostrem como formas de sociedade justas, insistindo na viabilização de uma forma de produção solidária ou não-capitalista.

A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento, alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas. [...] Tais possibilidades são amplas, mesmo sob o predomínio do capitalismo, e incluem formas de conceber e organizar a vida econômica que implicam re-

19 O autor designa como globalização contra-hegemônica as experiências de cosmopolitismo e de patrimônio comum da humanidade. O primeiro se refere à organização transnacional da resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimados pelas trocas desiguais de que se alimentam a globalização neoliberal, usando, em seu benefício, possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo as que decorrem da revolução nas tecnologias de informação e de comunicação. O segundo trata de lutas transnacionais pela proteção e des-mercantilização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária.

formas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não capitalistas ou que apontam, inclusive, para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalista. (SANTOS, 2003, p. 26)

Essas experiências e propostas são frágeis e incipientes por possuírem um caráter antissistêmico. Daí a necessidade de interpretação dessas alternativas que emergem paralelamente ao sistema capitalista e buscam a superação deste sistema.

São qualificadas como *alternativas*, frequentemente, as práticas e teorias que desafiam o capitalismo. Ao se questionar quais são os valores e as práticas capitalistas que essas alternativas criticam e procuram superar, em geral, podem-se apontar três características negativas das economias capitalistas mais salientes:

O capitalismo sistematicamente produz desigualdades de recursos e de poder; as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas em benefícios pessoais no lugar da solidariedade; a exploração crescente dos recursos naturais em nível global põe em perigo as condições físicas de vida na Terra. (SANTOS, 2003, p. 29)

Verifica-se que, na prática, as críticas e as alternativas formuladas a partir dessas características do capitalismo, tendem à combinação entre mais de uma das linhas mencionadas.

Nessa direção, os múltiplos tipos de iniciativa que criticam e procuram superar o capitalismo criam espaços econômicos em que haja a predominância dos princípios de igualdade (a participação de todos na tomada de decisões), de solidariedade (o que uma pessoa recebe depende das suas necessidades e a contribuição depende das suas capacidades) ou respeito à natureza. Há uma variada escala de iniciativas que vão desde pequenas unidades de produção locais, cooperativas, que são compatíveis com um sistema de mercado e inclusive com o predomínio das empresas capitalistas, até propostas de coordenação macroeconômica e jurídica global. Tais propostas garantem os princípios mencionados que implicam transformação radical ou até mesmo abandono da produção capitalista.

Ao encarnar valores e formas de organização opostas aos do capitalismo, as alternativas econômicas geram dois efeitos de alto conteúdo emancipador. O primei-

ro se refere ao nível individual, visto que os participantes se deparam com mudanças fundamentais nas suas condições de vida. O outro se refere ao nível social, no qual se devem ampliar os campos sociais em que operam valores e formas de organização não-capitalistas decorrentes das experiências bem-sucedidas.

Uma característica comum aos estudos realizados sobre vários tipos de experiências associativistas é o caráter flexível das conclusões que se originam na incerteza em relação ao futuro das experiências analisadas. É nessa linha de pensamento e prática contra-hegemônica e alternativa ao capitalismo em que reside a promessa de emancipação social, pois as condições econômicas, políticas e sociais contemporâneas são propícias ao ressurgimento do pensamento associativo e das práticas cooperativas.

Esse pensamento associativista e a prática cooperativa, por sua vez, desenvolveram-se não só como alternativas ao capitalismo liberal, mas também ao socialismo centralizado. Observa-se que, como teoria social, o associativismo tem como postulados:

A defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade [...] e, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização políticas pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil. (SANTOS, 2003, p. 33)

Há que se salientar, ainda, que, apesar do cooperativismo se apresentar como algo que deu forma a exemplares experiências de economias solidárias, ainda não conseguiu se converter em uma alternativa importante em relação ao setor capitalista da economia nacional e mundial. Então, sustenta-se idéia de que tais experiências são *intrinsecamente instáveis*, pois ocorrem em um *dilema estrutural*:

Por um lado, corre o risco de fracassar porque a sua estrutura democrática as tornam mais lentas na tomada de decisões do que as empresas capitalistas e porque o princípio 'um membro, um voto' as impedem de alcançar o nível de capitalização necessário para se expandir, porque os investidores desejam ter uma intervenção nas decisões que seja proporcional à sua contribuição; por outro lado, mesmo que as cooperativas consigam crescer e expandir-se acabam por fracassar, uma vez que o crescimento feito à custa do sacrifício da participação direta dos membros da cooperativa exige, cada vez mais, investimentos consideráveis de capital, que só podem ser obtidos apelando para investidores externos, cuja influência desvirtuaria o espírito da mesma. (SANTOS, 2003, p. 34-35)

Com o fracasso das economias centralizadas e a ascensão do capitalismo neoliberal, os estudiosos e demais interessados vêm, gradativamente, se voltando à tradição cooperativista como pensamento e organização econômica, repensando e tentando criar alternativas econômicas. Destacam-se nesse caso, quatro razões fundamentais relacionadas às condições políticas e econômicas contemporâneas que justificam o estudo e a promoção das cooperativas de trabalhadores, encarando-as como uma promessa de alternativa de produção emancipadora. São elas:

Ainda que as cooperativas estejam baseadas em valores e princípios não capitalistas [...] sempre foram concebidas e operaram como unidades produtivas capazes de competir no mercado; as características das cooperativas de trabalhadores têm potencial para responder com eficiência às condições do mercado global contemporâneo, pois tendem a ser mais produtivas, por causa da intensidade do incentivo e motivação dos trabalhadores-proprietários, e são adequadas para competir num mercado fragmentado e volátil; como a característica essencial das cooperativas de trabalhadores é que estes são proprietários, a difusão das cooperativas tem um efeito igualitário direto sobre a distribuição da propriedade na economia, e as cooperativas de trabalhadores geram benefícios para os seus membros e para a comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista; constata-se, então, a aplicabilidade da democracia participativa e o entendimento dos princípios de cidadania voltada à gestão empresarial. (SANTOS, 2003, p. 35-36)

É notável que o ressurgimento do pensamento associativo e das práticas cooperativas esteja intimamente ligado às atuais condições políticas, econômicas e sociais em que nos encontramos. Desafia não só as teorias e políticas liberais, mas também as correntes dominantes dentro da tradição socialista, pois as teorias econômicas que embasaram o socialismo real se caracterizaram, notadamente, pelo planejamento centralizado da economia, tendo por base a propriedade coletiva dos meios de produção. Isso demonstra literalmente, o medo do mercado. Então, o Estado detinha o controle sobre tudo, determinando metas para as cooperativas e mantendo a propriedade estatal. Tais metas geravam pressões econômicas que, unidas às consequências de políticas insustentáveis, sempre levaram as experiências socialistas ao fracasso.

Nesse contexto é que se formula uma teoria econômica dentro da tradição socialista que, mesmo explorando os modelos baseados no mercado, permite atingir os valores de igualdade e solidariedade: o socialismo de mercado. Entendendo que a relação entre mercado e capitalismo não é necessária, Santos (2003, p. 37) ressalta que o socialismo de mercado diz que a maneira mais viável e adequada de per-

seguir a proposta de solidariedade e igualdade do socialismo é adotar “uma combinação entre mecanismos de mercado e planejamento econômico, na qual o mercado tenha papel preponderante”. Acredita-se, pois, que os níveis de desigualdade e alienação que caracterizam o capitalismo não são gerados pelo mercado, que é o mais eficiente mecanismo de coordenação das decisões econômicas descentralizadas.

Fundamentalmente, o socialismo de mercado consiste na reintrodução do associativismo na tradição socialista, não bastando, portanto, reorganizar a economia com base em cooperativas de trabalhadores. Mais que isso, “é necessário conceber formas de coordenação entre cooperativas, e entre estas e as entidades estatais, para criar o tipo de rede de apoio que caracteriza as experiências bem-sucedidas”. (SANTOS, 2003, p. 39)

Torna-se necessário, ainda, formular modos de pensamento e ação que sejam ambiciosos em termos de escala, ou seja, que sejam capazes de pensar e atuar em escala local, regional, nacional, e até mesmo global, dependendo das necessidades das iniciativas concretas. Entretanto, existe ainda um desafio central para a proposição de alternativas socialistas, que é a articulação delas entre si, com o Estado e com o setor capitalista da economia.

O sentido educativo dessas novas relações de trabalho está vinculado às importantes lições de resistência e afirmação da cidadania e aos desafios de consolidação da democracia que diversos atores sociais nos apresentam. Um aprendizado que não precisa ser totalmente vinculado à instituição de ensino sistemático, e sim ao aprendizado que se estabelece por meio das experiências cotidianas e da vivência dos agentes que aderem aos novos desafios sociais pautados pela solidariedade dentro das relações de trabalho.

É notório, então, que uma proposta alternativa implique uma forma de ver o mundo que privilegie a produção de bens para consumo básico em vez da produção de novas necessidades e de artigos para satisfazê-las a troco de dinheiro. Isso, sem dúvida, é uma mudança espantosa nas maneiras de ser, de agir e de pensar dos agentes inseridos neste processo, uma vez que estas novas formas de geração de trabalho indicam a adoção de uma postura alternativa, de autogestão, totalmente

diferente da compreensão de trabalho assalariado e do consumismo que o capitalismo impõe.

A partir disso, amplia-se, sobretudo, a noção de processos educativos nos mundos do trabalho, observando-se as várias iniciativas relacionadas à cooperação e aos princípios da economia solidária. Nota-se, pois, a presença dos valores e estratégias democráticas e afirmativas da cidadania nas práticas cotidianas e atividades formativas nas cooperativas populares.

O que é importante observar, portanto, é que o cooperativismo popular favorece a emergência de uma nova cultura política, com ênfase na implantação da verdadeira democracia. Com isso, pode-se dizer que por meio de experiências de cooperativismo popular é possível estabelecer novos valores sociais, novas relações e, principalmente, novos horizontes para o desafio de emancipação social das classes subalternas no mundo contemporâneo.

No próximo capítulo, analisa-se a experiência do fórum de cooperativismo e associativismo popular solidário na Região do Vale do Aço em Minas Gerais, que se traduziu num esforço das lideranças e demais agentes em vivenciar os princípios e diretrizes gerais da economia solidária na região através da constituição, fortalecimento e articulação de uma rede regional de economia solidária.

4 COOPERATIVISMO POPULAR SOLIDÁRIO: EXPERIÊNCIAS DO FÓRUM REGIONAL DO VALE DO AÇO E DOS MUTIRÕES HABITACIONAIS

Identificar e interpretar o associativismo e cooperativismo na Região do Vale do Aço, através da experiência do fórum regional de cooperativismo popular solidário e dos mutirões habitacionais de Ipatinga, na década de noventa do século passado, com suas diferentes trajetórias, seus enigmas e desafios é a finalidade principal deste capítulo. O fórum existiu especificamente durante o início desta década, mais precisamente entre os anos de 2000 a 2003.

Com efeito, o fórum do Vale do Aço foi concebido, segundo algum dos seus idealizadores,²⁰ à luz da experiência da rede de economia solidária, que é uma forma inovadora de organização, diferente das formas mais hierárquicas do tipo igreja, partido, sindicato. Para os agentes da rede brasileira de socioeconomia solidária (RBSES) essa rede é a única que corresponde aos valores da cooperação, reciprocidade, respeito à diversidade, complementaridade, solidariedade, irmandade. Ela se baseia na convicção de que cada pessoa, cada comunidade e cada empreendimento podem tornar-se sujeito ativo e consciente do seu próprio desenvolvimento²¹.

A rede concretiza o compromisso entre os grupos e organizações que se unem nela por meio do compromisso de buscar sempre mais comprar, vender e trocar solidariamente no interior da própria rede. Além disso, busca ampliá-la sempre mais, inclusive atraindo para si igrejas, sindicatos, movimentos populares e todo ator social que possa sintonizar com a proposta de uma economia solidária e cooperativa.

O objetivo geral do fórum, segundo as responsáveis por sua criação e consolidação, foi promover a integração das cooperativas populares e grupos organizados

20 Marcos Arruda foi um dos principais inspiradores da criação do fórum regional de cooperativismo popular solidário quando do seu trabalho de assessoria aos movimentos sociais e algumas administrações municipais populares da região do Vale do Aço. Outros personagens que deram contribuição importante para a criação e consolidação do fórum na região foram: Lourdes Paiola, Rosa Bragança, Valentina, Elizete, Júlia Restori, profissionais essas inseridas nas respectivas administrações municipais e/ou em mandatos legislativos que assumiram, voluntariamente, o compromisso de viabilizar a criação dessa instância popular.

21 No Rio de Janeiro há mais de uma década, existe o Fórum de Cooperativismo Popular e dele surgiu, em 2002, a rede estadual de socioeconomia solidária - RJ.

da região, capacitando e fortalecendo o movimento cooperativista popular e solidário, bem como incentivar e apoiar o surgimento de novas cooperativas e grupos, dando início o processo de constituição da rede de solidariedade na região. Especificamente, tinha o intuito de abordar a importância de desenvolver o espírito solidário e cooperativo, como forma de enfrentar e superar problemas de ordem econômica e de relacionamento do grupo; dar início à discussão e construção da rede regional de solidariedade; propiciar condições objetivas para se conhecer as várias possibilidades de comercialização cooperativa e solidária, através da venda, clubes de troca, moedas, feiras, etc. Por fim, buscava-se, também, identificar as principais dificuldades vivenciadas pelas diferentes associações e cooperativas de trabalhadores da região.

Este estudo pretendeu verificar como, nos coletivos populares, se têm impulsionado as iniciativas do cooperativismo popular solidário, além de interpretar os temas e questões atinentes às questões do mundo do trabalho na atualidade. Tal verificação foi possível graças aos contatos estabelecidos com participantes das referidas experiências, às conversas informais com seus agentes e às entrevistas realizadas com os atores dessas cooperativas e agentes profissionais da área social envolvidos. Esse procedimento foi uma das formas privilegiadas para se pensar os fundamentos empíricos do cooperativismo em que se destaca o debate sobre a problemática da diferença entre emprego e trabalho, a questão do desemprego, as encruzilhadas experimentadas no mercado de trabalho, o significado atribuído pelos sujeitos individuais e coletivos ao tempo livre, lazer, prazer e emancipação social.

Diante dos vários experimentos e questões de ordem socioeconômica e cultural suscitada por tais iniciativas, algumas perguntas são pertinentes para o entendimento mais adequado desse complexo processo, a saber: quais foram os principais protagonistas dessas iniciativas? Qual a participação efetiva no associativismo e cooperativismo popular solidário de jovens, mulheres, desempregados (as) e o seu respectivo nível de escolaridade? Que lições foram extraídas de tais experiências que desafiaram a consolidação de princípios da economia solidária ante os princípios da economia competitiva? Tais princípios são pertinentes? Em que consistem suas estratégias de intervenção política educativa? Quais são os fundamentos políticos, sociais, culturais e econômicos que norteiam suas ações? Conforme análise de

Santos (2001, p. 107-116), essas experiências levariam ao paradigma de emancipação ou ao velho paradigma de regulação social? Em que medida esse conjunto diversificado e diferenciado de ações tem considerado a problemática política e econômica mais ampla vivida pelos trabalhadores e suas outras formas de organização com suas respectivas arenas, tais como, sindicatos e partidos políticos, por exemplo, nas micronegociações e macronegociações, como também na formulação e acompanhamento crítico das políticas públicas?

O tratamento teórico das referidas questões culminou no seguinte desafio: politizar as relações de trabalho e os processos educativos no cotidiano dos trabalhadores participantes dessas experiências, ou seja, captar o imediato e fazer a mediação. E, ainda, articular a dimensão particular dos fenômenos sociais com a dimensão geral. Tratou-se, na verdade, de desenvolver uma reflexão que teve como ponto de partida o cotidiano daqueles homens e mulheres que reconstróem, cotidianamente, a história do Vale do Aço em suas múltiplas contradições. Colocou-se para este pesquisador como desafio metodológico, demonstrar a capacidade de extrair os acontecimentos do cotidiano e fazer a articulação com as questões mais gerais e coletivas num contexto histórico de crise do movimento sindical, experiências autoritárias de reestruturação produtiva e neoliberalismo.

4.1 Origens, estrutura e dinâmica do Fórum Regional de Cooperativismo Popular Solidário

As iniciativas de articulação e dinamização das experiências de cooperativismo popular na Região do Vale do Aço através da constituição de um fórum permanente foram um marco decisivo para a compreensão dos impasses vividos pela economia solidária nessa região. A experiência revela ser como são fascinantes as trajetórias desses homens e mulheres que ousaram desafiar em seu cotidiano de vida e trabalho, os obstáculos de natureza social, cultural e econômica impostos pelo processo de reestruturação produtiva na região.

Como foi essa história? Vale a pena relembra-la. No início de 2002, realizou-se, nas dependências do UnilesteMG - Centro Universitário do Leste de Minas Ge-

rais, o 1º seminário de cooperativismo popular com o intuito de reforçar a rede de solidariedade entre os vários grupos, associações e cooperativas populares de produção existentes. A proposta era divulgar a existência de referidos grupos com seus respectivos sistemas de organização de empreendimentos que tecem, nos subterrâneos da vida social e econômica, alternativas ao processo excludente de produção, distribuição e consumo hegemônico.

As classes trabalhadoras no Brasil, no início desta década enfrentavam as consequências do perverso processo de reestruturação produtiva expressas pela dura realidade do desemprego estrutural e a precariedade do emprego e salário que atinge o polo moderno da classe operária (ALVES, 2000, p. 247)²². Com o avanço da globalização e os processos de reestruturação produtiva no setor vieram privatizações das empresas públicas e o sucateamento do patrimônio público. A região do Vale do Aço não escapou disso, ao contrário.

Posto isso, dimensionar o drama do desemprego no início desta década, deve-se recorrer à análise de Dowbor (2006, p. 10-11), descrita abaixo:

O Brasil tem em 2004 uma população de 180 milhões de habitantes. Destes, 121 milhões são considerados população em idade ativa (PIA), entre 15 e 64 anos²³. Como muita gente em idade ativa opta por não trabalhar – e este “optar” representa uma dramática simplificação estatística – a população considerada economicamente ativa (PEA) é da ordem de 93 milhões de pessoas. Trata-se das pessoas que estão trabalhando e das pessoas que estão desempregadas e procuram. Na visão do IBGE, quem não está procurando emprego na semana de referência, não está desempregado, faz parte dos inativos, o que permite manter as estatísticas de desemprego em torno de 9%.

Na visão do DIEESE, que inclui nos desempregados os que não estão procurando emprego porque cansaram de procurar – desemprego por desalento – os desempregados representam algo em torno de 18% da população economicamente ativa.

22 Além da parcela imensa de marginalizados com relação à legislação trabalhista, tende a surgir nova exclusão social no próprio campo da contemporaneidade. A precariedade e a insegurança penetram no núcleo integrado da classe dos trabalhadores assalariados, atingindo os que ainda mantêm vínculo formal de emprego. Desenvolve-se, em maior amplitude, portanto, um mundo do trabalho no Brasil, mais diversificado, mais segmentado, polarizado, que tende a tornar ainda mais difícil a própria constituição da solidariedade de classe.

23 O IBGE utiliza outra classificação, optando simplesmente por pessoas de 10 anos ou mais de idade, resultando para 2004 uma população em idade ativa de 150 milhões de pessoas. Optou-se aqui, pela classificação internacional. Para os dados, ver IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 2005, páginas 2-18 e 2-43

Se adotarmos o cálculo do Dieese, indiscutivelmente mais realista para um país em desenvolvimento tem-se 17 milhões de desempregados.²⁴ Os critérios do Dieese não são exagerados. Na realidade, além do desemprego por desalento, seria interessante acrescentar o desinteresse por trabalho causado pelo baixo nível de remuneração: Uma pessoa que consegue um emprego de 200 reais, que desconta o quanto vai gastar com condução e outros gastos extra fora de casa, chega facilmente à conclusão que fica mais barato ficar em casa e ajudar a cuidar das crianças.

Os 9% de taxa de desemprego que o IBGE nos apresenta são sem dúvida preocupante, mas razoáveis. No entanto, se compararmos os 85 milhões de economicamente ocupados, com os 121 milhões em idade ativa, estamos falando em 35 milhões de pessoas em idade de trabalho e que não exercem atividade econômica remunerada. Não há dúvida que encontramos aí um grande número de mães que preferem ficar em casa cuidando dos filhos, ou pessoas incapacitadas por diversas razões. Em compensação, entre os 85 milhões efetivamente ocupados temos um sólido 40% de trabalhadores que têm baixíssima escolaridade, e um bom número de trabalhadores pouco produtivos por desnutrição e outros fenômenos característicos do subdesenvolvimento, outra forma absurda de subutilização do potencial humano. Não estamos aqui na esfera de cifras precisas, mas de ordens de grandeza. E a ordem de grandeza, por mais voltas que lhe demos, é realmente assustadora. Na realidade, o que se apresenta de maneira bastante evidente, é que a subutilização da nossa força de trabalho atinge dezenas de milhões de pessoas e constitui um dramático desperdício do principal recurso do país, a sua mão de obra.

A globalização substituiu o trabalho coletivo, produtivo e construtivo pelo empreendimento privado que, através de seus métodos visa apenas ao lucro e acaba gerando o grave problema social do desemprego. Numa tentativa de dar a volta por cima, os trabalhadores, e aqui cabe especificar, em grande parte as mulheres, organizaram-se em pequenos grupos, muitas vezes com a cara e a coragem e começaram a produzir salgados, doces, pequenas confecções e artesanatos para o sustento da família.

24 Com os critérios estreitos do IBGE, que só considera o desemprego aberto, temos uma população ocupada da ordem de 85 milhões. Aqui, trabalhou-se com ordens de grandeza. É difícil estimar, por exemplo, quantas pessoas gostariam de entrar no mercado de trabalho se os salários fossem mais decentes. Os critérios do DIEESE, que incluem o desemprego por desalento e chegam a cifras de desemprego da ordem de 18% nas áreas metropolitanas, tanto podem reduzir as estimativas de população ocupada como expandir as cifras de população economicamente ativa. Tais aproximações estatísticas não influem nas grandes linhas de raciocínio desenvolvidas neste trabalho, mas é importante ter em mente o grau de aproximação com o qual se trabalhou.

4.2 Marco histórico do cooperativismo popular solidário na região

A realização do 1º seminário sobre cooperativismo popular solidário da região em questão teve o objetivo de incentivar o crescimento desses grupos. Portanto, a meta do seminário era prepará-los técnica e comercialmente, dando suporte para que eles se desenvolvessem e crescessem através de ações coletivas.

Havia, entre os agentes organizadores desse seminário, mencionados anteriormente, a crença política de que o associativismo e cooperativismo popular solidário seria um caminho para amenizar ou mesmo apontar rumos alternativos para a solução definitiva do desemprego na região²⁵.

O evento se constituiu em momento privilegiado para a troca de experiências entre os grupos participantes, no sentido de divulgação de seus respectivos produtos e serviços e propiciou condições efetivas para a reflexão sobre os aspectos jurídicos do cooperativismo e das alternativas para superação das dificuldades encontradas pelas associações e cooperativas populares.

O seminário teve como dinâmica o depoimento dos representantes de grupos que integravam o cooperativismo popular da região, a exposição e mostra dos produtos produzidos pelos mais de quarenta grupos participantes e a exibição de vídeo-documentário sobre experiência de cooperativismo em outras regiões do país. Fez parte ainda da programação, a realização de palestra e debate sobre as dificuldades enfrentadas pelos grupos, além da avaliação e encaminhamento da proposta de cri-

25 A esse respeito e para o dimensionamento mais abrangente da referida problemática, uma pesquisa de tipo exploratória sobre o nível de desemprego na região metropolitana do Vale do Aço realizada por professores do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais indica que o índice de desemprego no Vale do Aço é de 21,7 %, usando os critérios do DIEESE, ou seja, incluindo o desemprego oculto (tanto pelo trabalho precário quanto pelo desalento); índice mais alto que a RMBH no mesmo período. A diferença maior entre os dois índices se encontra no desemprego oculto pelo desalento que no Vale do Aço é significativamente maior do que na RMBH. A definição desse indicador está clara nos questionários, mas sempre existe a possibilidade de erro na interpretação da pergunta. (SOARES, 2005)

ação de uma rede regional de solidariedade para o fortalecimento do movimento cooperativista popular solidário na região.

A participação e envolvimento deste pesquisador na organização do evento permitiram-lhe observação feita durante o evento que foi posteriormente confirmar, que as experiências de associativismo e cooperativismo são estímulos fundamentais para a construção de novas relações de trabalho. No final do encontro, definiu-se pela criação de um fórum permanente de cooperativas populares da Região Metropolitana do Vale do Aço, com a finalidade principal de ser um espaço para a continuidade de troca de informações, aperfeiçoamento, dinâmica e gerenciamento das cooperativas.

Um dos principais problemas enfrentados pelas cooperativas e que foram abordados naquele seminário refere-se aos processos burocráticos, à legislação precária e à falta de apoio dos órgãos públicos. A cobrança de impostos como o INSS (15%), Confins (3%) e ISS (em média 5%), em alguns municípios são obstáculos para a operacionalização das cooperativas. Segundo Leonardo Coelho, advogado e assessor do fórum de cooperativas populares do Rio de Janeiro, que na ocasião prestou assessoria ao fórum regional de cooperativismo popular solidário, o conflito entre as cooperativas e os sindicatos também é histórico. Coelho explicou que os sindicatos vêem as cooperativas como um fator de precarização do trabalho²⁶. Aliado a isso, a autuação pela Justiça do Trabalho de algumas cooperativas acaba inviabilizando o melhor desempenho dessas organizações.

Na opinião de Ivo José, na época, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores e um dos incentivadores do cooperativismo popular solidário na região do Vale do Aço, o cooperativismo se consolida como alternativa viável para a sobrevivência dos trabalhadores excluídos pelo processo de reestruturação produtiva, através da geração de emprego e de renda²⁷. A região, conforme seu depoimento insere-se no contexto do cooperativismo popular através de uma rede de solidariedade e do fortalecimento do setor. O sucesso do encontro regional e as múltiplas iniciativas

26 Dados obtidos em entrevista concedida ao Jornal Diário do Aço em Ipatinga – MG no dia 06/03/2002, p. 4.

27 Informação verbal prestada aos organizadores do evento durante a realização do I Seminário de Cooperativismo Popular Solidário realizado em Coronel Fabriciano em março de 2001

na região confirmam a viabilidade das cooperativas e, com isso, acredita-se que é uma solução para a superação da crise de emprego vivida pelo país. “O cooperativismo e a solidariedade são alternativas para resolver o problema do desemprego num curto espaço de tempo”, afirmou Ivo José.

Do ponto de vista do conteúdo programático do referido encontro, os pontos centrais abordados foram: as questões jurídicas que envolvem a criação de cooperativas; as experiências que vêm sendo feitas no Rio de Janeiro, como a criação de uma rede de solidariedade entre as cooperativas e os conflitos gerados na interpretação da legislação que regulamenta o funcionamento de tais organizações.

Embora exista legislação federal²⁸ disciplinando e regulamentando a atividade do cooperativismo popular, como a que determina que o governo deva apoiar as cooperativas e as entidades associativas, no cotidiano nada disso ocorre.

A propósito, o governo federal encaminhou no dia 4 de julho de 2008 ao Congresso Nacional dois projetos de lei sobre aspectos tributários relacionados ao setor cooperativista e sugestões para o aperfeiçoamento da Lei Geral das Sociedades Cooperativas. O primeiro projeto trata-se de lei complementar, que visa a estabelecer o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, garantindo que a tributação não incidirá duplamente nas operações realizadas pelas cooperativas e que não haverá aumento de impostos. A dupla incidência dos tributos ocorre, atualmente, porque tanto o cooperado quanto a cooperativa paga pela produção. O segundo deles é um projeto de lei ordinária, que regula a base de incidência de cada tributo federal para os principais ramos do cooperativismo e a alíquota aplicável para os tributos federais para cada tipo de ato cooperativo, por ramo ou agrupamento. As cooperativas sociais seriam isentas de tributação e manteria inalterada a carga tributária média para o setor.

De acordo com o Governo, a sugestão de mudanças para a lei das sociedades cooperativas apresenta subsídios para os projetos de lei ordinária que tramitam no Senado há vários anos. Esses projetos propõem uma nova legislação para o co-

28 Para ilustrar, a Lei no. 5.764, de 16 de Dezembro de 1971 define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Também a Lei no. 9867, de 10 de novembro de 1999 dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica.

operativismo, tendo em vista que a Lei 5.764/71 está defasada e conflita com a Constituição Federal.

Entre as principais propostas de mudanças está a redução do número mínimo de vinte para sete sócios para se constituir cooperativas.

De acordo com dados da OCB, 7,5 mil cooperativas são vinculadas à organização, envolvendo 25 milhões de brasileiros. Essas 7,5 mil entidades, entretanto, representariam apenas cerca de um terço do total, pois o Ministério do Trabalho e Emprego contabiliza a existência de 22 mil cooperativas inscritas em juntas comerciais de todo o Brasil.

Voltando à realização do referido seminário, uma avaliação dele realizada por seus organizadores, indicava que a iniciativa apresentava tendências positivas, em termos de difusão e ampliação das iniciativas associativistas e cooperativistas na região. Foi possível visualizar os diferentes estágios de maturação e maturidade dos grupos e a constituição de um fórum permanente.

Sobre os problemas oriundos da fragilidade da comunicação e da legislação que rege os processos de constituição de entidades associativas e cooperativas, cumpre destacar que se explicam, como apresentado no capítulo anterior, pelo fato de que só a partir da Constituição Federal de 1988, as cooperativas alcançaram sua autonomia e buscam programar sua autogestão. Especialmente este segmento de trabalho enfrenta falta de sintonia com os órgãos públicos e com a ausência de políticas voltadas para a área.

Schmidt e Perius (2003, p. 66) não só retratam o marco jurídico do cooperativismo, como também apresentam a evolução dos seus fundamentos legais.

O novo marco, estabelecido pela Constituição Federal, é, em realidade, um divisor do cooperativismo, não mais tutelado pelo Estado. Os inícios desta nova situação já se estabeleceram antes da Constituinte de 1988. Começaram com o Congresso Brasileiro das Cooperativas de 1980 e, em 1984, com o 1º. Seminário Brasileiro das Cooperativas Agropecuárias. Os dois eventos registram um novo relacionamento entre cooperativa / Estado, via níveis de cooperação através da delegação: o Estado se dispõe a oferecer maior autonomia às cooperativas (Decreto 90.393/84), pelo qual o INCRA (órgão executivo federal para controle de cooperativas) poderia (artigo 7º) delegar suas funções ao próprio sistema cooperativista.

As principais contribuições da Constituição de 1988 ao marco jurídico das cooperativas são: (a) autonomia das cooperativas: artigo 5º, inciso XVIII; (b) papel do Estado: artigo 174, parágrafo 2º; (c) regime tributário adequado: artigo 146; (d) proteção da atividade garimpeira em cooperativas: artigo 174, parágrafo 2º; (e) reconhecimento das cooperativas de crédito: artigo 192, caput e item VII; (f) participação na política agrícola: artigo 187; (g) saúde: artigo 199.

A partir de 2003, com a eleição de Lula como Presidente da República, cumpre destacar que houve um incremento nas políticas específicas para o associativismo e cooperativismo popular através de uma série de medidas. Merece destaque, nesse sentido, a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Daniel Tygel ²⁹, secretário-executivo do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária em entrevista relata as principais conquistas alcançadas pelo FBES, desde a sua criação em 2001 bem como critica a concepção de desenvolvimento que permeia a política econômica do governo o que impede a efetivação de apoio mais efetivo à economia solidária como eixo das políticas públicas.

Afinal, a realização do evento serviu, ainda, para dar início ao processo de definição mais objetiva dos critérios a serem adotados em relação aos problemas e desafios que se enfrentam no cooperativismo popular da região. Refletiu-se sobre os desafios na elaboração e encaminhamento aos parlamentares das distintas esferas de poder, de projetos de lei que não reproduzam o modelo cooperativista em vigor, abrindo-se canais efetivos para a agregação dos sindicatos e a efetiva participação dos trabalhadores no capital das empresas através das associações e cooperativas.

Como lições importantes extraídas desse evento, destacam-se a constatação pelos participantes de que, para vencer o desemprego, as comunidades tiveram de investir em ações coletivas para obter várias conquistas. No entanto, ainda há muito que avançar. Compreenderam que o importante não é ensinar e aprender a ganhar dinheiro. É aprender a socializar o trabalho, as técnicas, a produção, o esforço, a iniciativa e também as *sobras* auferidas. Para tanto, é imperioso aprender a praticar cooperativismo democrático, transparente e participativo.

²⁹ FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 23/10/2008, Ipatinga, Adital. Disponível em <<http://www.adital.com.br>>. Acesso em 23/10/2008.

Em resumo, o seminário propiciou oportunidades efetivas de aprofundamento, discussão e avanço em questões que dão força e visibilidade ao cooperativismo. Para o pleno êxito das propostas formuladas, ficou-se na expectativa de que todos os segmentos das comunidades, tais como os trabalhadores, comunidades, igrejas, empresários, prefeituras, autoridades, grupos de mulheres e outros estejam plenamente envolvidos.

4.3 Constituição das redes de economia solidária na região: 2º seminário

Após o 1º seminário, no ano seguinte, entre os dias 20 e 21 de março de 2003, realizou-se, no município de Timóteo, o 2º seminário sobre cooperativismo popular solidário da Região do Vale do Aço. O intuito era fortalecer e promover a constituição de uma efetiva rede de solidariedade entre produtores e consumidores da região. Participaram desse evento, oitenta e um trabalhadores representando mais de quarenta entidades, grupos, associações e cooperativas populares da região. O encontro contou com a assessoria de Marcos Arruda, integrante do PACS.

A realização do fórum de cooperativismo popular solidário da região, realizado no ano anterior tivera como tema as *Redes de Solidariedade*. Conforme depoimento de Marina ³⁰, diretora da Cooperativa dos Trabalhadores em Massas Ágape de Timóteo (COOPERMASSAS) uma das organizadoras do evento, o cooperativismo popular e o associativismo constituem formas para amenizar o problema do desemprego e buscar melhoria da qualidade de vida da população excluída do mercado de trabalho. Em suas palavras, querem “fortalecer os grupos da região através de intercâmbios, debates e realização de oficinas”.

30 Os nomes usados nesta pesquisa são fictícios para preservar a identidade dos agentes e atores nela envolvidos, bem como de suas respectivas organizações.

Durante o encontro, os representantes das cooperativas conheceram várias possibilidades de comercialização dos produtos como clubes de troca, criação de moedas próprias, feiras, entre outros temas.

A apresentação do Marcos Arruda foi feita por meio de um grupo de teatro de bonecos expressando criatividade, bom humor e informações importantes sobre o cooperativismo e economia solidária. Fez-se um minuto de silêncio pela Paz no Mundo e contra a guerra de Bush, além da distribuição de fitas brancas para todos os participantes. Arruda (2003) reafirmou, no início, que o novo se constrói de baixo para cima, no cotidiano de cada um. Assim, transformação nos valores, atitudes e comportamentos são palavras-chave nesse contexto.

O encontro teve início com ênfase dada pelo assessor ao conceito de economia³¹ como a gestão, que é o cuidado da casa. Nesse sentido, enfatizou que os habitantes dela é que são o objeto da casa, no caso, casa do povo brasileiro, do planeta. Como anda a casa? Questionou e desenvolvendo o raciocínio, acrescentou: uma análise cuidadosa da situação de nossa casa permite identificar posturas exacerbadas de individualismo, guerras constantes, casa contra casa, país contra país, Estado contra Estado. Desse modo, ele quis chamar a atenção da economia predatória, centrada no interesse do capital em detrimento dos trabalhadores. Considerou, ainda, que construir o projeto socialista na prática exige a adoção de novas formas de produção cooperativa de autogestão e novas formas de comércio, transparentes com o custo, margem de lucro adequada ao comércio justo.

Quanto a esse comércio, Fretell e Roca, após recuperarem os aspectos históricos que marcam as relações tradicionais no comércio internacional e demonstrarem como evoluíra a compreensão que restringia a noção de relações entre as nações que, agora, incorporam o plano local, o definem como:

31 A palavra economia na Grécia Antiga servia para indicar a administração da casa, do patrimônio particular; enquanto a administração da polis (cidade-estado) era indicada pela expressão economia política. A última expressão caiu em desuso e só voltou a ser empregada na época do mercantilismo pelo economista francês Antoine Montchrestien (1615); os economistas clássicos utilizavam-na para caracterizar os estudos sobre a produção social de bens visando à satisfação de necessidades humanas no capitalismo. Foi somente com o surgimento da Escola Marginalista, na segunda metade do século XIX, que a expressão Economia Política foi abandonada, sendo substituída apenas por Economia. Desde então, é a denominação dominante nos meios acadêmicos, enquanto o termo Economia Política ficou restrito ao pensamento marxista. (SANDRONI, 2002, p.94).

[...] a rede comercial de produção – distribuição – consumo orientada para um desenvolvimento solidário e sustentável, que beneficie principalmente os produtores excluídos ou em situação de desvantagem, impulsionando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas neste processo (preço justo para os produtores, educação para os consumidores, desenvolvimento humano para todos. [...])

Está orientado para o reconhecimento e a valorização do trabalho e as expectativas dos produtores e consumidores, permitindo melhorar as condições de vida. Propõem-se a estabelecer relações entre produtores e consumidores, baseados na equidade, na associação, na confiança, na solidariedade e no interesse compartilhado. (FRETELL e ROCA, 2003, p. 36)

Para esses autores, são objetivos gerais do comércio justo: fazer evoluir as práticas comerciais para a sustentabilidade e a incorporação dos custos sociais e ambientais de modo a incidirem na tomada de consciência das pessoas e nas legislações nacionais e internacionais; gerar nos consumidores a consciência do poder que têm de atuar a favor de intercâmbios mais justos; impulsionar estratégias que busquem o equilíbrio entre os mercados locais internacionais; promover as relações de equidade de gênero; favorecer a expressão das culturas e dos valores locais, no contexto de um diálogo intercultural; promover o desenvolvimento integral no âmbito econômico, organizativo, social e político.

A reflexão sobre o associativismo e cooperativismo popular desenvolvida nesse seminário por Marcos Arruda propiciou uma série de aprendizados, que podem ser formulados da seguinte maneira: o cooperativismo é uma forma específica e diferenciada de organizar a produção, comercialização e serviços. Vinte por cento da população mundial está envolvida com o cooperativismo, entretanto, nunca esse movimento foi capaz de ser alternativa ao capitalismo, pois, em geral, é pensado e praticado na esfera de empresa, esquecendo-se do fato fundamental, ou seja, não é só a empresa importante na economia. O capitalismo, por sua vez, é um sistema de organização da economia na base do indivíduo, propriedade privada e da livre iniciativa, direito de iniciar, produzir e controlar qualquer empreendimento. Cada um faz o que quiser: é o caos, não tem planejamento a não ser o da empresa. Procura-se sempre, obter o máximo lucro: “cada um por si e Deus por mim”; é o “EU sem NÓS”. Por outro lado, há o coletivismo estadista, em que se predomina o “NÓS SEM O EU”. A economia solidária, ao contrário, é o (“EU e NÓS”) ao mesmo tempo: pessoa, comunidade, sociedade.

Outra abordagem importante apresentada no seminário por Marcos Arruda foi sobre o cooperativismo oficial: Organização das Cooperativas Estaduais OCE's (estaduais), Organização das Cooperativas do Brasil OCB (nacional). Criadas em 1971, durante a ditadura militar, elas defendem a *unicidade cooperativa* e disputam espaço com a economia solidária, que propõe a liberdade de adesão. Por exemplo, em Milão na Itália, existem seis confederações cooperativas, e qualquer cooperado tem o direito de escolher, entre as seis e uma sétima, de não se filiar a nenhuma. O objetivo principal do cooperativismo popular é quebrar as condições limitantes impostas pela realidade e criar novo marco legal para as cooperativas, através da mudança de legislação. O cooperativismo popular está se ampliando no Brasil.

Na sequência ao relato sobre o 2º Seminário, os participantes foram estimulados pelo assessor a pensar na necessidade ou não de se transformarem todas as experiências de produção, comercialização e financeiras em cooperativismo. Foi lembrado o exemplo do Movimento dos Sem-Terra MST, que no início definiu que tudo seria cooperativa. Posteriormente, houve mudanças de critérios e hoje percebe-se um novo processo de construção, outras maneiras de se relacionarem, mudanças de valores contra o egoísmo e o individualismo.

Ficou claro, também, em termos de lições de cooperativismo que, para que se guarde coerência com os princípios e diretrizes gerais da economia solidária, são importantes: não ter só um projeto político e cultural para além do capitalismo, mas vários; há vários conceitos de economia solidária, mas como tal é o projeto de outra economia; o respeito à diversidade, entenda-se que todo diferente é complementar. Além do mais, cada pessoa é única no mundo, *eu e nós* vivemos ao mesmo tempo e não só a produção de autogestão, mas a comercialização de maneira justa é o princípio fundamental da economia solidária que trabalha com vários campos ao mesmo tempo.

Prosseguindo a interpretação metafórica, gestão é o cuidado da casa. A primeira casa é a família que, do ponto de vista do capital, é vista como mão-de-obra, poder de compra, mas do ponto de vista da economia solidária é a unidade de produção de serviços humanos, de bens e serviços, de conhecimento e constitui a referência fundamental para a economia solidária. A família ampliada (casa, empresa,

país, mundo), tem na mulher um papel fundamental na construção de uma economia solidária, pelo papel amoroso que desempenha na gestão dessa casa.

Um momento fecundo dessa experiência reflexiva se deu por ocasião da realização de oficinas, realizadas com a participação dos integrantes distribuídos em quinze grupos de trabalho. Utilizou-se da seguinte metodologia com o intuito de subsidiar a experiência de constituição e fortalecimento do Fórum de Cooperativismo e Associativismo Popular Solidário da região: elaboração da carta de princípios; definição do nome do mutirão como *Elo Solidário*; definição do nome da moeda social como sendo *Elo*; definição do nome do secretário efetivo e suplente do mutirão; anotação de ofertas e demandas, telefones; preparação do catálogo dos produtos solidários; definição do coordenador/animador do mutirão; definição do mestre de cerimônia do mutirão que seria o responsável pelo local de realização da feira, pelo cumprimento, dar as boas vindas aos novos participantes e introdução deles no grupo e zelo do espaço após a realização da feira.

O relato das experiências dessas oficinas propiciou o entendimento sobre a dimensão dos aspectos educativos suscitados. Cada um dos quinze grupos elegeu um relator para expor aos demais o resultado das discussões e encaminhamentos dados em cada um.

Feita a apresentação dos expositores, foram feitas anotações do nome e do telefone de cada um, o que cada um oferece e o que cada um precisa. Tratou-se de fazer uma reflexão coletiva sobre o significado mais profundo da moeda³². Quanto vale o Elo? Qual o critério? Com tais dados, foi aberta a negociação: confiança mútua, tudo em aberto, alternativas encontradas, indexar o Elo ao Real, relacionando-o com o tempo de trabalho, no caso, o Tupi do RJ. Tomou-se como exemplo, o salário mínimo do Dieese (R\$1.400,00/nº de horas/mês 01 Elo = 1 hora de trabalho = R\$10,00). Prosseguindo, o Eco banco é o banco da casa, que tem a função de produzir e administrar a moeda. Distribui e recolhe as moedas em cada feira, edita novas moedas para os novos participantes que vão entrando no mutirão e anota o

³² Albuquerque (2003, p. 202) afirma que moeda social, em sentido lato, deve-se entender o instrumento fiduciário utilizado por uma ou mais pessoas e/ou grupo (s) que exerce as funções de unidade valorativa, que pode circular livremente em uma comunidade e é aceita como forma de pagamento; seu valor nominal não é igual ao valor intrínseco, depende da confiança daqueles que a recebem ou a repassam, por isso não pode ser usada como instrumento de entesouramento das riquezas produzidas pelos indivíduos ou comunidade.

quanto cada um vendeu para entregar na próxima feira. Sua tarefa principal é fazer circular a moeda. Dinheiro parado na economia solidária não vale nada, pois não gera juros. Definir a multa, (enferrujamento / oxidação) por deixar o dinheiro parado no Eco banco.

Fizeram parte, ainda, desse evento, exercícios práticos que foram realizados ao ar livre. Para isso, organizou-se um círculo menor com quinze pessoas, ofertando produtos para troca e um círculo maior com a presença dos demais participantes do encontro, cerca de sessenta pessoas.

Com relação à avaliação final das oficinas, diferentes expositores, majoritariamente mulheres, não só apresentaram os resultados como também passaram a socializar com os demais aquilo que definiram como produtos a ser apresentado na rede. Tratava-se de um exercício reflexivo sobre o processo de produção, distribuição e consumo com vistas ao entendimento da estrutura e dinâmica de outro modo de produção.

Assim sendo, Eliane, integrante do grupo *Estrela Dalva* de Ipatinga foi a primeira expositora e ofereceu pano de prato, sabão líquido, detergente, artesanato, bordados, trabalhos domésticos. A matéria-prima que precisavam consistia em tintas, pano de saco, linhas, agulhas, ingredientes para sabão e detergente, (sebo, álcool, soda, cloro).

Cristina, integrante da Cooperativa de Salgados Marimassa de Ipatinga apresentou em seguida e ofereceu salgados e serviços de Buffet. A matéria-prima exigida foi frango desfiado, farinha, ovos, leite, embalagem, temperos.

A terceira pessoa a apresentar era integrante a COOPERMASSAS de Timóteo, que ofereceu bolo para casamentos, aniversários, buffet, salgados e tinha necessidade, por sua vez, de materiais diversos para serviço de buffet como taças, vasilhame.

Glorinha, integrante do grupo de mulheres Vale do Sol de Ipatinga ofereceu trabalhos manuais como crochê e conserto de roupas e apresentou como necessidade linhas, tintas, retalhos e mão de obra voluntária.

Maura, participante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (A-PAE) de Ipatinga ofereceu pano de prato e bordados em geral. Precisava de linhas, pano de saco e agulhas.

A Mércia, participante da Cooperativa de Salgados Marimassas de Ipatinga, deu continuidade na exposição e ofereceu salgados, bolos, bombons, café da manhã, torta, serviços de buffet e precisava de presunto, muçarela, frango, leite, carne, mecânico, gasolina, motorista.

A Márcia, integrante atuante nos movimentos sociais de Ipatinga, ofereceu doces, bombons e precisava de leite condensado, chocolate, embalagem, enquanto que a dona Marina, participante da COOPERMASSAS de Timóteo, oferecia almoço para casamento e precisava de leite, manteiga, carro, gasolina, propaganda.

Mara, participante do grupo de mulheres do bairro Recanto Verde em Timóteo ofereceu como produtos bijuterias e ovos de páscoa e precisava de chocolate e material para bijuteria. Natalina, participante do mesmo grupo, também ofereceu como produtos, bijuteria, artesanato de jornal, bordados (ponto cruz, crochê...), salgados, reforço escolar. Precisava de congelados, embalagem, papéis, leite condensado.

Estela, integrante da Associação de Mulheres do bairro Betânia em Ipatinga ofereceu como produtos, artesanato, crochê, bijuteria. Precisavam de miçangas, linhas, brincos, anéis. Por sua vez, a Edna, participante do grupo de mães do bairro Tiradentes em Ipatinga ofereceu ponto cruz e crochê e precisavam de pano de saco, linhas, agulhas, e trabalhos voluntários.

A Magda, participante do Clube de Mães do bairro Limoeiro em Ipatinga ofereceu pano de prato, bordados de ponto cruz, lafoente e precisava de macamê, curso de pintura, pano de saco, linhas, agulhas.

Milene, integrante do grupo Maria Pereira Silva em Ipatinga, ofereceu uniformes para escolas, creches, proposta de almoço para casamento e precisava de agulha até máquina de costura, além de solicitação de voluntários. Por fim, o assessor do referido seminário, ofereceu as publicações do PACS sobre a economia solidária, aulas de inglês, francês, espanhol, cursos de economia solidária.

Após a realização do painel com os representantes dos quinze grupos sobre as diferentes oficinas, deu-se um momento de trocas com o respectivo aprofundamento temático. Para tanto, utilizou-se do seguinte método: cada expositor recebeu cinco moedas de Elo; uma moeda de 0,10 de Elos; uma moeda de 0,20 de Elos; uma moeda de 0,50 de Elos; uma moeda de 02 Elos; uma moeda de 05 Elos.

O desafio cognitivo proposto consistia em calcular o preço de cada produto. O assessor deu um exemplo da sua produção de *geléia ecológica* no Rio de Janeiro: 1º custo dos ingredientes usados na produção da geléia; 2º custo das embalagens; 3º custo do tempo de trabalho envolvido na produção; 4º custo dos impostos (se houver); 5º custo do transporte. O custo total é a soma dos custos anteriores. Define-se a margem de ganho (para fazer progredir o empreendimento: de 10% até 50% sobre o custo total), portanto, o custo final do produto é igual ao custo total acrescida a margem de ganho.

Observação importante realizada pelo assessor aos participantes do seminário foi a recomendação sobre a importância de se apresentar o custo final do produto decomposto nas parcelas de custos envolvidos. Trata-se de garantir, nas experiências de economia solidária, a total transparência do custo. Para tanto, foi utilizado um cartaz para mostrar os custos do seu produto.

Sobre a negociação de preços, o assessor estimulou os participantes a negociarem a margem de ganho. Quanto à taxa de risco, no caso de produtos perecíveis, deve-se considerar uma taxa de risco envolvida. A sugestão é usar da experiência de trocas anteriores: quanto foi perdido em trocas anteriores, por exemplo, no período de um mês. Se a perda foi de cinco produtos em cem dos que foram expostos, então, usa-se a taxa de $5/100 = 5\%$ sobre o custo total. Com isso, o custo final neste caso seria: custo total + taxa de risco + margem de ganho.

Feitos os cálculos, começam-se as trocas: o Eco banco avalia se é necessário retirar Elos de circulação, ou acrescentar outros Elos. No exercício, embora tivessem preparadas moedas de 10 Elos, elas não estavam sendo usadas devido aos preços dos produtos e, por isso, foi devolvida ao Eco banco. O Eco banco precisa ter o controle sobre a quantidade de Elos circulando: só se acrescentam mais Elos quando entra mais gente na feira de trocas. Dinheiro que fica parado no Eco banco

não vale nada; só vale quando circula. Assim, deve ser feito o cálculo da quantidade de dinheiro que estará circulando na feira: a referência é a quantidade de produtos que cada um trouxe e então, distribuiu o dinheiro de maneira correspondente. Exemplo: quem trouxe só um produto para a feira, compra só um produto equivalente em dinheiro; caso contrário, pode acontecer de alguém levar poucos produtos e receber mais dinheiro: vai sobrar dinheiro, e isso não vale nada.

Em diversos outros momentos do seminário, pôde-se perceber o esforço reflexivo no intuito de despertar, nos participantes, a consciência sobre a necessidade de elaboração de políticas públicas de apoio à economia solidária, através da articulação com o Poder Público municipal, estadual e federal. As diferentes intervenções foram para incentivar a filosofia do cooperativismo popular, que busca desenvolver o espírito solidário como forma de superar os problemas de natureza econômica e de relacionamento dos grupos entre si.

4.4 Principais desafios para a consolidação do cooperativismo popular solidário na visão de suas lideranças regionais.

Na constituição do Fórum Regional de Associativismo e Cooperativismo Popular Solidário foram criadas as condições objetivas para a realização de um painel, ainda que preliminar, sobre a situação e condições efetivas vivenciadas pelos diferentes grupos, associações, cooperativas populares. Nesse sentido, são expressos os respectivos desafios enfrentados, bem como as potencialidades dos grupos no processo de produção e reprodução social. Por conseguinte, neste tópico, pretende-se discutir a sistematização de diversos relatos de integrantes do associativismo e cooperativismo popular solidário da Região do Vale do Aço, bem como as principais dificuldades enfrentadas pelos grupos, às sugestões para o devido enfrentamento e superação de respectivos problemas.

Uma das principais dificuldades apresentadas diz respeito à escassez de recursos financeiros e às dificuldades em captar tais recursos junto ao sistema financeiro oficial. À medida que não tendo acesso ao crédito, os trabalhadores, e é sem-

pre bom frisar, a grande maioria, mulheres, enfrenta dificuldades na aquisição de matéria-prima suficiente para atender à demanda. Cumpre destacar que dificuldades de acesso ao crédito no país sempre foi um fato consumado, principalmente para as classes populares.

No rastro das mudanças econômicas e sociais, que vinham estruturando a chamada nova ordem mundial, iniciadas na década de 70, do século passado, surge o microcrédito, que resume à oferta de pequenos créditos via organizações não-governamentais ou com outro formato institucional diferente de banco – através de uma metodologia específica – voltada para microempreendedores informais, na sua grande maioria, formais. Tais empreendedores localizam-se nas comunidades mais carentes ou nas vias urbanas dos principais centros periféricos.

Acerca desse novo formato institucional, o estudo de Lopes e Macedo Filho (2006) teve como objetivo verificar a expansão do microcrédito nos negócios oriundos da economia dos setores populares (atividades informais e sem acesso ao sistema de crédito convencional), após a regulação do Estado, via definição da direção a partir do marco legal, no processo de desenvolvimento do microcrédito no Brasil. A investigação analisou o impacto da entrada do Poder Público nos últimos anos da década de 1990, no processo de desenvolvimento do microcrédito no Brasil.

A escolha do objeto daquela pesquisa e do período da investigação decorreu da constatação de que, a partir do marco legal, a história do microcrédito no Brasil deixou de ter fundamentação teórico/prática desenvolvimentista, vinculada diretamente às ONGs, passando a ser orientada por uma visão minimalista (financista), atrelada ao Banco Mundial, resultando em alterações na dinâmica do microcrédito brasileiro.

Os autores realizaram uma análise descritiva, explicativa e crítica da expansão do microcrédito nos empreendimentos da economia dos setores populares. Além disso, levantaram a história relacionada a organizações não governamentais, a desenvolvimento e formatação legal que condicionou a uma estrutura com princípios mais financistas. Assim foram analisados o desenho institucional, a criação de modelo de microcrédito existente e as dificuldades para viabilização desse novo paradigma.

Como resultado, analisando o ressurgimento do microcrédito no Brasil na década de oitenta do século anterior, e a entrada do Poder Público na década de 90, os referidos autores constataram, claramente, a mudança de rota e o afastamento das idéias mais desenvolvimentistas, com o conseqüente esfriamento das expectativas de inclusão social via desenvolvimento local, a partir da menor célula: o microempreendimento individual e informal, através da ferramenta do crédito produtivo popular. Mostraram, ainda, que a direção definida pelo marco legal fez o microcrédito se distanciar do seu propósito, vagando paralelamente ao sistema financeiro, sem a atenção dos banqueiros e distante da direção idealizada pelo terceiro setor. Concluíram os autores que o sistema de microcrédito no Brasil avançara no intervalo do final da década de oitenta e início da década de noventa do século passado, mas parou de evoluir a partir da orientação definida pelo marco legal, momento no qual foram desconsideradas as perspectivas desenvolvimentistas de sua política, distanciando novamente o crédito dos setores populares.

Em última análise, essa pesquisa evidenciou a necessidade de ajustamento do novo modelo de microcrédito brasileiro para que o público-alvo tenha acesso a ele. Para tal reaproximação, devem ser levadas em conta as condições dos beneficiados, suas necessidades, sem perder de foco que não é um programa assistencialista e sim potencializador de atividades produtivas informais.

Outras situações problemáticas apontadas durante aquele evento foram: ausência de espaço adequado para o desenvolvimento das atividades produtivas; dificuldades de *marketing* e comercialização dos seus produtos; relações interpessoais e o desconhecimento sobre a dinâmica e funcionamento das cooperativas; precariedade do maquinário utilizado e falta de apoio contábil e jurídico para o devido trabalho burocrático do empreendimento; necessidade de ampliação do mercado para os seus produtos; predominância do individualismo; desafio de se realizar uma gestão mais profissionalizada. Muitos representantes dos grupos, associações e cooperativas apontaram como dificuldade maior a falta de sede própria e os entraves para estabelecimento de parcerias com outros organismos da sociedade civil.

Esse é o quadro geral das dificuldades apresentadas pelos grupos, associações e cooperativas que participaram da constituição do Fórum Permanente de Cooperativismo Popular Solidário da Região do Vale do Aço, que fixou como mensa-

gem final, a “necessidade de se trabalhar em equipe, em busca de um objetivo em comum, solidário não só nas palavras, mas também e, sobretudo, nos atos”.

4.5 História, dinâmica e potencialidades do cooperativismo popular solidário regional

A verificação empírica sobre como os agentes sociais têm impulsionado as iniciativas do cooperativismo popular solidário na Região do Vale do Aço e também como interpretam e operam, no cotidiano, temas e questões atinentes e vivenciadas no mundo do trabalho é a finalidade principal da análise a seguir. Tal procedimento constitui uma das formas privilegiadas para a reflexão dos desafios teóricos e empíricos de alargamento das noções de trabalho e de processos educativos. Analisando o cooperativismo popular solidário podem-se entender melhor os desafios postos pela produção de autogestão, os sentidos atribuídos às diferenças entre emprego, trabalho e a problemática do desemprego. E, por fim, o significado atribuído pelos sujeitos individual e coletivamente à experiência de emancipação social que vivenciam no cotidiano de suas respectivas organizações.

A escolha dos grupos, associações e cooperativas para análise deste estudo justifica-se diante da possibilidade de maior proximidade com as lideranças e acompanhamento de referidas experiências. Isso permitiu entendimento mais amplo da sua dinâmica e funcionamento interno.

Assim sendo, a Cooperativa de Confecções do bairro *Caladão*, município de Coronel Fabriciano, foi fundada no ano de 1999 e teve na época o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social daquele município, através de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O FAT oferecia à população vários cursos profissionalizantes, entre eles o de *Gestão de Cooperativismo*. Uma das lideranças dessa cooperativa, moradora do bairro e membro atuante da igreja católica, participou desse curso e viu nele a possibilidade de não só possuir um negócio próprio

e como também de ajudar as mulheres carentes da comunidade, na sua maioria, esposas de trabalhadores desempregados.

Com o apoio logístico da Prefeitura Municipal, que oferecia o espaço físico – uma sala ao lado da Unidade de Saúde do bairro – e algumas máquinas, equiparam a cooperativa. Para comprar a matéria-prima, organizaram festas como feijoada, barquinha e outras iniciativas, ao mesmo tempo em que discutiam a importância do registro da respectiva cooperativa.

Teve início, então, o processo de elaboração e discussão de seu estatuto social e do regimento interno. A novidade se espalhou pela comunidade e muitas mulheres procuraram a cooperativa para *conseguir um emprego*. Eram no início, vinte e duas mulheres, algumas com experiência doméstica em costura, outras completamente inexperientes que procuraram o grupo para aprender. Era aí que se dava a troca de experiências: quem sabia um pouquinho ensinava a quem não sabia nada.

Observa-se, nesse contexto, a tensa e produtiva relação entre saberes formais e os da experiência. Estes, nem sempre legitimados, são identificados e problematizados pela tomada de conhecimento dos registros orientadores das vivências. Os saberes produzidos pela experiência permitem a resolução de problemas sem necessariamente o conhecimento de formulação ou solução teórica ou de projetos de *vir a ser*; questão importante para a economia solidária.

Souza (2000, p. 53) contribui para esse entendimento quando se refere aos processos de reconhecimento:

Implicam na capacidade de identificar e respeitar o que o educando [pesquisado] sabe o seu conhecimento, mas, ao mesmo tempo, a competência que, a partir desse saber e do saber científico, deve dominar. Ajudar o educando a construir um novo saber é realizar a re-cognição. Requer, pois, competência e habilidade para avaliar diversos tipos de conhecimento e ajudar o educando [pesquisado] a apropriar-se dos mecanismos capazes de transformá-lo em construtor de seu próprio conhecimento e de sua reinvenção como pessoa, cidadão e sujeito.

A derrubada das cercas entre esses tipos de saberes é um assunto corrente no mundo do trabalho. Há uma perspectiva pragmática, que busca identificar saberes tácitos dos trabalhadores para serem mais rapidamente incorporados ao processo produtivo para realizar o processo de valorização do capital. Outras perspectivas,

com as quais se alinha este pesquisador, têm trabalhado com a identificação, reconhecimento, valorização e re-significação dos saberes da experiência para uma afirmação histórica do ser humano e do trabalho, preocupada com o valor de uso, mais do que com o valor de troca neles implicados³³. Essa orientação permite importante articulação entre reflexões sobre o protagonismo de sujeitos individuais e coletivos na economia. Esses conceitos de experiência formadora, o de reconhecimento e o de saber popular se complementam e contribuem para reflexão aqui, a respeito da problemática do protagonismo das mulheres das classes populares na economia.

Feito esse recorte, retoma-se a análise da Cooperativa de Confecções do Ca-ladão em Coronel Fabriciano. Como se soube, tiveram problemas com o *marketing*. A estética do produto final passava longe do valor comercial. Dessa forma, a venda se tornou difícil e o valor que recebiam das poucas vendas permitia um salário irrisório. Além disso, tendo que pagar uma serviçal para cuidar das crianças que ficavam em casa, algumas mulheres dividiam o que ganhavam, ficando com apenas metade do *pouquinho* que recebiam.

Nessas circunstâncias, elas começaram, então, a levar as crianças para o trabalho. Enquanto trabalhavam, cuidavam também dos pequenos. Com isso, a produção não rendia. Como já apontado, a falta de visão da estética do produto, a ausência do espírito de empreendedores e, principalmente, as dificuldades financeiras para sanar as primeiras dificuldades, como contratar um estilista, um gerente, um marqueteiro, ou mesmo produzir material de divulgação, levaram o grupo ao completo desânimo, sobrevivendo, corajosamente, por mais de dois anos. Para piorar a situação, houve um arrombamento da sala e duas máquinas foram roubadas.

No final da experiência, as máquinas que sobraram e a matéria prima foram divididas entre as participantes e cada uma produzia e vendia o seu produto por conta própria. Vale lembrar que essa experiência produziu prioritariamente roupas íntimas e, com os retalhos que sobravam, começaram a produzir tapetes e aí até as meninas que acompanhavam as mães entraram na produção.

33 Pode-se citar, por exemplo, os trabalhos de Correia (1997), Santos (2000) e Schwartz (2003) e Tiriba (2000).

Apesar de frustrada, a experiência foi positiva, pois quem conseguiu aprender a costurar, hoje toca suas costuras e com isso consegue gerar renda que contribui com as receitas do orçamento familiar.

Passando à Cooperativa de Doces e Salgados – COOPERMASSAS Ágape – localizada no bairro Cachoeira do Vale, município de Timóteo. Ela surgiu em meados de 2001, quando uma liderança popular do bairro procurou a assessoria do deputado estadual Ivo José do Partido dos Trabalhadores, pedindo-lhes apoio e orientação para formar uma cooperativa que pudesse responder, alternativamente, à situação de desemprego por que passavam muitas famílias daquele bairro.

Posteriormente, essa liderança marcou uma reunião com a assessora parlamentar e um grupo pequeno de mulheres trabalhadoras desempregadas para pensarem como fazer e amadurecer a idéia da cooperativa. Uma segunda reunião foi marcada, agora aberta à comunidade. Uma semana depois, um grupo com mais de trinta mulheres começou a reunir-se semanalmente no salão comunitário da Igreja Católica do bairro, com o propósito de estudar o cooperativismo e fundamentar bem a ação de criar uma cooperativa. O que é o cooperativismo? De onde veio? Para que serve? Como funciona? Como se cria uma cooperativa? Nesse contexto é que Lourdinha, assessora parlamentar vinculada ao gabinete do então deputado estadual Ivo José, introduz o conceito de cooperativismo popular solidário pautado pelos princípios e diretrizes da economia solidária³⁴.

Nessa linha conceitual, não bastava criar mais uma cooperativa para gerar emprego e renda e sim criar uma cooperativa que, além de gerar emprego e renda, gerasse, também, novas relações entre os cooperados, como a fraternidade, solidariedade e, conseqüentemente, uma nova sociedade. Foram seis meses de estudos e reflexões, com reuniões semanais nas quais eram discutidos os conceitos, passando pelas relações interpessoais e até reflexão de como levantar recursos para iniciar a cooperativa.

34 No capítulo anterior recuperamos os debates sobre o conceito de economia solidária. Cumpre destacar que nessa experiência específica procurou-se enfatizar a conceituação expressa por ARRUDA (2006 p. 42-54).

Nessa fase, o grupo contou, também, com a ajuda da Incubadora de Cooperativas³⁵ (em fase de gestação na época), que orientou a pesquisa de mercado, para que a definição do produto final fosse mais coesa, uma vez que dela participavam trabalhadores com os mais diversos tipos de aptidão: por exemplo, costureiras, salgadeiras, doceiras, artesãs, bordadeiras, etc.

Outro desafio estava por ser enfrentado pela COOPERMASSAS de Timóteo: a escassez de recursos para equipar a cooperativa e local que pudesse ser a sua sede. A discussão sobre a *cota-parte* (capital investido por cada membro da cooperativa) era também necessária, pois é ela, até por princípio do cooperativismo, a única forma de levantar recursos para equipar a cooperativa.

Feita a lista de tudo que era necessário para iniciar o trabalho e também o levantamento de preços, estabeleceu-se que o valor da *cota-parte* seria de \$ 30,00 (trinta reais) por cooperada. Como pagar esse valor se a maioria era esposa de trabalhadores desempregados?

Diante do impasse, as trabalhadoras, decidiram, então, parcelar a *cota-parte* em até dez vezes e ver outra forma de iniciar mais rápido o trabalho. Mesmo diante dessas dificuldades, o grupo estava decidido: ninguém queria voltar atrás. As cooperadas alugaram uma casa e fizeram adaptações mínimas necessárias para dar início à produção. O grupo de mulheres decidiu, ainda, que cada uma levaria o que pudesse da sua própria casa, como panelas, tabuleiros, vasilhas de plástico, bacias e outros utensílios e equipamentos necessários ao trabalho. A presidente da cooperativa, por exemplo, conseguiu um fogão industrial e um forno. Os ingredientes também foram divididos para que cada uma trouxesse o que pudesse, assim como as receitas que seriam divididas entre as cooperadas. Por conseguinte, cada mulher participante trouxe sua receita preferida e aí foi confusão, porque cada qual queria fazer valer a sua. Enfim, foi marcada a inauguração da cooperativa com grande pompa. Uma celebração ecumênica e um coquetel organizado pelas próprias coope-

35 A constituição de uma incubadora de cooperativas foi uma iniciativa das Secretarias de Ação Social dos municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e de Ipatinga com o apoio do UNILESTEMG no período de 2000 a 2002. Não foi possível dar continuidade ao projeto devido às dificuldades em assegurar recursos orçamentários para a sua continuidade, como também pela falta de coesão quanto ao eixo político estratégico norteador da ação dessa incubadora.

radas, refrigerantes, suco e os salgados produzidos por elas, marcaram o início da COOPERMASSAS Ágape.

Na rotina do funcionamento da cooperativa, enquanto algumas ficavam na produção, outras visitavam lanchonetes e estabelecimentos comerciais a fim de se constituir uma clientela para a cooperativa. Vale a pena justificar o nome escolhido para a ela. No grupo havia pessoas de vários credos e um grupo de evangélicos sugeriu o nome Ágape, que na bíblia se traduz por *amor serviço*. E esse seria o princípio que nortearia todo o trabalho realizado pelo grupo.

Aos poucos, a COOPERMASSAS Ágape foi ganhando mercado e no início foi bastante animador ver como ela se desenvolvia. Muitas encomendas para festas de aniversário, casamentos, almoço que propiciaram ao grupo uma boa sustentação. Até algumas empresas procuraram-na para o fornecimento de marmitas e lanches.

A infraestrutura da organização não atendia à diversificação na produção. Não havia um carro para a entrega, tendo que alugar táxi, que às vezes cobrava um valor que não compensava. As trabalhadoras foram percebendo que o que ganhavam mal dava para pagar as contas de água, luz, aluguel e telefone. As sobras eram tão poucas que não era possível atender à expectativa daquelas mulheres de ganhar pelo menos um salário-mínimo. Algumas arranjaram outro emprego, outras foram produzir salgados por conta própria, pois além dos entraves financeiros, havia, também, as dificuldades de relacionamento com a saída de algumas trabalhadoras da organização. Nessas circunstâncias, outras foram incorporadas à organização sem passarem pelo mesmo processo de capacitação ocorrido no início da cooperativa, como participação de reuniões semanais sistemáticas, estudos dos temas e questões relativas ao cooperativismo popular solidário e à economia solidária.

No entanto, apesar das dificuldades, algumas trabalhadoras teimaram e ficaram, determinadas a não deixar que se fechasse a cooperativa, o que seria *enterrar um sonho* (expressão usada por uma cooperada, uma das primeiras que constituíram o grupo). Mesmo sem receber, aquelas mulheres trabalhadoras que persistiram trabalharam apenas para pagar as contas e manter as portas da COOPERMASSAS

Ágape abertas. Atualmente a cooperativa tem ampliado a clientela e continua funcionando com razoável desempenho financeiro, político e administrativo.

Outra cooperativa a se considerar é a MARIMASSAS, cooperativa de doces e salgados do bairro Ideal, no município de Ipatinga, constituída no ano de 2001. Compõem seu quadro associativo, várias trabalhadoras que tinham história de participação nos antigos clubes de mães constituídos durante a década de 1980 por influência das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.

Tirar a mulher de dentro de casa e levá-la a conviver com outras mulheres, trocar experiências de trabalho era a forma de conscientizá-la a participar da comunidade e também um jeito de ela descobrir seus direitos e seu valor. No início, as aulas eram de tricô, crochê, bordado em panos de prato, atividades essas que representavam um pretexto para a mulher sair de casa. Depois, tornou-se uma possibilidade de produzir e vender e, dessa forma, ajudar no orçamento familiar. Ao mesmo tempo em que tricotavam, conversavam sobre a necessidade de melhorar a organização do grupo e aperfeiçoar as técnicas de produção. A partir daí, surgiu no grupo, a discussão sobre a geração de emprego e renda. Na cidade de Ipatinga e região, já vários grupos começaram a produzir uma grande variedade de artesanato. Nesse contexto, o grupo de mulheres do bairro Ideal decidiu montar uma cooperativa que, como todas, passou pelo crivo das discussões sobre os conceitos, estatutos, regimento e também precisou buscar recursos para iniciar sua produção. Ressalta-se, ainda, que a MARIMASSAS levou uma vantagem em relação aos outros grupos, pois encontrou, na Prefeitura Municipal de Ipatinga, uma grande parceira para o seu empreendimento.

Além do apoio logístico para aquisição de um carro, a Prefeitura era também a principal compradora da produção de salgados da cooperativa. Com uma estrutura melhor em relação aos outros grupos e associações da região, a organização do grupo também se aprimorou, sem contar que os valores recebidos pelas cooperadas ultrapassavam o salário-mínimo e isso mantinha o grupo coeso. A coordenação da cooperativa buscou, também, outros clientes, como lanchonetes de escola, gôndolas de supermercados. Além disso, as cooperadas aprimoraram seus serviços de festa, equipando-se com os utensílios necessários para oferecer coquetéis e *break fast*.

Dessa maneira, a MARIMASSAS continua seu trabalho, oferecendo seus produtos que ganharam fama pela alta qualidade que atingiu.

Outra cooperativa, também de mulheres, que merece ser citada é a Cooperativa de Confeções do bairro Bethânia, identificada como a cooperativa da Pastoral Operária, como costumam dizer os que falam sobre ela. Trata-se de uma forma de identificação do grupo. Sobre essa identificação é bom registrar um fato curioso. Com as mudanças ocorridas na Igreja Católica e conseqüentemente, na Pastoral Operária em seu foco de trabalho pastoral, associada à complexidade produtiva da Usiminas, os trabalhadores tinham medo de se aproximar de quem se identificasse com a Pastoral Operária, pois sabiam que era desemprego na certa. Pode-se perceber o crescente distanciamento dos agentes dessa pastoral em relação aos trabalhadores que estão inseridos no mercado formal de trabalho dando prioridade no trabalho de conscientização e organização aos trabalhadores desempregados.

Certo é que, quem está desempregado não quer outra discussão, senão como conseguir um novo emprego. As alternativas de novo emprego na região são escassas e a possibilidade era pensar uma forma de organização que gerasse emprego e renda. Uma cooperativa era a solução vislumbrada pelos participantes. Mas, por onde começar se para isso era preciso possuir no mínimo uma máquina de costura e os tecidos?

O socorro veio da Cáritas, que junto com a Pastoral Operária elaborou o projeto, possibilitando a compra da matéria-prima. As máquinas foram cedidas por essa instituição a título de comodato. A produção e a venda iam caminhando bem, mas a falta de prestação de contas começou a gerar desconfiança.

Esse problema se arrastou por muito tempo sem solução e foi acarretando outro, de forma que a sobrevivência do grupo ficou seriamente comprometida. Por orientação da Pastoral Operária e da Cáritas, a cooperativa permaneceu fechada por algum tempo até que se resolvesse o problema.

Reaberta a cooperativa, sua produção se intensificou e se ampliou. Além de camisetas, começou a produzir bornais e bolsas promocionais. A Diocese, as Co-

munidades Eclesiais de Base e os grupos da Igreja Católica eram os principais clientes da cooperativa.

À época, visto a organização do XI Intereclesial – Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base do Brasil que se realizaria em julho de 2005, sediada pela Diocese no município de Ipatinga, seus organizadores solicitaram que a produção de camisetas se redobrasse. As camisetas promoviam e divulgavam o referido encontro. Foram mais de vinte mil camisetas, produzidas por ocasião da realização desse evento. Isso alavancou financeiramente a cooperativa. É ela hoje, caminha sem grandes dificuldades. Destaca-se, ainda, que essa é a única cooperativa da Região do Vale do Aço que participa, efetivamente, do Fórum Mineiro de Economia Solidária.

Outra experiência de associativismo que merece ser destacada é a ASCAT – Associação dos Catadores de Material Reciclado de Timóteo. Os *lixões* no Brasil, por muito tempo, foram as únicas fontes de renda para milhares de pessoas desempregadas, inclusive mulheres e crianças. Na Região do Vale do Aço, a realidade não é diferente. Sem emprego e sem qualificação profissional, muitos trabalhadores encontram, no lixo, a única oportunidade de trabalho.

Os catadores de papel, sem nenhuma organização até então, catavam por conta própria o material que era depositado nas ruas da cidade. Com o tempo, começou a ir para o lixão esperar os caminhões de lixo trazidos pela prefeitura municipal. Para eles era mais vantajoso, pois no mesmo local era depositado também o lixo da cidade de Timóteo. E aí os catadores de Timóteo também vieram. Cada qual queria ser o primeiro a receber o lixo e isso despertou-lhes a necessidade de morar no local do lixo. Dessa forma, quando o lixo chegava, eles já estavam a postos e conseguiam catar material de melhor valor comercial. E com material do próprio lixo, construíram seus barracos. Mas no lixão, se posicionou também um senhor, possuidor de balança, que passou a ser comprador, ou seja, passou a ser o atravessador. Esse senhor é pai de vários filhos, todos catadores. Entre eles, se destacou um jovem como liderança, e hoje ele é membro da Associação Nacional dos Catadores de Material Reciclado e presidente em exercício da ASCAT.

Tudo caminhava muito bem quando a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) determinou que os municípios fechassem seus lixões e programassem políticas de tratamento do lixo. Isso provocou enorme preocupação nas administrações municipais. O que fazer com as famílias que lá moravam e de lá viviam? A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Timóteo montou sua equipe, que em parceria com a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano passou a visitar, de forma sistemática, o lixão tentando se aproximar dos catadores, que estavam a princípio arredios e muito desconfiados. Afinal, o fechamento do lixão os amedrontava, pois era para eles a única fonte de sobrevivência. Mas, com o passar do tempo, os agentes dessas prefeituras, conseguiram ganhar a confiança de alguns que até construíram um barraco para as reuniões dos catadores. Conseguiram, também, mobiliar o barraco, tudo com material coletado do próprio lixão.

Dessa forma, uma vez por semana, os catadores se reuniam com os agentes da prefeitura e lá conversavam sobre os mais variados assuntos, como por exemplo: dificuldades com os problemas de saúde, provocado pelo meio ambiente altamente infectado e poluído pelo lixo; a AIDS; drogas; formas apropriadas de organização, isto é, como se organizar para criar uma associação, etc.

Nesse processo, o grupo contou com o apoio da Fundação ACESITA e da ASMARE (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Belo Horizonte). O apoio da ASMARE foi de fundamental importância, pois seus integrantes possuíam problemas semelhantes aos deles. Afinal viviam a mesma realidade e já tinham passado por tudo isso. Assim, houve troca de experiências e como a ASMARE já conseguira caminhar com suas próprias pernas, apoiava também financeiramente os membros da ASCAT quando iam participar de reuniões e de encontros de capacitação, oferecendo-lhes o pagamento das passagens de ida e volta, além de cobrir os custos de hospedagem para o pessoal.

A elaboração do estatuto da ASCAT também contou com o apoio e discussão da ASMARE. Até a participação do Mateus, um dos principais líderes da ASCAT no II Fórum Social Mundial, foi patrocinado, em parte, pela ASMARE e, em parte, pela própria Prefeitura Municipal de Timóteo. Essa troca de experiências e a colaboração mútua têm sido muito importantes como processo educativo. Contribuiu para a formação crítica dos participantes de referida experiência, para o aprimoramento de

suas formas de organização e intervenção no debate da sociedade sobre políticas específicas para o material reciclado, com vistas ao desenvolvimento integrado e sustentável.

As divergências políticas entre as administrações dos respectivos municípios impediram-nos de prosseguir organizados numa mesma associação. Assim, os trabalhadores de Timóteo preferiram se separar dos trabalhadores de Coronel Fabriciano, constituindo outra associação naquele município contando, também com o apoio da administração daquele município.

Finalmente, cabe ainda uma reflexão sobre a Associação de Mulheres Artesãs do Bairro Morada do Vale, de Coronel Fabriciano, que, antes mesmo de ter um nome, possui uma história, que é importante ser resgatada e interpretada.

A história das mulheres artesãs começou em 2003, depois de realizadas algumas visitas ao bairro e conversas com algumas mulheres, por alguns profissionais vinculados ao Fórum Regional de Cooperativismo Popular Solidário. À época, detectaram vários problemas oriundos da situação precária em que viviam, sobretudo em consequências do desemprego e da ociosidade vivida por trabalhadoras desempregadas. Uma liderança comunitária no bairro marcou uma reunião e convidou um grupo grande de mulheres e na hora e local combinados, lá estavam trinta e cinco mulheres, alguns homens, o presidente da associação de moradores do bairro, o vereador eleito pelo bairro e as crianças, filhas das mulheres ali presentes.

Numa conversa inicial, as questões norteadoras foram sobre a identidade pessoal e comunitária, as aptidões de cada um, bem como as principais aspirações. Após esse primeiro contato, constatou-se que havia, no grupo, costureiras, bordadeiras, artesãs em geral, enfim, um tanto de mulheres que sabiam fazer tanta coisa, mas que não tinham como produzir, pois não havia meios para adquirir os insumos necessários para dar início ao processo produtivo. E, também, quando produzem, encontram dificuldades em comercializar seus produtos. Para muitas daquelas mulheres faltava, ainda, o aprimoramento das técnicas de produção a fim de agregar maior valor aos seus produtos.

O que fazer após aquela e outras reuniões que se sucederam? Eis a questão central enfrentada por aquelas mulheres. Após várias reuniões, decidiram formar uma associação. Certamente que não o fizeram sozinhas, o grupo precisava suporte, acreditavam. Naquela época, o grupo contou com o apoio da direção da Escola Municipal Maria da Penha Lima, que cedeu suas instalações para que ocorressem as reuniões semanais. Nessas reuniões discutiram-se o conteúdo do estatuto, os princípios gerais do associativismo e do cooperativismo, apoiando-se em palestras, grupos de estudos, leituras em círculos, etc. Os temas que se destacaram foram: saúde da mulher, valorização da mulher na sociedade e no mercado de trabalho em particular e as inter-relações entre grupos.

Enquanto isso, cada uma das mulheres participantes da associação produzia, em casa e com o próprio material, suas peças artesanais, expostas em feiras para serem comercializadas. Uma dificuldade encontrada pela associação era quanto à definição do preço exato da mercadoria. Como proceder de forma apropriada? A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo entrou em cena. Realizou oficina sobre custos de produção e definição do preço. Entre essa e outras dificuldades, o grupo continua atuante no cenário municipal.

No mesmo período, o Conselho Municipal da Mulher Empreendedora manifestara interesse em realizar atividades de intercâmbio com os grupos do município, mas não sabia exatamente como fazer. Em contato informal com participantes dos referidos grupos, surgiu a proposta de se estabelecer uma parceria entre eles. A assessoria de um deputado da região contribuiu para que se estabelecesse a devida articulação entre os dois grupos. Dessa forma, o Conselho Municipal da Mulher Empreendedora passou a contribuir, de forma sistemática, com a Associação de Mulheres Artesãs, conseguindo, nas diferentes lojas do comércio local, retalhos para a produção de tapetes, colchas, roupas e outros. Além disso, foi planejada uma série de palestras educativas e a realização de oficinas de artesanato como forma de capacitá-las para melhorar a qualidade da produção. Destacam-se: biscoit e caixas de presentes.

Além das dificuldades financeiras que todos os grupos de geração de trabalho e renda enfrentam no princípio, lutaram também, com a falta de local apropriado onde o projeto pudesse se desenvolver. Como já anunciado acima, a referida associa-

ção utilizava uma sala da Escola Municipal. Com mudanças na dinâmica da escola e com a introdução do programa de Educação de Jovens e Adultos pela Secretaria Municipal de Educação nesta escola, a associação ficou praticamente desalojada.

Diante desse fato, uma das integrantes da associação ofereceu o terraço de sua casa para que o grupo se reunisse para trabalhar lá, duas vezes por semana. Emprestou, ainda, duas máquinas de costura e uma terceira máquina foi doada pelo Conselho Municipal da Mulher Empreendedora. Dessa forma, a Associação sobrevive, mas está ainda muito longe de se tornar um empreendimento autossustentável.

Concluindo, a solidariedade e o trabalho voluntário são muito importantes, mas a falta de recursos suficientes para investir na capacitação das associadas e na aquisição dos insumos necessários e equipamentos adequados, além da pouca divulgação e exposição dos trabalhos produzidos não permite o avanço econômico das associações. Atualmente, na Associação das Mulheres Artesãs participam mais ou menos quinze trabalhadoras, que acreditam na possibilidade de crescimento e de ser reconhecidas pela sociedade como cidadãs de fato e de direito.

4.6 Mutirões habitacionais: lições de autogestão na relação, Estado e movimentos sociais

Os mutirões habitacionais realizados em Ipatinga na década de noventa do século passado apresentam indícios muito claros da emergência de uma cultura impregnada pelos valores e princípios da solidariedade, além de conterem indicações que problematizam a relação, Estado e movimentos sociais, principalmente no tocante à questão dos desafios da autogestão.

Próximo de tais desafios, está o associativismo cooperativo, tanto em termos estruturais quanto no tocante à tendência libertária do movimento socialista. Contudo, enquanto o associativismo cooperativo aponta a alternativa do trabalho assalariado na redistribuição paritária da propriedade dos meios de produção entre todos os membros de uma unidade econômica, a autogestão considera, ao invés, como ne-

cessária, a redefinição do papel e do poder dos trabalhadores no processo econômico. Mas, estabelece uma condição: tal processo não pressupõe a aquisição generalizada do *status* de propriedade privada, mas sim a supressão de tal status e a conquista igualitária do poder de gestão, mediante o direito indivisível do usufruto dos meios sociais de produção. Por conseguinte, enquanto o princípio cooperativo aceita, de fato, a lógica dos sistemas capitalistas, em cujo âmbito pode encontrar espaço de realização, o princípio da autogestão, conquanto se possa imaginar atuando em escala limitada e seja comumente associado ao projeto de uma transformação gradual das estruturas sociais, implica, sempre, modificação mais ou menos ampla, de toda a ordem econômica e política como condição da sua realização.

Posto isso, os mutirões habitacionais de Ipatinga foram investigados por Conti (1999), que analisou o processo da autogestão para a construção de moradias populares em Ipatinga nos mutirões de autogestão realizados entre os anos de 1990 e 1998, durante as administrações do Partido dos Trabalhadores. Nessa época, a autogestão foi adotada como alternativa de produção das habitações de baixa renda.

Conti apresenta, primeiramente, o panorama da política habitacional no Brasil. São descritas as dificuldades de aquisição de moradias pela população de baixa renda, desde a industrialização. Essa população foi sempre colocada à margem da sociedade e situada em áreas informais e periféricas. Como forma de controlar a expansão das periferias, fenômeno ocorrido decorrente do inchaço das grandes cidades, o Estado formula planos de financiamento para a moradia operária com a criação da casa popular. Após o Golpe Militar de 1964, criam-se o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) na tentativa de assistir às camadas populares. Já na década de 80, surge o *PROMORAR* e o BNH associa-se à Caixa Econômica Federal (CEF). A Constituição de 1988, por sua vez, retoma as discussões a respeito da política habitacional e propõe a descentralização da política, a criação de fundos e conselhos e a abertura à participação popular.

No governo do Presidente Itamar Franco, foram criados programas habitacionais alternativos como o *Morar Municípios* e *Habitar Brasil*, que resgataram os princípios da Constituição de 1988, citados anteriormente. Tais iniciativas foram interrompidas com o fim do mandato de Itamar Franco. Já no governo de Fernando Hen-

rique Cardoso foram propostos novos programas que integram habitação e saneamento.

No entanto, a política habitacional, na maioria dos casos, tem atendido apenas à classe média brasileira, beneficiada com a possibilidade de aquisição da casa própria. Para Conti (1999), uma das dificuldades para a consolidação de uma política habitacional no contexto brasileiro é a inadimplência das faixas de renda mais baixa. Certo é que a solução do problema da habitação popular no Brasil ainda não avançou muito, mesmo com a descentralização e a diversificação da ação de estados e municípios.

Quanto aos mutirões encontrados em vários contextos e destinados a várias finalidades entre segmentos da população no Brasil e, mais especificamente, sobre os mutirões relativos a projetos de habitação desenvolvidos sob a forma de autogestão, Conti (1999, p. 25) destaca:

O conceito de mutirão sofre mudanças ao longo dos anos. A visão antiga é a do trabalho gratuito, com autoconstrução de baixíssimo nível tecnológico, demorada, utilizando sistemas construtivos tradicionais e com alto índice de desperdício. Os primeiros programas em mutirão foi o *Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados* (PROFILURB) em 1975 e o *PROMORAR* em 1979. Tais programas, ainda que não fosse um processo de autogestão, foram extremamente preciosos para o posterior surgimento das comunidades autogestionárias.

A idéia de autogestão para construção de moradias populares surge no Brasil nos anos 80 do século passado em decorrência dos resultados alcançados no Uruguai. Ali foram construídas mais de dez habitações por meio da autogestão. O mutirão de autogestão é um trabalho coletivo em que as lideranças, organizadas entre as comunidades, gerenciam todo o processo da construção das moradias. Nesse processo, a autoridade é definida de baixo para cima, proporcionando a todos envolvidos no trabalho, decisões diversas que garantem o espírito de comunidade durante a atividade. Conti (1999, p.72), assim define os mutirões:

Construção autônoma da sociedade civil, que, com o apoio e financiamento do poder público, equaciona a produção de moradias com a participação de moradores e a introdução de avanços tecnológicos e sociais que só o trabalho coletivo pode propiciar.

Nesse processo de autogestão, resgata-se a auto-estima das comunidades, conforme lembra Conti, pois além de resolverem o problema da moradia, os partici-

pantes dos mutirões aprendem uma profissão. Um exemplo disso é o Mutirão Primeiro de Maio, do município de Ipatinga na Região do Vale do Aço. Ali construíram uma fábrica de pré-moldados dentro da comunidade, capacitando as pessoas a garantirem sua sobrevivência.

Entre os diferenciais presentes no novo processo de mutirão são apontados:

A assessoria técnica possibilita à Associação ou Cooperativa o acesso ao conhecimento técnico autônomo e independente; a não-interferência do Poder Público, permitindo rapidez e agilidade [...]; transferência de responsabilidade às entidades públicas não-estatais, associações comunitárias ou cooperativas [...]; A administração pública divide, efetivamente, parte do seu poder com a sociedade organizada. Financiando o empreendimento deixa de ser promotora e passa a exercer apenas um papel de normatização, fiscalização e controle. (CONTI, 1999, p. 82)

Quanto à experiência em Ipatinga, é bom lembrar a influência da Usiminas no processo de ocupação urbana dessa cidade. Ipatinga cresceu guiada pelo capital imobiliário concentrado nas mãos de famílias fundiárias ou nas linhas de financiamento criadas pela empresa. Dessa forma, as camadas de baixa renda ou aqueles que não eram empregados na usina não tiveram acesso à habitação, sendo forçados a ocupar fundos de vales ou encostas de morros.

Diante desse quadro, a falta de atuação do poder público em Ipatinga levou a sociedade a organizar um movimento que, apoiado pelo Partido dos Trabalhadores, reivindicava melhores condições de moradia para populações carentes. E assim, nas eleições municipais de 1988, o movimento conseguiu eleger o candidato do PT, Chico Ferramenta. A nova administração da prefeitura apoiou a realização do mutirão Nova Conquista, já em vias de execução antes mesmo das eleições. O resultado positivo desse mutirão convenceu os integrantes do movimento da necessidade de repetir a experiência, que passou a integrar os planos da política habitacional do município.

E então, em 1990, foi criada a Associação Habitacional de Ipatinga (AHI). Um novo programa de autogestão habitacional começou a ser esboçado; uma experiência possível porque já existiam, no município, todas as condições para tal, como uma associação habitacional, que tinha afinidades políticas com a prefeitura e recursos dela à disposição. A associação estabeleceu contatos com o movimento habitacional de São Paulo e foram visitadas cooperativas habitacionais no Uruguai. Graças

a pressões da AHI, começaram a ser lançadas as idéias do projeto de autogestão de Ipatinga, com base nos modelos de São Paulo. Sobre isso, comenta Conti, (1999, p.90):

O processo de autogestão em Ipatinga foi influenciado pelos movimentos sociais da década de 1980 e estimulado por fatores políticos, sociais e econômicos específicos da cidade. São características marcantes do movimento em Ipatinga, como a forte participação popular, o apoio do partido político PT e o apoio da Igreja Católica. A mais significativa foi o apoio do PT que, durante suas administrações, potencializou o movimento habitacional que serviu de base para os projetos de autogestão.

Durante todo esse processo, as relações entre o movimento e a prefeitura foram estreitas. Com o tempo, porém, surgiram problemas. Apesar de construir habitações por meio de empreiteiras, a Prefeitura deu prioridade à produção de moradias pelo sistema de mutirão de autogestão, já que essa era uma reivindicação do movimento habitacional. No entanto, essa experiência não favoreceu a constituição de um movimento habitacional com características sólidas e duradouras. Contribuíram para isso a falta de uma fonte de recursos contínuos e de uma política que articulasse, por um programa, os objetivos e metas com as práticas do processo de produção de habitações. Outro problema detectado foi a adoção de um modelo como o de São Paulo, que ignorou a história do movimento em Ipatinga. A intenção era introduzir uma prática bem sucedida para reduzir os riscos da criação, implantação e prática da autogestão. Assim, não foram feitos estudos de adequação desse modelo ao contexto de Ipatinga. Acreditava-se que o processo pudesse sofrer uma adequação no decorrer da implantação. Neste trecho Conti (1999, p. 105) esclarece bem o ocorrido:

Para a construção de moradias populares por um processo de autogestão são necessários três agentes: o poder público, uma associação de interessados e uma assessoria de apoio técnico. No caso de Ipatinga, as relações entre associação e assessoria técnica sempre foram problemáticas. Desde o início, a associação queria uma assessoria formada por técnicos locais e já tinha uma idéia de como deveria atuar essa assessoria. Assim, nunca houve uma parceria e sim uma relação de subordinação. A associação passou a tomar decisões fundamentais de forma autônoma e o papel da assessoria foi diminuindo, restringindo-se a desenvolver atividades técnicas.

As dificuldades com assessoria técnica se devem ao relacionamento entre a prefeitura e a associação. A AHI atuava mais como um braço da administração municipal do que como uma associação independente, representante do movimento habitacional. Em vista das mudanças nos agentes e no contexto sociopolítico e e-

conômico, a associação tornou-se dependente da prefeitura. Com o tempo, a associação havia perdido todo seu poder e esquecido suas próprias bases. Encontrava-se numa situação de total dependência de decisões e de recursos da prefeitura.

De qualquer forma, pode-se dizer que embora não tenha sido expressiva do ponto de vista de mecanismo de suprimento da demanda habitacional, a experiência de Ipatinga é um exemplo importante de aplicação da prática da autogestão no Brasil. Com algumas modificações, a experiência poderia ter produzido maior número de habitações. Conti (1999) sugere as seguintes modificações: garantia de autonomia da associação, limitação da presença do Poder Público e a criação de financiamento da moradia, aceitando-se o trabalho no mutirão como parte da quitação da dívida. A experiência de autogestão em Ipatinga foi pioneira em Minas Gerais e teve repercussão em outros municípios do Estado, constituindo um exemplo de como a sociedade é capaz de gerenciar recursos públicos, construindo moradias de qualidade superior àquelas construídas no sistema clássico de contratação de empreiteiras.

Diante de tais considerações, cumpre destacar duas questões fundamentais para o devido aprofundamento dessa experiência: a natureza da participação dos associados no processo, tendo em vista o poder e a autonomia dos líderes da associação é questionável; e a falta de espírito de comunidade após a execução das habitações.

Quanto à primeira questão, verificou-se que o poder da Associação junto à Prefeitura Municipal de Ipatinga, se tornou excessivo, prejudicando o processo de autogestão. As relações políticas e partidárias estabelecidas entre a Associação e a Prefeitura limitaram a atuação da assessoria técnica e dos associados. O caráter autoritário da Associação e a presença de líderes fortes levaram à falta de participação da assessoria técnica na tomada de decisões fundamentais no processo de autogestão. Assim, as decisões eram tomadas autonomamente, sem troca de opiniões e experiências, restando à assessoria apenas o desenvolvimento de atividades técnicas. Portanto, supõe-se que o poder dos líderes comunitários deveria ter sido menor e a participação individual dos associados mais efetiva para que melhores resultados fossem obtidos durante o processo.

Sobre a segunda questão, observou-se que a falta de espírito de comunidade após a construção das habitações é, de fato, um problema a ser enfrentado. Depois da construção das casas, a Associação perdeu o interesse em lutar em favor dos problemas comunitários. Evidentemente que os problemas encontrados entre as comunidades de baixa renda são muito mais abrangentes, coletivos do que um problema pontual, individual, no caso, a construção da própria casa.

Em síntese, a respeito dessas questões e experiência de mutirões de autogestão, pode-se afirmar que o melhor aproveitamento do processo de autogestão em termos qualitativos e quantitativos demanda menor atuação do Poder Público na tomada de decisões, limitando-o apenas ao fornecimento e à fiscalização do uso de recursos. Melhor ainda seria que o processo fosse desvinculado do financiamento de prefeituras ou estados. A criação de novas fontes de recursos garantiria, então, maior poder decisório e participativo dos associados. Portanto, seria interessante que fossem criadas linhas de financiamento para a construção de moradias em regime de mutirão de autogestão, com a possibilidade dos associados quitarem parte da dívida adquirida pela aquisição da casa própria com o trabalho no mutirão. O trabalho remunerado melhora o rendimento no canteiro de obras e pode ajudar a recuperar a autoestima dos associados.

Depreende-se, ainda, da análise dessa experiência que o sucesso de um empreendimento de autogestão na área habitacional, necessita da utilização de sistemas construtivos inovadores. Tais sistemas poderão reduzir o custo da obra e proporcionar maior desenvolvimento tecnológico, melhorando a qualidade das habitações e diminuindo desperdícios. Assim, as economias geradas podem ser utilizadas para a melhoria da infraestrutura dos conjuntos habitacionais. A utilização de materiais e componentes que podem ser fabricados no canteiro de obras, como aconteceu na pequena fábrica de pré-moldados construída dentro da comunidade no Mutirão Primeiro de Maio, também possibilitou que os mutirantes aprendessem uma profissão, ajudando no seu sustento depois do término da obra.

Além disso, é importante que os três agentes (associação, assessoria técnica e Poder Público) trabalhem juntos sem que um fique subordinado ao outro ou dependente do outro. Os associados precisam ter autonomia em suas decisões, devem ter liberdade para escolher a assessoria técnica que lhes pareça melhor. Esta,

por sua vez, deve auxiliá-los em suas decisões, garantindo o acesso ao conhecimento técnico. As entidades públicas e os dirigentes da associação devem representar as idéias dos associados. Os associados, por sua vez, devem participar de todo o processo de autogestão, desde a captação de recursos, escolha do terreno e da assessoria técnica, elaboração do projeto, até a construção e ocupação das moradias. No entanto, o espírito de comunidade não deve acabar aí. Os associados devem manter-se organizados para conseguir futuras conquistas para a comunidade. Esses procedimentos são de extrema relevância para o sucesso e a consolidação do processo de autogestão como alternativa para suprir o déficit habitacional no país.

Concluindo, observou-se, como diferentes atores impulsionaram as iniciativas do associativismo e cooperativismo popular solidário na Região do Vale do Aço e como mulheres e homens inseridos nessas experiências operam, no cotidiano, os temas e questões relativas à emergência de novas sociabilidades no mundo do trabalho, através da participação ativa nas associações e cooperativas populares.

Além disso, a análise dessas experiências permitiu o entendimento da emergência de novas relações de trabalho no subterrâneo do modo de produção capitalista e sugere a reestruturação da forma assalariada de trabalho, típica do modo de produção capitalista. O alcance da produção de autogestão, os sentidos atribuídos às novas formas de inserção no mundo do trabalho e os desafios enfrentados na conquista da emancipação social através de ações concretas no cotidiano das respectivas organizações podem ser vistos e interpretados à luz dessas experiências.

Na sequência, será abordada a experiência de cooperativismo popular solidário realizado por aposentados metalúrgicos de uma grande empresa siderúrgica da Região do Vale do Aço. Esses trabalhadores se organizaram para a produção artesanal de artefatos em aço inoxidável, inspirados nos princípios da economia solidária ao mesmo tempo em que foram influenciados pela estratégia mais ampla de acumulação flexível do capital protagonizada por aquela empresa siderúrgica.

5 COOPERINOX: VITRINA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL E/OU INDÍCIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Dando sequência à interpretação do associativismo e cooperativismo popular na Região do Vale do Aço, optou-se por analisar um caso emblemático de cooperativismo popular na região, a COOPERINOX, modelo de cooperativismo pragmático que se constituiu influenciado pelos interesses do grande capital. No processo de funcionamento, ora se aproxima, ora se distancia dos princípios gerais da economia solidária. Concebida no contexto do projeto mais amplo de transformação de Timóteo em capital do inox, a ACESITA – maior empresa de aço inoxidável da região – tendo em vista ampliar o mercado interno de aço inoxidável no país apoiava várias entidades e projetos relacionados à produção e comercialização de produtos de aço inox existentes no município, inclusive com aporte de recursos financeiros.

A proposta da ACESITA, através do Instituto de Inox, era oferecer oportunidades de trabalho aos trabalhadores que já não mais trabalhavam na empresa, ou seja, às vítimas do desemprego provocado pelo processo de reestruturação produtiva em curso. Para isso, a Fundação ACESITA, em 1994, criou o Instituto do Inox, com oficina e funilaria para dar cursos específicos aos ex-metalúrgicos aposentados, jovens e outros trabalhadores desempregados pelo processo de privatização. Buscava, assim, desenvolver a idéia de *trabalhabilidade em aços inoxidáveis*.

Por sua vez, não há como desconsiderar o fato de que a COOPERINOX significa, para os trabalhadores e comunidade na qual está inserida, um espaço genuíno para a programação de processos educativos alternativos, capazes de preparar mão-de-obra para o manuseio do aço inoxidável e gerar uma cultura da autogestão e da solidariedade na economia. O trabalhador aprende o ofício e é convidado por outras empresas para trabalhar nelas. De modo geral, os trabalhadores acabam aceitando, pois a promessa de retorno financeiro é maior.

Compreendida a razão pela qual Timóteo se transformou em capital nacional do inox, serão discutidos, a seguir, os aspectos gerais desse projeto bem como os dramas e tramas da disputa hegemônica entre a lógica mais ampla de acumulação flexível do capital, protagonizada pela ACESITA ao apoiar a iniciativa da COOPERI-

NOX por um lado, e por outro, a lógica pautada pelos princípios da autogestão e da economia solidária, protagonizadas pelos movimentos sociais.

5.1 Considerações gerais sobre o projeto “Timóteo, capital do inox”

De acordo com os dados do IBGE do ano de 2006, o município de Timóteo, no qual se localiza a COOPERINOX, possui uma população estimada em mais de 81 mil habitantes. A cidade está localizada a 200 km de Belo Horizonte, na Região Metropolitana do Vale do Aço (região rica em reservas de minério de ferro, insumo básico para a produção do aço) e tem como limites geográficos, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso, Antônio Dias, Marliéria, Jaguaráçu.

Do ponto de vista econômico, o município possui uma receita mensal média de R\$ 4,5 milhões. A População Econômica Ativa (PEA) é composta de mais de 18 mil habitantes que se distribuem em mais de 200 indústrias, 2.000 estabelecimentos comerciais e 3.500 prestadores de serviços. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, o setor industrial se destaca com mais de 54% da população trabalhadora. O Produto Interno Bruto (PIB) gira em torno de 424 milhões estimando-se, portanto, um PIB per capita superior a R\$ 7,5 mil.

O município teve sua origem com a construção da Acesita – uma indústria de referência no setor do aço no Brasil e América Latina em meados da década de 1940, o que o levou a um rápido crescimento econômico. No início da década de 90, com o objetivo de atenuar os impactos socioeconômicos causados pelo processo de privatização da Acesita em 1992 (hoje Arcelor Mittal Inox Brasil), foram lançadas as bases do projeto *Timóteo, capital do inox*. Esse projeto é coordenado pela Agência de Desenvolvimento de Timóteo (ADT), com apoio da própria ACESITA, Fundação ACESITA e Instituto do Inox.

Quanto às diretrizes gerais desse projeto lançado em abril de 1997, teve como objetivo principal, estimular a criação de empresas que quieram utilizar o aço inox como matéria-prima na fabricação de produtos e/ou na prestação de serviços.

Esse projeto surgiu do fato de estar instalada no município, a única empresa fabricante de aços inoxidáveis planos da América Latina, a Acesita S.A.

O projeto oferecia várias vantagens aos empresários que queriam se instalar no município, como: doação de terreno público; treinamento gratuito da mão-de-obra (operacional e gerencial); subsídio médio de 20% na compra do aço inoxidável; prazo de 45 dias para pagamento na compra do aço inoxidável, sem encargos financeiros; fornecimento do aço inoxidável de acordo com a demanda das empresas, sem a exigência de cotas mínimas; fornecimento do aço inoxidável em sistema de *Just in Time* - JIT, eliminando a necessidade de estoques.

Naquele momento, o município dispunha apenas de uma empresa trabalhando na atividade do beneficiamento do aço inoxidável que, pelo seu porte, (consumo superior a 18 ton./mês de aço inoxidável), estava fora do projeto.

A partir do lançamento do projeto, em abril de 1997 até dezembro de 2002, foram criadas 25 (vinte e cinco) novas empresas, sendo que 2 (duas) delas foram desativadas. Dessa forma, restaram no município 24 (vinte e quatro) empresas: 23 (vinte e três) integram o projeto *Timóteo, capital do inox*, e 01 (uma) não.

Em virtude das estratégias de ampliação do mercado interno de aço inoxidável no país, a ACESITA apoiava várias entidades e projetos existentes no município, inclusive com aporte de recursos financeiros o que contribuiu para a viabilização do projeto. Tal apoio reverteria em maior visibilidade da empresa, bem como asseguraria uma imagem de responsabilidade social. A propósito, as entidades que receberam apoio da ACESITA foram:

1 - Agência para o Desenvolvimento de Timóteo – ADT. Entidade sem fins lucrativos cujo objetivo principal é a captação, implantação e fortalecimento de microempresas e pequenas empresas. Essa entidade foi quem criou e coordena o projeto *Timóteo, capital do inox*. Os dirigentes das empresas de aço inox da cidade reconhecem que a ADT contribuiu para a sobrevivência de suas empresas, seja na criação dos benefícios daquele projeto, seja na criação de outros projetos que visam ao fortalecimento dessas empresas.

2 - Instituto do Inox. Entidade sem fins lucrativos, criada pela ADT e, atualmente, mantida pela Fundação Acesita, cujo objetivo principal é a formação profissional da mão-de-obra operacional e de empresários no ramo do aço inoxidável. Atua, também, na promoção de seminários e participação em feiras ligadas ao setor do aço inoxidável. Os empresários e dirigentes em geral reconhecem que o Instituto funciona como uma base de apoio tecnológico, ainda que incipiente, àqueles que queiram ingressar no ramo do aço inoxidável e, também, àqueles que já estão no ramo.

3 - Além das entidades que apóiam microempresas e pequenas empresas, foi criado em setembro/2002, pela ADT, um projeto denominado *Vendas*, cujo objetivo principal era incrementar o volume de vendas das microempresas e pequenas empresas que integram o projeto *Timóteo, capital do inox*. Participam desse projeto 20 (vinte) das 24 (vinte e quatro) empresas fabricantes de produtos em aço inoxidável. Esse projeto surgiu da necessidade, identificada pelos dirigentes dessas empresas, de melhorar o desempenho das empresas em termos de vendas de seus produtos e serviços. Para tanto, foram definidas no plano piloto e sem custo para os dirigentes dessas empresas, ações, tais como: contratação de representantes comerciais em Belo Horizonte e Governador Valadares; elaboração de um *folder* institucional para cada empresa contendo os seus produtos e serviços; confecção de uma pasta contendo os *folders* e as tabelas de preços dos produtos e serviços; capacitação dos representantes comerciais sobre a aplicabilidade do aço inox.

4 - Outro projeto dessa época foi o Consórcio de Exportação, criado também pela ADT, em dezembro/2002. Ele tinha por objetivo a preparação da empresa em termos de estrutura organizacional e tecnológica, e ainda, definição de linhas e produtos das microempresas e pequenas empresas visando à exportação de seus produtos. Participaram dele 10 (dez) das 24 (vinte e quatro) empresas do projeto *Timóteo, capital do Inox* que durou dois anos. Esse projeto contemplou ações significativas, tais como: organização administrativa e financeira, treinamento sobre *design*, elaboração de catálogos manuais e eletrônicos, participação em feiras nacionais e internacionais, certificação de normas internacionais (ISO), exportação de produtos.

Por fim, o objetivo geral desse projeto é proporcionar a comercialização de chapas de aço inox em âmbito local, até então restrita ao mercado de grandes ata-

cadistas nacionais. Constam desse projeto ainda, cursos de formação e qualificação de mão-de-obra técnica para capacitar operários para a trabalhabilidade do AÇO inoxidável.

Tais cursos estão fundamentados numa concepção de favorecer a cultura empreendedora, ao estimular o surgimento de empresas que beneficiam o aço inox. Grande parte delas é constituída por microempresas e pequenas empresas. Nas trilhas da interpretação, tal concepção se articula com a estratégia mais ampla de especialização flexível do capitalismo contemporâneo, que consiste segundo Xavier (1997, p. 83), em um paradigma alternativo para a produção capitalista,

[...] o qual se funda em elementos da produção artesanal em pequenos lotes, com tecnologia multipropósito, ancorada em trabalhadores qualificados e dotada de capacidade de alterar, constantemente, o mix de produção com baixos custos de reconversão, em oposição ao paradigma da produção em massa, que teria dominado o desenvolvimento econômico internacional desde o século 19.

Quanto à especialização flexível, em uma perspectiva microeconômica e numa formulação sintética, Schmitz (1989, p. 263) a define como a “fabricação de produtos variados com equipamentos de múltiplos propósitos e trabalhadores polivalentes”.

Do ponto de vista macroeconômico, para entendimento da proposta de especialização flexível, Piore e Sabel (1984, p. 258) adotam um esquema analítico que recua aos distritos industriais do século XIX, ou seja,

[...] estabelecer como um dos aspectos fundamentais desse sistema, a interação entre firmas, cujo relacionamento conciliaria os princípios aparentemente contraditórios de cooperação e competição – o primeiro permitindo enormes ganhos de eficiência global e o segundo estimulando a inovação permanente de produtos e processos.

Ainda quanto ao projeto *Timóteo, capital do inox*, tem como propósito, através da ADT, atrair empresas do setor de inox para o município. Aliás, desde sua origem, foram constituídas cerca de 30 empresas especializadas na manufatura do aço inoxidável.

O SEBRAE Minas apóia a iniciativa do Projeto *Timóteo, capital do inox* promovendo ações de capacitação e treinamento gerenciais para trabalhadores envolvidos nas microempresas e pequenas empresas, bem como na cooperativa. No ano

de 2004, fez um trabalho de *design* gráfico e de produtos com o objetivo de desenvolver linhas de produtos para fabricação em série. Tal perspectiva conflita com a concepção original da Cooperinox que se propõe ser uma cooperativa de artesãos e não de operários inseridos em linha de produção em série. Na visão do SEBRAE, tratava-se de incentivar a implantação da forma de produção seriada, a fim de minimizar a sazonalidade da produção por encomenda, a principal forma de atuação das empresas. Tal iniciativa permeava o consórcio de exportação em implantação na cidade.

O entendimento da experiência histórica da COOPERINOX (Cooperativa dos Produtores Artesanais de Inox de Timóteo), confrontada com os desafios do cooperativismo popular solidário e com a ideologia do empreendedorismo, por sua vez, auxilia a compreensão do significado e alcance das experiências de economia solidária em confronto com as estratégias de organização da produção pelas empresas modernas na Região do Vale do Aço, durante os primeiros anos desta década. Antes, porém, cumpre fazer uma breve análise sobre a principal matéria-prima processada pelos trabalhadores da COOPERINOX, qual seja, o aço inoxidável.

Para tanto, no próximo tópico, serão demonstradas as principais particularidades que envolvem o aço inoxidável, tais como o desenvolvimento, as características, a classificação e o consumo. O aço inoxidável é a principal matéria-prima utilizada pelas empresas do projeto *Timóteo, capital do inox*.

5.2 Aço inoxidável: desenvolvimento, características, usos e exigências

No seu estudo sobre aço inoxidável, disponível *online*³⁶, Teecherani (2008) afirma que é comum historicamente entender que os aços inoxidáveis foram descobertos por acaso. Em 1912, o inglês Harry Brearly estudava uma liga Fe-Cr (13%) e justamente quando tentava fazer algumas observações metalográficas, verificou que

³⁶ Disponível em: http://www.pipesystem.com.br/Artigos_Tecnicos/Aco_Inox/body_aco_inox.html. Acesso em 20/11/2008.

a liga fabricada resistia à maior parte dos reagentes que se utilizavam na época em metalografia. E foi o próprio Brearly que deu o nome à liga, chamando-a de *stainless steel* que traduzindo para o português quer dizer *aço que não mancha*.

Um ano mais tarde, na Alemanha, Eduard Maurer estudava uma liga Fe-Cr que continha, além dos elementos da liga de Brearly, cerca de 8% de Ni. Como resultado, observou que a liga resistiu vários meses a vapores agressivos do laboratório no qual trabalhava.

Passados mais de setenta anos, hoje sabe-se que os aços descobertos por eles eram os nossos conhecidos AISI 420 (martensítico) e o AISI 302 (austenítico) respectivamente. Para a época, era difícil entender que aquecendo duas ligas a altas temperaturas (1.000 °C) e resfriando-as rapidamente, obtinham-se duas ligas completamente diferentes, uma com alta dureza (AISI 420) e outra com ótima ductilidade (AISI 302). De lá para cá, os aços inoxidáveis muito evoluíram, principalmente em virtude da indústria petrolífera, da aeronáutica, da criogenia e até mesmo devido a Segunda Guerra Mundial.

Isso posto, a expressão aço inoxidável, como é usualmente conhecida, sugere um material que não se destrói mesmo quando submetido aos mais violentos abusos. Na verdade, esse tipo de aço não é eterno, mas geralmente tem maior resistência à corrosão, quando submetido a determinado meio ou agente agressivo. Apresenta, também, maior resistência à oxidação a altas temperaturas em relação a outras classes de aços, quando, neste caso em particular, recebe a denominação de aço refratário. A resistência à oxidação e corrosão desse aço se deve principalmente à presença do cromo, que a partir de um determinado valor e em contato com o oxigênio, permite a formação de uma película finíssima de óxido de cromo sobre a superfície do aço, que é impermeável e insolúvel nos meios corrosivos usuais.

Assim sendo, pode definir-se como aço inoxidável, o grupo de ligas ferrosas, resistentes à oxidação e corrosão, que contenham no mínimo 12% de cromo.

Com efeito, os aços inoxidáveis são, basicamente, ligas ferro-cromo. Outros metais atuam como elementos de liga, mas o cromo é o mais importante e sua presença é indispensável para conferir a resistência à corrosão desejada.

Furtado (2006) descreveu e identificou a origem histórica, composição química e as principais características do aço inoxidável. Além disso, elaborou a classificação dos três tipos de aços, presentes na composição dele: ferríticos, austeníticos e martensíticos, com suas respectivas aplicações e cuidados requeridos no manuseio. Apresenta em seu estudo, o consumo de aço inox no Brasil e em outros países.

O aço inoxidável foi desenvolvido no início do século XX e, desde então, vem conquistando importância cada vez maior. Representa uma solução moderna, prática e definitiva para aplicação nos segmentos industriais, comerciais e de serviços. Destaca-se pela resistência à corrosão, propriedades físicas e mecânicas capazes de tornar a relação custo/benefício favorável à sua ampla utilização (AMORIM COMERCIAL, 2003).

Como já dito, suas principais características são: resistência à corrosão, trabalhabilidade (embutimento, estampagem, soldagem e dobramento), versatilidade, beleza, facilidade de limpeza, além de ser 100% reciclável. É obtido por meio da adição de elementos ao aço comum, com teor de cromo mínimo, em, aproximadamente, 11%. Para maior facilidade na especificação e seleção dele, dada a composição química, os processos metalúrgicos de produção e as características gerais, Lacerda (2007) considera que os aços inoxidáveis podem ser Ferríticos, Austeníticos e Martensíticos, conforme explica neste trecho:

Os aços inoxidáveis ferríticos são ligas de ferro-cromo com estrutura cristalina do tipo cúbica de corpo centrada. O conteúdo de cromo está compreendido entre 11 e 30%. Estes aços inoxidáveis são praticamente isentos de níquel, o que os tornam baratos comparados aos austeníticos. Podem conter ainda dentre outros elementos de liga a presença de molibdênio, silício, alumínio, titânio e nióbio para a obtenção de certas características.

Recebem esse nome porque são endurecíveis em sua totalidade por tratamento térmico, além de ser magnéticos e usados na condição de recozido. Conforme Krysiak et al (1993), “nesta condição, com uma granulação fina, os aços inoxidáveis ferríticos apresentam condições satisfatórias de ductilidade e tenacidade à temperatura ambiente”. São empregados normalmente na fabricação de eletrodomésticos, balcões frigoríficos, utensílios de cozinha e em aplicações de alta temperatura.

Os aços inoxidáveis austeníticos são aqueles que se destacam pela resistência à corrosão, soldabilidade e trabalhabilidade a frio. Os aços desse grupo são magnéticos e não são endurecíveis por têmpera. Padilha e Guedes (1994) definem-no como “ligas ferro-cromo-níquel com estrutura cristalina do tipo cúbica de face centrada”. Esses aços são conhecidos pela excelente característica de resistência à corrosão em diversos meios agressivos. Apresentam a combinação de baixo limite de escoamento, alta resistência à tração e bom alongamento, oferecendo excelentes condições para trabalho a frio. (LACERDA, 2007, p. 5)

Os aços austeníticos se destacam na fabricação de vagões de trens e metrô, garrafas térmicas, talheres, mobiliário urbano e na indústria de papel e celulose, dadas as suas características atenderem às necessidades desses produtos.

Por fim, os aços inoxidáveis martensíticos são aqueles endurecíveis por têmpera, além de ser magnéticos. Lippold e Kotecki (2005) afirmam que são ligas baseadas no sistema ternário ferro-cromo-carbono. O teor de cromo situa-se na faixa de 11,5 a 18% e o carbono, na maioria dos casos, entre 0,1 a 0,25%, podendo chegar a alguns tipos a até 1,2%”.

Lacerda (2007, p. 8) explica, ainda, que esses aços recebem esta denominação porque apresentam, na temperatura ambiente, uma estrutura predominantemente martensítica, proveniente da transformação da austenita mesmo com baixas taxas de resfriamento. São recomendados para aplicações que exijam alta resistência mecânica, resistência à abrasão, erosão em ambiente seco ou úmido como elementos de turbinas a gás ou vapor, mancais e ferramentas. Em virtude de suas particularidades têm grande aplicação na fabricação de facas, lâminas de barbear, bisturis e utensílios odonto-cirúrgicos.

Sobre o consumo do aço inox no Brasil e em outros países, Patrício (2003, p. 12) comenta que a Acesita S.A era a única fabricante de aços inoxidáveis planos da América do Sul. Cumpre destacar que o consumo de aço inox *per capita*/ano do Brasil é extremamente baixo se comparado com outros países da Europa, da Ásia e mesmo com alguns países das Américas do Norte e do Sul, tais como o México e a Argentina. Enquanto o Brasil tem um consumo *per capita* anual de 1,2 kg, na Alema-

nha e Coréia do Sul esse mesmo consumo per capita é de 10 kg, na Itália é de 20 kg e Taiwan atinge um consumo *per capita* de 23,3 kg.

Levando-se em conta esses dados, pode-se afirmar que o Brasil está numa condição extremamente desfavorável se comparada com os maiores consumidores. Já o consumo mundial do aço inox, conforme o mesmo estudo de Patrício (2003), cresce a taxas bem maiores que a de outros materiais. De 1980 a 2002, o crescimento global foi de 170% (para 16 milhões de toneladas), em comparação com 25% do aço carbono, 30% do alumínio e 60% de plástico e cobre. No Brasil, que registrou aumento médio de 10% ao ano nos últimos dez anos, o crescimento é maior do que a taxa média mundial, de 6% ao ano.

5.3 A COOPERINOX e a estratégia empresarial de acumulação flexível

Em Agosto de 1998, um grupo de trabalhadores (aposentados e trabalhadores demitidos da Acesita) se uniu para montar uma cooperativa utilizando a experiência e criatividade de cada um para agregar mais valor ao aço inox, produzido pela Acesita e também contribuir para o projeto de popularizar o consumo desse aço na região e país, conforme projeto da empresa, descrito acima. Naquela ocasião, a COOPERINOX iniciou seus trabalhos, produção e comercialização de peças de aço inox alugando máquinas do Instituto do Inox e com pequenas oficinas domésticas de alguns cooperados.

A proposta da empresa Acesita, através do Instituto de Inox era criar um espaço e ofertar possibilidades de trabalho para àqueles trabalhadores que já não mais trabalhavam na Acesita, ou seja, tratava-se de oferecer oportunidades de trabalho para as vítimas do desemprego provocado pelo processo de reestruturação produtiva em curso. Através da Fundação Acesita em 1994 como já foi dito, criou-se o Instituto do Inox, com oficina e funilaria para dar cursos específicos aos ex-metalúrgicos aposentados, aos jovens e outros trabalhadores desempregados pelo processo de privatização. Buscava-se, assim, desenvolver a idéia de *trabalhabilidade em aços inoxidáveis*.

Como lembra Mateus, um ex-metalúrgico, quando estavam na terceira turma do curso, numa média de doze pessoas, os dirigentes do Instituto de Inox convidaram-nas para um curso de cooperativismo. A experiência da cooperativa começou com vinte e oito cooperados, número de trabalhadores que participaram da assembleia de abertura, patrocinada pela Fundação Acesita.

Os principais trabalhos realizados por essa cooperativa foram: reforma de equipamentos utilizados em cozinha industrial; fabricação de tanques; equipamentos para o cultivo de mudas; coifas industriais e residenciais; corrimãos e pequenas peças tais como, lixeiras, formas para bolos, tabuleiros, formas de pizza, caixa de correio, porta retratos e bijuterias.

Como se vê, a cooperativa surgiu da iniciativa da empresa Acesita que, estrategicamente, tinha como objetivo principal oferecer oportunidades de ocupação aos trabalhadores que se aposentavam e àqueles que ficavam desempregados, vítimas do processo de reestruturação produtiva da segunda metade da década de noventa do século passado e início desta década. Tal processo eliminou milhares de postos de trabalho. Diante desse quadro, a cooperativa representava a possibilidade de trabalho para o aposentado, sua esposa e para a comunidade em geral, portanto, com uma abertura maior para a sociedade. No seu início, 70% dos cooperados eram ex-metalúrgicos aposentados e 30% eram de trabalhadores desempregados que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho.

A COOPERINOX recebeu ajuda da ACESITA através do Instituto Inox desde o seu início. Quanto ao primeiro trabalho realizado pela cooperativa, foi de prestação de serviços para a Associação dos Apicultores de Ipatinga – APIVALE. Para essa atividade, a cooperativa recebera o apoio da ACESITA. A APIVALE precisava colocar placas de aço inox nas paredes e a COOPERINOX realizou essa tarefa. Foi a primeira iniciativa de grande porte realizada com auxílio do Instituto do Inox que cedeu a aparelhagem do Instituto e ajudou na execução do empreendimento. Tal ajuda ocorreu tanto no Instituto como também no local em que prestavam o serviço.

A concretização desse trabalho indica a possibilidade histórica de se criar e fortalecer a rede de economia solidária, pois se tratava de prestação de serviços para outra associação de produtores – APIVALE. O curioso nessa transação é a exis-

tência da intermediação entre as duas associações da grande empresa, ACESITA. Por que não efetuaram a troca de serviços de forma autônoma? Desde suas origens, a COOPERINOX dá indícios de forte estreitamento com a gestão da ACESITA e demonstra estar subordinada à sua estratégia mais ampla.

No ano posterior, precisamente em 2000, a COOPERINOX fez outro grande empreendimento, agora para a CENIBRA, também mediado pela própria ACESITA. Fez bandejas de aço inox para os canteiros de mudas de eucalipto. A tarefa foi grande e recebeu o patrocínio da ACESITA, na medida em que se realizou nas dependências da própria empresa. A COOPERINOX não tinha o maquinário pesado. A ACESITA também financiou todo o transporte dos cooperados de Timóteo para Belo Oriente, sede da CENIBRA. Foram dois anos de trabalho intenso no interior da CENIBRA, o que, para os cooperados em geral, representou fato histórico da cooperativa, pois gerou ocupação e renda suficiente para todos os cooperados envolvidos.

Como no caso da APIVALE, intriga-se a intermediação da ACESITA na contratação da prestação de serviços à CENIBRA bem como o apoio logístico a toda atividade desenvolvida. Dessa vez, não se trata de patrocinar a articulação dos interesses populares por meio da intermediação entre cooperativas ou associações de produtores, mas de intermediar a articulação entre a organização dos trabalhadores – COOPERINOX e outra grande empresa da região, a CENIBRA. Uma articulação que nos parece muito útil à lógica do capital expressa na estratégia mais ampla de sua acumulação flexível.

Outra forma de ajuda oferecida pela ACESITA foi a cessão de um galpão próximo da área onde hoje é o Instituto de Inox. A ACESITA arrumou parte do maquinário. A COOPERINOX arrumou o terreno através de contatos com a Associação dos Aposentados de Timóteo. Ainda que houvesse a preocupação dos diretores da cooperativa em manter certa autonomia em relação à empresa, cumpre destacar que não era possível, por não terem a posse dos meios de trabalho necessários, ou seja, os equipamentos exigidos ao manuseio do aço inox.

Além disso, a ACESITA permitiu que a COOPERINOX funcionasse em suas dependências por um período de aproximadamente dois anos no início e sem qualquer pagamento de aluguel. Logo em seguida, a Prefeitura, através da Secretaria de

Desenvolvimento mais a ADT – Agência de Desenvolvimento de Timóteo - continuaram pagando o aluguel.

Com relação às expectativas da administração municipal em torno da COOPERINOX, pode-se concluir que foi concebida para ser uma espécie de incubadora de empresas na área de inox no município. Havia o espaço de um antigo supermercado, galpão grande, que estava sem nenhuma utilização e foi emprestado para os cooperados para que pudessem nele se instalar. Quando saíram do interior da Acesita, foram convidados a ir para a área daquele supermercado e, nesse caso, a Prefeitura pagava o aluguel.

O projeto de incubadora de empresas da administração municipal sofreu interrupção. Os cooperados e diretores entrevistados não souberam explicitar os motivos desse fracasso. Os diretores da COOPERINOX não souberam explicar por que não se deu continuidade ao referido projeto. Conforme expressou o Sr. Basílio, “a gente ficou sabendo que eles (a administração municipal) concluíram que o projeto não tinha viabilidade, não era do jeito que eles pensaram”. Tal fala parece revelar o elevado grau de alienação por parte dos cooperados e o baixo nível de participação deles nas decisões políticas e administrativas do município e por que não, do próprio empreendimento. Pode-se concluir que a gestão da cooperativa fica à deriva, submissa, ora às iniciativas da empresa ACESITA, ora às iniciativas da administração municipal que nem sempre coincidem com os interesses dos trabalhadores.

Nesse período de indefinição da administração municipal, a COOPERINOX ficou durante três anos localizada na sede do antigo supermercado, que estava há anos fechado. O espaço era grande, mas venceu o aluguel e o dono do imóvel pediu o prédio; a Prefeitura teve que devolvê-lo e aí, como a administração municipal já tinha concluído pela inviabilidade do projeto, deixou de contribuir com as despesas de aluguel para a cooperativa. Aí foram para o local que estão até hoje. Já fazem mais de três anos que estão nesse lugar e são eles mesmos que pagam o aluguel.

A proposta original dos trabalhadores que constituíram a cooperativa era formar empreendedores ligados à produção e comercialização de artefatos de aço inoxidável. Na época, a empresa Acesita ia fazer um aporte para maquinário em torno de R\$ 400.000,00. Isso no início desta década. Entretanto, esse investimento não

ocorreu, pois houve mudanças de estratégia da própria empresa. Os trabalhadores, quando interrogados sobre os motivos da mudança de estratégia da empresa, revelam saber muito pouco sobre isso, o que corrobora com o entendimento sobre a reprodução do caráter alienante desse processo sobre os trabalhadores e, portanto, muito distante de uma proposta de cooperação pautada pelos princípios da autogestão e da autonomia cooperativa.

A autogestão é uma modalidade de gestão multidimensional, através da qual os parceiros do processo de trabalho se organizam com a finalidade de alcançar resultados. Essa associação entre as partes, ao privilegiar o fator trabalho, implica a discussão do poder de decisão pelo grupo governado, que assume a direção de seus destinos. É uma modalidade de gestão multidimensional porque remete a quatro dimensões. A primeira, humana, porque existe a preocupação com a estabilidade e o crescimento da organização. Esses objetivos implicam a proteção dos recursos humanos e a busca de sua qualificação. A segunda concerne à racionalidade das organizações; a lógica do funcionamento da organização é da eficiência econômica, através da maximização dos esforços e redução dos custos melhorando a qualidade do produto. A terceira dimensão diz respeito à legitimidade junto aos grupos da comunidade, em particular, junto aos investidores, associados e consumidores. Essa exigência constitui uma limitação que pesa sobre a eficiência da organização, pois é preciso compor com as exigências que são, potencialmente, antagônicas e até contraditórias. A quarta dimensão, enfim, diz respeito à continuidade/perenidade, pois, para alcançar a eficiência, é necessário desenvolver, manter e promover um *saber tecnológico* de forma que esse *know how* satisfaça da melhor maneira possível os interesses dos empregados, clientes e permita, ao mesmo tempo, o crescimento da organização.

Por sua vez, outro princípio da economia solidária diz respeito à autonomia cooperativa:

Direito dos cooperados para determinar por si mesmos para que e como sua cooperativa deve ser organizada nas condições socioeconômicas existentes, de acordo com a lei cooperativa vigente e a política governamental, o que se refere ao desenvolvimento cooperativo. Significa possuir os cooperados liberdade para: a) determinar os objetivos de ação comum sem imposição ou ingerência externa; b) elaborar e/ou modificar os estatutos, desde que em conformidade com a lei; c) escolher os administradores, delegando os poderes correlatos à administração e controle democráticos; d) conferir

ao conselho executivo poderes de execução da política da cooperativa, direção dos negócios segundo os estatutos e fixação de critérios de administração, ágil, flexível e eficiente; e) estruturar-se organicamente da base (cooperativas singulares) em direção à cúpula (federações, centrais, confederações, organizações cooperativas estaduais, nacionais e internacionais) e não vice-versa. (FIGUEIREDO, 2000, p. 36).

Ainda para o entendimento da ausência de autonomia no interior da COOPERINOX, vale a pena refletir sobre o papel desempenhado pela Agência de Desenvolvimento de Timóteo (ADT) com a ajuda de cursos e de uma política continuada de formação, segundo os princípios gerais da acumulação flexível, e, portanto, sob a lógica e os interesses da grande empresa do município, ACELOR MITTAL, antiga ACESITA. Por exemplo, pode-se pensar nos impactos econômicos e sociais da conjuntura política e econômica no município. Existem os cursos oferecidos pelo SEBRAE, o Grupo de Observação (GO) e de serviços prestados para melhorar as empresas através do gerenciamento. Então o SEBRAE e a ADT é que comandam isso. A COOPERINOX participa desse grupo. A ADT, mais recentemente, é que tem um projeto do BNDES para financiamento de cooperativas e outras entidades. Trata-se do PROINFO, programa de financiamento do BNDES voltado para apoiar cooperativas. Como o projeto é muito grande, torna-se complicado, complexo, então solicitaram à ADT que os auxiliasse na elaboração desse projeto. A elaboração do projeto estava ainda em fase inicial por ocasião da entrevista realizada com o presidente da COOPERINOX para a presente pesquisa. Estava na fase de preenchimento dos documentos solicitados e não sabemos se houve aprovação ou não.

Sabe-se que o projeto solicitava, sobretudo, maquinário. O BNDES financia máquinas, imóvel e capital de giro. A COOPERINOX no projeto referido solicitava somente maquinário. Para a elaboração desse projeto era necessário fazer um grande levantamento, inclusive de peças; identificar quais as máquinas seria as mais adequadas; verificar os custos de referidos equipamentos e o correspondente valor. Então, a ADT dá essa assessoria, pois os trabalhadores cooperados não se sentem aptos a realizar tal atividade, já que é sempre necessário investigar o mercado.

Por outro lado, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal têm diversas linhas de crédito, mas o que dificulta a COOPERINOX é a garantia. Os bancos exigem-na, o que já complica a situação.

Todavia, para enfrentar os múltiplos obstáculos que o empreendimento apresenta, a COOPERINOX conta com parcerias. Destaca-se, entre essas parcerias, a FIEMG regional de Ipatinga, que os apóia na formatação de amplo projeto junto ao BNDES para aquisição de máquinas. Isso ocorre somente porque a COOPERINOX goza, realmente e de modo geral, de credibilidade na região, para a viabilização de empréstimo junto ao BNDES em torno de R\$ 100.000,00 ou R\$ 200.000,00. A vantagem é que nesse projeto não se exigem aquelas garantias acima mencionadas da cooperativa. Nesse caso tem que ter um avalista. Para viabilizar esse empréstimo, esse é um fator estratégico, o BNDES exige que a cooperativa tenha um parceiro estratégico na região. Discutia-se, na época com o BNDES o montante que esse parceiro estratégico entraria: 3%, 5% desse capital. Isso ainda estava em discussão. O que faziam? Buscavam o apoio da ADT e também já tinham dado o primeiro passo na FIEMG; então juntaram a ADT e a FIEMG para trabalharem com eles na elaboração do projeto. Supõem ter credibilidade, mas há, ainda, a dificuldade de mercado.

Além das dúvidas até então colocadas neste estudo quanto ao papel desempenhado pela ACESITA, através de suas diferentes agências de fomento, tanto se interessar pelo êxito desse projeto apresentando-se tão solícita diante das necessidades dos cooperados ao longo de sua existência, outra questão parece nebulosa aos olhos deste pesquisador. Trata-se da experiência de cooperativismo desenvolvido pela COOPERINOX. Ao que parece, essa empresa se encontra muito mais articulada com a estratégia de reestruturação produtiva própria do que numa perspectiva contra-hegemônica, de defesa dos princípios da *outra economia* inscrita nas práticas de economia solidária,

Ainda sobre as parcerias, o próprio Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, UNILESTEMG, em algum momento prestou assessoria técnica à COOPERINOX, dando treinamento. Tal curso foi dado para os cooperados e também para outros empreendedores ligados à produção artesanal em aço inoxidável do município. Era um trabalho em *design*, realizado por professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo. O curso de Administração, através dos minicursos de gestão ajudou os trabalhadores cooperados a se organizarem melhor.

5.4 COOPERINOX e as questões da estratégia classista de contra-hegemonia

Por meio dos contatos e observação desta experiência, verificou-se que um dos problemas identificados na realização dos trabalhos e demais atividades no interior da COOPERINOX é a ocorrência de alta rotatividade dos trabalhadores na cooperativa. São poucos aqueles que nela perseveram. Curiosamente, esses poucos pautam suas ações e iniciativas por princípios e fundamentos da economia solidária.

De fato, verificou-se que o número de cooperados variava muito, ficando em torno de quinze pessoas em média, sendo que a legislação obriga a cooperativa a ter no mínimo vinte cooperados. Esse fenômeno da rotatividade pode ser entendido pela lógica da acumulação flexível, pela incapacidade de gestão empreendedora, ou seja, pelo fato de que no início da sua história, 80% dos cooperados eram metalúrgicos aposentados. Nenhum deles tinha conhecimento de administração para montar uma empresa. Agiram mais pela coragem, com certo grau de aventura. Na verdade, eles tiveram um treinamento oferecido pela ACESITA, através do Instituto Inox.

Mas, acontece que os jovens trabalhadores que se inserem na cooperativa, quando aprendem a trabalhar o inox, são atraídos por outras empresas do município ou da região que lhes oferecem, em tese, melhores condições de trabalho, remuneração, férias, 13º salário, domingo remunerado e outros direitos. No que se refere à vivência cotidiana da experiência de cooperativismo, identificou-se uma série de dificuldades entre os trabalhadores. Não se refere, ainda, aqui, cooperativismo popular solidário, regido pela lógica da economia solidária.

Como evidenciou o terceiro capítulo deste estudo, os principais aspectos da economia solidária descritos, são:

Uma socioeconomia do trabalho emancipado [...]; uma socioeconomia do suficiente [...]; uma socioeconomia do valor de uso [...]; uma socioeconomia cujo desenvolvimento é a resultante dos vetores humano-social e econômico [...]; uma socioeconomia planetarizada, geradora de uma globalização cooperativa e solidária. (ARRUDA, 2003, p. 238-239)

Numa outra lógica, pode-se entender essa rotatividade, pelo fato de os trabalhadores perceberem que aquele trabalho e gestão participativa não é o negócio deles. Curiosamente, outros trabalhadores saem para montar o seu próprio negócio.

No ano de 2007, por exemplo, houve alguns trabalhadores com amplo domínio da tecnologia de produção do artesanato em aços inox que saíram e montaram seu próprio negócio.

Por outro lado, a COOPERINOX incorporou, no imaginário dos cooperados e da comunidade na qual está inserida, a imagem de uma organização da sociedade civil preparadora de mão-de-obra, à medida que tem uma forma de trabalhar diferenciada da forma capitalista das empresas. O trabalhador aprende o ofício e aí é convidado por outras empresas para ir trabalhar nelas, o que acaba aceitando, pois a promessa de retorno financeiro é maior. Nesse sentido, o que se questiona são os conteúdos desse processo de ensino e aprendizagem, muito mais vinculados à lógica da acumulação flexível do que à economia solidária. O conteúdo programático dos cursos e seminários ofertados aos cooperados não tem a preocupação em problematizar os fundamentos do modo de produção, mas sim em integrá-los no mercado, enquanto que da perspectiva da economia solidária, busca-se a transcendência do atual modo de produção.

Tal fato e a constatação da falta de retorno financeiro maior, porque o trabalhador que vem para a cooperativa precisa receber de forma satisfatória, o que não acontece em comparação com os salários remunerados no mercado de trabalho, favorece a ocorrência de alta rotatividade entre os cooperados. De fato, as retiradas mensais extraídas pelos cooperados ficam muito aquém dos salários pagos nas empresas capitalistas. Muitos dos trabalhadores cooperados recebem, em média, menos do que o salário-mínimo. “A cooperativa tem que ter um retorno financeiro” comenta o presidente da COOPERINOX, que entende como esse fator é decisivo para manutenção dos trabalhadores no seio da cooperativa. Para ele, além desse retorno, o jeito de empreender é determinante na descontinuidade. Quando o trabalhador é convidado a participar do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, ele se sente desafiado a uma situação nova, que, até então, não tinha experimentado. Trata-se, na verdade, de provocar uma ruptura com toda a história de organização do trabalho capitalista que separa o momento de concepção e gestão do trabalho do momento da execução. Fazer tal ruptura no cotidiano exigiria ofensiva mais ousada por parte dos agentes da economia solidária na região. Tal economia que disputa,

no coração da produção, com os princípios e a lógica que presidem a acumulação flexível.

No caso da COOPERINOX, identificaram-se casos de trabalhadores que, ao aprenderem a manusear o aço inox, preferem montar negócio próprio e ir trabalhar por conta própria, pois suas concepções de vida e de trabalho estão aprisionadas à lógica do capital. Os processos educativos engendrados no interior da experiência cooperativa não são suficientes para romper com tal lógica. As idéias e valores do modo de produção capitalista estão impregnados nos trabalhadores e constatam-se impasses nos processos educativos gerados e alimentados no interior dos processos de trabalho cooperativos, para se contrapor a tais ideias e valores.

Essa rotatividade dos trabalhadores na cooperativa, por outro lado, tem um aspecto positivo, pois cria condições para que um número maior de trabalhadores aprenda a arte de manusear o aço inoxidável e produzir seus produtos. Entretanto, com a alta rotatividade, constata-se a prevalência de um problema típico das empresas capitalistas: que são os impactos no processo produtivo causados pela quebra da rotina da cooperativa.

Cumprir lembrar, ainda, que durante o ano de 2007, saíram da cooperativa, em torno de cinco trabalhadores que exerciam destacado papel no processo de produção, pois tinham adquirido suficiente noção do saber-fazer as peças com aço inoxidável. Alguns foram para a Companhia Vale do Rio Doce, outros ficaram sócios de outras empresas no próprio município. Afinal de contas, foram quatro a cinco pessoas que ao saírem desestabilizaram o quadro funcional da cooperativa. Na expressão do presidente da cooperativa, “tal fato tem o aspecto positivo, pois exige que direção da cooperativa reponha o quadro de sócios com outros trabalhadores”. Em sua opinião, é por isso que a sociedade precisa mandar mais trabalhos para a cooperativa, pois com isso os trabalhadores ficarão mais tempo na cooperativa, garantindo, assim, certa estabilidade e prosperidade para ele e suas famílias.

Por ocasião da entrevista concedida à presente pesquisa, o presidente da cooperativa afirmou “que os trabalhadores na cooperativa não só aprendem a manusear o inox e soldar; mas aprendem também a fazer todo o gerenciamento da produção”. Para ele, “a pessoa que sai da COOPERINOX sai sabendo não só mexer

com o inox, mas com todo o empreendimento”. Concluiu que “dão informações, fazem reuniões regulares de diretoria e reuniões com os demais participantes; quando o trabalhador chega aqui nós falamos com ele que na verdade ele pode participar da função número um que é de funileiro número um até ser o presidente da cooperativa”.

De forma paradoxal, identificam-se, portanto, aspectos da dinâmica da cooperativa que a aproximam dos princípios da economia solidária, por propiciar oportunidade aos trabalhadores de romperem com a antiga divisão do trabalho entre o fazer e o conceber. Basta considerar o discurso do presidente acima mencionado que corrobora com essa conclusão preliminar. Ao mesmo tempo, vários e diversos problemas podem ser identificados na estrutura e dinâmica dessa cooperativa, a saber: falta de motivação dos cooperados; desorganização interna como o *layout*, estrutura física, materiais e equipamentos; ausência de representatividade da empresa no mercado; falta de definições claras sobre as diretrizes do negócio.

Existem em Timóteo, aproximadamente 25 (vinte e cinco) outras empresas que realizam o mesmo tipo de trabalho realizado pela COOPERINOX. Muitos proprietários de referidas empresas concorrentes, entre doze a quinze pessoas iniciaram seu trabalho na cooperativa. Estiveram lá, aprenderam a trabalhar de forma artesanal com o aço inox, viram como era difícil manter um empreendimento segundo a lógica do cooperativismo e partiram para outras experiências, particularmente de iniciativa privada.

Segundo outro dos diretores da COOPERINOX, os principais motivos que justificam a saída dos trabalhadores da iniciativa se resumem em primeiro lugar a certa confusão no entendimento dos trabalhadores que queriam, a princípio, conciliar o trabalho na cooperativa com negócios em paralelo. Para ele, isso não é possível, até por uma questão de natureza jurídica. Ao participar de uma cooperativa, afirma não se pode ter um negócio em paralelo. Diante da constatação desse fato, muitos ex-cooperados preferiam ficar com o negócio deles em particular.

Esse conflito é outro sinal que evidencia a tensão vivenciada pelos cooperados. Vivem por um lado, o drama de se submeterem à lógica da acumulação flexível, patrocinada pela empresa, que descentraliza, mas mantém o controle do processo

no sentido mais amplo. E, por outro, enfrentam os desafios cotidianos de instaurar novas práticas de gestão e por que não, do próprio *fazer* operário, agora regido pela lógica da economia solidária e não mais pela lógica capitalista.

Esse dirigente entrevistado, por exemplo, é um ex-metalúrgico que trabalhou na empresa BELGA MINEIRA em João Monlevade, por um período de mais ou menos doze anos; depois trabalhou na CENIBRA por mais ou menos dois anos; finalmente, treze anos na ACESITA. Ao ser questionado sobre as principais diferenças entre trabalhar nessas empresas (BELGA, CENIBRA, ACESITA) e trabalhar na COOPERINOX, respondeu que a diferença principal está na característica do trabalho na cooperativa onde as pessoas são, de fato, sócias do empreendimento. Para ele, na cooperativa o trabalhador nem sempre tem aquela visão de negócios, de empreendedor mesmo. Eis o seu depoimento:

Apesar de que se prega muito isso, o fato é que não se tem essa visão no Brasil. De modo geral, a visão predominante entre os trabalhadores é aquela “metalúrgica”, ou de filho de metalúrgico, que é aquela que existe em Timóteo, em Ipatinga ou em Monlevade. É aquela visão tradicional. Meu pai, por exemplo, trabalhou como tal, eu vou fazer isso também. Vou entrar também naquela empresa³⁷.

Tal compreensão denota certa consciência de classe, algo positivo da perspectiva da luta de classes, principalmente considerando-se que tal experiência parece estar submissa à lógica da acumulação flexível adotada pela empresa. O dirigente considera que isso foi mudado um pouco com a privatização, mas as pessoas que chegam à cooperativa, não estão preparadas para ser, de fato, empreendedoras. Ele expressa com certa indignação:

Aí é duro entender. Às vezes eles pensam: vou trabalhar numa empresa que não tem salário fixo? É duro ele se entender como sócio do próprio empreendimento. Demora algum tempo para se forjar essa nova consciência. Uma grande dificuldade que encontram é justamente essa, fazer com que o trabalhador se sinta de fato co-proprietário do empreendimento.

Sobre o sentido atribuído pelos trabalhadores à ideia de empreendedor, segundo esse dirigente, aquele que entendeu para valer o que era ser empreendedor, foi trabalhador que no início aprendeu na cooperativa e depois viu que tinha a possibilidade de desenvolver a própria empresa e tem feito isso. Na COOPERINOX também existem trabalhadores com visão de negócio. Não são somente aqueles que

37 Entrevista concedida por Sr. Geraldo Crisostomo, presidente da COOPERINOX no dia 19 de Março de 2007.

têm a empresa deles. Um funcionário é possível que também seja um empreendedor, comenta. Para ele, de modo geral, isso é bastante vago na cabeça dos trabalhadores. No empreendimento particular deles, fazem um trabalho paralelo, propõem uma visão diferenciada de negócios.

O que se deduz de referido entendimento é que a reestruturação ocorrida na produção, ou seja, a adoção da acumulação flexível reestrutura as ideias e visão de mundo dos trabalhadores, que passam a incorporar o discurso do empreendedorismo veiculado pela empresa. É o que revela este depoimento:

Hoje têm pessoas na cooperativa, com idade de dezenove, vinte e dois e vinte e três anos. Então a cooperativa também pode ser uma verdadeira experiência de 1º emprego para muitas pessoas. Isso também está se falando com a Fundação Acesita e com a FIEMG. A COOPERINOX ajuda a formar as pessoas e oferecem oportunidades para os jovens. Isso é uma realidade. O que os jovens precisam acima de tudo é de trabalho. Vivem nesse tempo. Considera-se como uma realidade. Não tem o que inventar; já foram inventados. Precisam de trabalho para que possam dar certo. Tem que dar retorno social, pois procuram fazer um trabalho bem feito. A COOPERINOX pode crescer ainda muito mais, pois não tem um número máximo de cooperados que possam ser incorporados nela. Podem ser vinte, trinta, quarenta, cinquenta trabalhadores. Desde que tenham a demanda. Tendo o trabalho, podem incorporar muita gente. O número de sócio-cooperados pode aumentar muito ainda. Com isso haveria necessidade de aumentar o número de funcionários, ter um gerente de administração, profissionalizar a gestão. Fala-se tanto da necessidade de criação de emprego. A COOPERINOX é uma experiência com um imenso potencial criativo.³⁸

Nas empresas, de modo geral, o trabalhador é fichado, tem um salário fixo todo final do mês, possui direitos trabalhistas como férias, 13º salário, repouso remunerado, ou seja, há toda uma cultura do trabalho assalariado impregnada entre os trabalhadores. A COOPERINOX, ao contrário, remunera o cooperado por aquilo que ela produz. Se a cooperativa não produzir nada, os participantes não recebem nada. Então, os trabalhadores que nela trabalham, precisam desenvolver o espírito de empreendedorismo, conforme se apregoa nos cursos de formação desenvolvidos pela ADT, SEBRAE e Instituto de Inox. Devem assegurar mecanismos eficientes, ou melhor, adotar formas de produção de autogestão. Quando o trabalhador vê que não é o negócio dele, que exige muita participação, ele sai e vai anunciar suas habilidades

38 Extraído da entrevista concedida por Geraldo Crisostomo, presidente da COOPERINOX, em 19 de março de 2007.

em manusear aço inox para outras empresas. Daí ele acaba indo procurar emprego em outra empresa.

Sendo assim, torna-se importante avaliar então, o desempenho, em termos de mercado e processo de trabalho, dos trabalhadores que deixaram a COOPERINOX e resolveram trabalhar por conta própria. A maioria dos que saem sabe tudo sobre o aço inox e isso é muito bom para o desenvolvimento deles. Há colegas de cooperados que estiveram nas fileiras da COOPERINOX, montaram empresas e ainda mantêm relação direta com ela. A média das empresas cujos funcionários saíram da COOPERINOX é de oito funcionários o que revela a positividade das iniciativas, de acordo com a lógica capitalista de organização do trabalho. Alguns chegam até a possuir vinte e tantos funcionários. Assim, como acima citado, a COOPERINOX acaba sendo, de fato, formadora de mão-de-obra para o capital e também formadora de empresários articulados à lógica e interesses da acumulação flexível. A COOPERINOX não é uma empresa grande. Aprende-se a ser mão-de-obra empreendedora. A cooperativa acaba seguindo as duas vertentes: uma mão-de-obra empreendedora, outra mão-de-obra assalariada.

Sobre o processo produtivo da cooperativa propriamente dita, pode-se dizer que a falta de definição mais precisa sobre o que produzem efetivamente tem sido um dos empecilhos para seu desenvolvimento. A grande dificuldade enfrentada pela COOPERINOX, por exemplo, em crescer, consiste na ausência desse foco. A cooperativa não possui uma linha exata de produtos. Por exemplo: há produtos básicos para fabricação de churrasqueira, lixeira, bandeja, que são produzidas diariamente. No entanto, há outros que dependem do cliente chegar com o desenho da peça para ser produzido. Então, não existe uma linha de produtos exatos. Uma ex-funcionária da cooperativa lembra-se de quando lá trabalhava muitos clientes chegarem com desenhos de painéis, caldeiras para a ACESITA e, mesmo assim, eles faziam.

Sobre o perfil da clientela que demanda trabalho da cooperativa, de modo geral, é de natureza muito variada. Havia um restaurante de Timóteo que fazia muita manutenção nas painéis e utilizava os serviços da cooperativa com grande frequência. O que a cooperativa buscava era colocar um produto em série, pois avaliavam que o trabalho puramente artesanal contribui para o aumento do desperdício de insumos. A produção artesanal dificulta a obtenção de qualidade dos produtos.

Com efeito, essa estratégia adotada pela direção da cooperativa contraria em gênero, número e grau os postulados da economia solidária e as trilhas teóricas adotadas no presente trabalho. A adoção de tal estratégia, submissa à lógica da acumulação flexível da empresa, representa o processo de negação da condição humana, ou seja, trata-se da reprodução pura e simples do que Hannah Arendt chama de laborização da vida e do trabalho promovida pela era moderna. Nesse sentido, é a negação pura dos postulados da economia solidária, que busca reafirmar justamente o contrário. A dimensão artesanal do trabalho desaparece e passa a vigorar a produção em série, totalmente contrária àquilo que os defensores de outra *economia* defendem.

Além do mais, para a cooperativa produzir em série, é necessário investimento, pois ela não possui recursos suficientes para investir em maquinário. Sabe-se que ela tem que melhorar as máquinas, mas as receitas auferidas ao longo dos meses são insuficientes para investimento dessa magnitude. À medida que os dirigentes dessa cooperativa incorporam, em sua agenda, tais preocupações, tornam-se totalmente atrelados à dinâmica da empresa e, cada vez mais, distantes do cooperativismo popular solidário, portanto, da economia solidária.

A propósito, há alguns anos, a Fundação ACESITA em parceria com a Prefeitura Municipal de Timóteo e outras entidades do município, ajudava a COOPERINOX para que tanto a cooperativa quanto outras empresas de inox do município pudessem entrar no mercado de exportação dos seus produtos. A cooperativa teve dificuldades de participar do referido projeto pela precariedade do seu maquinário e falta de um foco mais preciso na produção.

Sabe-se que a COOPERINOX continua montando o projeto com vistas ao aperfeiçoamento do seu processo produtivo para entrar no mercado de exportação³⁹.

39 A esse respeito, um grupo de professores e alunos do Curso de Arquitetura do UNILESTEMG – Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – deu importante contribuição para a cooperativa ao tentar desenhar peças nas pastas para os trabalhadores cooperados, o que poderia em tese, potencializar suas vendas, ajudando-os a melhorar o desempenho nas vendas, entretanto, não se sabe exatamente por que o projeto não deu continuidade.

Com referência aos trabalhadores que fazem treinamento na COOPERINOX, após treinamento de seis meses, muitos vão tentar uma oportunidade de trabalho em outras empresas ou procuram as iniciativas de cooperativismo e/ou associativismo. Mas, principalmente, o que se pôde observar foi a saída dos trabalhadores da cooperativa para montarem suas próprias empresas. Nesse contexto, surgiram trabalhadores mais jovens atuando no interior da cooperativa. Depois que eles adquiriram alguma experiência na COOPERINOX, resolvia montar empresa própria.

Acerca do curso prático de manuseio e *trabalhabilidade* do aço inox e solda, uma parte é destinada à gestão, negócios, mas tudo é muito rápido. Por outro lado, são desenvolvidos temas relativos ao planejamento, visão, gestão. O Projeto G.O é o que possui, realmente, capacidade de realizar tais treinamentos, juntamente com o SEBRAE, ADT, Fundação Acesita, ACIATI, vários parceiros, sendo o SEBRAE o mais forte. A parte financeira, por exemplo, é dada por consultores no local do empreendimento para analisar a produção e desenvolver uma reflexão sobre como desenvolvê-la da forma mais eficaz. O que se pode concluir dessa experiência de consultoria é que geralmente é realizada segundo os princípios que regem a lógica capitalista. Cada vez mais, os cooperados se veem como *empreendedores* disputando espaços no mercado capitalista e menos como participantes de uma rede de solidariedade capaz de promover a articulação e luta das classes subalternas.

No âmbito da cooperativa as pessoas são sociocooperadas, embora haja funcionária secretária da cooperativa. As outras são cooperadas. As mulheres sempre tiveram muita presença na COOPERINOX. Há o caso de uma mulher que trabalhou bom tempo na cooperativa, saiu recentemente e, agora, possui a sua empresa própria, sendo bem-sucedida no mercado.

Ainda sobre a participação das mulheres, cumpre dizer que depende muito da rotatividade acima mencionada. Assim, às vezes há participação de 30%, outras vezes, menos ou então mais um pouco que isso. Em geral, há cinco ou seis mulheres num total de 14 cooperados. No mês de março de 2007, quando da realização de algumas entrevistas com os diretores e cooperados, para este estudo, existiam somente duas mulheres, mas, em geral há de cinco a seis mulheres. E o trabalho que elas desenvolvem é o mesmo que os homens fazem, ou seja, manusear o inox.

Ainda conforme observação da pesquisa realizada, sobre as relações interpessoais, percebeu-se a existência de grande número de atritos entre os cooperados. Como se sabe, o trabalho em cooperativa é extremamente desafiador. Assim, verificaram-se problemas no relacionamento, decorrentes da distribuição do trabalho por grupos de trabalho. Assim, quando chegava um trabalho o grupo determinado executava-o e o próximo também. Ao final do mês, todos recebiam quantidade igual porque antes havia alguns cooperados que faturavam R\$ 1.000,00 e outros somente R\$ 200,00.

Sobre o critério de distribuição das sobras, conforme depoimento do presidente da cooperativa há que se destacar que se baseava na experiência. Quem tinha mais experiência naquele serviço o fazia e os menos experientes acabavam ficando prejudicados com isso. Isso ocorria porque a COOPERINOX possuía trabalhadores com mais experiência. O fato é que muitos tinham seus próprios negócios em casa antes mesmo de se associarem na cooperativa, portanto com experiência maior, diferente daqueles que entravam para a cooperativa para aprender ou até mesmo para adquirir experiência dentro da própria ACESITA. Esses trabalhadores não eram aposentados, faziam o curso de seis meses e entravam na COOPERINOX. A experiência era o diferencial entre eles. Desse modo, muitos chegavam a ponto de ficar desmotivados por causa dessas diferenças de valores. Para sanar esse problema, começaram a formar grupos; para cada tipo de peça, formava-se um grupo específico. Houve, ainda, a tentativa de mesclar os trabalhadores com experiências diferenciadas para que cada trabalhador pudesse passar sua experiência para o outro e, aí começaram a limitar o valor das retiradas.

A propósito, o critério adotado para a divisão das retiradas foi definido em assembleia dos cooperados. Com o tempo, percebendo que mais e mais trabalhadores se encontravam desmotivados, com as assembleias, criaram reuniões até diárias, até de meia hora todo o dia. Às vezes, chegavam de manhã, faziam uma reunião pequenininha, mas faziam, relata o presidente da entidade. Mas, voltando às retiradas, a renda auferida pelos cooperados ficava na dependência da maior ou da menor quantidade de trabalho. De alguns anos para cá, a média de retirada por cooperado tem sido em torno de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 por mês para cada participante em valor líquido. Tal valor representa, portanto, algo aproximado a um salário míni-

mo, o que é muito pouco em se tratando da dinâmica do mercado de trabalho na região, onde os trabalhadores metalúrgicos recebem, em média, acima de dois salários mínimos.

A fórmula para distribuição da renda, através das retiradas, se dá nas assembleias do final do ano. O trabalhador recebe o salário, dependendo da participação no serviço, da demanda que se tem de serviços. Havendo rotatividade muito grande, então, se consideram as habilidades e a participação de cada um no trabalho. Mas mesmo assim, a forma de organizar o trabalho é equivalente ao que cada um produz. Por exemplo: tendo em torno de dez pessoas, se o faturamento for igual a R\$ 10.000,00, cada um fica com R\$ 1.000,00. Aí tem a distribuição e coresponsabilidade pela eficácia e eficiência de cada um na realização do seu trabalho. Às vezes um colega do cooperado ajuda o outro na hora de fazer determinado produto. Outra forma a ser considerada na distribuição da renda é o critério de liderança na execução do trabalho, através do orçamento dos cooperados. Por exemplo, supõe-se que o orçamento do produto tem um custo de 8%; esse valor é daquele que faz o orçamento. Para isso, é preciso levantar o custo da matéria-prima, o que envolve o setor da contabilidade para se calcular tais custos. Esse valor é pago à parte do valor do trabalho. Significa fazer o orçamento. A vantagem é que o orçamento é aberto a todos. Assim, por exemplo, um produto para ser executado requer orçamento, que é feito pelo menos por dois a três trabalhadores para que se tenha uma base adequada. Existem dois cooperados preparados para fazer o orçamento, o que não impede de outros também poderem fazer. Essa divisão do trabalho resulta na hierarquização dos rendimentos e de poder, no interior da cooperativa, e os demais cooperados ficam dependentes desses dois trabalhadores em todos os momentos que os projetos surgirem.

Outra questão que merece ser abordada dessa cooperativa é o planejamento da produção. Na COOPERINOX, os trabalhadores cooperados, na sua maioria, eram funcionários de empresa. São metalúrgicos, formados em técnicos da área industrial. A visão predominante, de modo geral, é de assalariados de grandes empresas.

Dessa forma, muitas questões do cotidiano da cooperativa que eles têm que resolver não se restringem a problemas da produção propriamente ditos. Os proble-

mas surgidos na usina se restringiam à produção; colocavam o maquinário nas mãos deles, exigiam-se manutenção e produção. É desse modo que foram educados na visão de preparação mão-de-obra. Com a cooperativa essa visão muda. Tal mudança, de certa forma, influenciou o baixo desempenho da COOPERINOX, que, na verdade, nesse aspecto, estaria indo na contramão da produção sob hegemonia da grande empresa. A COOPERINOX foi criada e logo em seguida foi entregue aos trabalhadores para que fizessem a gestão dela. Os trabalhadores não se sentiam devidamente preparados para tal. Somente a partir de março de 2006 é que a cooperativa passou a receber treinamento mais específico a respeito das particularidades do negócio de aço inox (gestão, planejamento, foco), sob a lógica capitalista propriamente dito.

Como em outras cooperativas, na COOPERINOX o trabalhador recebe se trabalhar. Não há uma gestão profissional, tipo ideal das empresas capitalistas. De acordo com os princípios da *outra economia* o ideal é que os trabalhadores produtores sejam também os próprios trabalhadores gestores, ou seja, não fazer a separação entre gestão e produção. Entretanto, as falas de cooperados demonstram dificuldade nesse sentido, pois, na verdade, o trabalhador cooperado *perde tempo* com questões relativas à gestão o que atrapalha a produção. O mesmo cooperado que cuida da produção também cuida da gestão. Ao mesmo tempo em que estão lá produzindo, são chamados ao escritório para cuidar de questões da administração (pensar, gerenciar). São trabalhadores, em sua maioria, oriundos do emprego industrial, então apresentam dificuldade na gestão. A COOPERINOX sempre teve essa dificuldade; o trabalhador conseguir conciliar produção e gestão. Eles têm feito muito esforço para vencer esse problema. Todos aqueles que tiveram na cooperativa antes conseguiram caminhar, até que se chegou a um patamar que se exige um método mais detalhado, mais focado no produto.

Afinal, durante o ano de 2007, a cooperativa conseguiu melhorar tais procedimentos. Seus cooperados adquiriram outra visão, através do G. O, SEBRAE, Fundação Acesita, Prefeitura que trabalharam muito a questão da gestão, sob o paradigma da acumulação flexível e, portanto, submisso aos interesses empresariais. Ainda assim, a maioria dos trabalhadores apresenta limitações no tocante ao gerenciamento, ao conhecimento de administração. Estão procurando focar mais os pro-

duto, mas o que acaba acontecendo? O fato é que os cooperados têm que produzir, gerenciar e acompanhar o movimento da cooperativa. No dia-a-dia tudo isso é interessante, pesado e também nem todas as pessoas que vêm para a COOPERINOX estão preparadas para a área de gerenciamento. Assim, conciliar gestão e produção torna-se, ainda, mais difícil, apesar de estar no mercado há nove anos.

Além do problema da gestão há que se destacar a precariedade da cooperativa em relação ao trabalho de *marketing*. Os cooperados reconhecem que começaram ou o trabalho artesanal com aço inox há nove anos e ainda não são bem conhecidos no município, pois sempre estão sendo surpreendidos com colocações relativas ao desconhecimento do trabalho que realizam.

Sobre o relacionamento com a clientela, os procedimentos adotados são os seguintes: o cliente chega à cooperativa e encomenda um determinado produto. Daí solicita de 40% a 50% de sinal para a cooperativa mesma comprar o material para fazer o manuseio. Não tem como baratear e é necessário vigiar a qualidade do inox. Por isso é que os cooperados preferem eles próprios comprar os insumos. O cliente faz o pedido; depois da aprovação do pedido é que se providencia a matéria-prima (insumos).

Deve-se considerar, ainda, que a contratação de uma funcionária para a cooperativa para cuidar da parte administrativa muito os ajudou, pois até então, não havia ninguém para cuidar disso. O responsável da contabilidade fazia tudo, depois havia certos controles que eles não sabiam fazer muito bem. Eles não tinham noção nenhuma de valor para definir uma planilha de custos de produção. Às vezes, compravam muitos insumos e depois tinham prejuízo porque não vendiam aquela quantidade planejada tendo que ir para o estoque. Por isso passaram a receber lições de controle juntamente com o treinamento que recebiam até através de palestras dadas pela própria contabilidade.

Muitas palestras eram dadas pela própria Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. A funcionária contratada procurou contribuir com os demais cooperados identificando o ponto central que eles precisavam melhorar. Identificou-se, também, falta de confiança entre os diretores o que gerava muita intriga prejudicando o relacionamento interpessoal. Muitos cooperados

não manifestavam total confiança na diretoria. Na visão de muitos cooperados, a diretoria não fazia o papel que era dela, porque chegava ao final do mês ninguém via, de forma satisfatória, o resultado do trabalho, pois nunca a cooperativa dava lucro. Começaram, então, a questionar a razão da falta de lucro? Seria fazer algo de diferente que não sabiam exatamente o que era. Alguns achavam que o diretor financeiro e diretor administrativo não estavam desempenhando o seu papel de forma correta. Dessa forma, cobravam muito e achavam que o diretor tinha que buscar ajuda externa. Foi nesse contexto que eles resolveram criar o conselho fiscal, e então, os próprios cooperados começaram a estudar mais sobre cooperativismo e seus mecanismos de gestão.

A diretoria tinha muitos problemas principalmente na área financeira, na opinião da ex-funcionária, pois não havia controle eficaz das despesas e receitas. Por exemplo: o projeto foi feito juntamente com eles, mas ao solicitar do diretor financeiro um relatório dos gastos da cooperativa, pois é do interesse deles e também direito dos cooperados saberem, ele nunca podia dar o relatório. Todavia, não fornecia o relatório por falta de experiência e conhecimento específico sobre como fazer isso.

A descrição dos vários conflitos vivenciados pelos trabalhadores cooperados da COOPERINOX permite compreender os dilemas enfrentados pelo cooperativismo popular solidário na sua estratégia mais ampla de emancipação dos trabalhadores. Além do mais, remete para os problemas clássicos da igualdade na produção, trabalho e remuneração.

No caso específico da alta rotatividade entre os cooperados, da COOPERINOX, a ex-funcionária sugeriu, como causa a experiência não atender às expectativas principais dos cooperados, ou seja, as pessoas entravam para a cooperativa com a expectativa de obter um retorno financeiro rápido. Quando isso não ocorria, acabavam desistindo. Isso explica as iniciativas de várias pessoas em montarem outra empresa, por iniciativa própria. Adquiriram experiência na COOPERINOX e quando tinha capital próprio resolviam investir em negócio próprio. Muitos eram mais jovens e, portanto, mais agilidade no processo produtivo, não aceitando a fixação de limites no valor de retirada estabelecida pela diretoria, conforme estipulado, ou seja, todos os cooperados ganharem o mesmo valor no final do mês.

Por essa razão, a direção da COOPERINOX, em assembleia com os cooperados, regulamentou da seguinte forma o processo de retirada das sobras no final do mês: antes cada um ganhava pelo que fazia, mas como havia cooperado que estava sendo prejudicado, às vezes, um cooperado ganhava R\$ 1.000,00 por mês enquanto outros ganhavam somente R\$200,00, procurou-se criar uma situação intermediária. Estabeleceram, então, o seguinte critério para sanar referido problema: cada grupo pegaria um valor X para chegar ao final do mês todos receber igualmente e ninguém ficar prejudicado. Só que havia trabalhador que era muito lento, enquanto outros eram mais ágeis na hora de produzir. Então, o mais ágil acabava se sentindo prejudicado, pois acabava o trabalho designado logo e por causa da produção lenta do outro do grupo, não podia assumir mais serviços, pois ele não podia ganhar mais que o outro. Assim muitos trabalhadores não concordaram com esse critério e acabaram saindo da cooperativa para instalar seu próprio negócio.

Afinal, os problemas advindos da divisão do trabalho não são novos na história dos processos produtivos. Nos primeiros agrupamentos sociais humanos, a primeira divisão do trabalho foi entre a coleta e a caça e correspondia à divisão de papéis entre os sexos: o homem caçava e a mulher coletava. Posteriormente, vieram outras atividades como pastoreio e a agricultura e, com o surgimento das cidades no Oriente, desenvolveram-se funções como o artesanato e o comércio. Mas foi a partir da Revolução Industrial e do intenso desenvolvimento do modo de produção capitalista que se intensificou esse processo diferenciador de funções. Fragmentaram-se cada vez mais as tarefas produtivas e as administrativas. Especializou-se também extremamente o trabalho intelectual. Ao mesmo tempo em que essa repartição aumentou a produtividade do trabalho, trouxe também graves consequências sociais para a vida do indivíduo e das classes.

A principal consequência advinda dessa especialização e fragmentação foi a prevalência do trabalho alienado em que o produtor não é o proprietário próprio trabalho, nem dos produtos por ele criados, pois estes são apropriados pelo capitalista, senhor dos meios de produção e, momentaneamente, proprietário da própria força de trabalho do operário. Nessas condições, o produto do trabalho aparece ao sujeito da criação – o trabalhador – como algo que lhe é estranho, uma força independente

dele, na qual ele não se reconhece. Por isso, o trabalho assume o caráter de algo forçado, que constitui apenas um meio de o assalariado ganhar sua sobrevivência.

Os atores da economia solidária são portadores de uma proposta que supera referida situação, ou seja, defendem a instauração de relações de trabalho pautadas pelos princípios da solidariedade o que remete à proposição mais ampla de emancipação do trabalho, conforme esclarece este trecho:

Emancipar aqui tem dois sentidos. Primeiro, libertar o trabalho humano das amarras da mera sobrevivência material, o que se consegue através da reorganização da economia e do Estado em torno das necessidades humanas, das formas familiares e comunitárias e associativas de propriedade e gestão da produção, da promoção de um padrão ético e solidário de consumo, do retorno da circulação da moeda como meio de troca em vez do seu estancamento por acumulação, da criação de sistemas transparentes de regulação, supervisão e garantia do bem comum. O outro, o da partilha entre todos da fração do tempo de trabalho poupada pela introdução de novas tecnologias. Quando a tecnologia permite ganhos de produtividade, como no caso da informática, o tempo de trabalho gasto em produzir se reduz. Se o volume da produção alcança o nível do suficiente, pode-se então aumentar o tempo disponível de todos, compartilhando entre eles o tempo total economizado. Tempo disponível passa então a ser medida de riqueza – não a mera riqueza material, mas riqueza humana. A emancipação do trabalho implica também o resgate do prazer de trabalhar, de criar, de gerar conhecimentos e de aplicá-los na transformação de nós próprios e do mundo. (ARRUDA, 2003, p. 266)

Voltando aos conflitos verificados no interior dos processos produtivos da COOPERINOX, podem-se destacar os ocorridos no momento da elaboração dos orçamentos. Chegou um momento na história da cooperativa em que todos queriam fazer orçamento. Às vezes o trabalhador que estava de plantão na hora do almoço atendia um cliente para fazer o orçamento. Só que às vezes o cliente voltava noutro horário e outra pessoa o atendia, (havia revezamento no horário de atendimento) e dava outro orçamento. Isso provocava uma imagem ruim para o cliente, pois, de uma mesma empresa recebia dois orçamentos para o mesmo produto. Em função disso, passaram a definir as pessoas responsáveis pelo orçamento. Mas os cooperados, então encarregados do orçamento, começaram a cobrar uma taxa de 5 % ou até 10% do valor da venda do produto. Alegavam que ao ficarem encarregados dessa tarefa, perdiam muito tempo na produção. Daí reivindicava a cobrança de taxa no valor acima mencionado, pois perdiam tempo fazendo orçamento e ganhariam mais se estivessem produzindo. Dessa forma, ninguém queria fazer orçamento. Questionavam, dizendo que perdiam horas de trabalho, de produção onde ganhariam muito

mais. Portanto, a divisão do trabalho nessa cooperativa tem sido um dos gargalos do processo produtivo.

Outro dos problemas geradores de conflitos nas relações interpessoais se explica pela forma estipulada para a definição do valor a receber, que se baseia naquilo que produzem. Tal questão remete à continuidade da clássica discussão sobre a natureza do trabalho alienado expressa na visão de dar a cada um o correspondente ao seu trabalho, ou às suas necessidades, bem como às formas intermediárias em que se apresenta tal distribuição. Tais conflitos permitem um entendimento melhor sobre os valores que estão sendo reproduzidos nos processos educativos gerados na produção artesanal de referidos cooperados. Há cooperados que produzem até três vezes mais que outros. Por isso é que eles começaram a limitar a distribuição da renda obtida. O cooperado se sentia prejudicado porque não conseguia produzir a quantidade que sua capacidade dispunha.

A propósito, na teorização marxista da mercadoria, Karl Marx mostra como o trabalho alienado está presente em todas as formas assumidas historicamente pela sociedade de classes: escravismo, feudalismo, atingindo seu auge no capitalismo. Ao mesmo tempo em que define o trabalho alienado como algo socialmente determinado, e não como algo inerente à natureza humana, Marx aponta os caminhos de sua superação.

Com efeito, para Marx, a base do trabalho alienado localiza-se na propriedade privada – resultado, meio e produto da alienação. Esta se amplia ilimitadamente no capitalismo, atingindo todos os indivíduos, todas as relações sociais, mediadas pela mercadoria. O trabalho alienado, nessas condições, se dá em decorrência da venda da força de trabalho pelo assalariado, pela apropriação do produto do trabalho pelo empresário. Este, ao definir e organizar o trabalho a ser feito pelo operário, retira do homem trabalhador a própria capacidade de projetar seu ato criador, uma das características essenciais que diferencia o homem do animal.

Por conseguinte, a superação do trabalho alienado para Marx não está apenas na tomada de consciência dessa situação, mas no ato transformador das condições históricas que o engendraram, no caso, a sociedade baseada na propriedade privada.

Dessa forma, numa sociedade igualitária, em que impere a propriedade coletiva dos meios de produção e a gestão da economia pelo conjunto dos produtores, o trabalho alienado perderia sua base objetiva de existência. Nessas condições, o homem se reencontraria com sua condição humana, nos termos de Arendt e orientaria seu trabalho criador.

No contexto geral do trabalho alienado, típico do modo de produção capitalista, administrar e produzir ao mesmo tempo são desafios enormes entre trabalhadores que não são educados para o trabalho de autogestão. Portanto, o conflito permanente entre o grupo de cooperados da COOPERINOX com o diretor financeiro se justifica principalmente pelo fato de ele não produzir e receber porcentagem dos orçamentos elaborados. Houve sempre entre os cooperados a vontade de mudar o diretor financeiro. Entretanto, não houve quem se dispusesse a assumir o lugar dele, porque todos preferiam produzir. Outro problema deles está no fato de que ninguém o quis como diretor financeiro, mas ninguém quer ocupar o cargo dele porque ele poderá produzir apenas ele ganha pelo percentual da venda. Então se vender aqui, ali. E os cooperados preferem produzir, quanto mais eles produzem, mais obtêm renda. O diretor financeiro não, o salário dele é limitado à venda realizada. O salário dos demais cooperados é definido pelo volume da produção, que é definida pelo volume de vendas. Muitas vezes, os cooperados não concordavam com essa situação e achavam que o diretor não trabalhava o suficiente para justificar aquela quantidade recebida.

Ainda em relação ao problema da gestão, o que se nota é que enquanto ocorre permanência de consultores, no local da cooperativa de diferentes entidades estão na cooperativa – fundação, prefeitura, universidade, SEBRAE e outros eles estão próximos à entidade e ensinam o que eles deveriam fazer, como, por exemplo, controlar fluxo de caixa, ter o controle dos estoques, cálculo dos custos de produção e outros; daí eles fazem tudo corretamente. No entanto, não dão continuidade após a saída dos consultores e/ou assessores. Os diretores da COOPERINOX, por sua vez, reclamam da falta de continuidade nas experiências de assessoria, ou seja, alta rotatividade também entre os assessores que dificulta a sequência dos trabalhos.

A respeito dos processos de ensino e aprendizagem é importante dizer que os cooperados, de forma geral, não possuem dificuldades extraordinárias. Os con-

troles administrativos normais aprendiam com facilidade. O problema consiste na continuidade do processo, até porque, com a rotatividade dos membros, muitos ensinamentos fornecidos no passado há que ser aprendidos no presente, pois são novas pessoas que chegam.

Finalmente, algumas palavras sobre o significado existencial atribuído por um dos dirigentes da cooperativa a respeito de sua experiência de cooperativismo popular solidário. Segundo seu relato, quando foi fazer o curso e depois ingressar na cooperativa, já tinha evidentemente se aposentado; tinha o seu trabalho particular. Depois que saiu da ACESITA, poderia ter se fichado em outra empresa e continuado a trabalhar até na própria ACESITA, em outra empresa (terceirizada). Poderia trabalhar para a ACESITA, fora dali, como aposentado, em São Paulo, por exemplo. Trabalhou em outras empresas também, depois de aposentado. Mas depois que passou a tocar o seu próprio trabalho de manutenção e instalação elétrica (por conta própria), como autônomo e estava bem situado financeiramente. Mas, surgiu a proposta de entrar na cooperativa. Aí, optou por deixar o trabalho que fazia por conta própria e veio trabalhar na cooperativa, por quê? Veio de Monlevade. Considera que foi muito bem recebido na cidade assim como também a sua família. Tanto na cidade de Timóteo como na empresa Acesita. Dessa forma, entendeu, na época, que era uma maneira de dar alguma coisa para a cidade que tão bem o acolhera. Tratava-se de um trabalho que estava começando e sentia que no prazo de uns dez ou quinze anos começaria a expressar toda sua força, porque era um trabalho inovador, (cooperativa de inox). Além disso, até onde se sabe, afirmou, a única cooperativa que manuseia esse produto no País é a COOPERINOX. Portanto, viu naquela oportunidade, uma possibilidade de retribuir tudo aquilo que tinha recebido da cidade.

Outro depoimento diz respeito à recompensa, porque é um trabalho muito bom que acaba reunindo o útil ao agradável, além do lado financeiro. O depoimento do entrevistado abaixo apresenta a dimensão do significado de referida experiência:

Isso aqui é mais um ideal, idealismo mesmo. A gente fica vendo todo o processo, que tudo aquilo que a gente semeou lá atrás, está realmente ficando grande, pois tem muita coisa boa acontecendo. Nós também vamos caminhando. Já são nove anos. E vocês têm doze a treze pessoas produzindo. Sempre. E também tem sempre pessoas saindo para ir montar o negócio dela, específico de inox. A gente fica muito satisfeita de ver pessoas sempre progredindo, está montando o seu negócio ou indo trabalhar em outras empresas mais bem situadas que a nossa. No ano passado mesmo um colega

nosso foi convidado a participar numa empresa já formada. Ele ia ter um salário, que não sei quanto era, mas um bom salário mais um adicional de 30% sobre aquilo que ia produzir (líquido da empresa).

Então, a COOPERINOX, além de divulgar mais o seu trabalho, necessita seguindo sua compreensão, que as pessoas conheçam o trabalho que ela realiza, porque são realmente formadoras de empreendedores, de mãos-de-obra. Isso dá imensa satisfação a todos os diretores envolvidos.

6. FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

6.1 Reestruturação produtiva e as premissas teóricas e empíricas ao alargamento da noção de trabalho e de processos educativos.

Este capítulo tem como principal objetivo explicitar os pressupostos teóricos e empíricos utilizados no conjunto da tese na busca de aprofundamento das noções de trabalho e de processos educativos no contexto de reestruturação produtiva dos últimos anos. Tais processos afetam, direta e indiretamente, a vida dos trabalhadores, propiciando a geração de uma contra-hegemonia⁴⁰, que se expressa de múltiplas formas. Entre elas, destacam-se as do associativismo e cooperativismo popular solidário, ocorridas na Região do Vale do Aço, Minas Gerais, nas últimas duas décadas.

Parte-se do pressuposto de que as experiências de cooperativismo popular e de economia solidária se distinguem das de economia capitalista pelo estímulo à solidariedade entre seus membros mediante a prática da autogestão e da solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos, conforme abordagens de Singer (2000), Santos (2003) e Mance (2002).

Entre os aspectos mais importantes abordados por esses autores, destaca-se o sentido atribuído pelos atores individual e coletivamente às experiências de organização do cooperativismo popular na Região do Vale do Aço. Tais experiências mostram a necessidade intrínseca de ampliação das noções de trabalho e de processos educativos no interior das teorias sociais.

Nessa direção, buscou-se a abordagem de Blass (1998) ao considerar que as metamorfoses do trabalho nas sociedades contemporâneas podem ser percebidas nas mudanças no mercado de trabalho, nos paradigmas produtivos, no lugar e sentido atribuídos ao trabalho e, por fim, na formação da sociabilidade e identidade dos

⁴⁰ Conforme BOCAJUVA e VEIGA, 1992 contra-hegemonia é um conceito de estratégia político-cultural que procura deslocar o equilíbrio dos aparelhos privados de hegemonia e dos seus intelectuais na direção de um novo projeto político-social.

trabalhadores. Tais considerações, como apresentadas adiante, estão fundamentadas no conceito de ação desenvolvido por Arendt (1991) que assume a proposta política de adoção da radicalização democrática como princípio gerador para as sociedades contemporâneas. Para a autora, é no campo da ação e do discurso que se revela a essência da condição humana, possibilidade efetiva para o exercício da cidadania e da democracia. O conceito de ação (espaço da afirmação da condição humana e do exercício da cidadania) se difere do de labor, em que os homens trabalham para garantir a sobrevivência.

Nesse sentido, se explicitam as tarefas de enfrentamento à concepção do determinismo tecnológico⁴¹ impregnado em distintos atores sociais, particularmente naqueles atinentes à concepção de desenvolvimento. Tal postura denota uma compreensão passiva dos atores sociais perante as mudanças tecnológicas que escamoteiam, de forma sistemática, o fato principal de que o desenvolvimento tecnológico é determinado pela estrutura e dinâmica econômicas e é capaz de determinar os processos sociais mais amplos.

Ademais, a evolução da tecnologia revela, a cada momento de sua história, uma profunda interação entre os incentivos e oportunidades que favorecem as inovações tecnológicas e as condições socioculturais do grupo humano no qual elas ocorrem. Pode-se dizer que há três pontos principais que determinam a adoção e divulgação de uma inovação tecnológica: a necessidade social, os recursos sociais e ambiente social favorável. A necessidade social determina que as pessoas desejem destinar recursos à aquisição de um objeto e não de outra coisa. Os recursos sociais são igualmente indispensáveis para que uma inovação seja bem-sucedida. Muitas invenções fracassam pelo fato de não haver recursos sociais indispensáveis para sua realização (capital, matéria-prima, mão de obra qualificada). Ambiente social favorável é aquele em que os grupos sociais dominantes estão preparados para se empenhar na defesa da inovação tecnológica.

As mudanças tecnológicas nos meios de produção resultam da dinâmica social. Explicando melhor, a tecnologia, por exemplo, desenvolveu no chão da fábrica

⁴¹ Concepção predominante entre teóricos da economia que admitem que os fatos estejam subordinados a leis, mas estas são vistas, em geral, como tendenciais, isto é, como expressando certa direção que os fatos tomarão, a partir do momento em que se cumpram certas condições. (SANDRONI, 1987:86).

porque é necessário ampliar a extração da mais-valia relativa, já que o capital variável depende da correlação de forças⁴². Como consequência, onde existe um movimento sindical operário forte é impossível elevar a margem de lucros, às vezes, mesmo manter os preços, sem que sejam introduzidas máquinas mais sofisticadas, que prescindam do trabalho humano. É a luta de classes, contraditoriamente, que atua como um dos vetores da sofisticação dos meios técnicos na produção.

Transportando-se para o contexto das cooperativas em estudo, de acordo com os dados divulgados no Balanço Anual da Arcelor Mittal Inox Brasil S. A em 31/12/2007, a riqueza gerada pela empresa, em 2007, registrou aumento real (acima da inflação) de 18,39%⁴³ sobre a riqueza gerada em 2006 (Tabela 1). A propósito, no mesmo período, a economia nacional cresceu 5,4%.

A esse respeito, o estudo realizado pelo DIEESE (2008) sobre a geração de riqueza na Arcelor Inox e seu impacto na renda do trabalhador mostra que a evolução dos gastos gerais com empregados apresentou uma perda real de 1,84% em relação a 2006. Ao considerar apenas a evolução do item *salários e encargos dos empregados*, a perda real é ainda mais expressiva (3,13%), mesmo a despeito do aumento real de 2%, aplicado na data-base de 2007 sobre o salário-base dos metalúrgicos. Esse resultado corrobora estudo anterior do DIEESE, mostrando que os percentuais dados a título de aumento real aos trabalhadores da empresa não guardam nenhuma relação com o seu desempenho econômico e financeiro, estando muito aquém do crescimento do lucro, da produtividade e da riqueza gerados por ela nos últimos anos.

Ainda com relação aos itens que integram os *gastos com os empregados*, cabe destacar o excelente desempenho dos *honorários da diretoria* que tiveram um ganho real de 23,36% no período, maior do que o crescimento da própria riqueza

42 Marx (1985) considera que mais valia consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador, isto é, na exploração exercida pelos capitalistas sobre seus assalariados. Enquanto a taxa de lucro – relação entre a mais-valia e o capital total (constante + variável) necessário para produzi-la – define a rentabilidade do capital, a taxa de mais-valia – a relação entre a mais valia e o capital variável (salários) – define o grau de exploração sobre o trabalhador. Mantendo-se inalterados os salários (reais), a taxa de mais-valia tende a se elevar quando a jornada e/ou a intensidade do trabalho aumenta (mais-valia absoluta), ou com o aumento da produtividade nos setores que produzem os artigos de consumo habitual dos trabalhadores (aumentando a mais-valia relativa).

43 Valor deflacionado pelo IPCA/IBGE médio de 2007 de 3,64%.

gerada pela empresa. Outro item de destaque é o crescimento real de 10,58% da *Participação nos Lucros e Resultados*, revelando a importância que a Arcelor atribui à flexibilização da remuneração.

TABELA 1

Evolução nominal e real do valor adicionado e de seus componentes (R\$ milhares) – Arcelor Mittal Inox Brasil S. A (controladora) – 2006-2007

| Componentes do Valor Adicionado | 2007 | 2006 | Crescimento Nominal (%) | Ganho Real (%) |
|--|------------------|------------------|--------------------------------|-----------------------|
| EMPREGADOS | 237.019 | 232.983 | 1,73 | - 1,84 |
| Salários, encargos | 215.184 | 214.343 | 0,39 | -3,13 |
| Honorários da diretoria | 4.558 | 3.565 | 27,85 | 23,36 |
| Participação nos lucros | 17.277 | 15.075 | 14,61 | 10,58 |
| TRIBUTOS | 520.290 | 383.523 | 35,66 | 30,90 |
| Federais | 431.455 | 331.574 | 30,12 | 25,55 |
| Estaduais | 82.352 | 44.658 | 84,41 | 77,93 |
| Municipais | 11.183 | 11.331 | - 1,31 | - 4,77 |
| Menos: incentivos fiscais | - 4.700 | - 4.040 | 16,34 | 12,25 |
| JUROS | 46.014 | 63.518 | -27,56 | - 30,10 |
| ALUGUÉIS | 7.080 | 6.994 | 1,23 | - 2,33 |
| DESTINAÇÃO DO LUCRO | 808.148 | 632.084 | 27,85 | 23,36 |
| Juros sobre capital próprio propostos | 132.000 | 124.900 | 5,68 | 1,97 |
| Dividendos propostos | 300.000 | 73.753 | 306,76 | 292,48 |
| Lucros retidos | 376.148 | 433.431 | - 13,22 | - 16,26 |
| TOTAL | 1.618.551 | 1.319.102 | 22,70 | 18,39 |

Fonte: Balanço Anual da Arcelor Mittal Inox Brasil S. A – em 31/12/2007.

Ainda segundo os estudos do DIEESE (2008), a parcela do valor adicionado destinada aos acionistas em forma de dividendos registrou extraordinário aumento real de 292,48%. Ou seja, o crescimento do valor pago aos donos do capital é quase trezentas vezes superior ao crescimento do montante pago aos donos da força de trabalho - os trabalhadores. O governo também abocanhava uma parcela bastante

expressiva do valor adicionado da empresa uma vez que os tributos recolhidos aos cofres públicos tiveram um ganho real de 30,90%, no período considerado.

Os dados mostram que houve piora no quadro da distribuição de renda na empresa, com redução da renda do trabalho e ampliação da renda do capital e do governo. Além de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada por uma empresa, o valor adicionado revela, também, como essa riqueza foi distribuída entre aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua geração.

De acordo com os dados divulgados no Balanço Anual da Arcelor, a riqueza gerada pela empresa em 2007 foi de R\$ 1.618,5 milhões, contra R\$ 1.319,1 milhões em 2006. Nesse período, a participação dos trabalhadores na renda nessa riqueza reduziu-se de 17,7% para 14,6% da riqueza. Por outro lado, os donos do capital ampliaram sua participação de 47,9% para 49,9% e o governo também viu sua fatia sendo aumentada de 29,1% para 32,1% da riqueza gerada. Não existe mágica, em qualquer divisão, o aumento da participação de um grupo só é possível com a redução da participação de outro grupo e, nesse caso, mais uma vez, os trabalhadores saíram perdendo.

Apesar dos dados acima e do entendimento das tramas perversas da lógica capitalista, há que se entender que não há um exclusivo padrão de desenvolvimento tecnológico, gerador de exclusão social, de precarização das condições de vida e trabalho e predador do meio ambiente. Outro modelo de desenvolvimento pode ser testado à medida que os trabalhadores forem capazes de conceber e programar novos padrões de sociabilidade, como, por exemplo, aqueles inspirados nas experiências acumuladas pelos trabalhadores no cooperativismo popular e nos princípios de economia solidária. Na perspectiva teórica apontada por (SANTOS, 2002, p. 23-78) sobre a necessidade de se produzir a hermenêutica das emergências sociais para a devida interpretação das novas experiências de solidariedade na base econômica, a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo, portanto, é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. O que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona aos donos dos meios de produção. (SINGER e SOUZA, 2000, p. 11-28)

Isto posto, caracteriza-se como economia solidária o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Esse conceito se refere à organização de produtores, consumidores, poupadores que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER, 2003, p.116).

Esclarecedor, nesse ponto, uma abordagem teórica inspirada nos pressupostos de Marx sobre a relação trabalho e educação. Ela permite entender como ocorre oscilação entre tendências de caráter determinista sobre o desenvolvimento tecnológico e outras que a pensam como processos sociais amplos, determinantes e determinados por fatores de ordem política, econômica e cultural.

Prosseguindo com este autor, ao estudar os fundamentos do processo produtivo, Marx parte da premissa central de que os homens existem, mas não conseguem sobreviver sem produzir os seus meios de vida. Tal como os indivíduos manifestam a sua vida no cotidiano, eles também o são na realidade. Não existe essência humana. A identidade humana se manifesta no processo de produção, ou seja, o que e o como produzem é o que define o homem. Além de produzir tais meios de sobrevivência, os homens produzem também representações. “Não se parte do que os homens dizem, pensam ou acreditam, mas sim daquilo que eles fazem e como eles fazem” (MARX, 1988, p. 145-158). Portanto, o objeto central das ciências humanas é o fazer humano, os meios de produção e o modo de produção. Do fazer-se, adquire a consciência. Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência.

Assim sendo, o primeiro fato histórico consiste em compreender que a produção dos meios necessários à produção da vida social ocorre para a devida satisfação das necessidades da vida. A satisfação dessas necessidades humanas gera novas necessidades. Os homens começam a criar outros homens dando-se o processo de procriação que se expressa na família. A produção da vida decorre de uma dupla relação: relação natural/material e a relação social. Nisso consiste, em linhas gerais, a síntese produzida por Marx sobre a relação trabalho e educação, que nada

mais é do que a práxis, que envolve prática material e prática social. O homem é portador de consciência. O espírito já nasce preso à matéria através da linguagem, que representa a consciência e é a materialização da consciência. As circunstâncias fazem o homem assim como os homens fazem as circunstâncias. O homem é ator e autor de suas próprias circunstâncias. As mudanças não decorrem da idéia ou da circunstância teórica, mas sim da práxis.

A explicitação de tais referências contribui para construir a hipótese sobre a existência de novas relações sociais, pautadas pelos princípios da economia solidária. Ajuda, também, no esforço de proceder à ampliação das noções de processos educativos e de trabalho o que favorece a compreensão das novas relações sociais de produção e a crítica sobre os fundamentos do modo de produção dominante.

Compreender a natureza das metamorfoses do trabalho na atualidade propicia, ainda, a caracterização e questionamento dos processos sociais mais amplos na atualidade, influenciados pela lógica neoliberal. Tal lógica se define por um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostos nos anos 70, sendo o seu principal inspirador, Milton Friedman. Teria ocorrido no mundo uma mudança histórica nas relações institucionais entre o mercado e estado e entre empresas e mercado.

Mas, em que consistiria, afinal, essa mudança? Fundamentalmente, a mudança consistiria no seguinte: assiste-se, no final do século XX e início do século XXI, à virada no desenvolvimento das forças produtivas, orientadas para uma direção de caráter mais privado. Estaríamos numa nova etapa de capitalismo competitivo que afeta a relação entre estado, empresa e mercado. A conjuntura do pós-guerra fez com que o estado e o mercado tivessem grande expressão, pelo menos até meados da década de setenta do século passado. Por volta dos anos de 1970 e já especificamente nos anos 1980, ocorre uma virada histórica no desenvolvimento do capitalismo. Segundo Therbon, (1995, p. 44) três aspectos caracterizam essa virada:

Nos anos setenta, começa haver um processo de desindustrialização relativa nos países de capitalismo avançado. Com exceção dos serviços sociais e dos serviços públicos, os serviços privados começaram a se produzir em empresas menores e, sobretudo em unidades produtivas muito mais de-

pendentes do mercado e da demanda dos clientes, o que provocou uma transformação na constituição da sociedade moderna.

A nova modalidade de produção, graças ao uso de tecnologias mais flexíveis, representou maior capacidade de adaptação às demandas do mercado; tal processo teve importância na macroeconomia do capitalismo avançado, pois modifica as relações de força e de poder entre as empresas individuais e o poder do mercado.

A expansão enorme dos mercados financeiros internacionais ganhou enorme importância na medida em que são muito competitivos e possuem uma forte dinâmica competitiva; causa impacto grande na mudança produzida nas relações entre mercado e estado, pois os estados são menores que tais mercados e ao mesmo tempo, dependem da confiança destes mercados para programar as políticas estatais; por fim, tais mercados podem gerar mais capital do que o próprio Estado, daí o estímulo à onda de privatizações.

Há uma subordinação ao capital financeiro e este perdeu o lastro com a produção material. Chesnais (2008), Chomsky (2008), Boaventura Santos (2008) e outros tantos chamam de *economia de cassino*, ou seja, aquela subordinada à lógica da globalização financeira sob a hegemonia dos banqueiros.

Cabe lembrar, nessa direção, a crise do sistema fordista de produção que teve início no final dos anos sessenta do século passado. A produtividade, capitaneada pelo taylorismo, perdeu o seu fôlego. O poder aquisitivo dos trabalhadores crescia num ritmo maior e, conseqüentemente, as taxas de lucros caíam. Paralelamente a isso, tanto o Japão como a Europa Ocidental já haviam se recuperado economicamente e a sua produção industrial gerava excedentes, favorecendo as exportações.

Conforme os estudos de Leborgne e Lipietz (1990, p. 18), a competição internacional acirrava-se com a inclusão da América Latina e dos países do Sudeste asiático, ocasionando a queda do dólar, moeda-reserva mundial e, conseqüentemente, aumentando o problema fiscal norte americano. A solução encontrada (como sempre) foi a dispensa de trabalhadores. Entretanto, a rigidez do contrato de trabalho sobrecarregou a arrecadação do Welfare State. A crise do petróleo colaborou ainda mais para o declínio do fordismo. A extração da renda do petróleo acelerou esta primeira consequência: crise da organização do trabalho – crise de investimento – crise do Welfare State.

O fordismo e a regulação econômica keynesiana, no período de oito anos (1965 a 1973), não conseguiu solucionar esses problemas. A problemática intrínseca ao capitalismo perdurou. Aliás, o problema estava

[...] na rigidez dos investimentos de capital fixo de longa escala em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes.

[...] A rigidez dos compromissos do estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão, etc.) aumentavam a pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. (HARVEY, 1992, p.121).

Harvey (1992, p. 125) vai mais longe e afirma:

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da estagflação (estagnação da produção de bens e alta de inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começaram tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da paisagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

Com essas contradições, inicia-se a transição do fordismo para o pós-fordismo ou a acumulação flexível. O processo de crise do sistema fordista de produção desencadeou uma série de experiências que visavam a dar um *novo ânimo* ao sistema capitalista. O que marca o pós-fordismo ou a acumulação flexível é a contraposição ao paradigma fordista, ou seja, a rigidez estabelecida neste regime de acumulação é que levou à sua própria deteriorização pela *flexibilidade*.

O processo de produção rígido sob a égide do taylorismo / fordismo tornou-se flexível e desarticulou tudo o que existia até então. Na realidade, o que se observou foi uma revolução tecnológica cuja principal meta era reverter o quadro da crise fordista expressa na queda da produtividade e da lucratividade.

Para corroborar com o entendimento desse complexo processo, Tavares (1993, p. 41) elucida:

Contrariamente à rigidez que caracterizava o taylorismo - fordismo, as novas tecnologias buscam obter o máximo de flexibilidade no que respeita a processos de produção, desenhos e produtos, bem como a ocupação da força de trabalho.

Nas trilhas de tais reflexões, Harvey (1992, p. 140) acrescenta:

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados de trabalho, dos produtos e padrões. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como, a Terceira Itália, Flandres, vários vales e gargantas de silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

Por sua vez, Leborgne e Lipietz (1990, p. 25) apontam alguns problemas para o uso dessas inovações tecnológicas. As panes nos sistemas, as máquinas obsoletas e os custos com a manutenção são problemas que devem ser levados em consideração. Mas, mesmo assim, salientam que a principal característica da revolução tecnológica atual é a invasão do microprocessador e das interfaces eletrônica não apenas em novos produtos, mas também no próprio processo de trabalho: a microeletrônica redefine o próprio significado da automação.

No bojo dessa nova dinâmica capitalista, a acumulação flexível foi tomando corpo, provocando grande rearticulação em todos os níveis sociais e econômicos. As relações de trabalho e a estrutura industrial acompanharam o novo ritmo.

A flexibilidade caracteriza-se na organização do trabalho, na tecnologia e nas novas estruturas institucionais surgidas. A subempregada acentuou-se, juntamente na sociedade entre produtos complementares. Consequentemente, os padrões de consumo foram fragmentados e privatizados; a desintegração vertical tomou impulso e os pequenos e médios produtores especializaram-se.

Ao analisar as implicações da reestruturação industrial na era pós-fordista e o surgimento dos novos espaços industriais, Boddy (1990, p. 49) avalia que as novas bases da dinâmica concorrencial capitalista sofreram mudanças. O eixo dessa concorrência migrou do preço para os novos modelos de produtos adaptados ao merca-

do. Os mercados tornaram-se imprevisíveis e volúveis, ocasionando uma produção diferenciada e adequada à nova realidade. A produção procurou ocupar esses *nichos* lucrativos.

Afinal, a acumulação flexível visa a conviver com a atual saturação decorrente da economia baseada em práticas fordistas e na seletividade; daí a variedade de tipos e tamanhos ofertados. Dessa maneira, aumenta-se a importância das pequenas e médias empresas, favorecendo o intercâmbio, as subcontratações e outras relações de interdependência.

Com a redução das margens de lucro, o patronato procurou *flexibilizar* as relações de trabalho, visando a recompor o *optimum* de lucratividade. Como já salientamos, a rigidez fordista colaborou para o declínio desse modelo de acumulação e a saída encontrada, entre outras, foi atacar o contrato de trabalho.

Nesse contexto, a relação rígida sofreu uma grande alteração, e o modo de regulação (o Welfare State) foi desmantelado gradativamente. A outrora estabilidade do contrato de trabalho foi solapada, aproveitando-se do enfraquecimento do poder sindical e da mão-de-obra excedente em virtude da crise. (HARVEY, 2002). O antigo trabalho do tipo regular foi ocupado por trabalhos temporários, parciais e até subcontratados. Se no fordismo o operário não participava do processo de fabricação, no pós-fordismo ocorrera o contrário: reagrupou-se o que taylorismo havia dicotomizado, ou seja, os aspectos manuais e intelectuais do trabalho. Nessa linha interpretativa, Leborgne & Lipietz, (1990, p. 26) afirmam que havia o “know-how adquirido por meio do aprendizado direto na manutenção e no dia-a-dia do processo de produtividade deve poder ser formalizado e assimilado pelo pessoal de Organização & Métodos e de Engenharia”.

Esses autores localizam três tipos de relações profissionais que caracterizam a flexibilização do contrato de trabalho: polarização contínua, negociação individual do engajamento e negociação coletiva do engajamento. O principal ponto a ser realçado é a troca de interesses ou vantagens, quer no âmbito particular quer no coletivo. Os dois salientam, ainda, que nenhum desses três tipos seja hegemônico.

No quadro da flexibilidade, essas relações possuirão denominações específicas, sendo a primeira a via neotaylorista. Nela, aprofundam-se os princípios tayloristas e a automação, com a diminuição das regalias fordistas para os trabalhadores. EUA, Grã-Bretanha e França são adeptos dessa via. Na segunda via, estão o Japão, Alemanha e Itália (Norte), com a Kalkariana. Evolução tecnológica e seguridade fordista (segurança de emprego, salários altos, etc.), compõem a via Kalkariana. Finalmente na via californiana, o engajamento individual é incentivado pela diferenciação salarial, além da possibilidade de *perda* de emprego. (LEBORGNE & LIPIETZ, 1990)

Cumprе salientar que o surgimento de novos distritos industriais e a reestruturação do espaço industrial possui a sua origem no regime de acumulação pós-fordista. Tanto a Europa Ocidental como os EUA vêm passando por esse processo de re-aglomeração da atividade econômica. O sistema pós-fordista de produção acentua-se em várias formas de flexibilidade, tanto em termos tecnológicos quanto na organização da produção. Os pequenos e médios produtores são especializados, ocasionando a subcontratação e a dependência. Tais processos corroboram a desintegração vertical.

A desintegração vertical reflete-se na descentralização das etapas de produção, que passam a ser executadas fora da empresa, ou seja, nas empresas menores que são contratadas. As principais razões para esse fenômeno são: incertezas inerentes do mercado, que causam problemas na estrutura vertical da empresa; a possibilidade de maiores lucros com as economias externas; diminuição constante dos custos de produção.

A concentração espacial e a aglomeração são estimuladas principalmente pelos custos transnacionais espacialmente dependentes. [...] a dinâmica da organização industrial [...], provoca o surgimento de uma tendência de aglomeração dos produtos em vários locais de paisagem da sociedade capitalista. Essas aglomerações se formaram a partir de redes compactas de inter-relações transnacionais que vão constituindo, à medida que se aprofunda a divisão do trabalho e à medida que grupos específicos de produtores são obrigados a interagir entre eles de maneira intensa e multiforme. Essas transações incluem tanto fluxos de bens como de informações. A escala desses fluxos se amplia com as relações de subcontratação, cooperação e interdependência. Amplia-se também pela necessidade que o complexo de produção flexível tem de integrar a concepção e a execução-desenvolvimento do produto, produção, marketing e apoio ao consumidor. A dependência dessas articulações leva à aglomeração. (BODDY, 1990, p. 47)

As mudanças tecnológicas também são responsáveis pela reorganização do espaço industrial. Conforme mostra Tavares (1993, p. 42) o principal modelo é o *just in time*, em que através da informática é possível trabalhar com estoques mínimos, devido ao fluxo permanente de entrega de componentes e matérias-primas, rápidos ajustes sobre alterações de pedidos. Além do *just in time*, a inovação tecnológica abrange o *celular quality control (CRQ)*. Na pesquisa e no desenho, na comercialização e na administração, aparece a tecnologia do *computer aided design (CAM)* e *computer integrated global manufacturing systems (CIGMS)*.

Nesse contexto, a localização de novos centros industriais ocorre também em função do mercado de trabalho, tanto no tocante à fatura de mão-de-obra quanto na debilidade da organização sindical. Ou seja, as periferias nacionais com as características acima, são procuradas com maior assiduidade.

Como se vê, a acumulação flexível, modelo que combina diferentes formas de organização do processo laboral, ao mesmo tempo em que mantém e amplia os mecanismos de acumulação capitalista vem acompanhada da deterioração nas condições de vida e trabalho. Nesse contexto, em que medida as experiências de economia solidária são capazes de forjar uma contra-hegemonia a referidos processos?

Responder a essa pergunta implica voltar aos idos de 1990. Nessa época, a globalização da economia e a reestruturação produtiva, somadas à privatização das empresas públicas teriam representado para os trabalhadores brasileiros em geral, particularmente para aqueles que vivem na região metropolitana do Vale do Aço, uma dramática ruptura com os padrões de sociabilidade, responsáveis por um quadro de desemprego e precariedade das condições de trabalho.

A partir do momento em que a referência social do trabalhador está atrelada à sua inserção na economia, a perda do trabalho formal significa muito mais que a perda financeira. Significa, ainda, o sentimento de não-pertencimento à coletividade, o que causa conseqüentemente, um profundo mal-estar social.

Em decorrência de tal situação, tanto como resistência à lógica de dominação e exploração das empresas capitalistas, quanto como estratégias de sobrevivência a referidos processos excludentes, constata-se o florescer de importantes experiên-

cias organizativas por parte das classes subalternas: grupos, associações, cooperativas populares, com suas vitórias e derrotas, fracassos e sucessos. Tais experiências marcaram definitivamente, o mundo do trabalho nos anos noventa e início de milênio, pois são indícios do surgimento de novas relações de trabalho no interior do *velho* modo de produção capitalista.

Diante do exposto, a interpretação dos aspectos mais relevantes da economia solidária na Região do Vale do Aço é importante pelo fato de ser essa região, do ponto de vista do *capital*, um dos espaços econômicos mais importantes do País, tendo constituído lócus privilegiado para experimentos sociais alternativos. A explicitação de tais aspectos contribui para novos tipos de intervenção sociocultural, capaz de promover melhorias efetivas nas condições de vida e trabalho das classes subalternas.

6.2 Crítica à noção moderna de trabalho e de processos educativos

A revisão teórica da noção de trabalho na modernidade assume importância atualmente, pois se verifica uma tendência de dissolução da polaridade entre produção e reprodução social em virtude do movimento do capital e das lutas sociais. Nesse sentido, questiona-se, aqui, a noção de trabalho criada e imaginada na modernidade europeia ocidental, em que o trabalho se confunde com emprego e práticas de assalariamento desvinculadas do conjunto das relações sociais. Complementando esse raciocínio, o desafio é definir qual educação para que tipo de trabalho, ou ainda, que trabalho para que modelo de ser humano. Tais questões favorecem o entendimento mais aprofundado do significado das novas relações sociais experimentadas por diferentes trabalhadores.

Refletir sobre essas questões demanda, inicialmente, o exame sobre a natureza do ser humano, cuja existência terrestre parece marcada definitivamente pela agressividade, violência, competição, guerra e brutalização da própria Terra. Trata-se, portanto, de ampliar o entendimento sobre o conceito de homem e do respectivo atributo e potencial que o define. O exame da crise da civilização atual, à luz da e-

emergência de um capitalismo globalizado, da drástica redução da oferta de trabalho e de um colapso inaudito das conquistas do mundo do trabalho constitui outra vertente importante para a necessária ampliação da noção de processos educativos. As respostas às perguntas, decorrentes das vertentes anteriores, filosóficas e econômicas, conduzem à questão central a ser examinada: qual o papel da educação na humanização, individuação e socialização do homem e da mulher no mundo contemporâneo?

O homem é um ser multilateral, cuja existência envolve uma diversidade de aspectos e facetas ao mesmo tempo, todas elas inter-relacionadas entre si e convergentes em cada pessoa e coletividade; também ao mesmo tempo, o homem é um ser multidimensional, cuja conformação envolve múltiplas dimensões interativas.

Analisar tais características desafia entender como lembra Arruda (2003) os atributos ontológicos do ser humano: consciência reflexiva, conhecimento e linguagem.

O princípio central de nossa análise é de que os homens são naturalmente solidários, solidamente interconectados entre nós, com a terra e com o cosmos e nossa existência terrena nos coloca como desafio recriar este laço solidário no plano da consciência e da vontade. (ARRUDA, 2003, p. 27).

Nas questões norteadoras do alargamento teórico aqui proposto - qual educação para que trabalho e qual trabalho para que *ser humano* - está presente a tríade ontológica que define em última instância, a natureza humana. A esse respeito, veja-se este texto:

O ser humano alcançou e sintetizou determinadas qualificações que estão ausentes noutras espécies, ou que estão presentes nelas em graus menos desenvolvidas (sua natureza ao mesmo tempo individual e social, a consciência reflexiva, a capacidade de pensar projetivamente, estrutura emocional e a linguagem oral). O homem é um ser que por sua natureza evolutiva e consciente-reflexiva trabalha para subsistir, para pesquisar o mundo e para transformá-lo, e trabalha para fazer-se pessoa, sociedade e espécie. Como ser relacional trabalha também para comunicar-se. Por fim, ressalta o caráter educante e aprendente do ser humano, ligado ao fato de ele evoluir de forma sempre mais consciente-reflexiva, com a linguagem oral e o desenvolvimento afetivo, mental e psíquica o que o torna uma espécie genuinamente singular entre as demais. (ARRUDA 2003, p. 21-30)

Tais postulados filosóficos norteiam as reflexões de arendtianas, na proposta política de se adotar à radicalização democrática como princípio gerador para as sociedades contemporâneas. Para ela, é no campo da ação e do discurso em que

se revela a essência da condição humana, possibilidade efetiva de se exercitar a cidadania e viver a democracia:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas. (ARENDDT 1991, p. 188).

Os critérios de verdade, de justiça e de legitimidade são construídos na experiência intersubjetiva que os homens fazem da realidade do mundo. A autora mostra que nossa era é o retrato de uma época em que todos os valores foram subvertidos. É nesse retrato que se explicita o significado da fragilidade dos negócios humanos, ou seja, num mundo em que as coisas podem se transformar em qualquer outra coisa e as fronteiras que separam a civilização da barbárie mostram-se frágeis, incertas e sem garantias.

Desse modo, a autora dialoga com a teoria marxista centrada na categoria trabalho, sem a devida distinção entre labor e trabalho, o elemento determinante de estruturação da sociedade. Para ela,

[...] a ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria. Correspondem à condição humana de pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem vive na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição de toda vida política. (ARENDDT, 1991, p. 15)

A condição humana pode ser resgatada pela conquista e pela afirmação da cidadania e do aprofundamento da democracia nos mais variados espaços de sociabilidade humana.

Observa-se que os conceitos desenvolvidos no pensamento arendtiano estão intrinsecamente ligados às questões que a modernidade enfrenta, pelo menos em três dimensões. A primeira relaciona-se com a perda de um mundo comum, ou seja, a dissolução do senso comum, traduzido grosso modo, na figura histórica das massas que acreditaram na propaganda totalitária e se deixou mobilizar por ela. A segunda diz respeito ao isolamento como forma de existência radicalmente privati-

zada. Por fim, a perda da liberdade que exige para sua efetivação a criação de espaços politicamente organizados. Na visão de Arendt (1991, p. 32) “a história do mundo moderno, [...] poderia ser descrita como a história da dissolução do espaço público, por onde se expressava um sentido cidadão de participação e através do qual os homens podiam se reconhecer compartilhando de um destino comum”. Coerente com sua proposta de radicalização democrática, a autora define o conceito de pluralidade como interação comunicativa entre os homens que, num mundo plenamente humano, podem se constituir. O definidor de espaço público em Arendt é o fato de ser um espaço que só pode ser construído pela ação e pelo discurso que estão vinculados à pluralidade humana.

Por sua vez, Marcuse (1979, p. 14) questiona a irracionalidade da sociedade contemporânea como um todo: “a nossa sociedade se distingue por conquistar as forças sociais centrífugas mais pela tecnologia do que pelo terror, com dúplice base numa eficiência esmagadora e num padrão de vida crescente”. Ao defrontar com o caráter total das conquistas da sociedade industrial desenvolvida, a teoria crítica fica desprovida de fundamento lógico para transcender essa sociedade, conforme adverte esse autor:

Em face das particularidades totalitárias dessa sociedade, a noção tradicional de neutralidade da tecnologia não mais pode ser sustentada. A tecnologia não pode, como tal, ser isolada do uso que lhe é dado; a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas. (MARCUSE, 1979, p. 19).

Um dos aspectos mais perturbadores da civilização industrial desenvolvida é o caráter racional de sua irracionalidade, pois as formas prevaletentes de controle social são tecnológicas num novo sentido, qual seja: os controles tecnológicos parecem ser a própria personificação da razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais. Assim, denuncia Marcuse, toda a contradição parece irracional e toda a ação contrária parece impossível. Atualmente, o espaço privado no qual o homem pode tornar-se ele próprio e permanecer sendo ele próprio, se apresenta invadido e desbastado pela realidade tecnológica. Ocorre uma mimese, identificação imediata do indivíduo com a sua sociedade e através dela, com a sociedade como um todo. A ação e o discurso dos trabalhadores são repelidos ou reduzidos a termos do padrão de pensamento e comportamento unidimensionais, promovido sistematicamente pelos elaboradores da política e seus divulgadores de informação em massa.

Nas trilhas do desafio de alargamento das noções acima enunciadas, destacam-se, ainda, outros aspectos importantes. Segundo Arruda (2003), o diferencial evolutivo, que propiciou o domínio do homem sobre a natureza, foi sociabilidade, cooperação e solidariedade. Os efeitos perversos da sedentarização se expressam na propriedade privada dos meios de produção e o sistema capitalista globalizado levou ao extremo esse processo. A evolução dos sentidos e da consciência humana e as oportunidades abertas pelo progresso técnico possibilitam ao homem a superação dessa trama fragmentadora e a reorganização da vida no plano pessoal e coletivo assentada naqueles valores que predominaram entre os homens por milênios. Ao nascer, trazemos uma constelação de potenciais e probabilidades que nos cabe desenvolver. O homem traz, em si, potenciais genéticos (indivíduos), societários (sociedade) e filéticos (espécie) que lhe cabe desenvolver na máxima plenitude. Como único ser consciente-reflexivo, ele recebeu da vida o poder e a responsabilidade de tornar-se sujeito deste desenvolvimento, como pessoa e como coletividade. Para se obter isso existem o trabalho e a educação. Só a emancipação do seu trabalho, saber associada à criatividade de libertar-se de toda opressão e alienação poderá tornar-se sujeito do seu próprio desenvolvimento e realizar sempre mais seus sentidos humanos e suas potencialidades. A educação é um fim em si, à medida que constitui um processo permanente do homem realizar sua vocação ontológica e histórica de ser sempre mais. Na perspectiva da práxis, conforme acima explicitado, é preciso emancipar a própria educação dos seus condicionamentos sistêmicos para que se realize sua vocação maior, que é o *empoderamento*⁴⁴ do homem para assumir plenamente o trabalho e a responsabilidade de ser sujeito do desenvolvimento dos seus potenciais como indivíduo, sociedade e espécie.

Enfrentar tais desafios implica entender que o processo de revisão de uma categoria de análise é diferente de uma proposta descabida de querer jogar fora todos os esquemas de pensamento anterior. A abordagem de revisão adotada nessas reflexões tem sido problematizar as categorias de análise na perspectiva de desna-

44 Foi Paulo Freire quem criou um significado especial para a palavra empoderamento no contexto da filosofia e da educação, não se trata de um movimento que ocorre de fora para dentro, como o *empowerment*, mas sim internamente, pela conquista. "Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. As estas variáveis devem somar-se uma mudança de atitude que impulsione a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva". (SCHIAVO e MOREIRA, 2005).

turalizar o entendimento dos múltiplos conceitos que fazemos usos no cotidiano de nossas interpretações da vida social.

Há uma tradição nas Ciências Sociais que assegura às grandes narrativas a explicação sobre a realidade social. O que se busca compreender é a necessidade de produzir o devido *alargamento dos conceitos* para se dar conta, efetivamente, do real.

Nessa perspectiva, as questões a serem feitas à sociedade atual, particularmente às experiências de associativismo e cooperativismo popular devem ser simples. Isso não significa, necessariamente, que as respostas sejam simples dado o acúmulo do conhecimento conquistado. Pistas para o aprofundamento teórico de tais experiências seria o entendimento do significado atribuído pelos trabalhadores às ações desencadeadas o que torna necessário evidenciar o aspecto educativo existente dentro das relações humanas e das experiências cotidianas. Refere-se, aqui, a educativo no sentido amplo, tal como concebido por Freire (1997), ou seja, aprender e ensinar como troca, para posteriormente, explicitar a emergência da autogestão como um aprendizado *do e no* cotidiano.

Nesses termos, o processo de ensino e aprendizagem só ocorre, efetivamente, quando o indivíduo que *aprende* consegue atribuir significado a *aquilo que se aprende*; leva-se em consideração, então, toda a carga de experiências já vividas por cada um e todo o seu ser subjetivo. A educação é, pois, o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano. Assim, toda a vida e experiências de um indivíduo estão incluídas no que se chama de aprendizagem e não apenas as experiências em instituições de ensino sistematizado.

Deve-se lembrar, ainda, que ninguém pode surgir de si mesmo e todo indivíduo é parte integrante de sua sociedade e do conjunto do universo. Isso supõe, necessariamente, que sua existência se compõe de interações entre seu eu e o mundo exterior uma vez que a vida humana consiste em uma série de situações subjetivas e objetivas com que o indivíduo deve interagir se quiser subsistir e crescer.

Afinal, vontade e necessidade de transcender a trivialidade do cotidiano é que levam e impulsionam um indivíduo a aprender, conhecer e desenvolver o pen-

samento crítico. O que influi na qualidade de sua experiência é a intensidade com que essa vontade faz o indivíduo se mover e agir dentro da sociedade. Observa-se, também, que o pensamento crítico é um processo que se desenvolve, educa e se intensifica na prática (nas experiências e relações). Essa prática é extremamente necessária para que se faça acontecer a transmutação de valores necessária à prática da economia solidária.

Ressalte-se, porém, que somos criados e educados de acordo com os princípios capitalistas do nosso meio social. Sendo assim, aprendemos, em nossos relacionamentos diários, que o capital é mais importante que o trabalho. A maior parte de nossas experiências faz parte de nossa aprendizagem significativa. Por isso, invertermos nossa maneira de enfrentar a sociedade capitalista, aderindo a novos conceitos e princípios básicos (como de solidariedade e reciprocidade) a começar por nossas relações de trabalho, por exemplo. Inicia-se, assim, a transição na concepção já criada no processo de ensinar e aprender. Desse modo, nas relações diárias no trabalho (experiências vividas), aprendemos significativamente, o novo, mudamos a maneira de agir e de pensar podendo implantar a nova forma de visão de mundo em outros setores e/ou instituições sociais. Essas experiências contribuem para que o indivíduo progrida em todos os campos: físico, intelectual e moral.

Transportando-se para o contexto das cooperativas, objeto deste estudo, para driblar o sistema capitalista, no sentido de enfrentar os desafios e assumir a *economia solidária* observou-se que os atores desse processo de construção de experiências alternativas, passaram por transformações no que diz respeito a encarnar os princípios de cooperação, solidariedade e reciprocidade. Essas experiências, então, contêm uma forte dimensão educativa, o que exige de seus agentes a assunção de papéis educativos uma vez que o que se aprende em suas relações de trabalho é transmitido também a outros tipos de relações. Essa situação leva-os a assumir uma postura que condena as mentalidades fatalistas que se conformam com a ideologia imobilizante, ou seja, nada fazem para mudar a realidade acreditando que não podem alterá-la. Para esses indivíduos, basta o treino técnico indispensável à sobrevivência. Não se pode, no entanto, entender que educar consiste na mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida para que ela seja eficaz na visão de uma aprendizagem nas relações.

Conforme lições do mestre em educação, Paulo Freire (1997, p. 50):

Educar é construir, é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a História é um tempo de possibilidades. É um ensinar a pensar certo como quem fala com a força do testemunho. É um ato comunicante, co-participado, de modo algum produto de uma mente burocratizada. Toda a curiosidade de saber exige uma reflexão crítica e prática, de modo que o próprio discurso teórico terá de ser aliado à sua aplicação prática.

Freire (1997) considera, ainda, que o homem e a mulher sejam os únicos seres capazes de aprender com alegria e esperança, na convicção de que a mudança é possível. Aprender é uma descoberta criadora, com abertura ao risco e à aventura do ser, pois ensinando se aprende e aprendendo se ensina.

Conclui-se, portanto, que as experiências alternativas ao capitalismo, protagonizadas pelo movimento de economia solidária, assumem um papel pedagógico voltado à sensibilização em torno dos seus princípios criadores e um papel de difusão de experiências de ações produzidas neste campo. Desse modo, ensinando-se a solidariedade e reciprocidade, aprende-se a ser solidário, age-se solidariamente e recebe solidariedade em troca.

6.3 Novos saberes oriundo da experiência de organização do trabalho

As relações estabelecidas entre os trabalhadores na organização de cooperativas estão impregnadas de novos saberes, objeto desta pesquisa no entendimento dos processos educativos, aqui entendidos em sentido amplo, aprender e ensinar num movimento de trocas solidárias estabelecidas nas relações humanas e nas experiências cotidianas. Assim, pode-se dizer que os trabalhadores de uma cooperativa passam por significativa transformação, isto é, por aprendizado sistemático de novos valores e princípios em relação às questões do mundo do trabalho. Ocorre que eles participam de uma construção alternativa ao sistema de fábrica: a autogestão como um aprendizado cotidiano.

De acordo com a perspectiva do presente estudo, torna-se importante refletir sobre a experiência de organização dos trabalhadores considerando a relação que

eles estabelecem com os saberes implicados na gestão da cooperativa e com a própria atividade cotidiana de gestão do empreendimento. Dessa experiência, emergem diferentes aprendizados oriundos dos saberes tácitos que os participantes de uma cooperativa, geralmente pouco escolarizados, vão mobilizar em suas experiências de vida, tornando-se presentes no cotidiano das cooperativas. Para Santos (2004, p. 47) esses saberes referem-se

[...] à capacidade que o trabalhador possui de apreensão e identificação, pela vivência, dos estados de normalidade ou anormalidade do processo. A aquisição desse saber se dá no convívio com a produção, havendo uma concepção prática e complexa para ser integralmente apreendida em formalizações.

Uma definição mais ampliada de conhecimento tácito encontra-se em Evangelista (2002, p. 94) ao considerar outros espaços, além do trabalho:

Esse conhecimento, embora proveniente da vivência de trabalho, também expressa aquisições obtidas na formação profissional, na escolarização formal e na experiência de vida do trabalhador. Ele contém elaborações individuais e coletivas, que por sua vez estão dentro de um quadro de relações e produções sociais.

O estudo de Brito (2003) sobre a Cooperativa Autogestionária dos Trabalhadores da Mambrini – COOPERMAMBRINI - que se origina da falência de uma empresa capitalista, tem como pressuposto descrever o esforço dela para ultrapassar a forma de subordinação que havia antes da nova formação da empresa. Vê-se, nesse todo, que a construção de um projeto de autogestão conta com a inteligência dos trabalhadores em ação, observando o que cada um sabe e como podem aplicar o que sabem junto aos outros. Tudo isso se dá levando-se em conta os princípios da autogestão que deverão vigorar nas relações ali existentes, sem exceção. É preciso, então, que ocorra a “reinvenção de novas relações sociais de produção, fundadas na autonomia e na solidariedade, em novos critérios de eficiência econômicas e novas relações de poder”. (BRITO, 2003, p. 67)

Sobre a construção da autogestão no interior da experiência cooperativista dos metalúrgicos, Brito (2003, p. 68) ainda afirma que ela

Pressupõe a mobilização dos sujeitos de modo que sejam capazes de compartilhar a responsabilidade pela gestão da cooperativa a que, historicamente, se conformara como um campo de saber de acesso limitado aos trabalhadores situados no chão de fábrica. Numa forma de organização construí-

da sobre os princípios autogestionários, as prerrogativas da gestão, em tese, devem ser compartilhadas pelo coletivo de trabalhadores associados.

De outro modo, o capitalismo, de acordo com Singer (2002, p.10) é um modo de produção cujos princípios básicos são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. Sendo assim, a aplicação desses princípios, indubitavelmente, divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. Disso resulta, naturalmente, a competição e a desigualdade social. Já a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios, segundo Singer (2002, p.10), “une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica”. Isso resulta, então, em solidariedade e igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Pode-se afirmar que a construção da autogestão é realmente um grande desafio, pois os princípios capitalistas estão arraigados nas relações em qualquer âmbito de nossa sociedade. Sendo assim, assumir e manter os princípios de cooperação e solidariedade, para a construção e manutenção de uma experiência de autogestão, implica um processo de permanente democratização nas relações de trabalho, ou seja, é necessário que haja a distribuição equitativa de poder.

A gestão democrática se manifesta em três dimensões da vida humana que estão em permanente interação: as dimensões da economia, da política e das relações sociais, conforme explicitadas abaixo:

O pólo da economia visa a alcançar a viabilidade do empreendimento num ambiente marcado pela acirrada concorrência em torno das fatias do mercado em que a cooperativa atua. O pólo das relações sociais, expressa a construção de uma forma de sociabilidade, coerente com os princípios históricos da autogestão, capazes de dar sustentação às novas relações sociais de produção. Por fim, o pólo da política representa a construção de relações de intercâmbio, cooperação e negociação com outros atores com os quais a cooperativa interage em seu cotidiano. (BRITO, 2003, p. 73).

Observa-se, a partir disso, que os agentes desse processo (trabalhadores inseridos na autogestão) devem aprender a atuar nas diferentes dimensões de maneira distinta à que atuam quando se observa o modelo capitalista. Assim, o ambien-

te de trabalho dentro das cooperativas transforma-se em um ambiente de educação, havendo o aprendizado técnico – aquisição de conhecimentos específicos para produzir os bens materiais para a sobrevivência – e o político – aquisição de valores, comportamentos necessários ao se estabelecer determinadas relações de produção.

Ademais, Brito considera que o caráter pedagógico da produção associada, o aprendizado da autogestão acontece a partir da “relação que os trabalhadores do chão de fábrica estabelecem com o projeto de autogestão da cooperativa”. Há, segundo ele, diferentes formas de manifestação do conhecimento elaboradas pelos trabalhadores inseridos no processo com o objetivo de responderem aos desafios postos pela gestão do empreendimento. A presente investigação identifica as *figuras do aprender*, que estão presentes na experiência de organização dos trabalhadores nas cooperativas pesquisadas, ou seja, “identifica os mecanismos que são desenvolvidos pelos trabalhadores na constituição de novos saberes sobre a gestão do empreendimento”. (BRITO, 2003, p. 11)

Com a finalidade de refletir sobre a *inteligência dos trabalhadores* em ação no que diz respeito à construção de um *projeto de autogestão*. Procurou-se, aqui, analisar as *figuras do aprender* expressas nos atos de fala dos trabalhadores entrevistados, no que diz respeito aos seguintes aspectos: o aprendizado da gestão da qualidade dos produtos da cooperativa; aprendizado da relação com o mercado; aprendizado da gestão dos custos de produção; aprendizado da arte da negociação; aprendizado do desenvolvimento de novos produtos; aprendizado da relação de parceria com entidades de apoio à Economia Solidária; aprendizado da relação com a Universidade (estagiários universitários presentes no dia-a-dia da cooperativa em questão); aprendizado da constituição de alianças estratégicas com outras empresas; aprendizado da gestão democrática da cooperativa; aprendizado da mediação dos conflitos entre os trabalhadores associados; aprendizado da relação chão de fábrica e escritório.

Sobre essas *figuras do aprender*, postuladas por este pesquisador, observa-se que estão vinculadas às “estratégias de constituição de saberes sobre a gestão, elaboradas a partir do conhecimento prático e vivencial que os trabalhadores do chão de fábrica vão construindo ao longo de suas experiências de vida”. (BRITO, 2003, p. 73). Quando trabalhadores se reúnem para assumir a administração de

uma empresa optando pela autogestão como modo de se organizarem nessa nova administração, são obrigados a aprender *como* fazer a cooperativa funcionar, e funcionar com eficiência, aplicando os conhecimentos que já possuem e construindo novos conhecimentos para tal.

A partir disso, pode-se dizer que os trabalhadores que se inserem num processo de autogestão, desenvolvem mecanismos que visam à constituição de novos saberes sobre a gestão do empreendimento cooperativo. Necessariamente, esse conhecimento prático, produzido por esses trabalhadores, deve ser coletivizado e os trabalhadores devem vinculá-lo aos conhecimentos científicos necessários à viabilidade do empreendimento. Afirma Brito:

Não há saber sobre autogestão sem que haja uma relação dos sujeitos com o saber e com a própria atividade de gestão dos empreendimentos solidários. Pode-se perceber que o caráter pedagógico dessa experiência estaria se manifestando através da capacidade dos trabalhadores associados desenvolverem estratégias permanentes de construção de novos saberes sobre a experiência de produção e organização do empreendimento, de modo a incorporá-los em suas práticas cotidianas, transformando suas relações sociais de produção. (BRITO, 2003, 128)

Evidenciando-se, então, o aspecto educativo, em que o aprender e o ensinar ocorrem como trocas das relações e como ponto de partida da análise, observa-se que a organização dos trabalhadores, sob a forma de autogestão, contribui para a construção de sujeitos mais livres e autônomos. Quanto às estratégias de constituição de empreendimentos de autogestão, manifestam elementos de uma pedagogia alternativa em relação às que são propostas pelo capital.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim perseguido nesta tese foi analisar o trabalho e os processos educativos ocorridos no associativismo e cooperativismo popular solidário da Região do Vale do Aço à luz dos fundamentos econômicos, sociais e culturais da economia solidária. Para tal, partiu-se das premissas teóricas e empíricas da sociabilidade contemporânea para operar a devida ampliação de sua noção nas Ciências Sociais.

Para tanto, a tese identifica e analisa alguns enfoques teóricos sobre o trabalho humano, produzidos que foram por aqueles que interpretaram cada qual a sua maneira, os fundamentos sociais da era moderna. Avalia e explica o alcance e os limites desses enfoques para o entendimento das mudanças ocorridas no mundo do trabalho da Região do Vale do Aço, marcado pela reestruturação do processo produtivo. Interpreta o sentido atribuído por trabalhadores dessa região às experiências organizativas em torno do associativismo e cooperativismo popular. Analisa iniciativas e ações educativas relacionadas à cooperação e aos princípios da economia solidária no interior dos movimentos sociais bem como a presença e/ou ausência de valores e estratégias democráticas e afirmativas da cidadania ativa. Por fim, analisa o alcance e os limites daquelas ações, contrapostos aos princípios da economia competitiva, sob hegemonia dos princípios neoliberais.

Discute, num primeiro momento, a relação entre movimentos sociais, mercado e economia solidária à luz do conceito de cidadania ativa no contexto mais amplo de disputa contra-hegemônica pela formulação de alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo, emancipatórias, viáveis e deem conteúdo específico às propostas de *outra economia* ante as propostas da acumulação capitalista. Mostra como os experimentos de associativismo e cooperativismo popular solidário se inscreve na onda de outros movimentos sociais contemporâneos que almejam a radicalização das experiências democráticas nas esferas da produção e reprodução social.

Como referência metodológica, utiliza-se dos postulados da sociologia da vida cotidiana que a pensa como fio condutor do conhecimento nas ciências humanas. Isso implica repensar, de forma sistemática, seu objeto de estudo. O estudo das ini-

ciativas e ações dos trabalhadores inseridos no cooperativismo e associativismo da Região do Vale do Aço, sob o ponto de vista da vida cotidiana, propicia a superação daquela postura metodológica que minimiza a importância do conhecimento do senso comum. Nesse estudo, a metodologia utilizada propiciou a abertura de pistas para o reencontro da ciência com o senso comum, pois revisa e valoriza, de forma crítica, práticas políticas e educativas no seio daquele movimento.

Para a operacionalização da pesquisa, utilizou-se do paradigma indiciário que se caracteriza pela capacidade de, a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Esse paradigma pode revelar a subjetividade presente na visão do observador que investiga a realidade humana. Dessa forma, esse paradigma torna um dos *caminhos* através do qual o mistério da unidade subjacente à diversidade existente no mundo, objeto de todo conhecimento, pode adquirir sentido. Destaca-se, ainda, o uso da pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo (1998) se preocupa com um nível de realidade imerso num universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa se caracteriza pelo seu caráter construtivo-interpretativo, dialógico e pela sua atenção ao estudo de casos singulares, no caso, os grupos, associações e cooperativas de trabalhadores da Região do Vale do Aço.

Do ponto de vista histórico, a tese identifica as origens do cooperativismo no contexto dos impactos sociais e econômicos da I Revolução Industrial na Inglaterra. Analisa a atualidade da proposta de autogestão social que se expressa nos subterrâneos da economia capitalista permitindo identificar novas formas de sociabilidade expressas nos grupos de ajuda mútua, comunidades de moradia, iniciativas civis, grupos de bairro, sociedades e meios culturais etc. Se nessas formas já existentes a individualidade for respeitada e não surgir nenhum terror psicológico, as cooperativas poderão tornar-se alternativa tanto à tutela burocrática do Estado quanto à solidão lupina do dinheiro. É necessário mobilizar estas formas e infundi-las de crítica social para organizá-las como verdadeiras esferas reprodutivas, fora da lógica do dinheiro.

No caso do Brasil, em particular, há indícios de cooperativismo já no início do século XVII, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas e início da construção de um estado cooperativo em bases integrais. Entretanto será no início do século XX que se consolidará o cooperativismo com a chegada dos imigrantes europeus. Destaca-se que somente a partir da década de noventa é que se assiste à emergência da economia solidária como movimento social que expressa nova onda de cooperativas populares. Esse movimento ultrapassa a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento territoriais orientando-se cada vez mais, rumo à articulação nacional e latino-americana.

Todavia, cabe ressaltar que a nova onda de cooperativas populares é percebida como resultante de duas situações convergentes. A primeira delas refere-se à reestruturação econômica, à crise do fordismo e ao surgimento da proposta de acumulação flexível. O outro aspecto considerado nessa nova onda se refere ao ressurgimento do caráter de contracultura dos movimentos sociais do final da década de 1960; ao desencanto com o capitalismo e o socialismo de Estado; ao surgimento de movimentos ecológicos, feministas e de minorias; e à busca de alternativas diante dos modelos existentes.

O movimento de economia solidária sustenta, por sua vez, como fundamento social, o fato de que a solidariedade seja introduzida na própria economia e que opere nas diversas fases do processo econômico, ou seja, na produção, distribuição, consumo e acumulação. Assim, pode-se afirmar que é possível organizar a produção em grande escala sem utilizar o molde do grande capital. O desafio mais amplo está em tornar a economia solidária como um modo de produção em substituição do capitalismo, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

Complementando essa ideia, deve-se acrescentar o reconhecimento de duas vertentes teóricas em torno do debate latino-americano sobre a questão das formas alternativas de produção. A primeira relaciona-se com a economia solidária. Nesse caso, a cooperativa é a instituição central alternativa ao capital, ou seja, se tornaria um sistema de autogestão dos trabalhadores, da sua força de trabalho, dos instrumentos de produção, dos recursos ou objetos de produção e dos produtos. Outra

vertente é conhecida como economia popular e caracteriza-se pelas relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social, das práticas sociais cotidianas mesmo que articuladas com o mercado de múltiplas formas e medidas.

Por outro lado, uma característica comum dos estudos realizados em vários tipos de experiências associativistas é o caráter aberto das conclusões dadas a incerteza em relação ao futuro das experiências analisadas. É nessa linha de pensamento e prática contra-hegemônica e alternativa ao capitalismo que reside a promessa de emancipação social, pois as condições econômicas, políticas e sociais contemporâneas são propícias ao ressurgimento do pensamento associativo e das práticas cooperativas.

Conclui-se, ainda, provisoriamente, que o cooperativismo popular favorece a emergência de uma nova cultura política, com ênfase na implantação da democracia nos espaços de produção e reprodução social. Com isso, pode-se dizer que a partir de experiências de cooperativismo popular é possível estabelecer novos valores sociais, novas relações e, principalmente, novos horizontes para o desafio de emancipação social das classes subalternas no mundo contemporâneo.

No caso específico da Região do Vale do Aço, a economia solidária encontrou seu momento de maior expressão no início desta década, ocasião em que se constituiu o Fórum Regional de Cooperativismo Popular Solidário. Sua constituição se inspirou na experiência da rede de economia solidária, que se baseia na convicção de que cada pessoa, comunidade e empreendimento podem tornar-se sujeito ativo e consciente do seu próprio desenvolvimento. A rede concretiza o compromisso entre os grupos e organizações que se unem nela para buscar sempre mais comprar, vender e trocar solidariamente no interior da própria rede. Buscando-se, assim, ampliá-la sempre mais, inclusive atraindo para ela igrejas, sindicatos, movimentos populares e todo ator social que possa sintonizar com a proposta de uma economia solidária e cooperativa.

O fórum regional de cooperativismo tinha como objetivo geral, não só promover a integração das cooperativas populares e grupos organizados da região, capacitando e fortalecendo o movimento cooperativista popular e solidário, como também

incentivar e apoiar o surgimento de novas cooperativas e grupos, dando início ao processo de constituição da rede de solidariedade na região. Além disso, tinha como estratégia prioritária abordar a importância de desenvolver o espírito solidário e cooperativo, como forma de enfrentar e superar problemas de ordem econômica e de relacionamento do grupo. A experiência deu início às discussões sobre as condições objetivas e subjetivas para o conhecimento das várias possibilidades de comercialização cooperativa e solidária, através da venda, clubes de troca, moedas, feiras, etc. Buscava-se, assim, ainda identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nas diferentes associações e cooperativas de trabalhadores da região.

Entre as principais dificuldades identificadas, destacam-se: a falta de acesso ao crédito; a legislação cooperativista que inibe as iniciativas; a ausência de espaço adequado para o desenvolvimento das atividades produtivas; as dificuldades com o *marketing* e a comercialização dos seus produtos; as relações interpessoais e o desconhecimento sobre a dinâmica e funcionamento das cooperativas; a precariedade do maquinário utilizado e a falta de apoio contábil e jurídico ao trabalho burocrático do empreendimento; a necessidade de ampliação do mercado para os seus produtos, a predominância do individualismo.

Enquanto o movimento de economia solidária cresceu e se consolidou em âmbito nacional, na região ocorreu o movimento contrário. Com isso, não foi possível dar continuidade às articulações do fórum, pois os diferentes grupos não foram capazes de sustentar, na prática cotidiana, o discurso de vanguarda da economia solidária, pautado pelos princípios de emancipação e autogestão. Outro fator que pode explicar sua desarticulação é o fato de que esse espaço se caracterizou como articulação dos empreendimentos voltados meramente para a esfera da reprodução social. Além disso, os principais protagonistas do fórum regional acreditavam na boa vontade do Estado. Supunham que, através das Secretarias Municipais de ação social receberiam apoio para a consolidação daquela articulação. Isso não ocorreu e eles não apostaram de forma satisfatória, na aprendizagem e exercício da autonomia e capacidade dos trabalhadores em sustentar, de forma livre, suas iniciativas e empreendimentos.

Por outro lado, na análise dos mutirões habitacionais de Ipatinga durante a década de noventa do século passado, pôde-se extrair lições renovadas sobre os

desafios da autogestão na relação entre Estado e os movimentos sociais. Verifica-se que no processo de autogestão é resgatada a autoestima das comunidades, pois além de resolverem o problema da moradia, os mutirantes aprendem uma profissão.

Por fim, durante todo o processo, as relações entre o movimento e a prefeitura foram estreitas. Com o tempo, porém, surgiram problemas. Apesar de construir habitações por meio de empreiteiras, a prefeitura deu prioridade à produção de moradias pelo sistema de mutirão autogerido, já que essa era uma reivindicação do movimento habitacional.

Nesse contexto, surgiram dificuldades com assessoria técnica causadas pelo relacionamento entre a prefeitura e a associação. A AHI (Associação Habitacional de Ipatinga) atuava mais como um braço da administração municipal do que como uma associação independente, representante do movimento habitacional. Devido a mudanças nos agentes e no contexto sociopolítico e econômico, a associação tornou-se dependente da prefeitura. Com o tempo, ela havia perdido todo seu poder e esquecido suas próprias bases. Encontrava-se numa situação de total dependência de decisões e de recursos da prefeitura.

Lições extraídas dessa experiência é a reflexão sobre a natureza passiva da participação dos associados nesse processo, a ponto de seus líderes perderem o poder e a autonomia, além da falta de espírito de comunidade após a execução das habitações. Isso revela a fragilidade dos processos educativos no interior desses movimentos.

Por sua vez, a COOPERINOX, modelo de cooperativismo pragmático na região, constitui muito mais vitrina da acumulação flexível do capital do que experiência de cooperativismo popular solidário. Concebido no contexto do projeto mais amplo de transformação de Timóteo em capital do inox, cujo objetivo era ampliar o mercado interno de aço inoxidável no país, apoiava-se várias entidades e projetos relacionados à produção e comercialização de produtos de aço inox existentes no município, inclusive com aporte de recursos financeiros. Esse apoio reverteria numa maior visibilidade da empresa, bem como lhe asseguraria uma imagem de responsabilidade social.

Com referência à proposta da ACESITA, através do Instituto de Inox, era criar um espaço destinado à oferta de possibilidades de trabalho àqueles trabalhadores que já não mais trabalhavam na empresa, ou seja, oferecer oportunidades de trabalho às vítimas do desemprego provocado pelo processo de reestruturação produtiva em curso. Assim, através da Fundação Acesita, em 1994 criou-se o Instituto do Inox, com oficina e funilaria para dar cursos específicos aos ex-metalúrgicos aposentados, jovens e outros trabalhadores desempregados pelo processo de privatização. Buscava-se assim, desenvolver a ideia de *trabalhabilidade em aços inoxidáveis*.

Um dos problemas que mais afetam a dinâmica da COOPERINOX é a ocorrência de alta rotatividade dos trabalhadores. Poucos são aqueles que perseveram na cooperativa.

Por outro lado, a COOPERINOX representa, no imaginário dos cooperados e da comunidade da qual está inserida, uma organização da sociedade civil preparadora de mão-de-obra para o manuseio do aço inoxidável. O trabalhador aprende o ofício e é convidado por outras empresas para ir trabalhar nelas, o que acabam aceitando, pois a promessa de retorno financeiro é maior, além da garantia dos direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, FGTS, aposentadoria e outros. Questionam-se os conteúdos desse processo de ensino e aprendizagem, muito mais vinculados à lógica da acumulação flexível do que à economia solidária, ou seja, a cooperativa é muito mais uma extensão da Arcelor Mittal na sua estratégia mais ampla de acumulação flexível. Tal fato se expressa no discurso de seus dirigentes que incorporam a ideologia do *empreendedorismo* veiculada pela direção da empresa. Também está presente no diagnóstico realizado pela direção dessa cooperativa segundo o qual o aspecto artesanal e a ausência de foco no processo produtivo sejam os fatores principais das dificuldades enfrentadas pela organização. Além desses aspectos, destacam-se questões relacionadas à gestão da cooperativa, concebida mais nos moldes do capitalismo moderno do que nos princípios da economia solidária.

Finalmente, a hipótese com a qual se trabalhou ao longo desta pesquisa, isto é, as premissas teóricas e empíricas para o alargamento das noções de trabalho e de processos educativos, justificam-se pelas consequências das metamorfoses do trabalho nas sociedades contemporâneas que se expressam nas mudanças no mercado de trabalho, nos paradigmas produtivos, no lugar e sentido atribuídos ao traba-

lho e por fim, na formação da sociabilidade e identidade dos trabalhadores. Torna-se definitivamente necessário desvincular a noção de trabalho da experiência histórica de assalariamento, capaz de restringir o entendimento sobre o alcance das novas sociabilidades que estão sendo forjadas no mundo contemporâneo.

O conceito de ação tal qual desenvolvido por Arendt (1991) contribui para esse alargamento teórico. No campo da ação e do discurso é que se revela a essência da condição humana, possibilidade efetiva de se exercitar a cidadania ativa e viver plenamente os processos democráticos. A ação (espaço da afirmação da condição humana e do exercício da cidadania) se difere de labor, o que implica local onde os homens trabalham para garantir a sobrevivência e aponta para a adoção da radicalização democrática como princípio gerador das sociedades contemporâneas.

Quanto ao cooperativismo e associativismo popular solidário são instâncias de produção, sobretudo, do discurso e ação contra-hegemônica no interior de uma economia pautada por princípios da acumulação flexível e aprisionada nas orientações gerais do neoliberalismo.

E, com referência às relações estabelecidas entre os trabalhadores na organização de cooperativas, associações e outros grupos de produção, estão impregnados de novos saberes que fazem parte dos processos educativos, aqui entendidos no sentido amplo de aprender e ensinar num movimento de trocas solidárias estabelecidas nas relações humanas e nas experiências cotidianas. Esses trabalhadores participam da construção alternativa ao sistema de fábrica e terão, pois, a autogestão como um aprendizado cotidiano. Tal construção é um grande desafio, pois os princípios capitalistas estão arraigados nas relações em qualquer âmbito de nossa sociedade. Sendo assim, assumir e manter os princípios de cooperação e solidariedade, para a construção e manutenção de uma experiência de autogestão, implica um processo de permanente democratização nas relações de trabalho, ou seja, é necessário que haja distribuição equitativa de poder o que não foi possível verificar, empiricamente, nos casos estudados na Região do Vale do Aço.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo P. Moeda Social. In: **A Outra Economia**. Porto Alegre: ed. Veraz, 2003

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: ed. Boitempo, 2000.

AVRITZER, Leonardo. Além da Dicotomia Estado/Mercado - **Habermas, COHEN, Arato**. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, nº 36, pp.213-222. Julho 1993.

AMORIM COMERCIAL. **A vida em aço inox**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://amorinox.com.br>>. Acesso em: 20 de julho 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3ª. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-humano – a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível - a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ARRUDA, Marcos. **O Feminino Criador: Sócia-economia Solidária e Educação**. PACS, Rio de Janeiro: Julho de 1998.

ARRUDA, Marcos. Propaganda do Curso: **Treinamento em Ecovilas**. (Sócia-economia da Solidariedade). Picada Café, RS: Agosto de 2004.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do Cooperativismo**. 4ª ed. São Paulo: O-CESP, 1997.

BENEVIDES, Maria Vitória. **A Cidadania Ativa**. São Paulo: Ática, 1991.

BLASS, Leila. "Trabalho e suas metamorfoses". In: DOWBOR, Ladislau et alii (orgs.), **Desafios da globalização**, Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo, ed. Brasiliense, Col. Primeiros Passos, Vol. 20, 2ª ed. 1982.

BODDY, M. Reestruturação Industrial, Pós-Fordismo e Novos Espaços Industriais, In: **Reestruturação - Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro, Nobel/IUPERJ, 1990.

BOURDIEU, Pierre e outros, **El Ofício del Sociólogo**, Madrid/Espanha, ed. Siglo Veintiuno, 15ª ed. 1993.

BRITO, José Eustáquio de. **O Caráter Pedagógico da Produção Associada: estudo de caso sobre o aprendizado da autogestão na Cooperativa Autogestionária dos Trabalhadores da Mambrini - COOPERMAMBRINI**. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2003. 136 p.

BULGARELLI, Waldírio. **O Kibutz E As Cooperativas Integrais**. 3ª ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Estudos Cooperativos (Livraria Pioneira Editora), 1966.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Paz e Terra, 1980.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o Saber, Formação dos Professores e Globalização - questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. "A Escola da Regulação". In: CATTANI, Antonio David (org.) **Trabalho e Tecnologia - dicionário crítico**. Petrópolis, ed. Vozes, 1997.

CORNFORTH, Chris. "Some Factors Affecting the Success or Failure of Worker Cooperatives: A Review of Empirical Research in the United Kingdom". **Economic and Industrial Democracy**. SAGE, London Beverly Hills and New Delhi, Vol. 4 (1983), pp. 163-190.

CONTI, Alfio. **A Experiência da Autogestão em Ipatinga**. Belo Horizonte, MG. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 1999.

CORREIA, José Alberto. Formação e trabalho: contributos para uma transformação dos modos de pensar na sua articulação. In: CANÁRIO, Rui (org.) **Formação e situações de trabalho**. Lisboa: Porto, 1997, p.13-41.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo**. *Coleção Polêmicas do Nosso Tempo*, nº 51. São Paulo: Cortês Editora e Editora Autoras Associados, 1992.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. 1991. **O Que é Cidadania?** São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.

CRUZII, Antônio. **As condições históricas do aparecimento da “economia solidária” no Brasil: As tendências estruturais do mercado de trabalho**. Leituras cotidianas nº 141, 16 de fevereiro de 2005. Pesquisado em janeiro de 2006. Disponível no site:

<http://geocities.yahoo.com.br/mcrost07/20050216a_as_condicoes_historicas_do_aparecimento_da_economia_solidaria_no_brasil.htm>

CUT. **Laboratório de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (LDSS) – enfrentando o desemprego – uma experiência da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM)**. São Paulo, novembro/ 1999 CNM/ CUT.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Dagnino Evelina (org.). **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Da MATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1995.

DOWBOR, Ladislau. **O Que é Poder Local?** São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos. 1994.

_____. **Desintermediando o Estado**. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 29/07/96, p.A-2, 1996.

_____. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada.** Petrópolis: Vozes, 1999.

EVANGELISTA, Janete Gonçalves. **Relações e condições da gestão e apropriação de conhecimentos: o caso de uma indústria automobilística mineira.** Belo Horizonte (Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Educação da UFMG), 2002.

FERREIRA, Elenar. “A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção”. In: SINGER E SOUZA (org.) **Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: ed. Contexto, 2000.

FRETELL, Alfonso Cotera e ROCA, Humberto Ortiz. “Comércio Justo”. In: CATTANI, Antonio David (org.) **A Outra Economia.** Porto Alegre: ed. Veraz, 2003.

FIGUEIREDO, Ronise de Magalhães. **Dicionário Prático de Cooperativismo.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 5ª ed. Rio de Janeiro, 1975.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa.** (Coleção Leitura), Edição de bolso. São Paulo, Brasil: Paz e Terra 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – Governo de Minas Gerais. **Vale do Aço 2020: Uma agenda de Desenvolvimento Integrado.** Vol. I. Belo Horizonte, 2008.

FURTADO, Renato Azevedo. **Fatores de sucesso do Projeto “Timóteo, Capital do Inox”:** estudo de multicase em micro e pequenas empresas do setor do aço inoxidável de Timóteo. Dissertação apresentada no Curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo / MG, 2003.

GARCIA, Regina Leite (org.) **Aprendendo com os movimentos sociais.** Rio de Janeiro: ed. DP&A, 2000.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 11ª ed. São Paulo: ed. Loyola, 2002.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1993.

KRYSIAK, H. F; GRUBB, J. F; POLLARD, B e CAMPBELL, R. D. Selection of Wrought Ferritic Stainless Steels. In: **Metal Handbook, Welding, Brazing and Soldering**. USA: ASM International, 1993, v. 6, p. 1139-1169.

KURZ, Robert. “Existe vida após a economia de mercado?”. In: **Revista Praga**, no. 4, São Paulo: Dez. 1997.

LACERDA, José Carlos de. **Efeito do aporte térmico e adição de nitrogênio no gás de proteção na transição dúctil-frágil de um aço inoxidável AISI 409 soldado pelo processo GMAW**. (manuscrito). Ouro Preto: UFOP, 2007. 86 p.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 01, no. 02, outubro, 1986.

LEBORGNE, D. & LIPIETZ, A. Flexibilidade Defensiva ou Flexibilidade Ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial, In: **Reestruturação Urbana-Tendências e Desafios** (Org.), Rio de Janeiro, Nobel/IUPERJ, 1990.

LEFORT, Claude. **As Formas da História**. São Paulo, ed. Brasiliense, 1979.

LIMA, Jacob Carlos. “O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: a retomada de um velho paradigma”. In: **GT Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social**. XXVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 21 a 25 de outubro de 2003.

LIPPOLD, J. C. Introduction to the Selection of Stainless Steels. In: **Metal Handbook, Welding, Brazing and Soldering**. USA: ASM International, 1993, v. 6, p. 1110-1119.

LOPES, Bruno Mota e MACEDO FILHO, Renato. **Microcrédito no Brasil – Encantos e Desencantos**. Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC – Florianópolis, SC – Julho/2006.

MANCE, Euclides A. **A Revolução das Redes – A Colaboração Solidária como Uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual**. Curitiba: IFIL, Dezembro, 1998. <<http://www.milenio.com.br/mance/rede.htm>>

MANCE, Euclides A. **Redes de Colaboração Solidária - Construindo uma nova Sociedade**. IFIL, Curitiba, Março de 2000. <www.milenio.com.br/mance/redes1.htm>

MANCE, Euclides A. **Viver para consumir ou Consumir para Viver?** - Entrevista ao Mundo Jovem. Jornal Mundo Jovem, Ano 39, n.320, set 2000, p.12-13. Porto Alegre, setembro de 2000. www.milenio.com.br/mance/consumo.htm

MANCE, Euclides A. **A Consistência das Redes Solidárias**. Seminário Nacional Ética e Cidadania. Recife, dezembro de 2001. <www.milenio.com.br/mance/consistencia.htm>

MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária – aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANCE, Euclides André (org.) **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, Ifil, 2003.

MARCUSE, Herbert. “As novas formas do controle; contenção da transformação social”. In: **A Ideologia da Sociedade Unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARTINS, Heloisa T. de Souza. “Metodologia qualitativa de pesquisa”. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, José de Souza. “Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão”. In: **Caminhada no Chão da Noite**, São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. “O senso comum e vida cotidiana”. In: **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Trad. José Carlos Bruni (et al.). Coleção Os Pensadores, 4^a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2^a ed. São Paulo: ed. Nova Cultural, Vol. 1, Col. Os Economistas, 1985.

MARX, Karl. Teses sobre Feurbach

Marx, Karl. A Guerra civil na França in Marx, Karl. **La guerre civile en France**. Paris. Éditions Sociales, 1953.

MELLOR, Mary, HANNAH, Janet e STIRLING, John. “Worker Cooperatives”, in: **Theory and Practice**. Milton Keynes, Philadelphia, Open University Press, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 1998.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. 6^a ed. Rio de Janeiro, 1982.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

NUM, José. – **La Rebelión Del Coro**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

O'DONNELL, Guillermo. **A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas**, São Paulo, ed. Vértice, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Estado, Sociedade, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Limiar do Século XXI**. Rio de Janeiro: PIC-FASE, 1994.

_____. Neoliberalismo à brasileira. In SADER E; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 24-28, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. In: “Ramos do Cooperativismo – Consumo”. São Paulo. Disponível em: http://www.sescoop.org.br/site/ramos/consumo_historia.asp. Acesso em: 17/12/2008.

PADILHA, A. F.; GUEDES, L. C. **Aços Inoxidáveis Austeníticos: Microestrutura e Propriedades**. São Paulo: ed. Hemus, 1994.

PATRÍCIO, M. I. M. **Consumo de inox deverá crescer 16%**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 25 jun 2003.

PAIS, José Machado. "Por uma sociologia da pós-linearidade". In: **Ganchos, tachos e biscates – Jovens trabalho e futuro**. Porto: Ambar, 2001.

PAIS, José Machado. "Nas rotas do cotidiano: paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana". In: **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PIORE, M. e SABEL, C. *The second industrial divide*. New York: Basic Books, 1984.

QUIJANO, Aníbal. *Sistemas Alternativos de Produção?* In: **SANTOS, Boaventura de Souza. [org.]. Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Tradução de Manoel del Pino. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.

RAZETO M., Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Artigo publicado na **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: FASE, nº 75, dez/fev 1997/98.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. 10^a ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto (Portugal): Afrontamento, 1995

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. 2^a ed., Vol. 1, São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e as Ciências Sociais**, 2^a ed., São Paulo: Cortez editora, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a Democracia**. São Paulo: ed. Cortez, 2005.

SANTOS, Eloísa Helena. Ciência e cultura: uma relação entre saber e trabalho. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, n. 7, jul/dez -2000.

SANTOS, Geraldo M. A. **A Pedagogia da ferramenta: estratégias de produção, mobilização e formalização de saberes tácitos criadas pelos ferramenteiros de uma indústria metalúrgica**. Belo Horizonte. (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da UFMG), 2004.

SCHIAVO, Marcio R e MOREIRA, Eliesio, N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SCHMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio. **Cooperativismo e Cooperativa**. In: CATTANI, Antonio David. *A Outra Economia*, Porto Alegre: ed. Veraz, 2003.

SCHMITZ, Hubert. Pequenas empresas e especialização flexível em países menos desenvolvidos (PMD). **Seminário Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão**. São Paulo, Anais. São Paulo: USP / UNICAMP, 1989;

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER PAUL e SOUZA, ANDRÉ RICARDO (org.). **Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: ed. Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrão, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

SOARES, Daniel Miranda e et. **O desemprego na Região Metropolitana do Vale do Aço / MG**. Relatório de Pesquisa do Programa de Iniciação Científica – PIC - do UNILESTEMG – Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Coronel Fabriciano: 2005. 18 p.

SOUZA, João Francisco de. As pessoas adultas podem beneficiar-se da escola: rumo a novas propostas curriculares. In: SOUZA, João Francisco de & PORTO, Zélia Granja (org.) **Educação popular; participação, exclusão na América Latina hoje**. Recife: NUPEP, 2000.

TAVARES, H. T. Complexos de Altas Tecnologia e Reestruturação do Espaço, In: **Caderno IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, V, VII, 1, 1993.

TEBECHERANI, Ciro de Toledo Piza, Texto disponível na internet no sítio: http://www.pipesystem.com.br/Artigos_Tecnicos/Aco_Inox/body_aco_inox.html

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: Dagnino, Evelina (org.). **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e os caminhos (incertos) da cidadania. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v.08, n.02, 1994.

THERBON, Göran. A Crise e o Futuro do Capitalismo. In: **Pós Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**, SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (Org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3 vol. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1994.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia da produção associada**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

XAVIER So. Guilherme G. de F. Especialização Flexível. In: CATTANI, Antonio David (org.) **Trabalho e Tecnologia – Dicionário Crítico**. Petrópolis, ed. Vozes, 1997.